SOCIETE GENERALE
DES TUILERIES
DE MARSEILLE

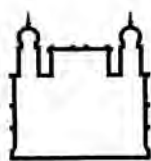
Um lugar para a ciência: a formação do

campus de Manguinhos

Benedito Tadeu de Oliveira
(coordenação)

Renato da Gama-Rosa Costa

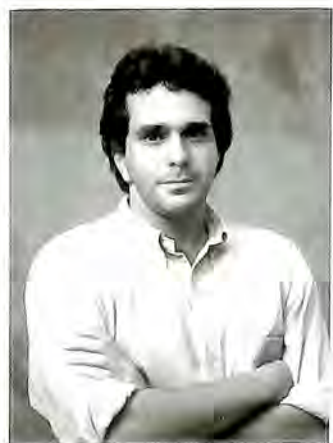
Alexandre José de Souza Pessoa

Coleção História e Saúde

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Benedito Tadeu de Oliveira nasceu em Cambuí (MG), em 1955, e graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB), em 1980. Recebeu em equipe os prêmios da União dos Arquitetos da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do Sindicato dos Engenheiros Egípcios, na XI Confrontação Internacional de Projetos de Estudantes de Arquitetura do XIV Congresso da União Internacional de Arquitetos (UIA), realizado em Varsóvia, Polônia, em 1981. Em 1985, doutorou-se em Restauração de Monumentos pela Universidade de Roma – *La Sapienza* –, Itália. Ingressou na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 1987, onde coordenou as obras de restauração do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos e foi chefe do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz (COC) (1989-1994 e 1997-2001). Em 2002 assumiu em Ouro Preto a direção da II Sub-Regional da 13ª Superintendência Regional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Ao meu professor e amigo
Muhdi Koosah, in memoriam.

Renato da Gama-Rosa Costa nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 1964, e graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1988. Arquiteto do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz), concluiu em 1995 o curso *lato sensu* em História da Arte e Arquitetura no Brasil da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Em 1998 concluiu o curso de mestrado em Teoria e História da Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Proarq/FAU/UFRJ). Em 2002 ingressou no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da mesma universidade (Proub/FAU/UFRJ).

A meus familiares, que sempre souberam dar o apoio e o carinho na hora que precisava e de uma forma que só eles sabem fazer.

Alexandre José de Souza Pessoa nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 1970, e graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1997. Trabalhou com urbanismo, como arquiteto-residente, no programa Favela-Bairro da comunidade do Morro do Borel, da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, nos anos de 1998 e 1999. Atualmente está no Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz) e participa da diretoria do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Rio de Janeiro (IAB/RJ), como vice-diretor de relações públicas e membro do Conselho Deliberativo.

À minha mãe, verdadeiro motivo de tudo, e ao meu pai, pelos últimos doze anos.

ISBN: 85-7541-018-0

Projeto gráfico, tratamento de imagens
e edição de arte
Fernando Vasconcelos

Revisão da versão preliminar do texto
Cecília Maria Costa Moreira
Eliane Maria da Silva Quintão

Copidesque
Ana Silvia Mineiro

Revisão
Cláudia Cristiane Lessa Dias

Supervisão editorial
Marcionílio Cavalcanti de Paiva

Revisão técnica
Alicia Duarte Penna

Apoio
Faperj — Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Catalogação-na-fonte
Centro de Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca Lincoln de Freitas Filho

O48p Oliveira, Benedito Tadeu de (coord.)
Um lugar para a ciência: a formação do *campus* de Manguinhos. Rio de Janeiro :
Editora Fiocruz, 2003.
264p. ilus., mapas. Coleção

1. Academias e Institutos-história. 2. Arquitetura de Instituições de Saúde-história.
I.Costa, Renato da Gama-Rosa. II.Pessoa, Alexandre José de Souza. III.Título.
CDD - 20.ed. - 610.9

2003
EDITORA FIOCRUZ
Av. Brasil, 4036 – 1º andar – sala 112 – Manguinhos
21040-361 – Rio de Janeiro – RJ
Tels.: (21) 3882-9039 e 3882-9041– Telefax: (21) 3882-9007
http://www.fiocruz.br/editora
e-mail: editora@fiocruz.br

Sumário

Prefácio

Entre os marcos arquitetônicos que pontuam a paisagem do Rio de Janeiro, nenhum seja talvez tão original e exótico quanto o 'castelinho' mourisco de Manguinhos.

Imponente – e incongruente – sobre uma elevação em meio à vegetação tropical, domina o acesso à cidade como uma miragem das mil-e-uma-noites perdida na vastidão ensolarada da Avenida Brasil. Passada a surpresa, é possível verificar, mesmo a distância, que se trata de construção primorosamente projetada e realizada. Ao nos aproximarmos, cresce a admiração. Tudo espanta: a escala, a implantação, a riqueza e solidez dos acabamentos, a policromia, o intricado da ornamentação e, acima de tudo, a discrepância do estilo empregado em relação à função à qual o prédio se destina. Mas, aos quase cem anos de existência, superados os dogmas e preconceitos que tornaram esta equação esdrúxula ou mesmo inaceitável durante muito tempo, hoje podemos apreciar o Pavilhão Mourisco de Manguinhos na perenidade daquilo que simbolicamente representa como monumento: a catedral laica da saúde no Brasil.

Ao edifício do arquiteto Luiz Moraes Júnior vieram juntar-se com o tempo diversos outros, mais ou menos bem-sucedidos e distribuídos sobre a vasta área que hoje configura o *campus* da Fundação Oswaldo Cruz. Durante a década de 40, o florescimento da arquitetura moderna no Brasil fez-se presente em Manguinhos através das obras dos arquitetos Jorge Ferreira (Pavilhão de Cursos e Restaurante Central) e Olenka Freire Greve (Pavilhão de Patologia, atual Carlos Chagas). A portaria da Avenida Brasil, de 1954, projeto de Nabor Forster, é uma pequena obra-prima do período.

Esse acúmulo resulta hoje em um dos mais interessantes conjuntos arquitetônicos das terras cariocas, visita obrigatória para todo estudioso ou admirador da arte de construir. É mais do que louvável, portanto, a atenção que a Fundação Oswaldo Cruz vem dispensando a esse seu acervo de prédios por meio do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz.

Acompanhei, ao longo dos anos, o primoroso restauro do Pavilhão Mourisco, coordenado por Benedito Tadeu de Oliveira. Trabalho exemplar, baseado em sólidas premissas conceituais e desenvolvido através do minucioso resgate dos elementos originais. Serve hoje de referência a todos os que se aventuram a lidar com prédios antigos e estabeleceu um padrão de correção raramente alcançado em intervenções similares. Ao contrário da maioria dos outros casos recentes, em Manguinhos, a equipe de restauro prestou-se a ouvir o que a arquitetura tinha a dizer, recuperando e revelando sua mensagem com modéstia e honestidade. É uma lição a ser seguida.

O presente livro, tão acertadamente dedicado ao meu saudoso amigo Muhdi Koosah – homenagem que muito me comove –, mais uma vez aponta para uma lacuna a ser preenchida: o da pesquisa paulatina e atenta, fartamente documentada e complementada por depoimentos preciosos. Como professor e como arquiteto, Muhdi era partidário da análise rigorosa, isenta de adjetivações. Entre nós, pouca atenção tem-se dado a este tipo de trabalho substantivo, recaindo a preferência sobre teses interpretativas, valorizadas sempre como mais ambiciosas e 'pessoais'. Daí resulta, provavelmente, nossa inegável pobreza bibliográfica no que diz respeito ao conhecimento das grandes obras da arquitetura brasileira.

Benedito Tadeu de Oliveira, Renato da Gama-Rosa Costa e Alexandre José de Souza Pessoa, bem como a Fundação Oswaldo Cruz, por sua política patrimonial e seu apoio institucional, merecem o nosso reconhecimento por esta importantíssima contribuição à cultura e à historiografia da arquitetura do Rio de Janeiro.

Luiz Paulo Fernandez Conde
Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro
Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro (1997-2000)

Apresentação

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com sede no Rio de Janeiro, vinculada ao Ministério da Saúde, é a maior Instituição de pesquisa biomédica da América Latina e uma das mais respeitadas do mundo. Trata-se de um centro polivalente e multidisciplinar de saúde, dedicado à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico, ao ensino, à assistência médica de referência, bem como à produção de vacinas e medicamentos, exercendo um papel social de grande relevância para o País. Originada em 1970, a Fundação Instituto Oswaldo Cruz (em seguida denominada Fundação Oswaldo Cruz) reuniu o antigo Instituto Oswaldo Cruz, criado no início do século XX, a outras instituições do Ministério da Saúde. Na primeira metade da década de 70 daquele século, a Fiocruz constituía um conglomerado de unidades heterogêneas e independentes.[1]

O Instituto Oswaldo Cruz, anteriormente denominado Instituto Soroterápico Federal, foi criado em 1900 para fabricar produtos imunobiológicos destinados a atender às demandas da saúde pública e da medicina veterinária da época. A partir de 1908, sob a direção de Oswaldo Cruz, ampliou suas atividades para tornar-se um centro de produção, pesquisa e ensino biomédico no campo da microbiologia.[2]

[1] A Fiocruz reuniu em sua estrutura, além do antigo Instituto Oswaldo Cruz, a Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), o Instituto Fernandes Figueira (IFF), o Instituto de Endemias Rurais (INERu), o Instituto Evandro Chagas, o Instituto de Leprologia e o Instituto de Produção de Medicamentos (Ipromed). Parte dessas unidades sequer compartilhava o mesmo terreno em Manguinhos, como era o caso do IFF, localizado no Flamengo, Zona Sul do Rio, do Instituto Evandro Chagas, localizado em Belém do Pará e do Instituto de Leprologia, localizado em São Cristóvão, Zona Norte do Rio.

[2] Benchimol (1990).

A história da Fundação Oswaldo Cruz é, em grande parte, a história do desenvolvimento da ciência e da saúde pública no Brasil. A área na qual se localiza a sede da Fundação Oswaldo Cruz – o *campus* de Manguinhos – é o 'palco' onde, em grande medida se originaram, evoluíram e institucionalizaram a prática científica e as políticas de saúde pública brasileiras. O termo *campus*, adotado para Manguinhos, foi primeiramente utilizado por Vinícius da Fonseca, ao assumir a presidência da Fundação Oswaldo Cruz, em 1975.[3] Baseia-se na experiência norte-americana da Universidade de Virgínia, projetada ainda no início do século XIX, segundo a qual as instituições deveriam ser organizadas em um espaço unificado.[4] No caso de Manguinhos, esse termo só poderia mesmo ter surgido depois da criação da Fundação Instituto Oswaldo Cruz, em 1970, cuja organização estava bem próxima da organização de uma universidade, justamente por reunir em seu terreno diversas unidades heterogêneas e independentes, como visto anteriormente.

O Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz, na Fiocruz, sempre reconheceu a importância e a necessidade de desenvolver uma pesquisa histórica sobre o processo de formação e ocupação do *campus* de Manguinhos. A oportunidade surgiu na época do centenário da Instituição, em 2000, e o trabalho teve como ponto de partida um levantamento histórico dos edifícios da Fiocruz enviado em 1999 ao Instituto

[3] Quando Vinícius chegou ao Instituto, o terreno onde estava instalada a Fiocruz não era cercado: "Manguinhos não tinha cerca. Era inteiramente aberto ao público na Avenida Brasil. (...) O ambiente físico em Manguinhos era o pior possível, o mero transitar pelo *campus* – depois inventei esse nome que pegou – tornara-se arriscado" (Fonseca, 1995).

[4] Em todo o mundo esse termo passou a ser mais empregado, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando a universidade passa por um período de expansão. No caso brasileiro, a aplicação do termo estaria relacionada com a reforma universitária de 1968. Anteriormente, o termo mais difundido era 'Cidade Universitária' (Vasconcellos, 1984). No caso de Manguinhos o *campus* se destaca por ser não propriamente uma universidade, mas um *campus* científico de uma Instituição dedicada sobretudo à pesquisa biomédica

de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), para o tombamento definitivo da área de entorno do conjunto arquitetônico de Manguinhos, delimitada em 1986 e que agora cumpre uma etapa importante na edição deste livro.

Agradecemos à Vice-Presidência de Desenvolvimento Institucional, Informação e Comunicação e à Editora Fiocruz pela publicação do presente volume; à Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), pelo auxílio financeiro que viabilizou o projeto gráfico desta edição; e sobretudo à direção da Casa de Oswaldo Cruz (COC), que apoiou este trabalho desde o início, através do Programa Especial de Pesquisa (PEP), assim como a sua primeira divulgação, por meio da exposição '100 anos de Arquitetura em Manguinhos', montada no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/RJ) em 2000 e no *campus* da Fiocruz em 2001, e pelos esforços empreendidos para a edição deste livro.

Queremos agradecer também aos colegas do Departamento de Patrimônio Histórico da COC, os quais apoiaram a pesquisa que deu origem a esta publicação; aos depoentes, que sempre estiveram dispostos a colaborar e foram prestativos em todos os momentos. Graças aos esforços dos nossos depoentes, conseguimos preencher diversas lacunas, que apenas as suas memórias prodigiosas poderiam responder. Esperamos que a sucinta biografia dos arquitetos apresentada no final do livro possa redimir, de alguma forma, suas participações na historiografia da arquitetura brasileira. Destacamos as informações fornecidas por Herman Lent sobre o IOC, bem como a forma muito simpática com que sempre nos recebeu.

Agradecemos ainda a participação de Liana Navarro Vital Brazil, Leonardo Carvalho e André Ronzani nas pesquisas de arquivos, revelando iconografias preciosas que enriqueceram as imagens que o leitor terá o prazer de descobrir ao folhear o livro.

Não poderíamos deixar de mencionar a participação de Estefânia Mello nos últimos meses de trabalho, importante para o cumprimento do prazo previamente estabelecido, além da contribuição de Lélia Vasconcellos na definição de *campus*, que usamos com muita propriedade na apresentação do livro.

É importante lembrar dos nossos colegas de Instituição que, mesmo cientes de seu profissionalismo, realizaram o seu trabalho com muito afinco, como por exemplo as colegas Paula Xavier dos Santos e Maria Marta Saavedra Pinto, do Departamento de Arquivo e Documentação da COC, e os colegas Neivaldo dos Santos Pinto, Severino Antônio Silva e Letícia Zambrano da Diretoria de Administração do *Campus* (Dirac).

Não poderíamos deixar de mencionar aqueles que leram e deram sugestões para a melhoria do texto final do livro, como: Nara Azevedo e Fernando Pires Alves, da COC, Jorge Azevedo Castro, da Dirac, e Rodrigo Octávio De Marco Meniconi. Este último, além de recolher todas as informações e redigir os textos referentes às unidades da Fiocruz em Minas Gerais, antigas e modernas, também colaborou no aperfeiçoamento do livro, após cuidadosa leitura, especialmente na Introdução e na leitura arquitetônica dos edifícios.

Finalmente citamos os fotógrafos Roberto Jesus Oscar e Vinícius Pequeno, da COC, pela qualidade do trabalho realizado, e ainda, Fernando Vasconcelos, autor do projeto gráfico, caracterizado sempre pelo seu refinamento estético, e o responsável pelo primoroso tratamento final desta publicação.

Introdução

Historicamente o processo de formação e ocupação do *campus* de Manguinhos, que acompanha a evolução institucional da Fundação Oswaldo Cruz, pode ser agrupado em três períodos distintos que têm como arquitetura predominante, respectivamente: no primeiro o ecletismo, no segundo o modernismo e no terceiro, que ainda prossegue, a arquitetura contemporânea caracterizada pela variedade de expressões arquitetônicas.

O primeiro período compreende a origem do Instituto Soroterápico Federal com o Barão de Pedro Affonso no governo de Campos Sales (1898-1902), as grandes transformações promovidas no Instituto a partir do governo Rodrigues Alves (1902-1906) por Oswaldo Cruz, que o moderniza e consolida, assinalando a época de maior prestígio da Instituição. Esse período abrange também a gestão de Carlos Chagas, iniciada no governo Venceslau Brás (1914-1918), ainda na República Velha, e concluída em 1934, bem como a gestão de Cardoso Fontes em pleno Estado Novo, quando o Instituto Oswaldo Cruz vive a sua primeira fase de declínio.

Nesse período, que corresponde basicamente às quatro primeiras décadas do século XX, predomina em seu início, nas obras oficiais e nas soluções urbanísticas brasileiras, o ecletismo de matriz européia, adotado pela República como linguagem mais apropriada a sua afirmação. As tendências do ecletismo tornaram-se expressivas no Brasil a partir do último quartel do século XIX e prolongaram-se pelo século XX, paralelamente às novas tendências da arte nacional, que tem a Semana de Arte Moderna de 1922 como seu marco principal. As correntes mais representativas do ecletismo são: os estilos classicizantes, adotados pelos prédios públicos; os estilos pitorescos regionais das casas particulares, adotadas de acordo com o gosto dos proprietários; o *Art Nouveau*, além do Neocolonial ou Tradicionalista, surgido a partir de 1920 com o movimento que busca soluções nacionais, contestando nossa dependência cultural nas áreas da arquitetura e do urbanismo. O conjunto arquitetônico

histórico de Manguinhos, edificado por iniciativa de Oswaldo Cruz durante as grandes transformações urbanas ocorridas no Rio de Janeiro na gestão do prefeito Pereira Passos, utiliza materiais, sistemas construtivos e repertório formal da arquitetura eclética, com ornamentação mourisca. Adotou-se, portanto, o estilo vigente na época, embora com uma roupagem exótica, talvez com o objetivo de sensibilizar o imaginário popular. Os motivos da escolha do Neomourisco continuam até hoje incertos.

Nas primeiras décadas do século XX, aconteceram nos países industrializados grandes transformações nos espaços arquitetônicos, devidas aos novos materiais, métodos e soluções construtivas adotadas nas edificações. São iniciativas pioneiras e representativas dessa época a *Bauhaus* e a atuação dos arquitetos Walter Gropius e Mies Van der Rohe na Alemanha, além das obras da 'escola' de Chicago e do arquiteto Frank Lloyd Wright, nos Estados Unidos da América. Em 1925, em São Paulo, Gregori Warchavchik – arquiteto racionalista ucraniano de formação italiana – publica o *Manifesto da Arquitetura Moderna*. A crise de 1929 (o primeiro surto de industrialização), a revolução de 1930 e o fim da República Velha deram origem a um processo de renovação das idéias vigentes. Em 1929 passou pelo Brasil o arquiteto franco-suíço Le Corbusier, um dos mestres do movimento internacional da arquitetura moderna. Na década de 30, ocorre a difusão dos ideais modernistas no Brasil, tendo como fatos relevantes a iniciativa de Lúcio Costa de reformular o ensino de arquitetura na Escola de Belas Artes (1930/1931), com o apoio de Rodrigo Mello Franco de Andrade e a construção, a partir de 1936, do edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde. O edifício, considerado marco da arquitetura moderna mundial, foi projetado por uma equipe de jovens arquitetos modernistas liderados por Lúcio Costa. Fizeram parte dessa equipe Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Jorge Moreira, Oscar Niemeyer e Ernani Vasconcelos. Le Corbusier deu orientações no desenvolvimento da concepção adotada e participou das discussões após a elaboração do anteprojeto. Nos anos seguintes surgiu no Brasil um conjunto de obras modernas notáveis e de grande valor arquitetônico. Mais tarde o modernismo foi adotado como linguagem arquitetônica das obras oficiais.

No segundo período da ocupação do *campus* de Manguinhos, iniciado na gestão de Henrique Aragão (1942-1949) na direção do IOC, aconteceu a implantação dos primeiros edifícios modernistas do Instituto, projetados por arquitetos da Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde. São edifícios representativos do período áureo da arquitetura moderna brasileira. Foi na década de 40, em pleno regime totalitário e durante a Segunda Guerra Mundial, que ocorreu a consolidação do movimento moderno no País e a busca de uma linguagem arquitetônica própria, por meio da conciliação dos princípios racionalistas europeus com características oriundas da arquitetura do período colonial brasileiro, considerada pelos modernistas a mais autêntica manifestação artística nacional. Os empreendimentos arquitetônicos da gestão de Henrique Aragão na década de 40, bem como os de seus sucessores na década de 50 estavam, portanto, perfeitamente consonantes com a vanguarda da arquitetura da época. A partir do início dos anos 60, a busca do caminho próprio na arquitetura brasileira deu lugar a uma produção em massa, mais preocupada com os lucros imobiliários do que com a qualidade arquitetônica. Em Manguinhos os edifícios modernos implantados a partir da década de 60, com raras exceções, também atestam a perda da qualidade da arquitetura brasileira, fato agravado pela diversidade das propostas arquitetônicas provenientes de outras instituições do Ministério da Saúde. No plano nacional, a especulação imobiliária nas grandes cidades se intensificou, através da substituição das arquiteturas dos períodos neoclássico, eclético e até mesmo modernista por edifícios de grandes dimensões. É a época também da verticalização acelerada das áreas centrais, das cirurgias urbanas e das grandes obras viárias, ao lado do crescimento desordenado das cidades.

O terceiro período pode ter seu início estabelecido, quando da recuperação física do *campus* de Manguinhos, na gestão de Vinícius da Fonseca (1975-1979), durante o governo Ernesto Geisel (1974-1980), ainda no regime militar. Na segunda metade dos anos 70, a Fiocruz abrigava um conglomerado de edificações de unidades heterogêneas e independentes, implantadas sem nenhum planejamento global, e o *campus* de Manguinhos atingiu o seu momento de maior degradação física. Com a retomada do processo democrático

no País, assumiu a presidência da Fiocruz o médico-sanitarista Sergio Arouca (1985-1989), dando início ao processo de democratização e de soerguimento da Instituição. Nas gestões seguintes, prosseguiu o processo de recuperação e de ampliação institucional, que acarretou um grande adensamento físico no *campus* de Manguinhos. Esse adensamento ocorreu por meio de uma diversidade de expressões arquitetônicas, sem, contudo, adotar plenamente os instrumentos de ordenação e de planejamento urbano. No plano nacional desenvolveram-se novas tendências na arquitetura, desde a busca dos valores do período modernista até a importação de tendências da produção arquitetônica internacional, como o pós-modernismo. Coincidindo com a crise econômica das décadas de 80 e 90, surgem iniciativas importantes de recuperação e de preservação do patrimônio cultural urbano em algumas cidades brasileiras. Em Manguinhos, na gestão de Sergio Arouca, foi criada em 1986 a Casa de Oswaldo Cruz (COC), um centro de pesquisa e informação dedicado à memória e à história das ciências biomédicas e da saúde pública. A partir da criação da COC, foram desenvolvidas importantes ações de restauro, conservação, valorização, bem como divulgação do patrimônio histórico, cultural e ambiental da Fundação Oswaldo Cruz.

Como visto, o processo de formação e ocupação do *campus* de Manguinhos pode ser agrupado historicamente em três períodos distintos, contudo optou-se, para melhor detalhamento e entendimento do processo, recolher, reunir e tratar as informações por décadas. Adotou-se a metodologia de pesquisa denominada 'sedimentação histórica' pelo ex-professor da Universidade de Brasília, Muhdi Koosah, ou 'estratificação histórica' pelo professor Enrico Guidoni, da Universidade de Roma, por se tratar de um método que procura visualizar, em períodos regulares, as diversas fases de uma edificação ou de uma área urbana ao longo do tempo. Foram feitas 11 reconstituições do *campus* de Manguinhos, delimitando as dez décadas do século XX. Todas as reconstituições tiveram como ponto de partida o Levantamento Aerofotogramétrico Digital executado em 1999 pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Esse levantamento da Prefeitura do Rio de Janeiro é o mais completo e preciso realizado até hoje. O trabalho de reconstituição foi complementado com diversos outros mapas, das mais variadas procedências.

A pesquisa revelou uma série de dificuldades para resgatar a história da participação dos construtores de Manguinhos, entre arquitetos, urbanistas, engenheiros, paisagistas ou mesmo cientistas, pesquisadores e administradores do Instituto, normalmente estudados, todavia nem sempre sob esse ponto de vista. Não havia, por parte da Instituição, preocupação em registrar os nomes dos autores dos projetos nem as datas de construção das edificações. As informações sobre esse assunto estavam dispersas, e não existiam publicações que descrevessem a evolução do espaço físico do *campus* de Manguinhos de forma sistematizada.

No estudo arquitetônico e urbanístico utilizaram-se fontes indiretas, através da pesquisa bibliográfica e iconográfica, de arquivos de manuscritos e de história oral, além da pesquisa direta, por meio da observação *in loco* dos edifícios e dos espaços urbanos e paisagísticos do *campus* de Manguinhos.

No início da pesquisa eram poucos os edifícios que possuíam dados precisos, e a grande maioria deles surgia com informações aproximadas por década e sem autoria. Os dados mais completos continuavam sendo os do início do século XX, com farta documentação e estudos, assim como os mais atuais (posteriores à década de 80), registrados em depoimentos do corpo técnico ainda atuante e pela nossa própria vivência na Instituição, desde 1987.

Foi depois que a Diretoria de Administração do *Campus* (Dirac), por intermédio do setor de reprografia, teve a preocupação de salvar o arquivo das plantas em desuso, que muitas descobertas foram feitas, e plantas do período compreendido entre 1930 e 1980 foram reveladas aos nossos olhos pela primeira vez, ampliando o universo de informações.

A pesquisa estendeu-se a arquivos externos à Fiocruz e resultou na descoberta de imagens inéditas para a Instituição. De suma importância foi o contato com os antigos arquitetos que trabalharam para Manguinhos entre 1940 e 1970: Floroaldo Albano, Jorge Ferreira, Olenka Freire Greve e Roberto Nadalutti.

Hoje concluímos que os dados reunidos oferecem uma visão, senão completa, ao menos bastante aproximada de como se deu a formação e ocupação do *campus* durante

o primeiro século de existência da Fundação Oswaldo Cruz, conferindo maior precisão para informações antes vagas, descobrindo arquitetos e construtores antes desconhecidos, além de possibilitar a valorização e a divulgação de sua arquitetura.

Assim, mesmo entendendo a relação direta entre a evolução do espaço e a evolução da Instituição, procurou-se primordialmente descrever em linhas gerais e revelar os seguintes aspectos da conformação do *campus* de Manguinhos: preexistência do lugar; meios econômicos e técnicos empregados na construção dos edifícios; motivações, programas e destinações de uso dos edifícios; limites e condicionantes econômicos, físicos e conceituais dos edifícios; os gestores, suas idéias e programas; os arquitetos, suas formações, produções e métodos; escritórios de arquitetura, contratados e modalidades de licitação das obras; o entorno ambiental nas diversas épocas; relações físicas, funcionais e visuais com a cidade do Rio de Janeiro.

DA PREEXISTÊNCIA A 1900

Até 1904

01 Chaminé
02 Forno de incineração de lixo
03 Depósito do incinerador
04 Barracão para animais
05 Depósito
06 Depósito
07 Gaiola para macacos
08 Gaiola para cobras e cobaias
09 Pequeno laboratório Instituto Soroterápico
10 Sede do Instituto Soroterápico
11 Cocheira Instituto Soroterápico
12 Antiga Cavalariça
13 Barracão para operários
14 Cocheira
15 Residência para funcionários
16 Depósito
17 Pesqueira
18 Cais
19 Biotério

RIO DA CUNHA
0
50
100
200
BASE CARTOGRÁFICA: LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO IPP/PCRJ
PLANTA DO INSTITUTO DE MANGUINHOS - 1904
CARTA CADASTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 1908
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DO INSTITUTO SOROTERÁPICO - 1900/1903 (ARAGÃO - 1950)
N
ESTRADA DA PENHA (AVENIDA DEMOCRÁTICOS)
PARADA DO AMORIM
LEOPOLDINA RAILWAY
RIO FARIA
ESTRADA DE MANGUINHOS
RIO FARIA
CANAL DA BARRINHA
ILHA DO
BOM JARDIM
BAÍA DE GUANABARA
PORTO DE INHAÚMA
PRAIA DE INHAÚMA
Terreno da Fiocruz
Edificações preexistentes
Edificações construídas
entre 1900 e 1904
Edificações em construção

Barão de Pedro Affonso Diretor do Instituto Soroterápico Federal de 23 de julho de 1900 a dezembro de 1902.

O atual *campus* da Fundação Oswaldo Cruz, localizado no bairro de Manguinhos,[5] no município do Rio de Janeiro, possui aproximadamente 850.000 m^2 e tem seus limites definidos pelas avenidas Brasil e Leopoldo Bulhões, pela Rua Sizenando Nabuco e pelo Rio Faria Timbó, com uma extensão correspondente às instalações da antiga Delegacia da Saúde, situada no lado par da Avenida Brasil.

A área onde se localiza Manguinhos era habitada, no início do século XVI, pelos índios tupinambás que deram o primeiro nome à terra: Anhumas ou Inhuma, corruptelas de *nhãum*, que era a ave preta com um chifre pontiagudo sobre a cabeça, muito comum naquela região pantanosa.[6] Em 1565, ano da fundação da cidade do Rio de Janeiro, Estácio de Sá (o fundador) concedeu duas sesmarias na atual região de Manguinhos: a dos Jesuítas que deu origem à Fazenda do Engenho Novo, e a de propriedade de Antônio da Costa, que criou o futuro Engenho da Pedra. O Engenho da Pedra abrangia os atuais bairros de Manguinhos, Olaria, Bonsucesso e Ramos.[7] A partir daí até o século XVIII,

Primitivas instalações da Fazenda de Manguinhos, adaptadas por Pedro Affonso para o Instituto Soroterápico Federal. (DAD/Fiocruz)

[5] O *Jornal do Commercio* de 26 de fevereiro de 1915 noticiava: "Dizem chamar-se Manguinhos por ter sido um lugar favorecido, isto é, de poucos mangues, naquela vasta área pantanosa que era toda a margem da Leopoldina, até então ocupada por um ou outro sitiante, que aproveitavam os trechos de chão firme para plantar frutas como melancia, figo e fruta-do-conde" (Acervo DPH/COC, Fiocruz).

[6] Em *Almanaque Suburbano* (1941:50-51): da toponímia, Theodoro Sampaio diz: "Inhaúma, corruptela de 'nhamum', ave preta (Palmidia Cornuta)". Vieira Fazenda, em crônica magistral com exaustiva documentação, esclarece que essas aves preferiam lugares pantanosos.

[7] Benchimol (1990).

Cais original. O acesso de parte dos funcionários e do material para a construção do Pavilhão Mourisco era feito por ele. (DAD/Fiocruz)

predominaram naquela região as lavouras açucareiras voltadas para a exportação; o produto ia pelos rios Faria, Jacaré e Timbó em canoas e em pequenas embarcações para os portos. Na região passou-se a cultivar também milho, feijão, mandioca, arroz e outros gêneros de subsistência para abastecer os viajantes e o porto do Rio de Janeiro, onde o comércio aumentava cada vez mais.[8] A região chamada de Inhaúma só tornou-se paróquia em 1687, e foi transformada em freguesia autônoma de Inhaúma em 1743.[9]

De fins do século XVIII até meados do século XIX, a freguesia de Inhaúma acompanhou o ciclo do café, e a partir de 1870, com o acelerado processo de urbanização que deu origem aos diversos subúrbios da Zona Norte, começou a ser loteada para fins residenciais.[10]

[8] Pelo relatório elaborado pelo Marquês do Lavradio em 1779 pode-se constatar que havia na capitania do Rio 320 engenhos de açúcar e 176 engenhocas de aguardente, trabalhados por um total de 13.487 escravos. Desse total de engenhos, quatro estavam na Freguesia de Inhaúma e treze na freguesia de Irajá. [p.83 da tese Mapa da Localização dos Engenhos de Açúcar na cidade do Rio, 1767, de Manoel Vieyra Leão].

[9] O *Almanaque Suburbano* (1941:50-51) relata a constituição da paróquia de Inhaúma em 1687 e seu desenvolvimento econômico no século XIX. No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), códice 68-13-15, folhas 2, 3 e 13, de 1833, folhas 28 e 31 de 1866 e folhas 52 e 53 de 1904, encontram-se notícias sobre as divisões e os limites da freguesia de Inhaúma. Em 1904, a freguesia de Inhaúma compreendia os bairros Engenho de Dentro, Encantado, Piedade, Cupertino, Cascadura, Pilares, Freguesia, Bonsucesso, Ramos e Xavier.

[10] Após a Proclamação da República, em 1889, com a formação de um Estado efetivamente laico, o termo 'freguesia', que era a divisão regional das paróquias da Igreja Católica, deu lugar à expressão 'bairro'.

No último quartel do século XIX, a freguesia de Inhaúma era percorrida por várias ferrovias: pela Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Central do Brasil, inaugurada em 1858,[11] pela Estrada de Ferro Melhoramentos do Brasil, inaugurada em 1893 e mais tarde incorporada à Central como linha auxiliar, pela Rio D'Ouro, concebida em 1876, mas que começou a funcionar apenas em 1883[12] e ainda pela Cia. Leopoldina Railway, vetor de crescimento e expansão do subúrbio da capital federal e que construiu na região as estações de Penha, Bonsucesso e Ramos em 1886. A expansão em direção à região norte prosseguiu com as estações de Lucas, daí o nome que persiste, 'Parada de Lucas' em 1908 e Vigário Geral em 1910.[13] A parada do Amorim também só foi oficializada como estação em 1910, muito provavelmente devido ao fluxo de pessoas que seguiam para as obras e os laboratórios do *campus* de Manguinhos e que solicitavam uma parada nessa região. O tempo médio de viagem entre a estação de partida, Leopoldina, e a estação do Amorim era de 11 minutos.

Importante para a região era a estrada que dava acesso ao porto de Inhaúma, por onde escoavam os produtos agrícolas produzidos nas freguesias rurais de Inhaúma e Irajá e que abasteciam o mercado da cidade do Rio de Janeiro.[14]

Em 1885, Luiz Joaquim Estrada Meyer e Frederico Duque Estrada Meyer venderam uma propriedade em Inhaúma, já designada como Fazenda de Manguinhos, a Dona

[11] Primeira ferrovia do País e elo de ligação do Município Neutro da Corte com as províncias de Minas Gerais e São Paulo.

[12] Como vetor de transporte material para as obras de construção da nova rede de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, captada em mananciais da Serra do Mar, em Tinguá e Xerém, e posteriormente utilizada como transporte de passageiros.

[13] Santos (1996).

[14] No AGCRJ, códice 32-2-1, p.105, 106 e 109, encontram-se notícias da construção, entre os anos de 1880 e 1885, da estrada do porto de Inhaúma.

Alexandrina Rosa de Carvalho. Em 1892, a fazenda, já em completo estado de abandono, foi desapropriada pelo governo de Floriano Peixoto.

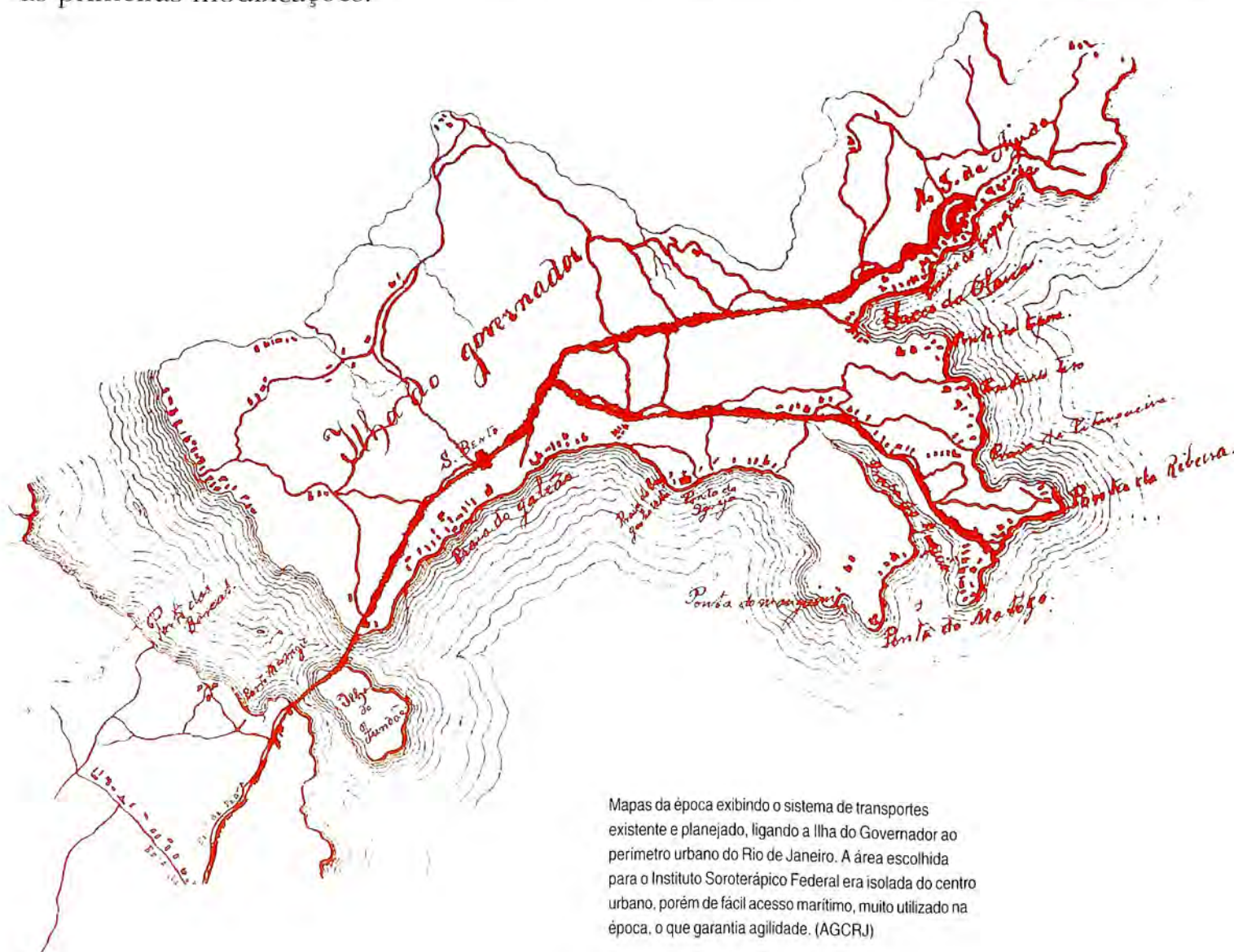
Em consolidação das leis e posturas municipais, Alexandrino Freire do Amaral relata a aquisição do terreno pela Prefeitura, local onde se estabeleceu a Fundação Oswaldo Cruz:

> O terreno Municipal em que se acha situado o laboratório para o preparo do soro contra a peste bubônica foi desapropriado pela Prefeitura a D. Alexandrina Rosa de Carvalho, ex ví do decreto federal n. 1.141 B de 18/11/1892.
>
> A Municipalidade foi mandada immittir na posse do terreno, por sentença do juiz dos feitos da Fazenda Municipal de 8 de março de 1893, mandada cumprir em 22 de agosto do mesmo anno; tendo sida indemnizada a ex-proprietária do preço da avaliação arbitrada, em oitenta contos de réis, em 19 do referido mez de agosto.
>
> O terreno que constituía a denominada Fazenda de Manguinhos possue a área de 853.363,00 metros quadrados e uma extensão de 1.564 m, 96 pela estrada para o Porto de Inhaúma; medindo pelo lado do mar 1.339 m, e pelos Manguinhos, 1.115 m. É o que consta dos autos da desapropriação.
>
> Pelos mesmos autos verifica-se que D. Alexandrina de Carvalho houve esse terreno por compra a Luiz Joaquim Estrada Meyer, conforme escriptura de 20 de novembro de 1855, em notas do tabelião Manuel Hilario Pires Ferrão, e a Frederico Duque Estrada Meyer, conforme escriptura de 27 de novembro de 1855, em notas do mesmo notário.
>
> A Prefeitura adquiriu este terreno para nelle serem construídos fornos de incineração do lixo da cidade, pelo systema dos engenheiros Gierth e Lavagnino, preferido em concurrencia pública pela Inspetoria Geral de Hygiene em 1887, e cujo privilégio no Rio de Janeiro foi adquirido pela administração municipal, conforme contracto de 19 de setembro de 1892, e pelo qual a firma constituída pelos engenheiros C. Arno Gierth e G. F. Lavagnino comprometteu-se também a executar uma bateria de fornos, conforme os planos approvados e sob a fiscalização da Directoria Geral de Obras e Viação.
>
> Terminado o praso de dous annos, estipulado no termo cittado de 15 de maio de 1894 para a conclusão das obras, não estavam estas terminadas. Concederam-se aos contractantes sucessivas prorrogações até 31 de dezembro de 1896, e finalmente ficaram suspensos os trabalhos, por despacho do Prefeito, em 21 de fevereiro de 1899.[15]

[15] Amaral & Santos (1906:319-320).

O prefeito Cesário Alvim, em 22 de agosto de 1899, encarregou o Barão de Pedro Affonso, à frente do Instituto Vacínico Municipal desde 1894, de obter soros contra a peste bubônica. Diante da demora nos pedidos para a França e a Alemanha, o Barão resolveu criar um Instituto Soroterápico dentro da cidade do Rio de Janeiro, anexado ao seu Instituto Vacínico. Autorizada a despesa em 19 de outubro do mesmo ano, após o surgimento da peste em Santos, ele mesmo começou a procurar o local para a instalação do novo instituto.

Depois de percorrer as ilhas da Baía de Guanabara e a Quinta da Boavista, o Barão de Pedro Affonso escolheu Manguinhos, pelo seu isolamento dos centros populosos e por sua fácil comunicação por mar e por terra. Em vista da urgência o próprio Barão fez as primeiras modificações.

Mapas da época exibindo o sistema de transportes existente e planejado, ligando a Ilha do Governador ao perímetro urbano do Rio de Janeiro. A área escolhida para o Instituto Soroterápico Federal era isolada do centro urbano, porém de fácil acesso marítimo, muito utilizado na época, o que garantia agilidade. (AGCRJ)

(...) Tratei logo de escolher o local, percorri grande número de ilhas da nossa baía, (...) pensei em colocar o estabelecimento, junto ao laboratório militar, na Quinta da Boa Vista, mas, finalmente, o Sr. Dr. Luiz Van-Erven, Diretor de Obras da Municipalidade, convidou-me a visitar a fazenda de Manguinhos, em Inhaúma, onde estavam em construção os fornos de incineração de lixo (...) não só achei o local excelente por seu isolamento dos centros populosos, como por sua fácil comunicação por mar e por terra com a capital, como também aí encontrei dois edifícios construídos para a residência dos empreiteiros dos fornos, Gierth e Lavagnino, os quais, modificados convenientemente, podiam servir para a primeira instalação dos laboratórios. (...) à vista de urgência, fiz as plantas das modificações a fazer e das construções novas, para a instalação dos laboratórios.[16]

Ainda segundo Alexandrino Freire, no fim do século XIX existia na área correspondente ao atual *campus* da Fiocruz a seguinte infra-estrutura:

Na data da acquisição do terreno havia dous prédios, que foram reconstruídos pela Prefeitura, um para escriptório e almoxarifado, e o outro para residência do pessoal superior. Posteriormente realisaram-se as seguintes construções:
Barracão para morada do pessoal operário.

[16] O Barão de Pedro Affonso escreveu para o *Jornal do Commercio*, em 26 de fevereiro de 1915, respondendo a uma notícia vinculada em 20 de fevereiro daquele ano, intitulada 'Manguinhos'. Segundo Pedro Affonso, a notícia continha algumas "inexatidões" que diziam respeito ao papel que ele representou na criação e direção do Instituto de Manguinhos.

Dous barracões para carruagens.
Dous ditos para depósito de ferramentas.
Galpão para officina de carpintaria e cozinha do pessoal operário.
Barracão para lazareto de isolamento. Esta e as cinco construções precedentes cobrem uma área de 461 m^2.
Galpão para estrebaria, com 57 m^2 de área.
Galpão para a ferraria, com a área de 99 m^2.
Casa de machinas, com 171 m^2 de área.
Ponte de atracação, de madeira, com mólhe de pedra e guyndaste giratório, tendo a estensão total de 110 m.
Officina annexa à casa de machinas, com a área de 107,25 m^2.[17]

Para iniciar os trabalhos, o Barão de Pedro Affonso convidou Ismael da Rocha, Oswaldo Cruz e H. Vasconcellos, dois alunos de medicina e um veterinário da Europa, autorizado pelo Governo. Em 10 de dezembro de 1899 o Barão partiu para a Europa, deixando em construção as obras dos laboratórios, fiscalizadas pela prefeitura, a fim de conseguir o material necessário. Voltou em 28 de fevereiro de 1900 com todo o material de que precisaria e trouxe contratado o veterinário bacteriologista francês Carrière, recomendado por Émile Roux, professor do Instituto Pasteur em Paris. Mas o prefeito era agora Coelho Rodrigues, que havia cortado qualquer verba para o Instituto. Nuno de Andrade, então Diretor da Saúde Pública, auxiliou o Barão a encaminhar um pedido ao Ministro do Interior, Epitácio Pessoa, carta que obteve resposta no ofício nº 490 de 25 de maio de 1900, autorizando a conclusão da instalação do Instituto. O Barão reiterou os convites de trabalho aos cientistas, mas tanto Carrière quanto Ismael da Rocha rescindiram o contrato. Oswaldo Cruz se ofereceu para ser o encarregado de todo o trabalho para o qual faltavam esses cientistas.

No ano de 1899 apareceram notícias sobre a retomada das construções e reformas dos edifícios da antiga Fazenda de Manguinhos.

17 Amaral & Santos (1906:319-320).

INSTITUTO SOROTERÁPICO FEDERAL

(INSTITUTO DE MANGUINHOS)

PLANTA E LOCALIZAÇÃO APROXIMADAS DO PRIMITIVO LABORATÓRIO E DAS INSTALAÇÕES ANEXAS

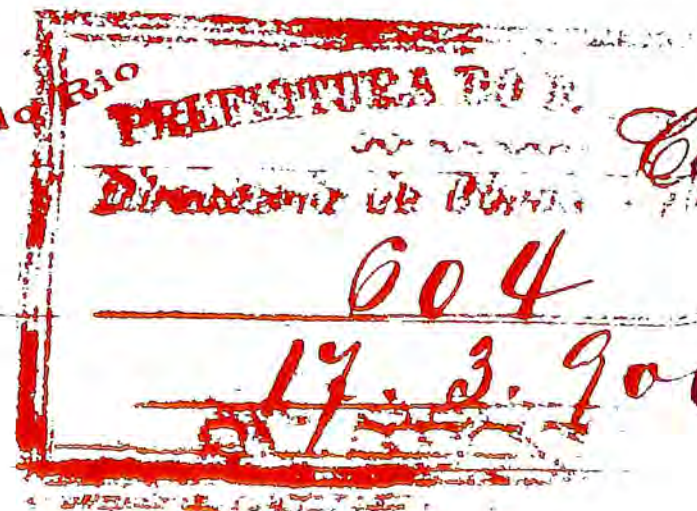
1900 - 1903

Implantação original do Instituto Soroterápico do Barão de Pedro Affonso. A construção longilínea, um biotério para pequenos animais, que aparece ao centro, foi a primeira intervenção de Luiz Moraes Jr. e serviu como balizador para as obras do futuro núcleo do Instituto. A construção à direita, uma estrebaria, resistiu até meados da década de 30. (DAD/Fiocruz)

Auctorisado pelo artigo 37 da lei orçamentária de 4 de janeiro de 1899, o Prefeito Dr. Cesario Alvim abriu um crédito extraordinário e especial de 90 contos de réis a fim de subvencionar o illustre brasileiro dr. Pedro Affonso Franco na creação e custeio, nesta capital, de um laboratório para o fabrico de sôro anti-pestoso, ficando annexo ao Instituto Vaccinico Municipal.

(...) Em 21 de outubro de 1899 foi acceita a proposta da Companhia Edificadora para a execução das obras de adaptação, e com a mesma empreza lavrou-se o respectivo contracto pela quantia de 52.000$; devendo o forno para a incineração dos animais utilizados ser construído administrativamente pela Directoria de Obras.[18]

Nesse período, a Cia. Edificadora Nacional contratada pela prefeitura do Distrito Federal foi autorizada a usar nas obras de adaptações das construções do Instituto Soroterápico o granito da região, posteriormente utilizado por Oswaldo Cruz na construção do Conjunto Arquitetônico de Manguinhos.[19]

O Decreto oficial de 25 de maio de 1900 marca o nascimento da instituição.[20] O decreto não apenas autorizava, por parte do Governo Federal, a conclusão das obras iniciadas por Pedro Affonso em Manguinhos no ano anterior, como também transferia suas instalações, até então pertencentes ao Instituto Vacínico, de alçada municipal, para a responsabilidade da Federação, com o nome de Instituto Soroterápico Federal. Até 9 de dezembro de 1902, Pedro Affonso acumulou a direção dos dois institutos, até que Oswaldo Cruz assumiu a direção do Soroterápico.

[18] Amaral & Santos (1906:319-320).

[19] AGCRJ, Manuscritos, Códice 48-4-19: Folha 85, de 02/12/1899.

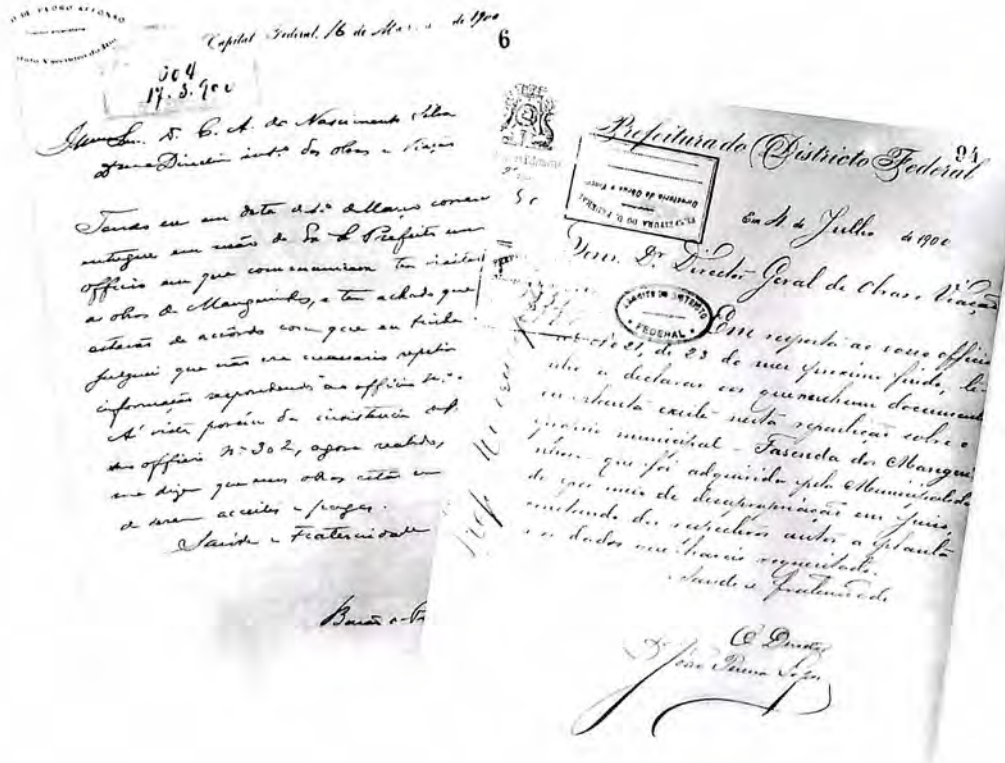
[20] O livro *O Instituto Oswaldo Cruz*, de Ezequiel Dias, lançado em 1918, considera o início da Instituição em 1899. Oficialmente adotou-se o decreto de 25 de maio de 1900.

Início da construção da Cavalariça. A estrebaria, à direita, ocupou o lugar de uma edificação que comporia a futura Praça Pasteur, mas que não foi realizada. À esquerda o Instituto Soroterápico, funcionando ainda sob a administração de Pedro Affonso. (DAD/Fiocruz)

Capital Federal, 16 de Março de 1900

Prefeitura do Districto Federal

Em 11 de Julho de 1900

Saude e Fraternidade

Documentação sobre a ocupação do terreno e início das atividades do Instituto. (AGCRJ)

Os laboratórios de Manguinhos, inaugurados oficialmente em 23 de julho de 1900, foram instalados sobre duas colinas, distantes uma da outra cerca de 500 m. Na colina mais alta localizava-se o laboratório para a fabricação do soro antipestoso, ao passo que na outra, o laboratório para a cultura e o preparo. O laboratório principal era composto de uma casa central e outras construções interligadas.

Sobre a casa central, temos a descrição de Henrique Aragão:

> Uma casa térrea quase nada elevada do solo na qual, à entrada, voltada para o lado da estação da Leopoldina, havia uma estreita varanda à esquerda da qual se via um grande autoclave a carvão, para as esterilizações volumosas, e à direita um alambique para destilação de água. Dessa varanda passava-se à sala de trabalhos gerais, relativamente ampla, da largura do prédio.[21]

O acesso terrestre ao Instituto se dava através da estrada de Manguinhos, que fazia a ligação até a estação do Amorim da Estrada de Ferro Leopoldina Railway.

Apesar de isolado, o acesso ao centro da cidade era facilitado pelo transporte marítimo, como revelam documentos da época. Ezequiel Dias, entretanto, afirmava:

> Com a via marítima quasi não se podia contar, porque o estabelecimento não tinha lancha a vapor, servindo-se apenas (...) de uma das embarcações pertencentes à repartição da pesca (...). Era, no entanto, um meio pitoresco de transporte (...).O caminho habitual era o terrestre. Diariamente, tomava-se o trem das 10:30h na praça da República, o qual em 20 minutos ia até 'São Francisco Xavier', (...) cujo comboio suburbano ia em 10 minutos à parada do 'Amorim'. Ahi esperavam os médicos um servente com 2 cavallos de sella; para estudantes não havia condução.[22]

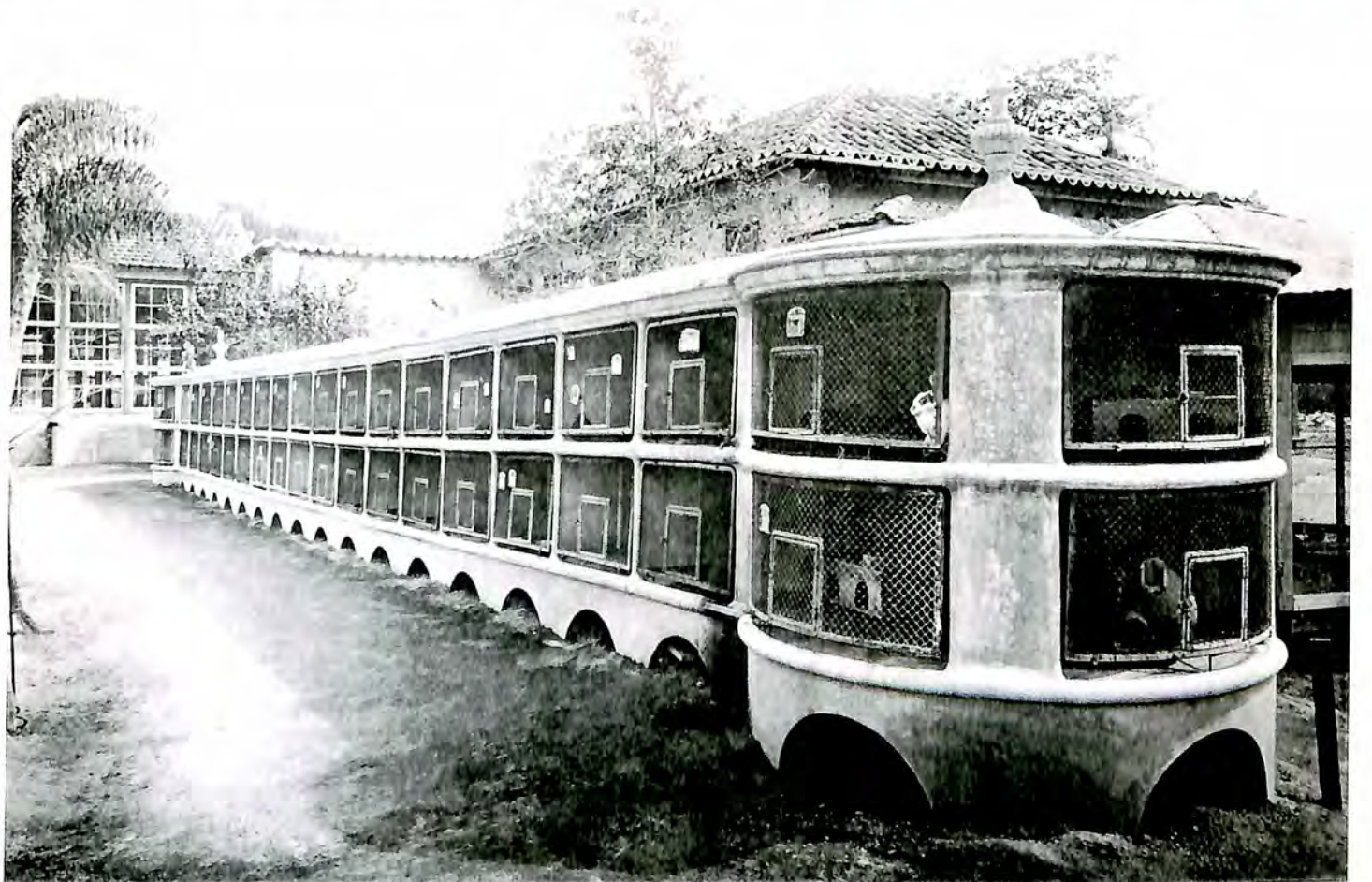
No fim do século XIX, o terreno da antiga fazenda de Manguinhos, onde estava sendo criado o Instituto Soroterápico Federal, possuía uma área equivalente ao atual *campus* da Fiocruz, 85 hectares. Ele era cortado pela Leopoldina Railway e tinha como limites o mar, o rio Faria e a estrada do Porto de Inhaúma.

21 Aragão (1950:8).

22 Dias (1918:9).

Laboratório principal com varanda, onde os funcionários e cientistas faziam suas refeições. (DAD/Fiocruz)

Interior do laboratório principal do Instituto Soroterápico Federal. (DAD/Fiocruz)

Primitivas instalações para um Biotério para pequenos animais. (DAD/Fiocruz)

Biotério para pequenos animais, primeira intervenção do engenheiro-arquiteto Luiz Moraes Jr. no Instituto. Embora tenha servido como balizador das futuras obras, teve vida curta. (DAD/Fiocruz)

Planta de implantação do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos original de Luiz Moraes Jr.
As novas instalações de Oswaldo Cruz seriam superpostas às adaptadas pelo Barão de Pedro Affonso. (DAD/Fiocruz)

1901
1910

De 1904 a 1910

01 Chaminé
02 Forno de incineração de lixo
03 Depósito do incinerador
04 Barracão para animais
05 Depósito
06 Depósito
07 Gaiola para macacos - demolido entre 1905 e 1910
08 Gaiola para cobras e cobaias - demolido entre 1905 e 1910
09 Pequeno laboratório Instituto Soroterápico - demolido entre 1905 e 1910
10 Sede do Instituto Soroterápico - demolido entre 1905 e 1910
11 Cocheira Instituto Soroterápico
12 Antiga Cavalariça
13 Barracão para operários
14 Cocheira
15 Residência para funcionários
16 Depósito
17 Pesqueira
18 Cais
19 Biotério
20 Pombal
21 Cavalariça
22 Pavilhão do Relógio
23 Caramanchão
24 Pavilhão Mourisco
25 Horta - Ilha do Pinheiro
26 Viveiro de peixes - Ilha do Pinheiro
27 Residência do Zelador - Ilha do Pinheiro
28 Residência Museu de Hidrobiologia - Ilha do Pinheiro

RIO DA CUNHA
0
50
100
200
BASE CARTOGRÁFICA: LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO IPP/PCRJ
PLANTA DO INSTITUTO DE MANGUINHOS - 1904
CARTA CADASTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 1908
N
ESTRADA DA PENHA (AVENIDA DEMOCRÁTICOS)
PARADA DO AMORIM
LEOPOLDINA RAILWAY
RIO FARIA
CANAL DA BARRINHA
13
20
03
01
02
05
06
04
21
22
12
23
24
16
14
15
17
18
BAÍA DE GUANABARA
PORTO DE INHAÚMA
PRAIA DE INHAÚMA
Terreno da Fiocruz
Edificações preexistentes
Edificações construídas entre 1904 e 1910

Barão de Pedro Afonso Diretor do Instituto Soroterápico Federal de 23 de julho de 1900 a dezembro de 1902.

Oswaldo Gonçalves Cruz Diretor do Instituto Soroterápico Federal e a partir de 1908 Instituto Oswaldo Cruz de 9 de dezembro de 1902 a 11 de fevereiro de 1917.

No início do século XX, o antigo Instituto Soroterápico Federal era constituído de uma pequena aglomeração de construções, sendo as principais: a sede, onde funcionavam um escritório, um refeitório e pequeno laboratório, a antiga cavalariça, com capacidade para 30 animais, um biotério, uma cocheira e diversas gaiolas. Eram construções tradicionais, com paredes de alvenaria e coberturas de telhas cerâmicas.[23] Aproximadamente metade delas estava implantada na colina principal. Existiam ainda as antigas instalações da prefeitura: a chaminé, o forno de incineração de lixo e o depósito do incinerador.[24] No fim de 1902, Oswaldo Cruz e Pedro Affonso desentenderam-se. O barão, então, se exonerou e, em 9 de dezembro de 1902, Oswaldo Cruz assumiu a direção do Instituto Soroterápico Federal. Em 23 de março de 1903, Oswaldo Cruz foi nomeado, por Rodrigues Alves, para chefiar a Diretoria-Geral de Saúde Pública (DGPC), cargo que ocupou até novembro de 1909. Sua missão era implantar um modelo modernizador de saúde pública que pretendia romper com a realidade insalubre ainda originária do Brasil Império. O projeto de reforma sanitária previa prioritariamente a erradicação das três principais doenças pestilenciais da época: a varíola, a febre amarela e a peste bubônica. Tal conjuntura foi decisiva para que Manguinhos, definindo-se à imagem do Instituto Pasteur, com a produção de remédios, pesquisa científica e atividades ligadas à saúde pública, avançasse e se desenvolvesse rapidamente. Para atender às novas demandas e modernizar as instalações do Instituto Soroterápico, Oswaldo Cruz iniciou a construção do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos.

[23] Para Dias (1918:9), essas construções não tinham "(...) nenhuma preocupação de arquitetura; nem o mais simples dos ornatos; mostravam singelamente o seu beiral com as velhas telhas portuguesas debruçadas no topo das varandas".

[24] Os fornos de lixo foram cancelados em 1899. Durante muitos anos somente uma das chaminés permaneceu na área do Instituto, sendo demolida entre 1939 e 1940 (Aragão, 1950).

Cais reconstruído pelo arquiteto Luiz Moraes Jr., em concreto, em 1903. (DAD/Fiocruz)

Acesso dos pesquisadores ao núcleo principal de Manguinhos. Ao fundo o Pavilhão Mourisco ainda em construção. (DAD/Fiocruz)

A escolha da colina principal tinha a intenção, ainda que não explicitada, de substituir as antigas instalações da Fazenda de Manguinhos, improvisadas pelo Barão de Pedro Affonso e não condizentes com as intenções mais grandiosas de Oswaldo Cruz. A demolição gradativa do antigo conjunto e sua substituição pelo novo núcleo arquitetônico assinalam claramente os novos tempos, assim como a nova relação de poder, como sempre aconteceu ao longo da história da arquitetura, em virtude de seu caráter simbólico e representativo. A rivalidade entre os dois cientistas tornou-se notória, e o tempo acabou por diminuir a participação de Pedro Affonso[25] na criação do Instituto. Antes mesmo do início da construção do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos, já era intenso o ritmo de trabalho e a maioria dos funcionários tinha regime de dedicação exclusiva, investindo na construção e consolidação da Instituição.[26] Em 1903, diversos serviços especializados, como a biblioteca e o serviço de fotografia e de desenho, já estavam organizados e em funcionamento.[27]

[25] Para uma leitura mais completa sobre a relação do Barão de Pedro Affonso com Oswaldo Cruz, sugerimos o livro *Vacina Antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens (1808-1920)*, de Fernandes (1999).

[26] O *Jornal do Commercio* de 20 de fevereiro de 1915 dizia: "Há médicos que, a bem dizer, vivem em Manguinhos e para Manguinhos. No Instituto não há dias santos ou feriados, guardando-se apenas os domingos".

[27] A biblioteca começou a funcionar em 1903, num chalé improvisado que dividia com o serviço fotográfico, era cuidada pelo holandês Assuerus Overmeer e organizada de acordo com a classificação estabelecida pelo Instituto Bibliográfico de Bruxelas.
O laboratório fotográfico era dirigido pelo fotógrafo J. Pinto e dispunha dos recursos mais modernos da época para documentar os trabalhos científicos e as transformações físicas do Instituto, desde os seus primeiros alicerces. Outra seção importante era a de desenho; os artistas desenhavam a pena de nanquim criaturas microscópicas, utilizavam aquarela, faziam cartazes, gráficos e murais, cobrindo os trabalhos de divulgação interna e documentação para serem utilizados também nos cursos. (Benchimol, 1989).

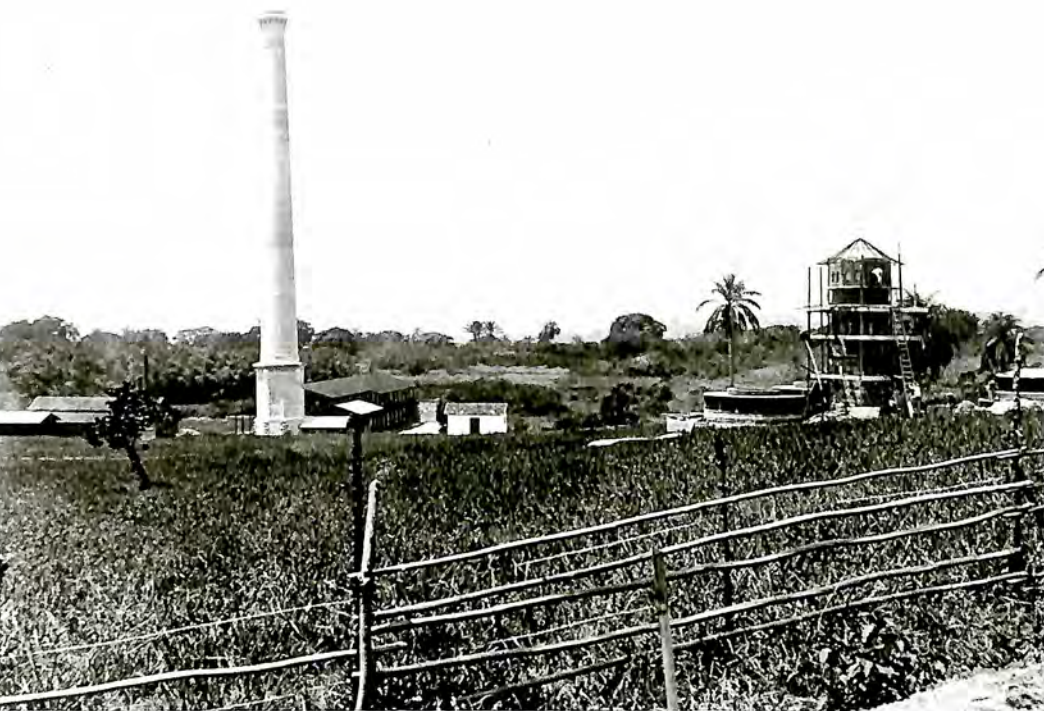
Planta cadastral de 1908. (AGCRJ)

Vista do Instituto Soroterápico Federal, durante a construção das novas edificações projetadas por Luiz Moraes Jr.
Até a finalização da construção do edifício principal, estas construções conviveriam no mesmo sítio. (C.1904 – DAD/Fiocruz)

Vista da colina principal para o mar, mostrando a Baía de Guanabara. Ao fundo, o cais. (DAD/Fiocruz)

Naquela época, o acesso ao Instituto continuava sendo feito por trem do ramal da Leopoldina até a estação do Amorim, onde hoje passa a Rua Leopoldo Bulhões. Depois, o percurso era feito a pé, ou em uma pequena charrete que levava até a colina principal pela estrada de Manguinhos que, a essa época, era uma via pública – a única – que ia até aquele trecho do litoral. Assim permaneceu durante muito tempo. Podia-se chegar também por mar, subindo o Rio Faria.

Na implantação do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos foi obedecida uma disposição que permitisse melhor ventilação e insolação dos edifícios; foi escolhido também o local mais alto do terreno para garantir melhor visibilidade do conjunto. O Pavilhão Mourisco ou Castelo,[28] que é antecedido por jardins de gosto francês, destaca-se pela sua localização privilegiada, tal como os templos gregos e as igrejas coloniais portuguesas, e tem sua fachada principal voltada para o mar, de onde era o primeiro a ser avistado. Os edifícios foram implantados de forma a criar uma praça, hoje denominada Pasteur, delimitada em um dos lados pela Cavalariça; no outro lado, pelo Quinino e o Pavilhão Mourisco e fechada, nos fundos, pelo Pavilhão da Peste (atrás desse edifício foi construído, posteriormente, em um plano mais elevado, o Aquário de Água Salgada). Destacado desse conjunto, foram edificados na outra colina do terreno o Hospital Oswaldo Cruz – hoje Evandro Chagas –, um biotério para pequenos animais, ou Pombal, e mais tarde, na década de 20, o Pavilhão Vacínico ou Vacinogênico, esses situados no caminho entres as duas colinas.

[28] Até hoje estes são os nomes comumente associados a esse prédio, no universo dos funcionários da Fiocruz. Na literatura corrente, é citado sempre como o prédio do Instituto Oswaldo Cruz ou prédio central da Fundação Oswaldo Cruz. Houve um pavilhão, nesse mesmo estilo, em Botafogo, projetado em 1906 pelo arquiteto Alfredo Burnier e demolido em 1952. O estilo de sua arquitetura ajudou a nomear aquela área, Mourisco, onde hoje está localizada a sede náutica do clube Botafogo de Futebol e Regatas, bem como um edifício comercial.

Vista em primeiro plano da chaminé das instalações dos fornos incineradores de lixo. À direita o Pombal em construção. (DAD/Fiocruz)

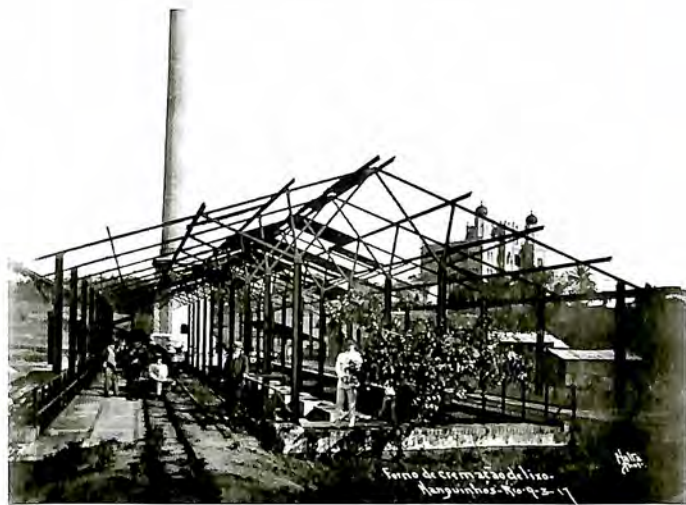



Imagem dos fornos incineradores de lixo instalados pela Prefeitura do Distrito Federal, em processo de desativação. Esta foto, parte de um relatório de Augusto Malta, de 9 de março de 1917, mostra a disposição interna desses fornos. (Coleção Augusto Malta/MIS)

Primeira geração de cientistas de Manguinhos. Da esquerda para a direita em pé: Arthur Neiva, (não identificado), Gaspar Vianna, Astrogildo Machado e Alcides Godoy. Sentados: Gomes de Farias, Carlos Chagas, (não identificado). Oswaldo Cruz, Adolpho Lutz, Cardoso Fontes e Parreiras Horta. (DAD/Fiocruz)

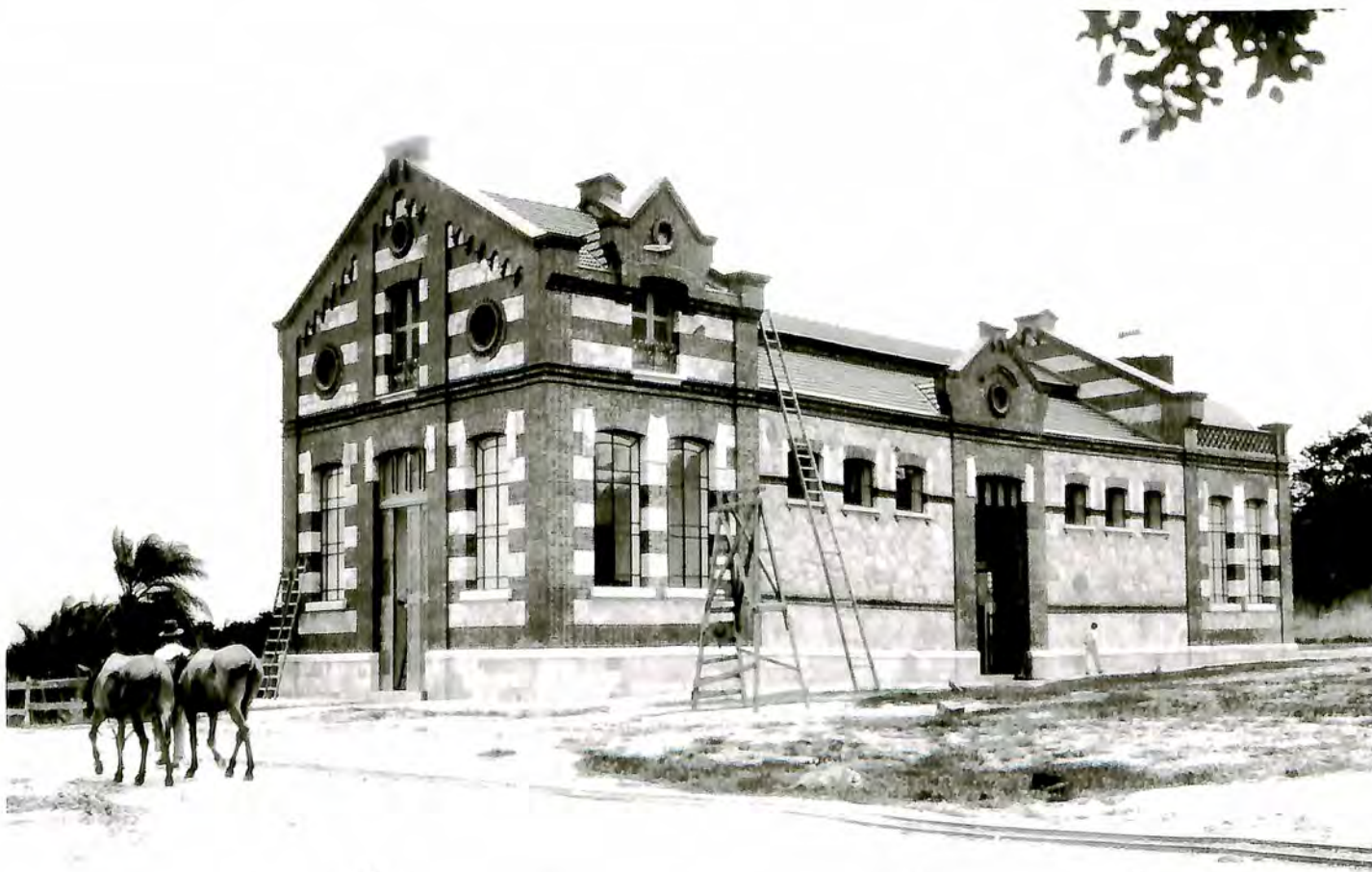
O projeto de substituição e de modernização das edificações do Instituto Soroterápico Federal, 1903-1907, previa a construção de outra cavalariça na Praça Pasteur, também de planimetria retangular no local onde foi construído o Quinino e um Biotério para grandes animais, alinhada à atual Cavalariça e situada no lado oposto do Pavilhão Mourisco. Estavam previstos ainda gaiolas para pequenos animais, mictório e um pavilhão para desinfecção e incineração. Tais edifícios não foram construídos. Nesse projeto, a implantação das vias públicas é semelhante à atual, entretanto a dos jardins, apesar das semelhanças de estilo, difere da implantação de hoje. Ainda em 1907,[29] foi inaugurada em Belo Horizonte a filial do Instituto Oswaldo Cruz, em Minas Gerais. Essa foi a primeira de uma série de centros de pesquisa que passaram a fazer parte da Fiocruz em outros estados brasileiros nas décadas sucessivas (Anexo II).

Os projetos dos edifícios que compõem o conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos foram encomendados diretamente ao engenheiro e arquiteto Luiz Moraes Júnior,[30] que conheceu Oswaldo Cruz em um dos vagões do trem da Leopoldina na ocasião das obras de reforma da Igreja da Penha, sob responsabilidade de Moraes (Anexo I). Seu primeiro projeto, de 1903, foi o de um pequeno biotério construído ao lado das primitivas instalações da Fazenda de Manguinhos.

[29] O jornal *Bello Horizonte*, de 7/8/1907, noticia: "Instituto Filial de Manguinhos. Realiza-se hoje, às 4h da tarde, a inauguração official desse importante e útil estabelecimento, aqui fundado pelo governo da União sob a direcção do distincto médico Sr. Dr. Ezequiel Dias (...) se acha installado na Praça da Liberdade, em magnífico e vistoso prédio, especialmente adaptado com todas as regras exigidas para um estabelecimento desta natureza (...) Além do edifício principal, há o pavilhão dos bezerros e as casas de coelhos e cobaias".

[30] Este texto adota a grafia Luiz Moraes para o nome do arquiteto, com base nos documentos encontrados, como relatórios de seu escritório, onde aparece o carimbo, plantas onde constam sua assinatura, placas em sua homenagem etc. Essa grafia, entretanto, difere da utilizada em algumas publicações.

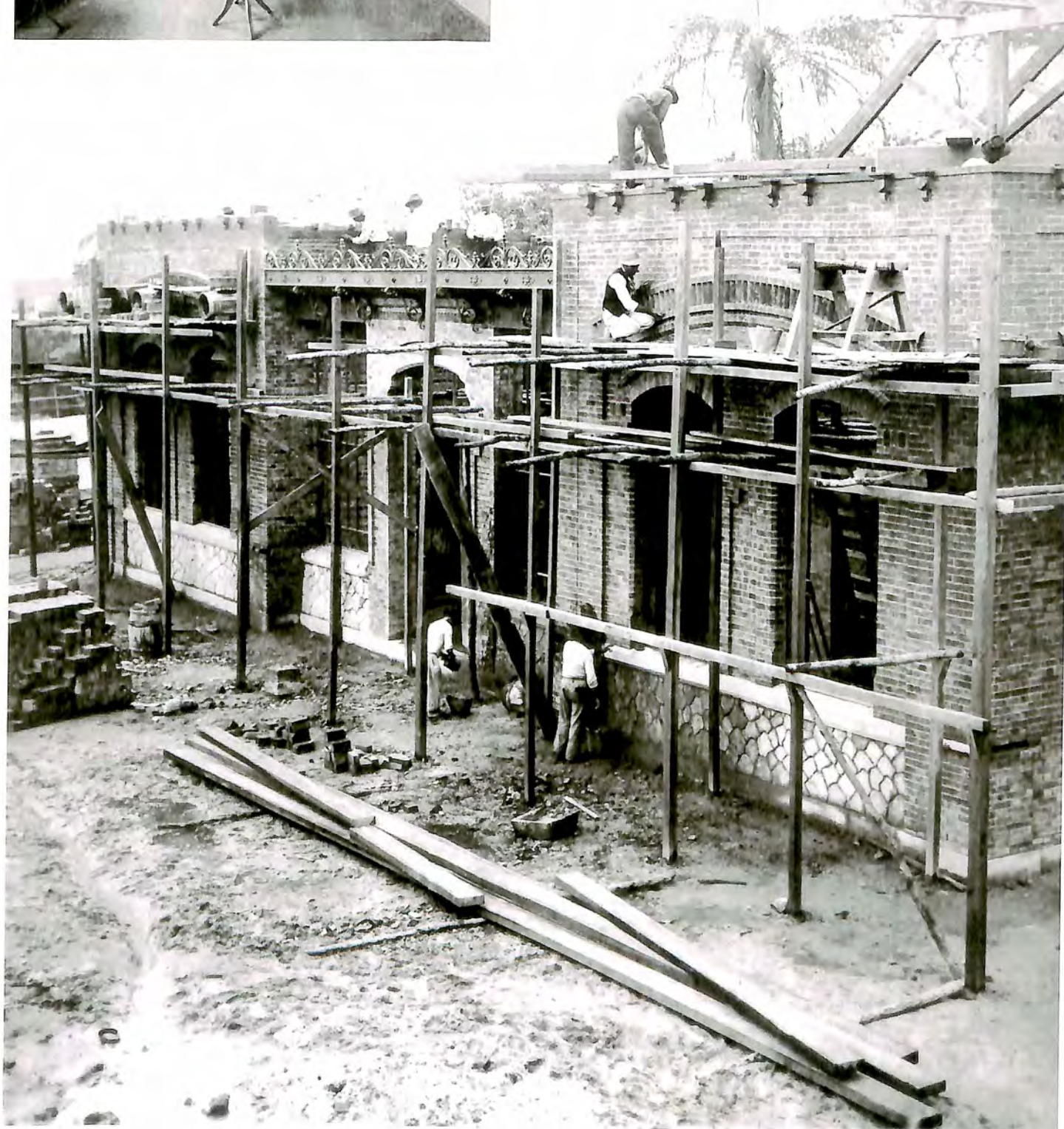
Interior do Pavilhão da Cavalariça. (DAD/Fiocruz)

Detalhe do coroamento da cobertura do Pavilhão da Cavalariça. (DAD/Fiocruz)

Pavilhão da Cavalariça logo após sua construção. (DAD/Fiocruz)

a uma construção com planimetria longitudinal, com as faces menores semicirculares, projetada para fazer parte das novas instalações do Instituto, porém teve curta duração e foi destruída logo após a conclusão do Pombal. A partir do galpão existente na Fazenda, adaptado para estrebaria e que permaneceu até fins da década de 20, Moraes demarcou a implantação de todos os outros edifícios do núcleo principal.

Janela do Pavilhão da Peste. (DAD/Fiocruz)

O primeiro edifício do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos a ser construído foi o Pavilhão da Peste, em 1904. Depois vieram o edifício da Cavalariça e o Pombal, no mesmo ano, e o Pavilhão Mourisco, que começou a ser construído em 1905, quando os dois primeiros já estavam prontos, além dos edifícios do Aquário e do Quinino, ou Pavilhão Figueiredo Vasconcellos, na década seguinte. O sistema construtivo adotado na edificação do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos consistiu em utilizar fundação corrida de pedra, cimento e areia, os 'cafofos', sobre os quais foram erguidas paredes portantes de alvenaria de pedra e tijolos. Na cobertura foram utilizadas telhas francesas de Marselha sobre estruturas metálicas – Cavalariça – e de madeira – Pavilhão da Peste e Quinino. No Pavilhão Mourisco, adotou-se a solução de terraços pavimentados com cerâmica de Marselha. Os terraços são constituídos por lajes estruturadas em perfis metálicos, com seus vãos preenchidos com abobadilhas de tijolos furados. Nas torres, que são elementos de coroamento do Pavilhão Mourisco, utilizou-se estrutura metálica para sustentar os ornamentos fundidos com cimento e areia. A terra, a madeira, a areia, o saibro e a pedra usados na construção do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos foram retirados do próprio terreno do Instituto. O restante dos materiais foi importado: telhas, tijolos e cerâmicas de piso vieram de Marselha, na França; as luminárias, o aço, as esquadrias e os azulejos da marca Villeroy-Bosch, da Alemanha; as fechaduras Yale, dos Estados Unidos; o cimento, da Inglaterra; o mármore, da Itália, e a cerâmica da marca Bordallo Pinheiro, de Portugal.

Esses materiais de construção desembarcavam em um cais – originalmente de madeira e reconstruído em concreto em 1903 –, vindo direto das chatas das embarcações, e eram

Pavilhão da Peste (atual Pavilhão do Relógio) em construção (c.1903).
No detalhe, interior do pavilhão.
(DAD/Fiocruz)

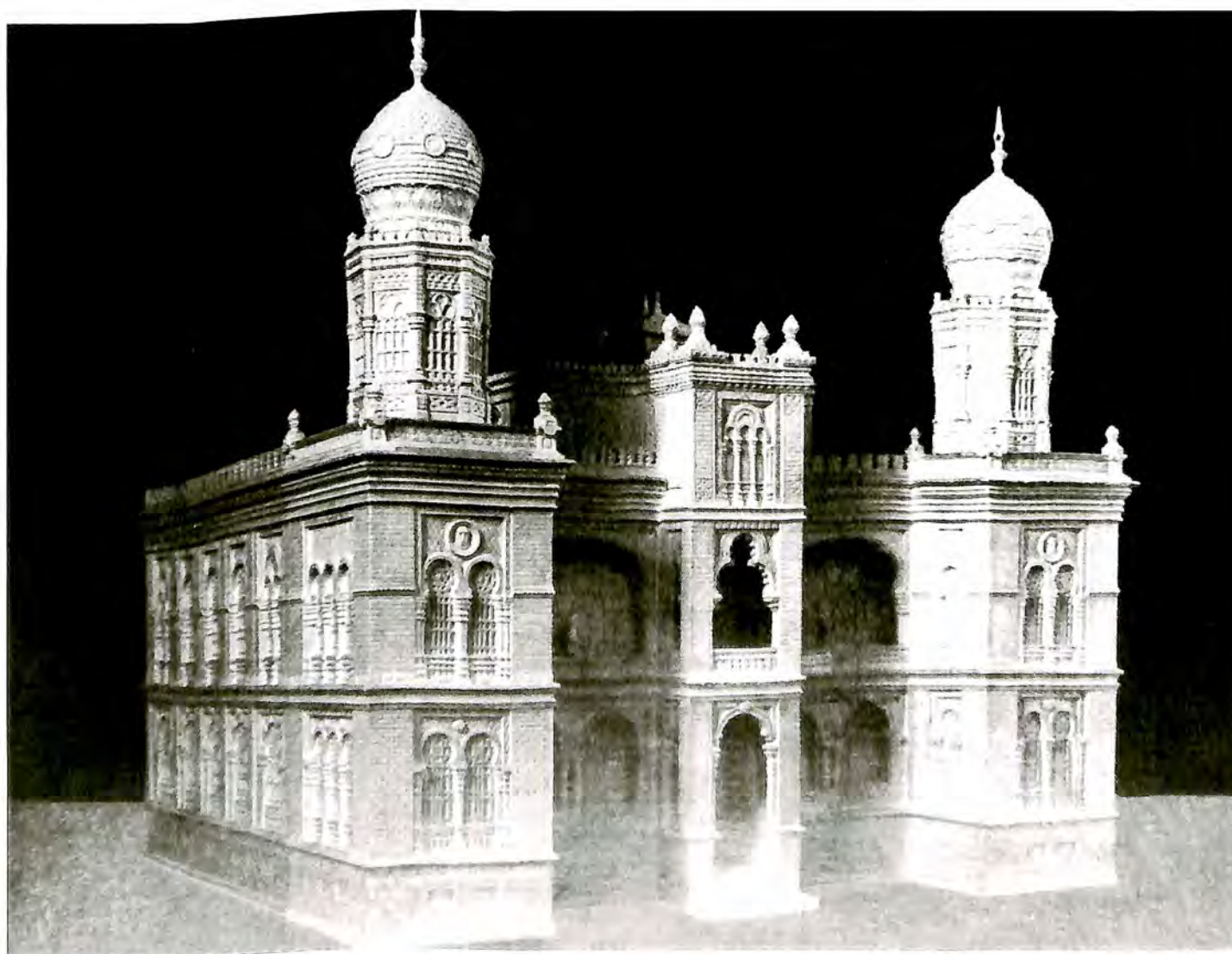
rebocados até o local da construção através de uma miniestrada de ferro de tração animal que corria pelo terreno ligando os locais da obra, onde um guincho tirava, por exemplo, barricas de cimento de 150 kg cada uma. Os trabalhos eram dirigidos por um mestre-de-obras austríaco, Basílio Silvestre Aor,[31] que era de inteira confiança de Luiz Moraes. Basílio Aor comandava artífices portugueses, italianos e espanhóis especializados em marcenaria, cantaria, pintura e estuques. Oswaldo Cruz participava ativamente da concepção dos projetos e acompanhava o andamento das obras.

A maior parte dos recursos utilizados no início da construção do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos não foi autorizada em lei e veio das sobras das verbas da Diretoria-Geral de Saúde Pública. Ao longo dos anos, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores concedeu diversos créditos especiais para dar andamento e para acelerar o ritmo, bem como concluir as obras de modernização do Instituto.

O Pavilhão Mourisco, principal edifício do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos, teve seu primeiro croqui elaborado por Oswaldo Cruz. Trata-se de desenhos de plantas e elevações que serviram de base para os projetos de Luiz Moraes Júnior, no primeiro dos quais, datado de 1905, o Pavilhão Mourisco possuía, acima do térreo, apenas três pavimentos. No projeto de 1907, também com três pavimentos, provavelmente por influência do Observatório de Montsouris, na França, o arquiteto acrescentou duas torres laterais ao edifício. Somente em 1908, com as obras em estágio adiantado, Luiz Moraes Júnior elaborou o projeto definitivo de cinco pavimentos. Todos foram concebidos em estilo mourisco.

[31] Aor, Hamlet William, depoimento (1986, fita 1, lado A). Seu pai, Basílio Aor, nasceu em Trento, Itália, cidade que à epoca pertencia ao Império Austro-Húngaro. A região só voltaria à Italia após o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918. Aor foi o mestre-de-obras, em 1914-1915. Foi convidado por Oswaldo Cruz para continuar no campus trabalhando na manutenção, mas ele preferiu continuar seguindo Luiz Moraes Jr. e indicou um empregado seu para o serviço, um espanhol chamado Frutoso Gandara Martinez, que foi quem construiu o Pavilhão dos Medicamentos Oficiais e o Pavilhão Vacinogênico. Basílio Aor morreu em 1919.

Croqui do Pavilhão Mourisco. Traço original de Oswaldo Cruz.

Os edifícios projetados por Luiz Moraes Júnior se inserem na linguagem do ecletismo arquitetônico, na qual as composições, concebidas em conformidade com os princípios clássicos, frontalidade, axialidade e simetria, recebem um tratamento ornamental onde se mesclam duas ou mais tendências de estilo e decoração. O Pavilhão da Peste foi inspirado nas construções ferroviárias inglesas, devido, provavelmente, à formação do arquiteto em engenharia ferroviária. A linguagem inglesa, usada no conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos (Peste, Cavalariça, Castelo e Quinino), é tão forte quanto a portuguesa e a árabe. O estilo inglês está muito presente tanto na arquitetura do Pavilhão da Cavalariça como nos elementos em ferro das escadas, baias, grades, grelhas, luminárias etc.; também nos equipamentos, como balanças e monta-cargas, e ainda no uso do material de composição e revestimento, como o granito e o tijolo maciço. Os materiais em ferro

Maquete do segundo projeto do Pavilhão Mourisco, já com as duas torres, mas sem o último pavimento, apresentada na Exposição Internacional de Higiene de Berlim em 1907. (DAD/Fiocruz)

eram escolhidos em catálogos e podiam ser facilmente encomendados diretamente com os fabricantes ou por intermédio de representantes na própria cidade do Rio de Janeiro.

Já as linguagens portuguesa, mourisca[32] e inglesa mesclam-se com maestria no Pavilhão Mourisco, sede de Manguinhos. A influência da arquitetura inglesa na concepção do Pavilhão Mourisco se dá, sobretudo, na adoção da planimetria em forma de H, com uma grande escadaria inserida em um *hall* de entrada central ricamente decorado. Estas são algumas das características da arquitetura elizabetana que predominou na Inglaterra na segunda metade do século XVI, durante o reino de Elizabeth I (1558-1603).[33] Uma outra explicação para a planimetria utilizada no Pavilhão Mourisco diz respeito às influências portuguesas, mais precisamente nas que

[32] Estilo arquitetônico desenvolvido no âmbito da arte islâmica entre a segunda metade do século XI e o final do XV. Originou-se do encontro, na península Ibérica entre as tradições siríaco-muçulmanas, o substrato clássico e visigótico do ambiente andaluzo e a cultura bérbera.

[33] A primeira referência à arquitetura elizabetana, para o Pavilhão Mourisco, foi feita pelo arquiteto Antonio Pedro Gomes de Alcântara, do Iphan, no parecer de janeiro de 1980 para o Processo de Tombamento dos Edifícios Históricos da Fiocruz.

Transição das antigas instalações do Instituto Soroterápico Federal, planejado pelo Barão de Pedro Afonso, para os edifícios construídos na gestão de Oswaldo Cruz. (DAD/Fiocruz)

Detalhe de uma janela do Pavilhão Mourisco. (DAD/Fiocruz)

Vista do Pavilhão Mourisco e da torre do Pavilhão da Peste a partir do Aquário. (DAD/Fiocruz)

adotam a implantação típica dos solares portugueses do século XVII, cuja maior contribuição para a evolução das residências em Portugal foi justamente a introdução da planta em U, com o pátio aberto para os fundos da edificação. A distribuição dos espaços ocorre de forma simétrica, a partir de um eixo central, onde se destaca um grande *hall* de escadas, no interior ou no exterior da edificação, ou ainda um pátio interno, fechado.[34]

No caso do Pavilhão Mourisco, observa-se a distribuição das salas a partir do *hall* central e das escadas internas, ricamente decorados. A simetria é sentida especialmente nas fachadas, onde os elementos decorativos estão subordinados a uma rigorosa composição. Outra característica

Vista dos elementos arquitetônicos de coroamento do Pavilhão Mourisco. (DAD/Fiocruz)

[34] Azevedo (1969:57).

Aspecto final do edifício principal do conjunto arquitetônico projetado por Luiz Moraes Jr. e idealizado com Oswaldo Cruz. (C. 1918 DAD/Fiocruz)

forte da tradição portuguesa pode ser identificada na localização da torre dos sanitários, como um corpo quase isolado da edificação.

A ornamentação segue outra orientação estética. A linguagem de origem árabe adotada obedece ao movimento de revalorização da arquitetura medieval que atingiu a Europa, a partir da primeira metade do século XIX, como reação ao classicismo até então vigente, na tentativa de recuperar a memória artística de épocas passadas de um notável esplendor construtivo. A burguesia européia do século XIX adotaria, entre outras linguagens, a neo-árabe, com "(...) conotações de evasão, evocação e singularidade social muito importantes, adotando os palácios de Alhambra como principal modelo referencial que suscitara – sempre por meio da decoração – um amplo repertório emocional".[35]

O Alhambrismo, termo com o qual se designou essa estética, surge para valorizar a imagem do islamismo arquitetônico como arte, visto antes com sobriedade e incorporado, depois, pelo espírito romântico, como um vocabulário especialmente atrativo, uma vez que evocava imagens de magia e fantasia.

A idéia de 'Palácio da Ciência', imaginada por Oswaldo Cruz para o edifício principal do Instituto por ele dirigido, realizou-se, na interpretação do seu arquiteto, nessa linguagem influenciada pela arquitetura de Alhambra,[36] demonstrando o passado cultural de seu projetista. O primeiro croqui imaginado por Oswaldo Cruz, porém, revelava uma estética medieval, com as duas torres em forma triangular. Distante, portanto, da idéia concretizada por Luiz Moraes Júnior.

Detalhe das luminárias do *hall* central do Pavilhão Mourisco. (DAD/Fiocruz)

[35] Domingo (1998:15).

[36] O complexo arquitetônico de Alhambra, construído entre os anos 1238 e 1492 em Granada, Espanha, é o exemplo mais significativo da arquitetura civil mourisca. Alhambra foi palácio, cidadela e fortaleza. Abrigou também residência dos sultões Nazaries e dos altos funcionários, servidores da corte e soldados da elite muçulmana.

Detalhe da ornamentação do *hall* central do Pavilhão Mourisco. (DAD/Fiocruz)

A rica decoração das áreas nobres do edifício, ou seja, o *hall* da escada principal, o *hall* do último pavimento, o salão de leitura da biblioteca e as varandas, onde foram utilizados ricos materiais de acabamento, além dos painéis em gesso e madeira trabalhados, contrasta com o interior extremamente simples e funcional das salas dos laboratórios, com paredes lisas sem ornamentação, revestidas com azulejos brancos e com cantos arredondados nas junções entre as paredes e o piso.

Azulejos da Bordallo Pinheiro utilizados no Pavilhão Mourisco. (DAD/Fiocruz)

O Pombal, construído longe dos outros edifícios do conjunto, talvez por essa razão contraste significativamente com eles. Também de composição e implantação simétrica, é considerado o projeto mais livre de Luiz Moraes Júnior. Nele, o arquiteto trabalha com formas geométricas puras na confecção dos pequenos pavilhões que compõem, juntamente com a torre central, um conjunto leve, harmônico e despretensioso, deixando os poucos ornamentos para detalhes decorativos em concreto, como arremates de telhados e guarda-corpos de escada, imitando troncos de árvores, como nos jardins de inspiração francesa.

Em setembro de 1907, o Brasil participou, em Berlim, do XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia e de uma exposição anexa ao evento, quando foram amplamente divulgados os diversos aspectos da saúde pública nacional, os trabalhos desenvolvidos no Instituto e exibidos os projetos arquitetônicos que estavam sendo implantados em Manguinhos. A seção brasileira recebeu o primeiro prêmio, a medalha de ouro, que foi entregue a Oswaldo Cruz. Nessa primeira década do século XX, além das modernizações da infra-estrutura, o Instituto passava também por mudanças em sua estrutura regimental. Em 12 de dezembro de 1907, Afonso Penna sancionou o decreto que transformou o Instituto Soroterápico em Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos, possibilitando maior fluxo de créditos e estendendo seu campo de ação, ao mesmo tempo em que o transformava em escola de medicina experimental através dos Cursos de Aplicação. Com o decreto nº 6.892, de 19 de março de 1909, a Instituição passou a se chamar Instituto Oswaldo Cruz

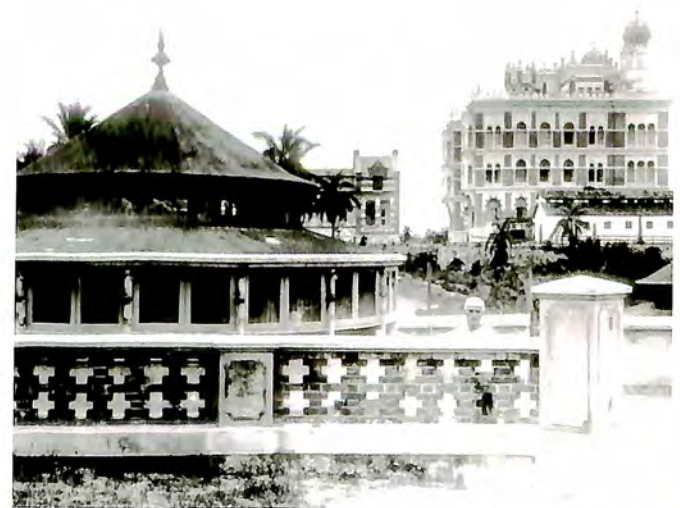
Vista de um torreão do Pavilhão Mourisco. (DAD/Fiocruz)

(IOC) e adquiriu a forma institucional que permaneceria até a década de 30. O primeiro regimento do Instituto data de 19 de março de 1908, e o modelo baseado na pesquisa, no ensino e na produção que então se formava completava-se e sustentava-se mutuamente.

No fim da primeira década do século XX, o ritmo das obras de modernização das instalações do Instituto foi intensificado. Naquela época, o primeiro e o segundo pavimentos do Pavilhão Mourisco foram ocupados por laboratórios, enquanto as obras prosseguiam nos pavimentos superiores. Na Cavalariça e no Pavilhão da Peste, já concluídos, desenvolviam-se as atividades de inoculação de material virulento em cavalos, para a obtenção de soros. O Pavilhão da Peste era destinado exclusivamente à obtenção do soro antipestoso. O Pombal já estava ocupado por cobaias de pequeno porte. Desapareceu no fim daquela década parte da infra-estrutura do Instituto Soroterápico construída em 1903: gaiola para macacos, gaiola para cobras e cobaias, pequeno laboratório, cocheira e a antiga sede do Instituto Soroterápico. Algumas edificações, como a chaminé, o forno de incineração de lixo, o depósito do incinerador, o barracão para animais, o depósito e a antiga cavalariça permaneceram e continuaram ao lado, por alguns anos, das novas instalações de Manguinhos. A chaminé resistiu até por volta de 1940, como será visto adiante. Na primeira década do século XX, foram construídos também alguns edifícios de menor importância, tais como um barracão para operários, uma cocheira, uma residência para funcionários, um depósito, uma pesqueira, um biotério e um caramanchão, que deu origem à Casa de Chá, até hoje existente. Não há indícios de que tenham sido elaborados projetos para a construção desses edifícios.

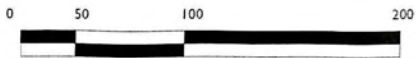
Detalhe da alavanca de controle do elevador do Pavilhão Mourisco. (DAD/Fiocruz)

Vista geral do Biotério para pequenos animais (Pombal). (DAD/Fiocruz)

Detalhe de um dos módulos do Pombal. (DAD/Fiocruz)

Em primeiro plano detalhe do Pombal, ao fundo à esquerda, a Cavalariça e à direita o Pavilhão Mourisco. (DAD/Fiocruz)

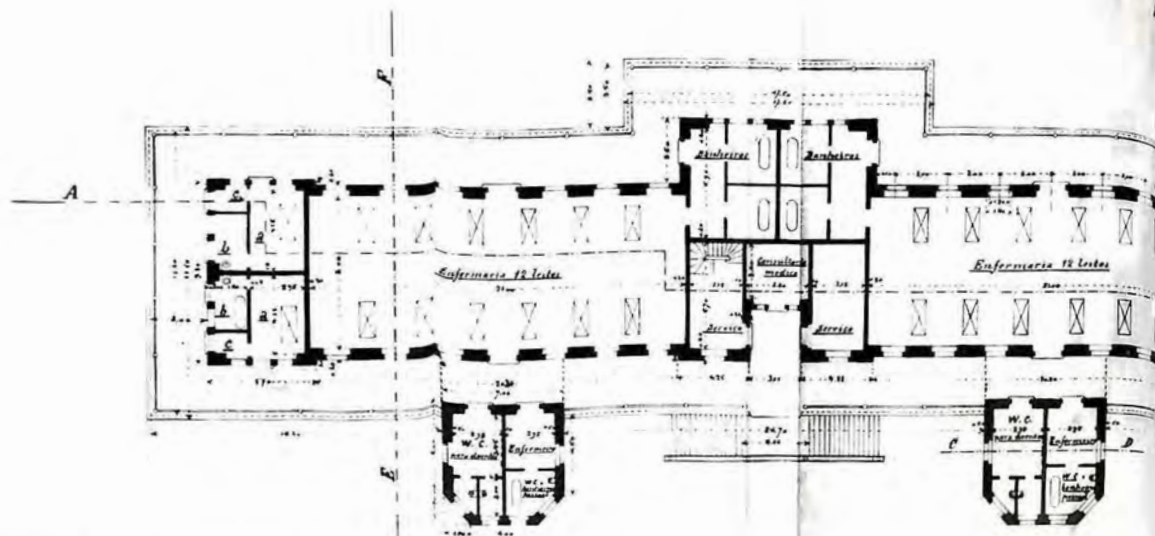
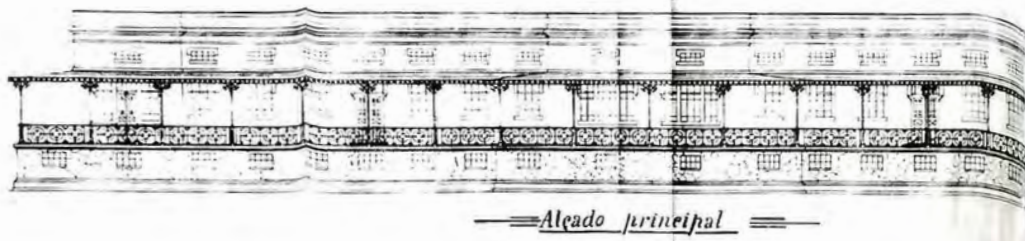
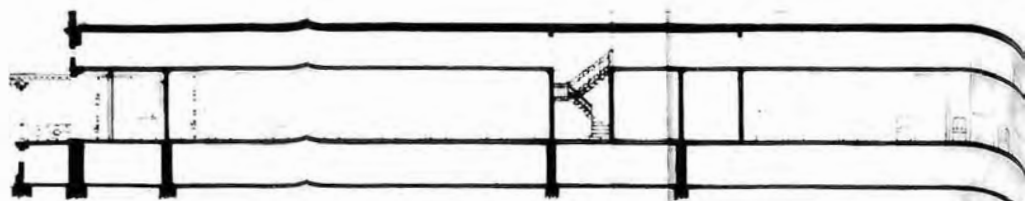
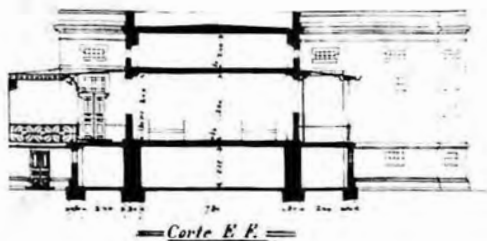
1911
1920

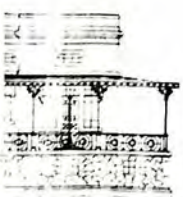
De 1910 a 1920

01 Chaminé
02 Forno de incineração de lixo
03 Depósito do incinerador
04 Barracão para animais
05 Depósito
06 Depósito
11 Cocheira Instituto Soroterápico
12 Antiga Cavalariça - demolido na década de 10
13 Barracão para operários
14 Cocheira
15 Residência para funcionários
16 Depósito - demolido na década de 10
17 Pesqueira - demolido na década de 10
18 Cais
20 Pombal
21 Cavalariça
22 Pavilhão do Relógio
23 Caramanchão
24 Pavilhão Mourisco
25 Horta - Ilha do Pinheiro
26 Viveiro de peixes - Ilha do Pinheiro
27 Residência do zelador - Ilha do Pinheiro
28 Residência Museu de Hidrobiologia - Ilha do Pinheiro
29 Hospital Evandro Chagas
30 Cantina
31 Residência
32 Ambulatório HEC
33 Biotério HEC
34 Depósito
35 Aquário de água salgada
36 Pavilhão Figueiredo Vasconcellos
37 Anexo Casa de Chá
38 Bichário

0
50
100
200
BASE CARTOGRÁFICA: LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO IPP/PCRJ
FOTO AÉREA - ESCOLA DE AVIAÇÃO NAVAL - 1922
PLANTA DA ILHA DO PINHEIRO - G.B. - 1921
N
PARADA DO AMORIM
LEOPOLDINA RAILWAY
ESTRADA RIO-PETRÓPOLIS
RIO FARIA
CANAL DA BARRINHA
13
20
38
35
22
21
36
37
23
24
03
01
02
05
06
04
29
33
32
31
30
34
14
15
18
PORTO DE INHAÚMA
BAÍA DE GUANABARA
Terreno da Fiocruz
Área perdida
Edificações preexistentes
Edificações construídas na década de 10

Oswaldo Gonçalves Cruz Diretor do Instituto Soroterápico Federal e a partir de 1908 Instituto Oswaldo Cruz de 9 de dezembro de 1902 a 11 de fevereiro de 1917.

Carlos Ribeiro Justiniano das Chagas Diretor do Instituto Oswaldo Cruz de 14 de fevereiro de 1917 a 8 de novembro de 1934.

O programa de construção e de modernização das instalações do Instituto prosseguiu em 1912, quando foram iniciadas as obras do Hospital Oswaldo Cruz. Este pavilhão fazia parte de um complexo hospitalar projetado inicialmente para funcionar com seis unidades, das quais apenas uma foi construída. A escolha da outra colina do Instituto para a construção do Hospital Oswaldo Cruz (atual Hospital Evandro Chagas) tinha como intenção isolar o

Hospital Oswaldo Cruz (atual Hospital Evandro Chagas), projeto do arquiteto Luiz Moraes Jr. (DAD/Fiocruz)

Vista do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos a partir da varanda do Hospital Evandro Chagas. Da esquerda para a direita: pombal, aquário (demolido), cavalariça, estrebaria (demolida) e Pavilhão Mourisco. Em primeiro plano as antigas instalações dos fornos incineradores de lixo com destaque para a chaminé. 1918. (MIS/Coleção Augusto Malta)

local das áreas de trabalho laboratorial do Instituto. Trata-se de construção de dois pavimentos, cuja organização espacial distribui, ao centro, as áreas de serviços básicos e, nas extremidades, as áreas de apoio, como cozinha, lavanderia etc. Interligando essas áreas, situam-se os quartos das enfermarias. Externamente, o edifício obteve uma solução sóbria, simétrica, em que os elementos ornamentais restringem-se às varandas que circundam as enfermarias, proporcionando uma boa aclimatação dos ambientes internos. O Hospital Evandro Chagas induziu à construção de pequenos edifícios de apoio, que já aparecem no seu entorno no fim da década de 10 e que foram utilizados posteriormente como cantina, residência, ambulatório, biotério e depósito.

Início das obras do Hospital Oswaldo Cruz (atual Evandro Chagas). Ao fundo a chaminé dos fornos incineradores de lixo e o conjunto arquitetônico de Manguinhos. Abaixo, o aspecto final do hospital. (1912 – DAD/Fiocruz)

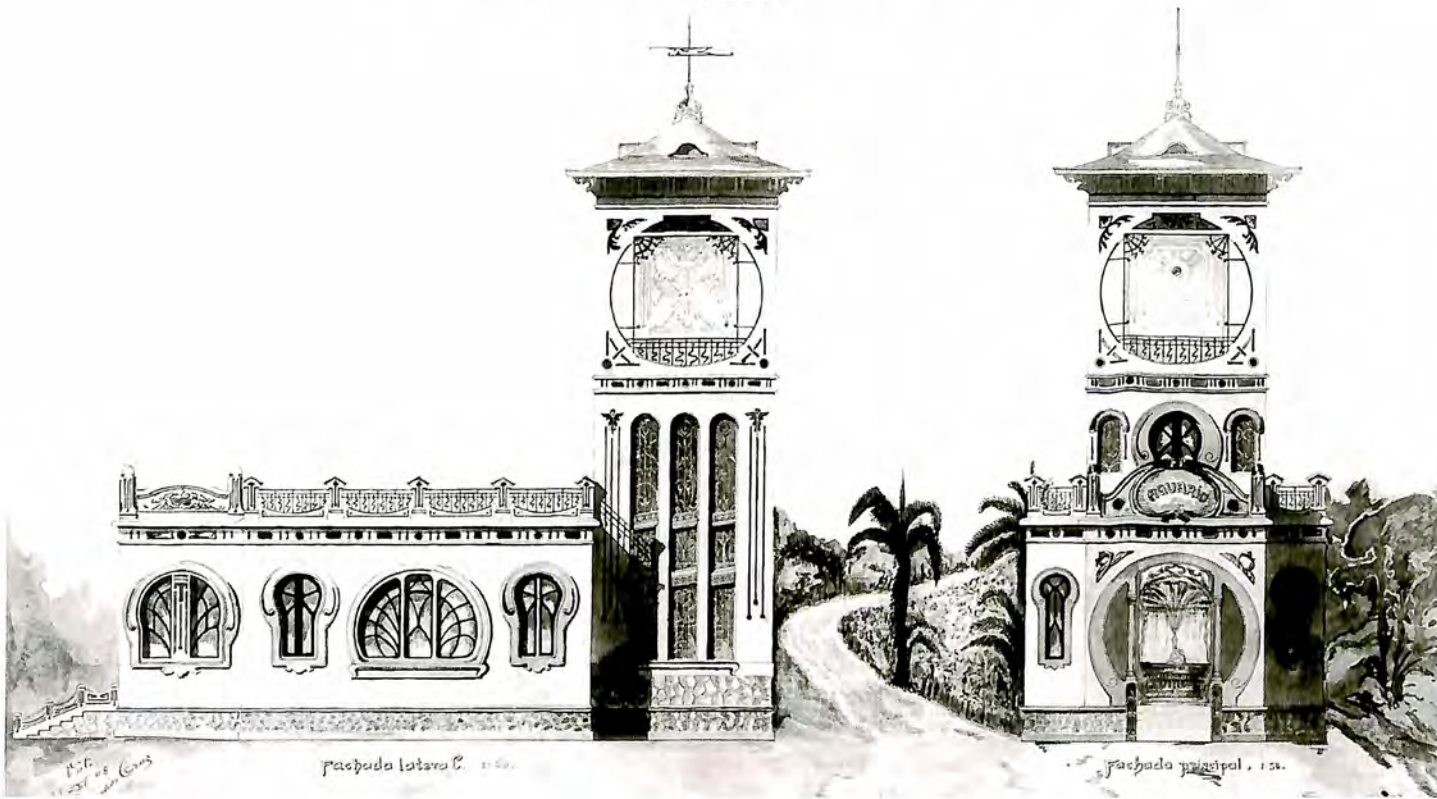
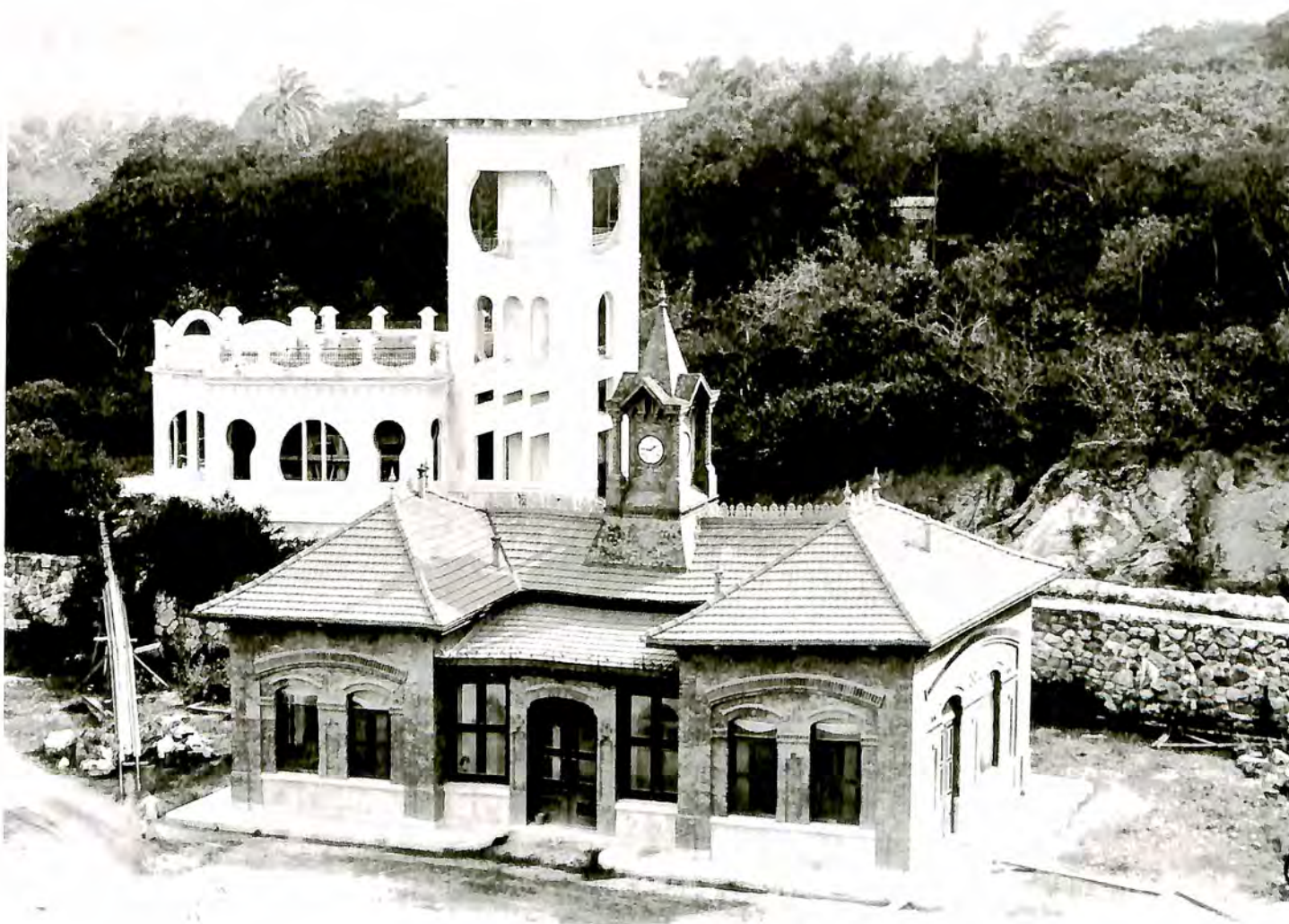
O ano de 1915[37] marca o início da construção do edifício do Aquário de Água Salgada, que tinha uma ligação direta com o mar. Nele se estudavam microorganismos aquáticos. Sua linguagem arquitetônica, em *art nouveau*, contrastava fortemente com os demais edifícios do conjunto e foi uma das poucas tentativas de Moraes de adotar uma linguagem arquitetônica mais contemporânea. Perdendo suas funções, com a construção da Avenida Brasil (1939-1946), uma vez que a ligação com o mar foi interrompida, o aquário ficou em ruínas até a década de 60, quando foi demolido. Herman Lent,[38] que conheceu o Aquário e admirava sua arquitetura, não sabe explicar o motivo de sua destruição, mas se recorda de que nele José Gomes de Faria estudava plâncton.

Naqueles anos apareceram também registros referentes ao primeiro refeitório do Instituto,[39] na época chamado de Caramanchão, hoje de Casa de Chá. Lent[40] comenta

[37] O *Jornal do Commercio* de 20/2/1915 noticiava: "Numa próxima eminência nota-se por acabar o grande aquário e mais abaixo está a grande construcção destinada a guardar os animaes em serviço de sôro". O livro de Ezequiel Dias, sobre o Instituto Oswaldo Cruz, ao descrever a relação de edifícios existentes em Manguinhos, menciona 'aquários' ainda em construção (Dias, 1918:22). O livro *Manguinhos, do Sonho à Vida: a ciência na Belle Époque* (Benchimol, 1990:136), afirma ter sido levantado o Aquário de Água Salgada entre 1905 e 1908. Adotou-se as fontes primárias de 1915 e 1918.

[38] Herman Lent – Trecho de depoimento, de 15 de junho de 2000, registrado na fita 1, lado B.

[39] O *Jornal do Commercio* de fevereiro de 1915 noticiava: "O instituto fornece ao seu pessoal technico almoço e jantar. Essas refeições são servidas num pitoresco pavilhão rústico construído nas proximidades do edifício principal. Havia sério problema a resolver na occasião de erguer essa nova dependência. Existiam várias árvores, entre as quaes uma grande figueira frondosa, pela qual o Dr. Oswaldo tinha especial sympathia. Junto dela erguiam-se outras árvores. Pois o pavilhão foi edificado e as árvores não foram sacrificadas. Fez-se um trabalho especial de defesa das árvores de modo que os ramos da figueira varam livremente o tecto do pavilhão, protegendo o refeitório com a sua sombra cariciosa."

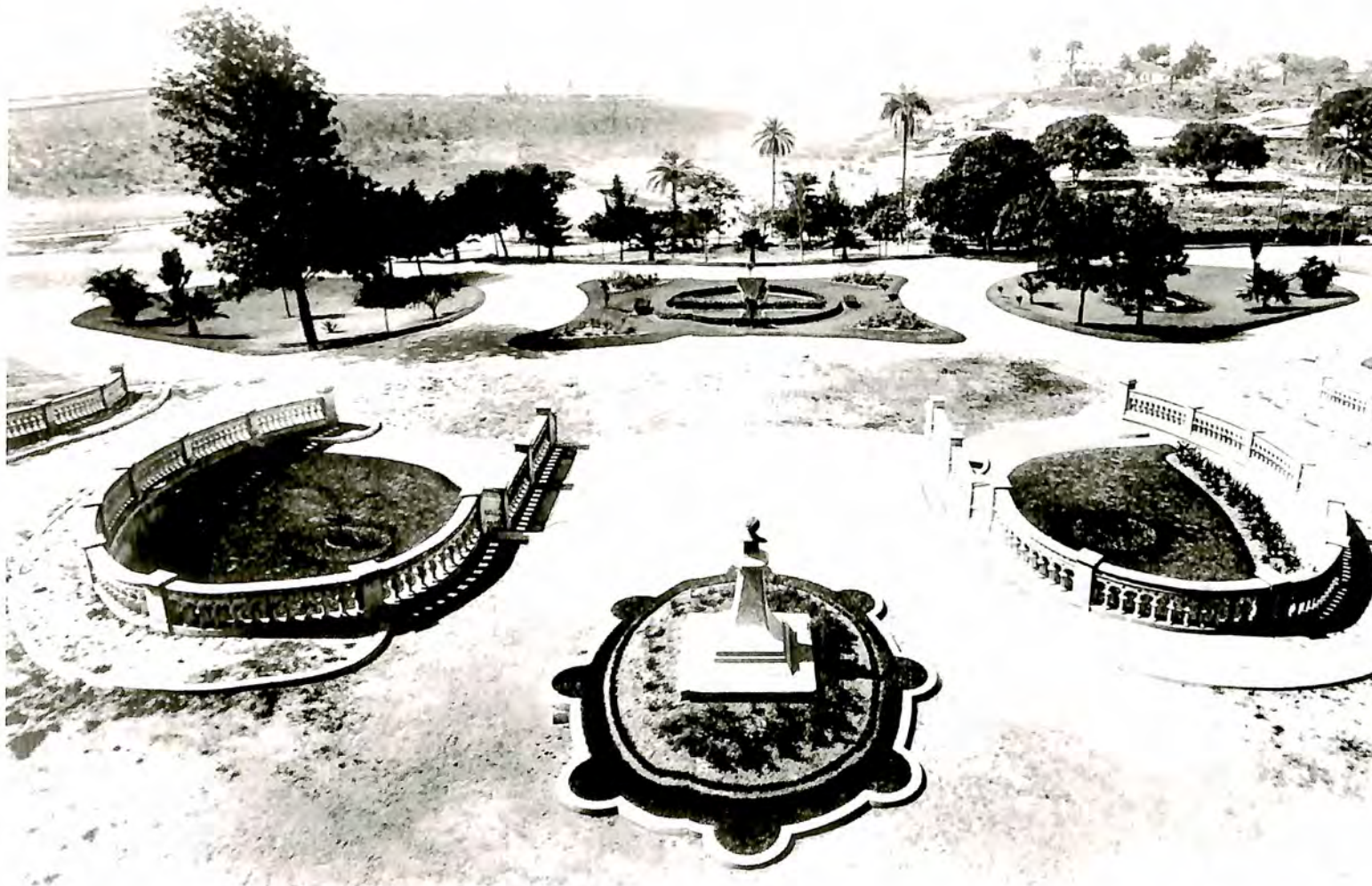
[40] Herman Lent – Trecho de depoimento, de 15 de junho de 2000, registrado na fita 1, lado A.

Projeto do Aquário. Traço original de Luiz Moraes Jr. (DAD/Fiocruz)

Em primeiro plano o Pavilhão da Peste (atual Pavilhão do Relógio) e ao fundo o Aquário logo após a sua construção. (c. 1915 - DAD/Fiocruz)

que, no seu tempo, no Caramanchão almoçavam apenas os cientistas e alguns técnicos mais graduados. Segundo ele, os demais funcionários almoçavam em um edifício anexo, construído provavelmente na década de 20, onde funcionava também a cozinha.

Em 14 de fevereiro de 1917, com Oswaldo Cruz já doente, Carlos Chagas assumiu a direção do IOC e deu continuidade à construção do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos.

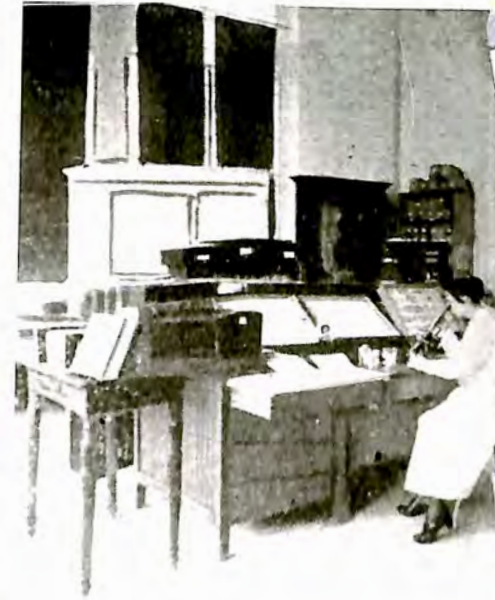
Entre os anos de 1914 e 1918, parte das obras de construção do Pavilhão Mourisco e dos hospitais Evandro Chagas e de Lassance (Anexo II) foi financiada com recursos próprios do Instituto. O Hospital Evandro Chagas foi concluído em 1918. Essa nova forma de financiamento tornou-se possível graças às verbas próprias do Instituto e dos recursos provenientes da venda de vacinas contra a peste da manqueira.

A partir de 1910, foram levantadas as paredes do terceiro, quarto e quinto pavimentos do Pavilhão Mourisco e, nos anos sucessivos, foram construídos os terraços e as torres. Em 1918, o museu e a biblioteca já estavam instalados no terceiro pavimento e os trabalhos de ornamentação do *hall* e do salão nobre da biblioteca, bem como os trabalhos de fundição dos ornamentos externos em cimento e areia já haviam sido concluídos. Naquele ano, os equipamentos de laboratório e as instalações elétricas, térmicas, telefônicas e telegráficas já tinham sido implantadas. A maior parte dos equipamentos foi fornecida pela empresa alemã Siemens e Halke. O Pavilhão Mourisco, na época de sua inauguração, era um dos edifícios dotados da maior sofisticação tecnológica do País.

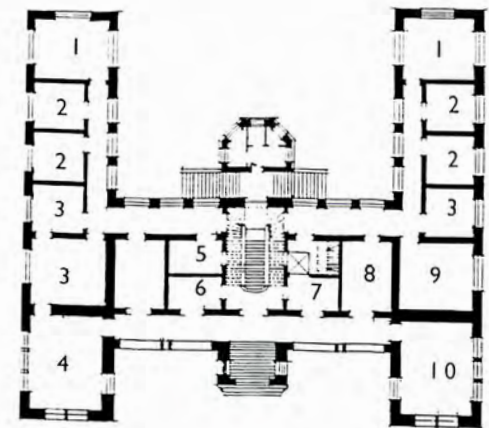
Cientistas de Manguinhos em visita às obras de construção do Pavilhão Mourisco. (DAD/Fiocruz)

Vista da escadaria e do primitivo jardim e da Baía de Guanabara a partir do Pavilhão Mourisco. Ao fundo vê-se o cais de embarque. (DAD/Fiocruz)

Interior do Caramanchão, atual Casa de Chá, local de refeições e ponto de encontro dos cientistas até o início da década de 50, quando foi inaugurado o Pavilhão do Restaurante Central. A figueira que aparece à direita foi morta por herbicidas mal-empregados, na década de 70. (DAD/Fiocruz)

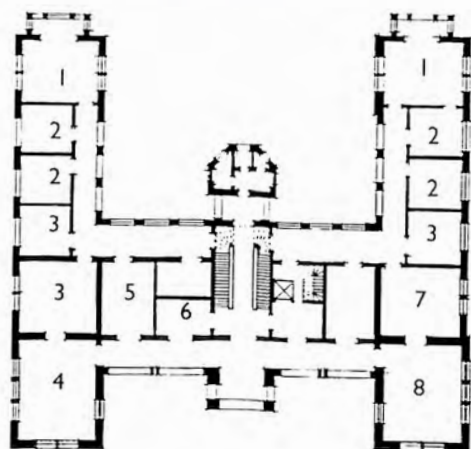
Layout do Pavilhão Mourisco em 1918. Fonte: livro de Ezequiel Dias - *O Instituto Oswaldo Cruz*

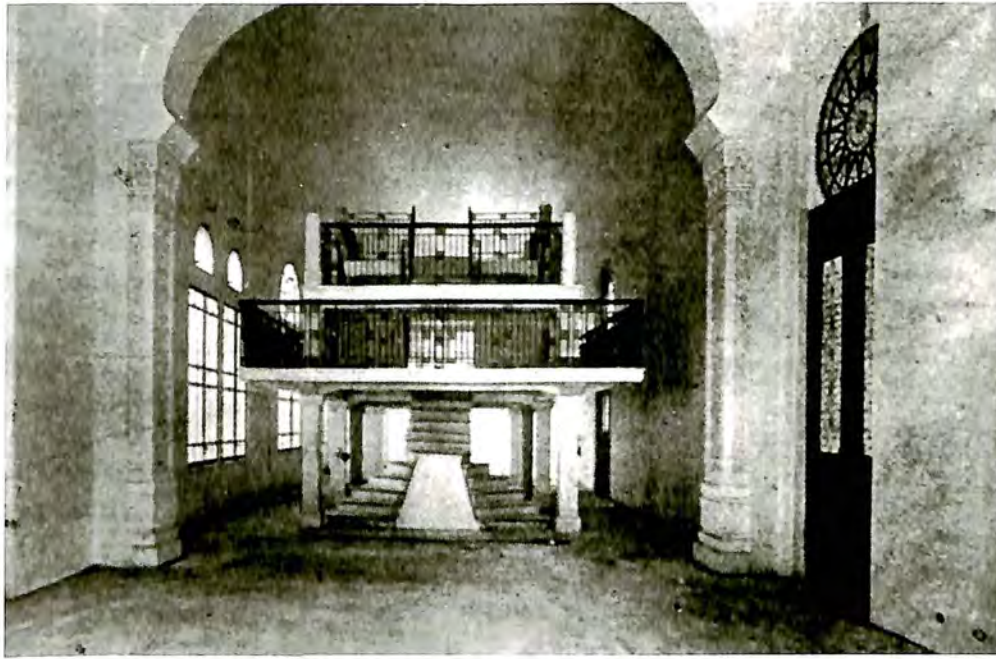
Tipografia

Laboratório do chefe de Serviço

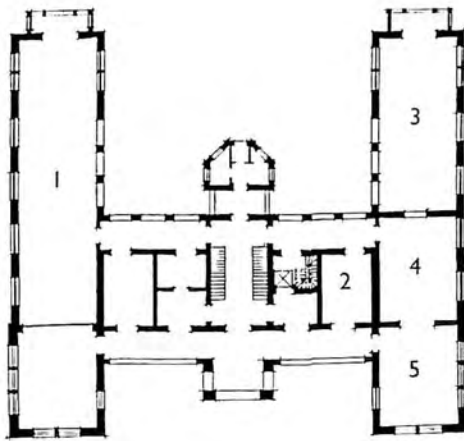
TÉRREO

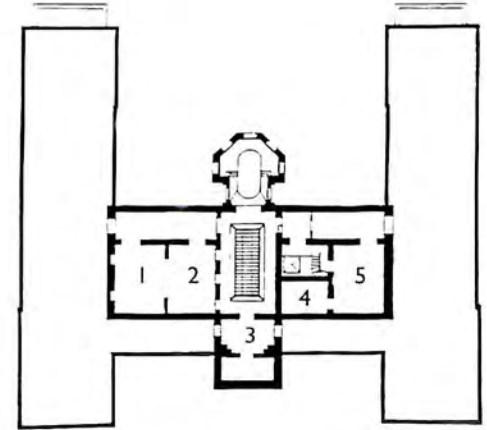
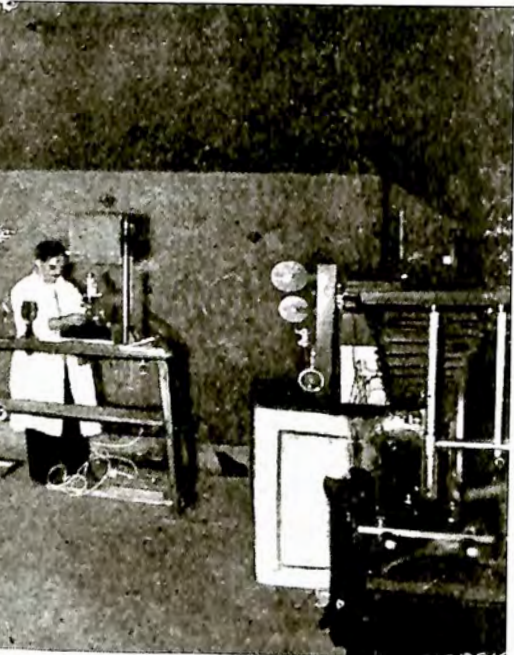
1. Sala de distribuição asséptica
2. Sala de aparelhos
3. Sala de acondicionamento
4. Depósito
5. Estufa 39º
6. Estufa 37º
7. Laboratório para semeaduras
8. Câmara de cultura
9. Oficina de serraria e carpintaria
10. Usina elétrica
11. Bombeiro
12. Sala de preparo e meio de cultura
13. Tipografia (desde 1912)

Museu Oswaldo Cruz

1º PAVIMENTO

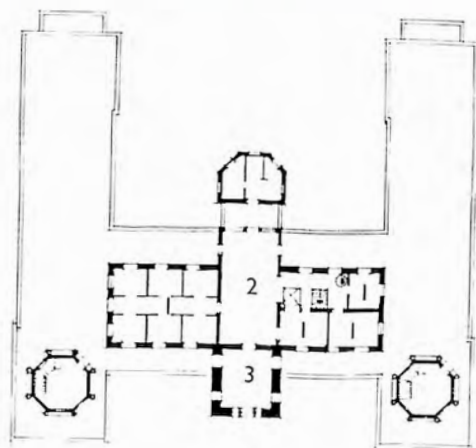
1. Laboratório do chefe de Serviço
2. Laboratório do assistente
3. Laboratório
4. Laboratório de química e física
5. Raio X
6. Gabinete das balanças de precisão
7. Relógio elétrico
8. Zelador
9. Laboratório do diretor
10. Museu Oswaldo Cruz

2º PAVIMENTO

1. Laboratório do chefe de serviço
2. Laboratório do assistente
3. Laboratório
4. Laboratório de química e física
5. Gabinete das balanças de precisão
6. Raio X
7. Laboratório do diretor
8. Museu Oswaldo Cruz

Museu patológico

Gabinete do sr. J. Pinto

3º PAVIMENTO

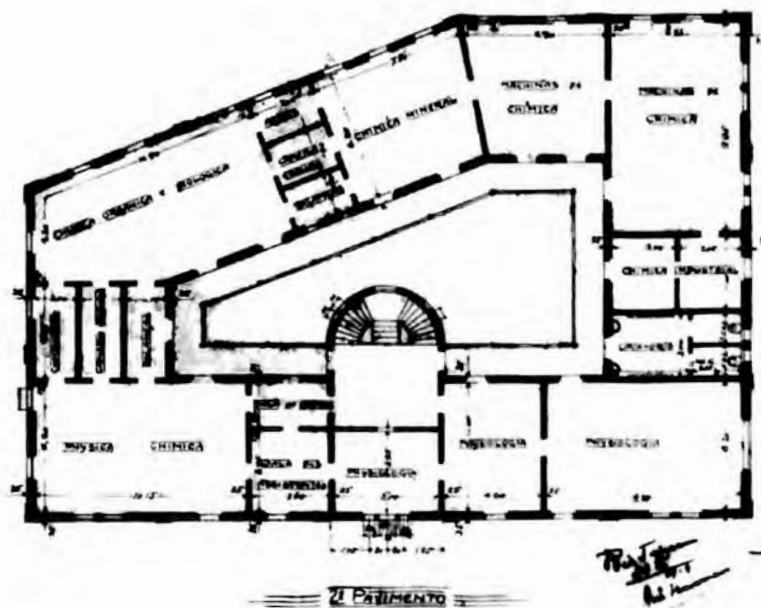
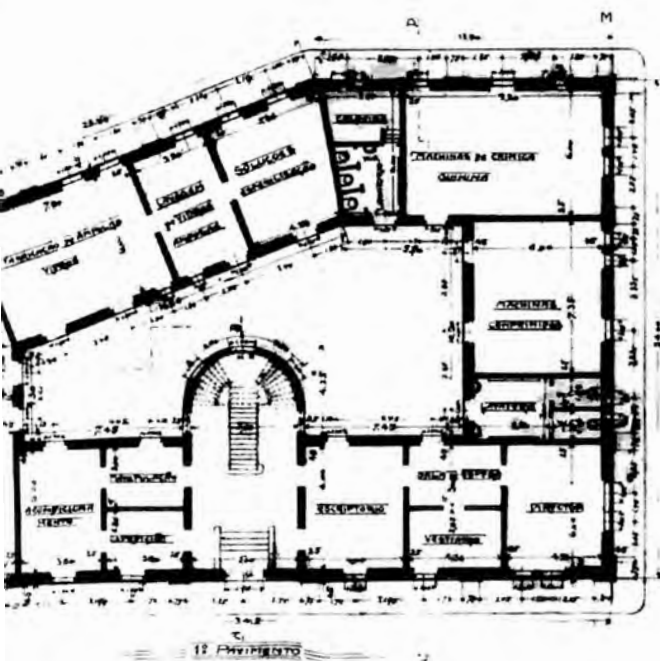
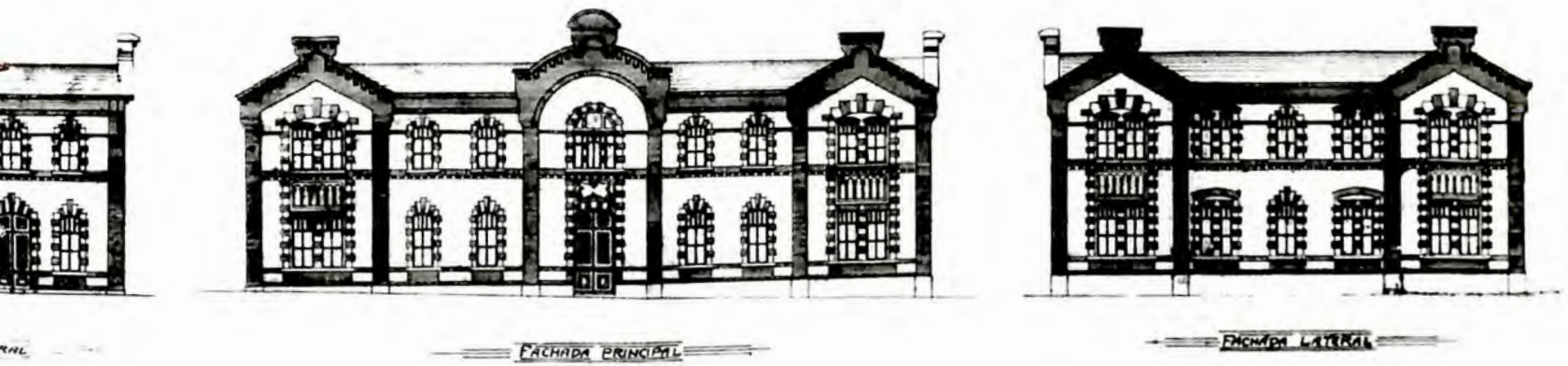
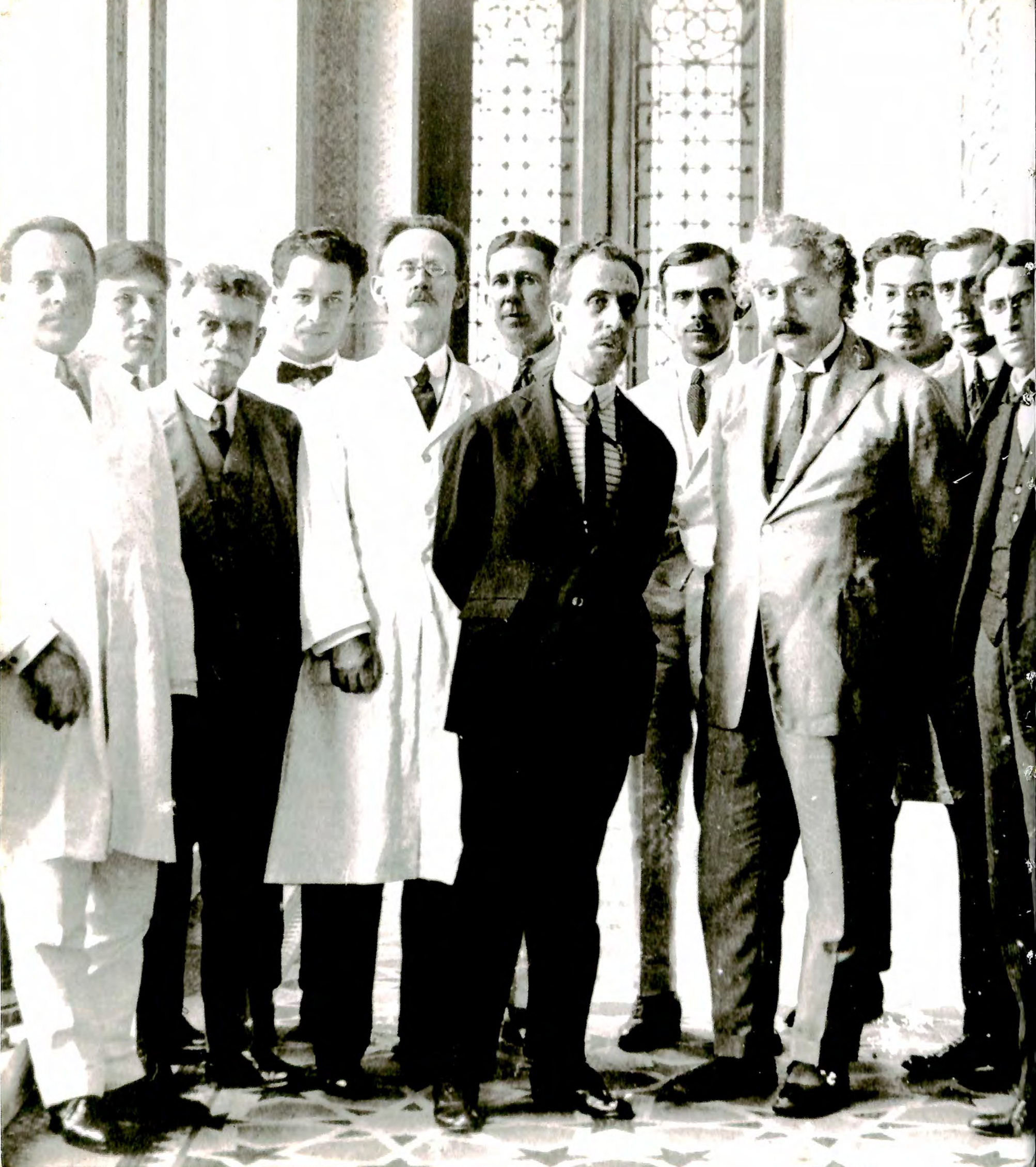
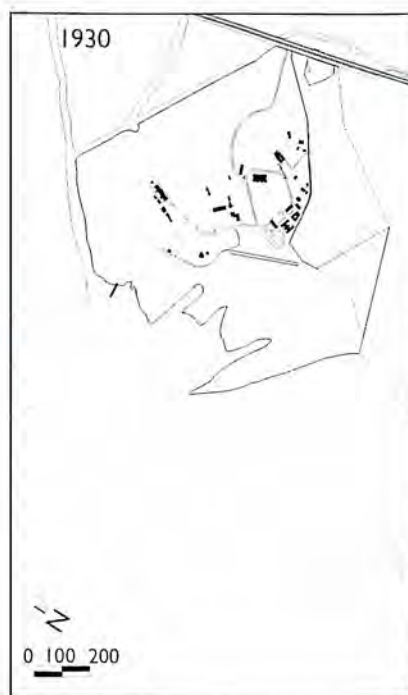
1. Museu patológico
2. Oficina de encadernação
3. Acervo biblioteca (desde 1911)
4. Sala de fichário
5. Sala de leitura

Dormitório principal (Oswaldo Cruz)

4º PAVIMENTO

1. Gabinete do sr. J. Pinto
2. Cinematografia
3. Acervo
4. Macrofotografia
5. Microfotografia

5º PAVIMENTO

1. Dormitórios
2. Salão de repouso
3. Dormitório principal (Oswaldo Cruz)

Oswaldo Cruz, morto prematuramente em 11 de fevereiro de 1917, não pôde ver concluído o conjunto arquitetônico que idealizou no início do século XX com Luiz Moraes Júnior. Faltava ainda o Pavilhão dos Medicamentos Oficiais, ou Pavilhão da Química, ou ainda Quinino, como é comumente conhecido o atual Pavilhão Figueiredo Vasconcellos, cuja construção iniciou-se apenas em 1919.

Praça Pasteur na sua configuração original no início do século XX, com os edifícios do Aquário e do Quinino. (c. 1919 - DAD/Fiocruz)

Projeto do Pavilhão do Quinino, antes da sobrelevação de 1943. Traço original de Luiz Moraes Jr. (DAD/Fiocruz)

1921
1930

De 1921 a 1930

01 Chaminé
02 Forno de incineração de lixo
03 Depósito do incinerador
04 Barracão para animais - demolido na década de 20
05 Depósito
06 Depósito
11 Cocheira Instituto Soroterápico
13 Barracão para operários - demolido na década de 20
14 Cocheira
15 Residência para funcionários
18 Cais
20 Pombal
21 Cavalariça
22 Pavilhão do Relógio
23 Caramanchão
24 Pavilhão Mourisco
25 Horta Ilha do Pinheiro
26 Viveiro de peixes - Ilha do Pinheiro
27 Residência do zelador - Ilha do Pinheiro
28 Residência Museu de Hidrobiologia - Ilha do Pinheiro
29 Hospital Evandro Chagas
30 Cantina
31 Residência
32 Ambulatório HEC
33 Biotério HEC
34 Depósito
35 Aquário de água salgada
36 Pavilhão Figueiredo Vasconcellos
37 Anexo Casa de Chá
38 Bichário
39 Casa Amarela
40 Residência
41 Estufas
42 Depósito para inflamáveis
43 Necrotério HEC
44 Cocheira velha
45 Residência para funcionário - Horto
46 Residência para funcionário - Horto
47 Residência para funcionário - Horto
48 Residência para funcionário - Horto
49 Companhia Melhoramentos da Baixada Fluminense

0 50 100 200
BASE CARTOGRÁFICA: LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO IPP/PCRJ
PLANTA DE MANGUINHOS - 26/10/1932
FOTO AÉREA - ESCOLA DE AVIAÇÃO MILITAR - 14/06/1933
N
PARADA DO AMORIM
LEOPOLDINA RAILWAY
ESTRADA RIO-PETRÓPOLIS
CANAL FARIA-TIMBÓ
RIO JACARÉ
RIO DO CUNHA
RIO JACARÉ
CANAL DO CUNHA
CAMINHO PARA O PORTO DE INHAÚMA
CANAL DO INSTITUTO
CANAL DO TIMBÓ
PORTO DE INHAÚMA
PRAIA DE INHAÚMA
BAÍA DE GUANABARA
01 02 03 05 06 14 15 18 20 21 22 23 24 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49
Terreno da Fiocruz
Área ganha
Edificações preexistentes
Edificações construídas na década de 20
Edificações não pertencentes ao Instituto

Carlos Ribeiro Justiniano das Chagas Diretor do Instituto Oswaldo Cruz de 14 de fevereiro de 1917 a 8 de novembro de 1934.

A década de 20 foi um período de poucos empreendimentos arquitetônicos, contudo de significativas transformações em Manguinhos. Documenta bem a situação física do Instituto em 1922 a foto aérea do arquivo da Marinha do Brasil, na qual se nota um *campus* pouco arborizado, em obras e com as vias urbanas inacabadas. Em 1920, após a morte do Barão de Pedro Affonso, o Instituto Vacínico passou para o terreno do IOC, para atender às necessidades dos serviços de profilaxia contra a varíola, tornando-se uma de suas dependências mais eficientes. A anexação definitiva ao *campus* de Manguinhos era pleiteada desde 1904 e só não ocorreu antes por causa de disputas políticas entre Pedro Affonso e Oswaldo Cruz. Ainda em 1920, Carlos Chagas, que também era diretor da DGSP – cargo que exerceu de 1919 a 1926 –, ao implantar a reforma sanitária, conseguiu ampliar a autonomia do Instituto, aumentando os tipos e o volume da produção de vacinas e criando novas seções de pesquisa. Com a descoberta da tripanossomíase americana, batizada como doença de Chagas, foi construído o pequeno Hospital de Lassance, em Minas Gerais, com a função de criar bases permanentes para os estudos relacionados com as endemias rurais.

Tradicional reunião dos cientistas, às quartas-feiras, no salão nobre da Biblioteca de Manguinhos. (DAD/Fiocruz)

Vista aérea do 'Instituto de Manguinhos' em 1922. Vê-se, à esquerda, a chaminé dos fornos incineradores de lixo, de onde foram tiradas as fotos do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos. (DA/Marinha do Brasil)

Visita de Albert Einstein ao IOC, em 8 de maio de 1925. Da esquerda para a direita: Carlos Burle de Figueiredo, Antônio Eugênio de Arrêa-Leão, (não identificado), (não identificado), Adolpho Lutz, Alcides Godoy, Carlos Chagas, Astrogildo Machado, Einstein, (não identificado), (não identificado), Carneiro Felipe, e Leocádio Chaves. (DAD/Fiocruz)

Ainda em 1920, quando os acordos com a Prefeitura do Rio de Janeiro para a posse definitiva da antiga Fazenda de Manguinhos e para a demarcação definitiva da área do Instituto estavam para ser concluídos, surgiu o projeto de saneamento e de urbanização da região. O contrato celebrado entre o Ministério de Viação e Obras Públicas e a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense previa o aterro da enseada de Manguinhos, cedendo a essa empresa o direito de propriedade das áreas beneficiadas.

Instituto Oswaldo Cruz

Orçamento

para Conclusão do pavilhão para o Instituto Vaccinogenico

N. de ordem	Especificação dos trabalhos	Comprimento	Largura	Altura ou profundidade	Quantidades	Ns. de detalhes	Preço das unidades compostas	Importancias parciaes
	Concreto 15 em grossura			m³	120.000		120$000	14:400$000
	Ladrillos de ceramica nacional			m²	226.500		25$000	5:662$500
	Azulejos			m²	207.000		35$000	7:245$000
	Revestimento do chão, cimento			m²	80.000		60$000	4:800$000
	Forros de madeira			m²	256.00		15$000	3:840$000
	Soalhos de madeira e barrotes			m²	68.00		28$000	1:904$000
	Portas externas, janellas, venezianas e portas internas			m²	290.00		80$000	23:200$000
	Rodapés			m	430.00		3$500	1:505$000
	Revestimento das fachadas			m²	976.00		16$000	15:616$000
	Revestimento das paredes internas			m²	847.00		8$000	6:776$000
	Boxes com manjedouras, agua e esgotos			peças	72.		250$000	18:000$000
	Cerca de ferro com rede de arame			m²	20.00		20$000	400$000
	Pintura a oleo			m²	1678.00		5$000	8:390$000
	W.C. completos			peças	2		300$000	600$000
	Lavatorios			peças	2		250$000	500$000
	Installação d'agua, gaz, ar comprimido e vacuo							18:600$000
	Electricidade							8:500$000
	Installação d'aguas pluviaes e esgotos							6:000$000
	Ferragem e vidros							3:800$000
								149:738$500
	Eventuaes 5%							7:486$900
	Somma total							157:225$400

Orçamento de Luiz Moraes Jr. para a construção do Pavilhão Vacínico.

O projeto de criação de um bairro industrial na baixada de Manguinhos, feito em 1927 pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira,[41] previa a construção de aterros, canais com retificação dos rios Benfica e Cunha, pontes, arruamentos e galerias de águas pluviais. Em documento de 25 de fevereiro de 1922,[42] Carlos Chagas fez um acordo provisório com uma empresa contratada, cedendo aproximadamente 250.000 m² de terras alagáveis para a sua utilização em futuro loteamento, em troca de obras de infra-estrutura e de melhoria das vias de acesso do Instituto. Entretanto, segundo relatório de Albino Taveira de 1946,[43] esse ajuste se tornaria efetivo apenas depois que o Instituto incorporasse ao seu patrimônio a Fazenda de Manguinhos, o que só veio a ocorrer em 1948. Nesse meio tempo, após ter iniciado o aterramento, a empresa paralisou seus serviços por ordem financeira, e o acordo foi cancelado. Essas terras voltaram à evidência por ocasião da instalação do Campo de Aviação de Manguinhos, em 1936, e o Instituto as perdeu pelo fato de que ainda não tinha oficializado seu terreno. É também de 1922 o projeto de reurbanização e de tratamento paisagístico dos arquitetos Sommer e associados, que previa grandes transformações físicas no Instituto.[44] Os projetos de paisagismo e urbanização e de saneamento não foram executados, e o processo de demarcação do Instituto foi mais uma vez adiado. A área de Manguinhos foi também incluída no plano Agache desenvolvido a partir de 1927, não implantado por falta de continuidade administrativa. Nesse Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, foi previsto para a região um zoneamento que assegurasse seu crescimento ordenado e harmonioso.

Foi na década de 20, na gestão de Carlos Chagas, que foram executados os últimos projetos de Luiz Moraes Júnior para o Instituto: o Quinino e o Pavilhão Vacinogênico ou Vacínico.

[41] Brito (1944:246-274).

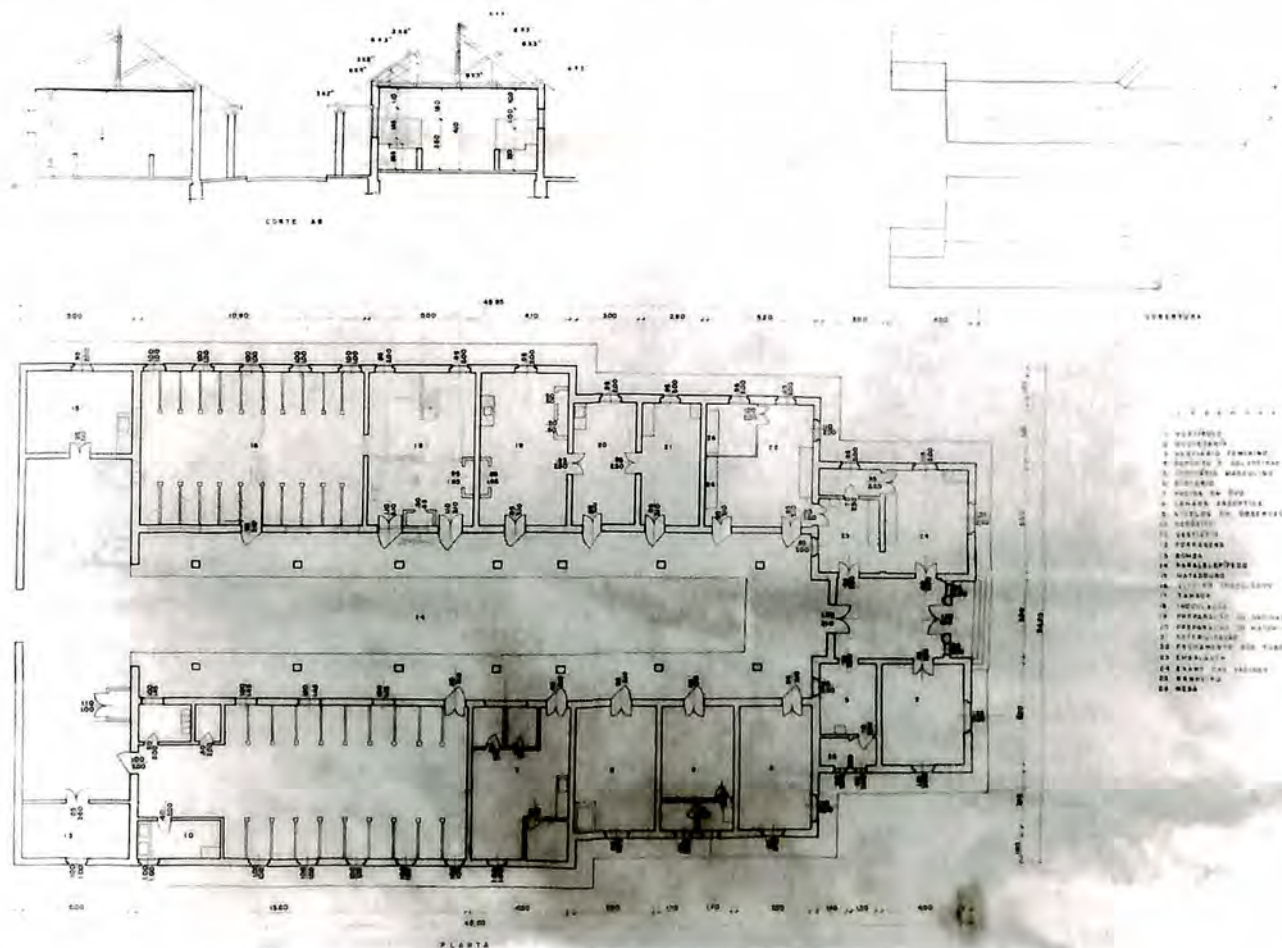
[42] O documento de 25/02/1922 está citado no relatório de Albino Taveira (DAD/COC/Fiocruz).

[43] Arquivo do Instituto Oswaldo Cruz. Albino Taveira. 13 de setembro de 1946. Fundo: IOC. Seção: Serviço de Administração. Série: Administração Geral. Caixa: 13. M: 3. (DAD/COC/Fiocruz).

[44] Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Iconografia. M4/G5/9.

O Quinino, construído para alojar o Serviço de Medicamentos Oficiais, foi projetado para ser um edifício totalmente ambientado ao seu entorno. Concebido com volumetria, proporção, composição e tratamento de fachadas semelhantes à Cavalariça, é o único edifício do conjunto que possui planimetria poligonal que dá origem a um pátio interno por onde é feita a circulação. Tal solução deve ter sido adotada devido à incorporação, pelo arquiteto, dos terrenos de uma das Cavalariças e do Pavilhão de desinfecção e incineração, projetados em 1907.

Fachada do Pavilhão Vacínico. (DAD/Fiocruz)

Com a conclusão das obras de construção do Quinino em 1922, com dois pavimentos, formou-se juntamente com a Cavalariça e o Pavilhão da Peste, este de um pavimento, um conjunto arquitetônico harmonioso em torno da praça Pasteur, tendo como destaque o

Cortes, planta baixa e de cobertura do Pavilhão Vacínico levantadas em 1955 pela Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde. Última intervenção de Luiz de Moraes Jr., construída pelo Instituto para abrigar os serviços de profilaxia contra a varíola incorporados ao *campus* de Manguinhos em 1922, após a morte do Barão de Pedro Affonso. (DAD/Fiocruz)

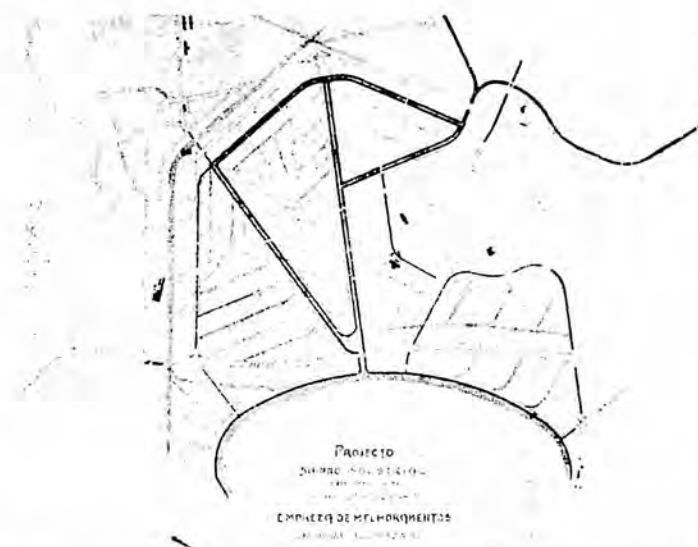
Pavilhão Mourisco, com cinco pavimentos, o de maior monumentalidade. Esse conjunto sempre sobressaiu no *campus* de Manguinhos, pelos materiais de construção, sistemas construtivos e estilos arquitetônicos adotados. Nos anos sucessivos não foram mais construídos em Manguinhos edifícios que se igualassem a estes em qualidade de execução, fruto da mão-de-obra, técnica e materiais de construção empregados. Na implantação do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos, adotou-se um projeto de paisagismo constituído de jardins concebidos de forma geométrica e um projeto de urbanismo marcado por vias públicas de predominância ortogonal. Para a implantação desses projetos, foram executados cortes na pedreira de granito existente no local, e as pedras provenientes dos cortes foram utilizadas na construção de muros de arrimo necessários para conter os aterros programados. Posteriormente foram adotados em Manguinhos outros tipos de ocupação urbanística, determinados sobretudo pelas vias preexistentes, pela topografia e pelos acidentes naturais do terreno.

Proposta de paisagismo dos arquitetos Sommer e associados para a área do Instituto. (c. 1922 – AGCRJ)

Em 1922, com o projeto de construção do Pavilhão Vacínico, Luiz Moraes não realizou uma obra com a mesma monumentalidade das anteriores. Nessa época os edifícios de Manguinhos eram construídos por empreitada, após licitação pública convocada pelo Ministério da Justiça, implicando redução dos custos da obra. Ao mesmo tempo, Carlos Chagas não exercia, como Oswaldo Cruz, forte influência nos trabalhos do arquiteto; esses fatos talvez expliquem o aspecto despojado do Pavilhão Vacínico. Construído para abrigar as atividades do antigo Instituto Vacínico, o edifício possuía originalmente planimetria em forma de U com pátio aberto, e nele foram adotados sistemas construtivos tradicionais, constituídos de alvenaria de tijolos com coberturas de telhas francesas sobre estrutura de madeira. Nesse edifício foram empregados materiais menos nobres, e as fachadas revestidas

de emboço são compostas de uma sucessão de grandes vãos de janelas de madeira, marcadas por bossagens.

À medida que foram sendo concluídas as obras de construção do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos, muitos dos operários especializados eram aproveitados em outros serviços auxiliares do Instituto, como bombeiros, mecânicos, eletricistas etc. O pedreiro chamado Fructuoso Gandara Martinez, por exemplo, assumiu em 1926 a chefia de todas as oficinas relacionadas com a manutenção e a conservação do *campus*, das edificações e dos maquinismos.[45]

Esses operários provavelmente atuaram também na construção de edificações mais modestas que surgiram nessa década, identificadas como estufas, depósito para inflamáveis, necrotério do hospital Evandro Chagas e a cocheira velha. Foi nesta época que começaram ainda a ser construídas algumas residências para funcionários no *campus* de Manguinhos.

Projeto de bairro industrial para a enseada de Manguinhos da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense. Projeto realizado pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira em 1927. (*Obras Completas de Saturnino de Britto*, v.16 – Biblioteca do Clube de Engenharia)

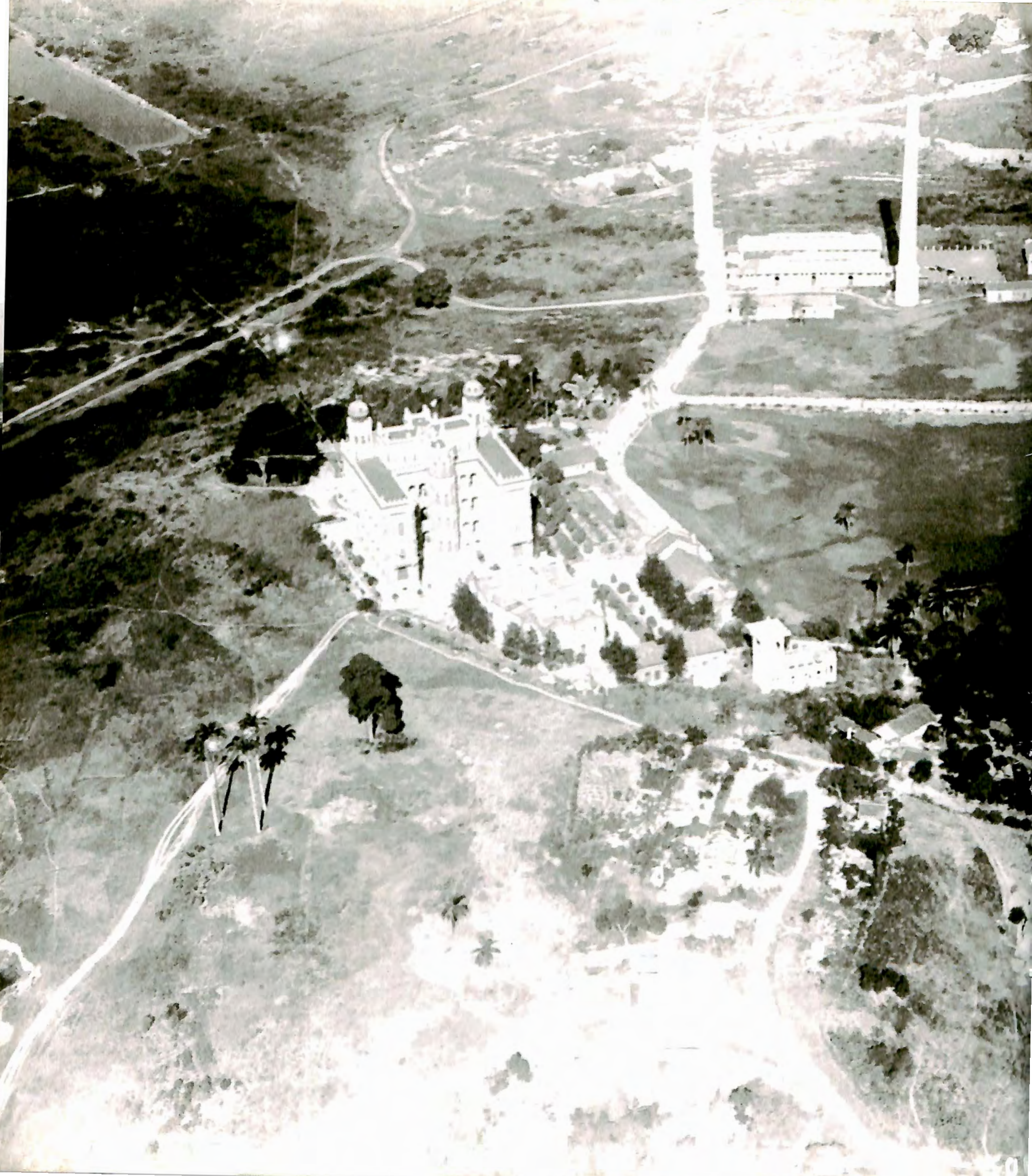
Proposta do urbanista francês Alfred Donat Agache para o bairro industrial da Baixada Fluminense, que abrangeria a área de Manguinhos e as ilhas vizinhas (Sapucaia, Bom Jesus e Pinheiro), ocupando um total de 6,5 km², com obras de aterros, retificação de rios e demolição de morros. O projeto previa, ainda, a instalação de portos industriais navais e um campo de aviação. A instalação do Aero-Clube de Manguinhos, na década seguinte, não foi na mesma área proposta, mas certamente foi influenciada por esse planejamento urbano.

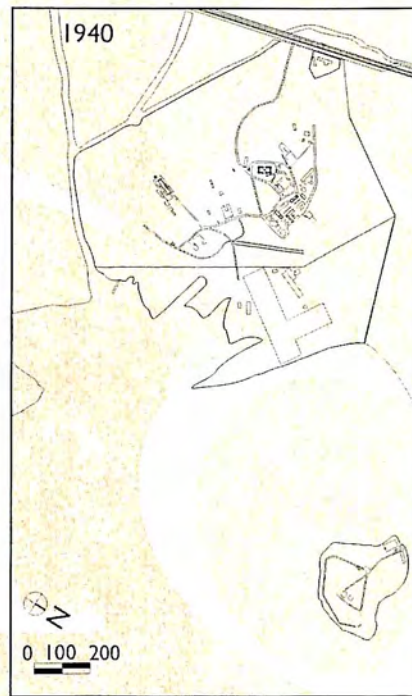
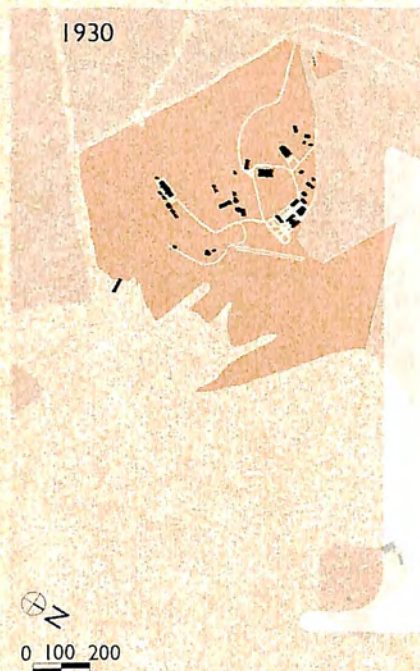
[45] Benchimol (1989:21).

Vistas aéreas do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos a partir da chaminé dos fornos de lixo

Conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos antes da construção do Quinino e do Anexo da Casa de Chá (c. 1916). (DAD/Fiocruz)

Conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos antes da demolição da estrebaria e após a construção do Anexo da Casa de Chá, vistos em primeiro plano à direita (c. 1927). (DAD/Fiocruz)

Conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos depois da demolição da estrebaria (s/d). (DAD/Fiocruz)

1931
1940

1931 - 1940

De 1931 a 1940

1 Chaminé - demolido entre 1939 e 1940
2 Forno de incineração de lixo - demolido na década de 30
3 Depósito do incinerador - demolido na década de 30
5 Depósito - demolido na década de 30
6 Depósito - demolido na década de 30
11 Cocheira - Instituto Soroterápico
14 Cocheira - demolido na década de 30
15 Residência para funcionários - demolido na década de 30
18 Cais
20 Pombal
21 Cavalariça
22 Pavilhão do Relógio
23 Caramanchão
24 Pavilhão Mourisco
25 Horta Ilha do Pinheiro
26 Viveiro de peixes - Ilha do Pinheiro
27 Residência do zelador - Ilha do Pinheiro
28 Residência Museu de Hidrobiologia - Ilha do Pinheiro
29 Hospital Evandro Chagas
30 Cantina
31 Residência
32 Ambulatório HEC
33 Biotério HEC
34 Depósito
35 Aquário de água salgada
36 Pavilhão Figueiredo Vasconcellos
37 Anexo Casa de Chá
38 Bichário
39 Casa Amarela
40 Residência
41 Estufas
42 Depósito para inflamáveis
43 Necrotério HEC
44 Cocheira velha
45 Residência para funcionário - Horto
46 Residência para funcionário - Horto
47 Residência para funcionário - Horto
48 Residência para funcionário - Horto
49 Companhia Melhoramentos da Baixada
50 Pavilhão Rockefeller
51 Pavilhão Lauro Travassos
52 Coelheira
53 Cocheira
54 Pavilhão da Marcenaria
55 Pavilhão de Vírus
56 Estrebaria
57 Depósito
58 Forno crematório
59 Estaleiro - Ilha do Pinheiro
60 Cais - Ilha do Pinheiro
61 Oficina mecânica - Ilha do Pinheiro
62 Chaminé - Ilha do Pinheiro
63 Tanques de água do mar - Ilha do Pinheiro
64 Estação de Hidrobiologia - Ilha do Pinheiro
65 Residência do mecânico - Ilha do Pinheiro
66 Pavilhão Torres Homem
67 Almoxarifado - Atual Reserva técnica do Museu da Vida

0
50
100
200
BASE CARTOGRÁFICA: LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO IPP/PCRJ
PLANTA DOSTERRENOS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ - DEC. 1930
FOTO AÉREA - ESCOLA DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO - 1938
N
PARADA DO AMORIM
LEOPOLDINA RAILWAY
ESTRADA RIO-PETRÓPOLIS
CANAL FARIA-TIMBÓ
RIO JACARÉ
RIO DO CUNHA
RIO JACARÉ
CANAL DO CUNHA
CANAL DO INSTITUTO
CANAL DO TIMBÓ
OFICINA DE CARPINTARIA
BAR E RESTAURANTE
HANGAR CAPITÃO RICARDO KIRK
DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL
TORRE
ESCOLA HUGO CANTEGIAHI
AERO-CLUB
AERO-CLUB DO BRASIL/ NAVEGAÇÃO AERO BRASILEIRA (1932)
PISTA DE POUSO E DECOLAGEM
PORTO DE INHAÚMA
PRAIA DE INHAÚMA
BAÍA DE GUANABARA
Terreno da Fiocruz
Área ganha
Edificações preexistentes
Edificações construídas na década de 30
Edificações não pertencentes ao Instituto

Carlos Ribeiro Justiniano das Chagas Diretor do Instituto Oswaldo Cruz de 14 de fevereiro de 1917 a 8 de novembro de 1934.

Na década de 30, ocorreram grandes alterações nos limites do *campus* de Manguinhos. Em 1932, os terrenos mais próximos do mar, aterrados à custa de desmonte hidráulico de dois morros entre os anos de 1928 e 1930,[46] foram requeridos, através do Ministério da Aviação, para a instalação de um aeroclube, após a aprovação dos poderes municipal e federal e, segundo relato de época, pelo próprio diretor do Instituto, ainda Carlos Chagas. O Aero-Clube de Manguinhos foi inaugurado em 1936[47] e mantido por quase 30 anos. Muitas vezes, os cientistas e pilotos, embora animosamente, dividiram os transportes e as vias da região.[48] Somente em 1935, as terras do Instituto haviam sido oficialmente demarcadas pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, formalizadas apenas em 1948, com a recém-inaugurada Avenida Brasil;[49] no entanto, a escritura definitiva do terreno só foi lavrada em 1982.[50] Os fatos em relação à demarcação do terreno revelam a fragilidade da administração do Instituto na década de 30, quando

Antonio Cardoso Fontes Diretor do Instituto Oswaldo Cruz de 31 de dezembro de 1934 a 2 de julho de 1942.

[46] Oliveira (1953, 1958).

[47] O Aero-Clube funcionou até 1961, "(...) quando foi fechado pelo Ministério da Aeronáutica sob a justificativa de que era impossível organizar os vôos de chegada e de saída do Aeródromo sem entrar em rota de colisão com os aviões comerciais que demandavam ou saíam do Aeroporto do Galeão" (Castro, 1989).

[48] Uma curiosidade histórica: o maior ás francês da Segunda Guerra, voando pela RAF (Royal Air Force – Força Aérea Real Britânica), Pierre Clustermann, nascido em Curitiba, aprendeu a voar nesse aeroclube. *Revista Força Aérea*, 16, setembro de 1999, Action Editora, São Paulo.

[49] Benchimol (1990:98).

[50] Conforme artigo 4º do Decreto 77.841 de 23/04/1976, registrado no livro 2-BU, fls. 207, no ato da matrícula 22.891, em 13/07/1982.

Gustavo Capanema na assinatura de convênio da Fundação Rockefeller com o Serviço Especial de Saúde Pública. (Horácio Vieira – c. 1938 – CPDOC/FGV) Foto de Horácio Vieira

Vista aérea do *campus* em 1933, a partir de aviões da antiga Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. (Musal)

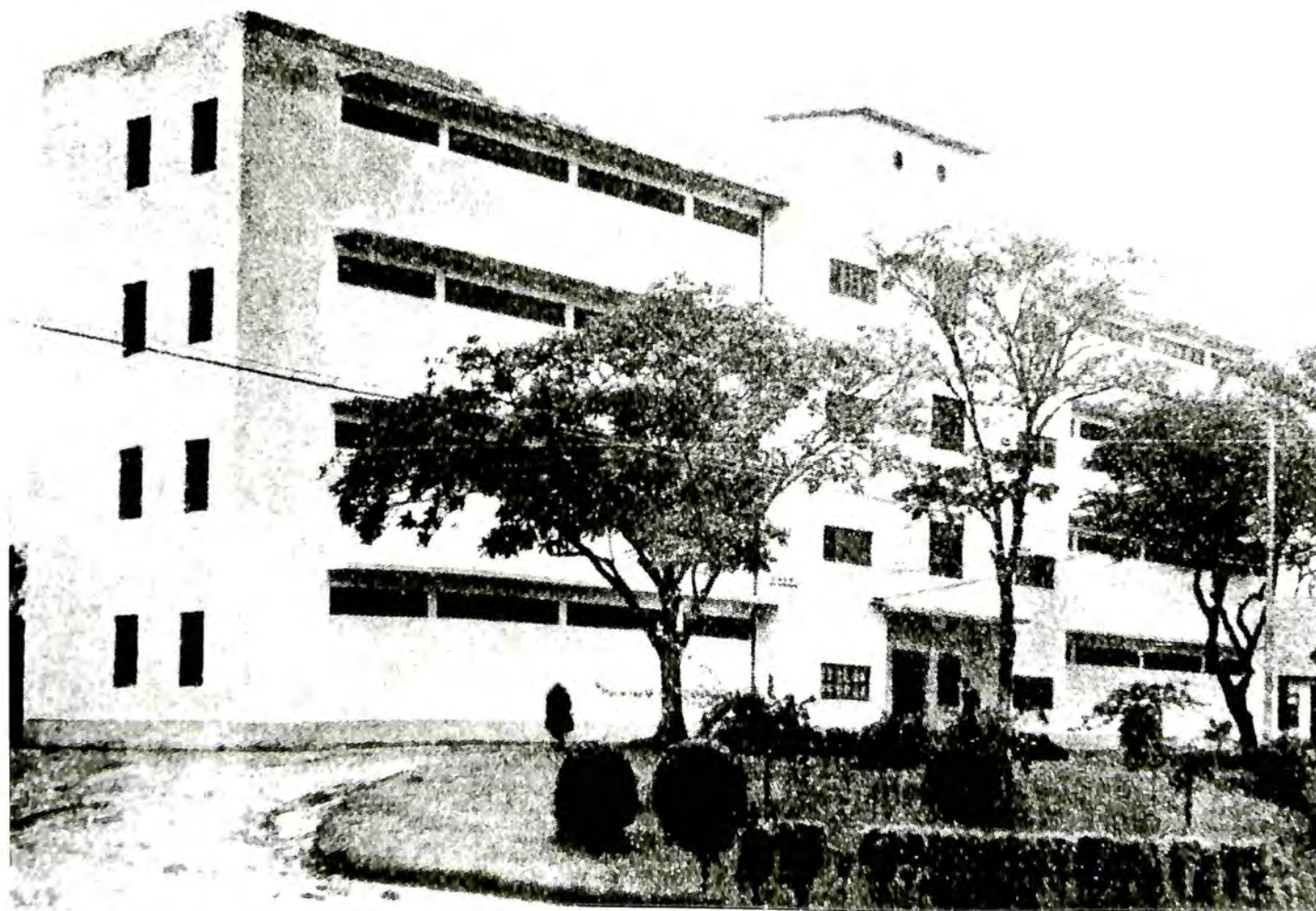
Manguinhos sofria uma lenta e contínua decadência. As causas eram a desorientação programática e a falta de planos a longo prazo, que mantiveram o Instituto alheio aos desafios e às questões nacionais. Essa ausência de metas levou a cortes em esforços e recursos, o que acarretou a ruína física do *campus*, seus edifícios, instalações e equipamentos.

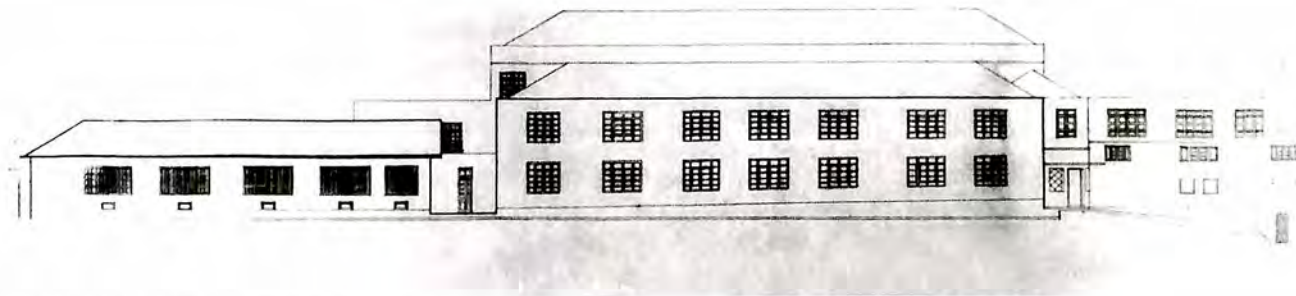
A partir da Revolução de 1930 o Instituto começou a perder, aos poucos, sua autonomia política, administrativa e financeira e, em 1937, a situação agravou-se com a reforma centralizadora do Ministério de Educação e Saúde feita por Gustavo Capanema, quando o IOC passou a subordinar-se diretamente ao Departamento Nacional de Educação. O IOC, que já estava em total dependência financeira e com carência de recursos, com essas medidas do Estado Novo, que puseram fim ao modelo institucional arquitetado por Oswaldo Cruz, perdeu de vez sua autonomia.

Após 1922 e praticamente durante toda a década de 30, nenhum projeto de envergadura foi desenvolvido para o Instituto. As grandes construções só foram retomadas em 1937, com o Pavilhão do Novo Biotério (atual Lauro Travassos), cujo projeto foi desenvolvido pelo arquiteto Armando Mesquita da equipe da Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde, como um dos mais importantes construídos pelo Ministério à época, fazendo parte dos relatórios e de publicações sobre medicina no Brasil. Nessa década, destacam-se também o

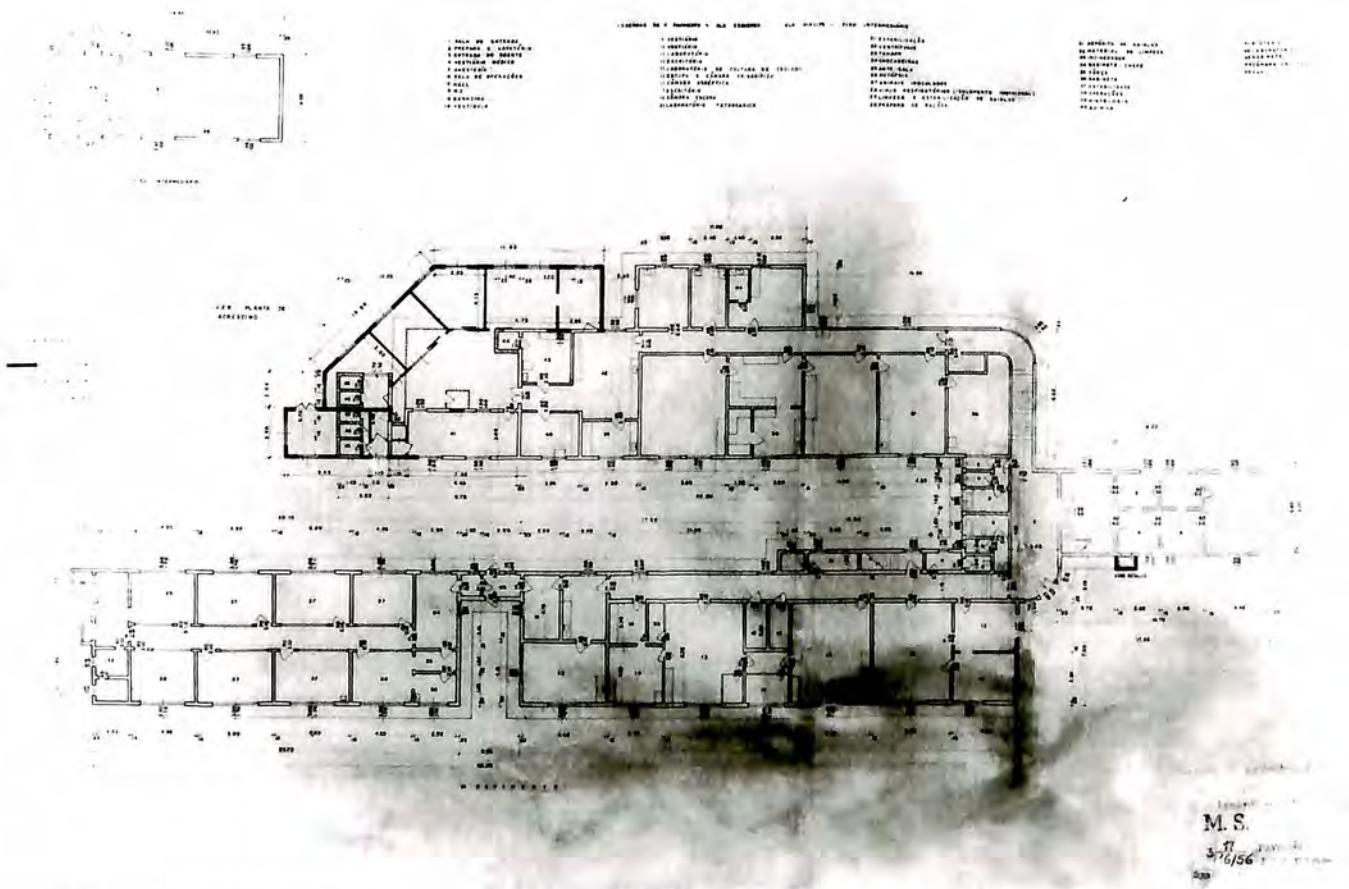
Cerimônia de batismo de novos aviões no Aero-Clube de Manguinhos, com a presença de Getúlio Vargas. Ao fundo, o Pavilhão Mourisco e o da Patologia (Fundo Agência Nacional. Arquivo Nacional). Apesar da fotografia ser 1951, decidiu-se incluí-la nesta década, pois é praticamente a única imagem do Aero-Clube que faz referência aos edifícios de Manguinhos.

projeto do edifício-sede da Fundação Rockefeller (1935-1937), desenvolvido, todavia, pela Instituição norte-americana, o projeto do Hospital Torres Homem (1938) e o projeto do Pavilhão do Vírus (1939). Desses, somente o Pavilhão do Vírus foi construído em área do Instituto e para seu uso; os demais não faziam ainda parte da estrutura administrativa do IOC. Nesse período, não se tinha a noção que se tem hoje do *campus* de Manguinhos. Somente quando a Rockefeller deixou o País, em 1942, seus edifícios e funcionários passaram, gradativamente, para o controle do Instituto Oswaldo Cruz.

O terreno destinado ao Hospital Torres Homem também contribuiu para retardar o processo de regularização dos terrenos do Instituto. Em 1922, ele foi separado da área requerida pelo Instituto referente à Chácara dos Amorim, pois sediava a residência de João Dias Amorim, proprietário de uma carvoaria no local, que seria aproveitada para a

O Hospital Torres Homem, planejado para tratamento de tuberculosos, foi construído na área do Instituto pela Prefeitura do Distrito Federal. Somente na década de 90 foi incorporado ao *campus* da Fiocruz. (Foto: Ribeiro, 1940)

instalação do escritório dos engenheiros da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense. O Instituto Oswaldo Cruz conseguiu a área, mas o terreno triangular em torno da citada casa foi separado e, em 1938, a DGSP construiu o abrigo para tuberculosos, cuja responsabilidade foi transferida para a Prefeitura do então Distrito Federal em 1942.

Fachada lateral do Pavilhão do Vírus, 1939. (DAD/Fiocruz)

Planta baixa do Pavilhão do Vírus, 1939. (DAD/Fiocruz)

Vista do interior do novo Biotério (atual Pavilhão Lauro Travassos).
Detalhe das bancadas. Foto J. Pinto (Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV)

Na arquitetura do novo Biotério adotou-se uma linguagem tradicional, com o uso de telhado em telhas cerâmicas, marcação da entrada principal e construção esmerada, porém sem decorativismos. As inovações aparecem no uso da esquadria basculante em ferro e no modo de ampliação do edifício, através de acréscimos sucessivos de módulos de dimensões e formas semelhantes a um núcleo central original. A marca de sua época aparece no frontão acima da entrada principal, escalonado, dentro de um *art déco* simplificado. O interior revela a preocupação, sempre presente em Manguinhos, de buscar o máximo em assepsia, com o uso de piso cerâmico e azulejos. O edifício estava sempre em constante processo de ampliação e reforma até fins da década de 80, quando se realizaram as últimas obras que contribuíram para a perda do caráter singelo de sua arquitetura.

Vista do interior do novo Biotério (atual Pavilhão Lauro Travassos).
Detalhe das prateleiras. Foto J. Pinto (Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV)

Vista externa do novo Biotério (atual Pavilhão Lauro Travassos).
(Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV).

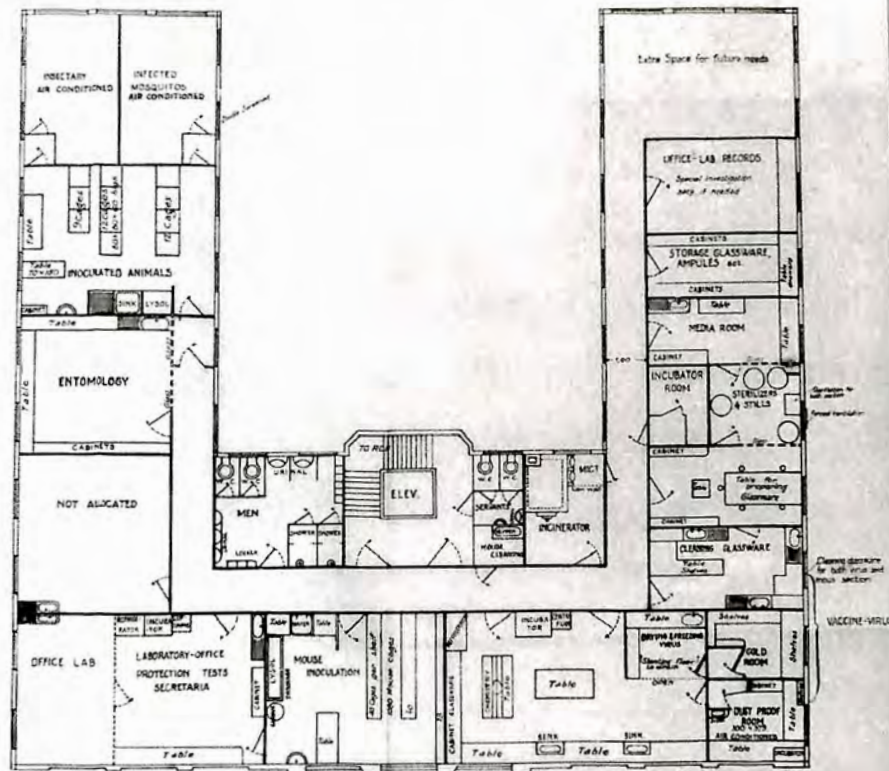
Vista externa do novo Biotério (atual Pavilhão Lauro Travassos) a partir do Pavilhão Mourisco. Nota-se os acréscimos de blocos contíguos. (Foto: Peter Lange. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV)

Vista externa do novo Biotério (atual Pavilhão Lauro Travassos), após os acréscimos de blocos contíguos. (Foto: Ribeiro, 1940)

Fachada principal do edifício da Fundação Rockefeller construído em terreno do Instituto Oswaldo Cruz entre 1935 e 1937. Esta imagem mostra o edifício sem a cobertura de telhas cerâmicas.
(Foto: Peter Lange. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV)

Imagem do local escolhido para a instalação do futuro laboratório da Fundação Rockefeller, no *campus* de Manguinhos. Outubro de 1936. (Rockefeller Archive Center)

Já o edifício da Fundação Rockefeller foi concebido segundo uma arquitetura contemporânea à sua época, tornando-se a primeira construção a romper com a tradição construtiva em Manguinhos. Primeiro porque foi realizado por equipe externa ao Instituto e segundo pelo fato de suas instalações funcionarem independentemente. Tal edificação pode ser classificada como protomodernista, com características de uma arquitetura que seria amplamente difundida em bairros da cidade do Rio de Janeiro, como Copacabana e Flamengo. O maior ícone desse tipo de arquitetura é a veneziana retrátil externa, chamada apropriadamente de Copacabana, de tão utilizada nesse bairro. A fotografia tirada logo após sua inauguração[51] revela uma construção severa, em um bloco compacto, destacando o eixo central da edificação, as laterais, com discretos avanços e recuos, e o embasamento.

Aspecto das obras de construção do edifício da Fundação Rockefeller, de 1 de março de 1937. (Foto: Rembrandt. Rockefeller Archive Center)

[51] Superintendência de Obras e Transportes do Ministério da Educação e Saúde de 9 de outubro de 1934. Acervo do Fundo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro.

Planta do anexo ao Laboratório de Febre Amarela que curiosamente reproduz, em parte, o esquema de distribuição interna do Pavilhão Mourisco. (DAD/Fiocruz)

Fachada do edifício da Furdação Rockefeller, logo após a sua conclusão, já com a cobertura de telhas cerâmicas. (DAD/Fiocruz)

O acesso ao Instituto por ônibus e automóveis foi facilitado após a abertura de uma continuação da Rio-Petrópolis, em 1939, margeando a linha férrea. Na década de 30, o único automóvel do Instituto, fornecido pelo Ministério, servia apenas a Carlos Chagas.[52] A Avenida Brasil só ficaria pronta em 1946, e até a construção de uma nova portaria, em 1954, o acesso ao Instituto ainda era feito pela avenida próxima à linha de trem.

Sobre o acesso ao Instituto nos conta Herman Lent:

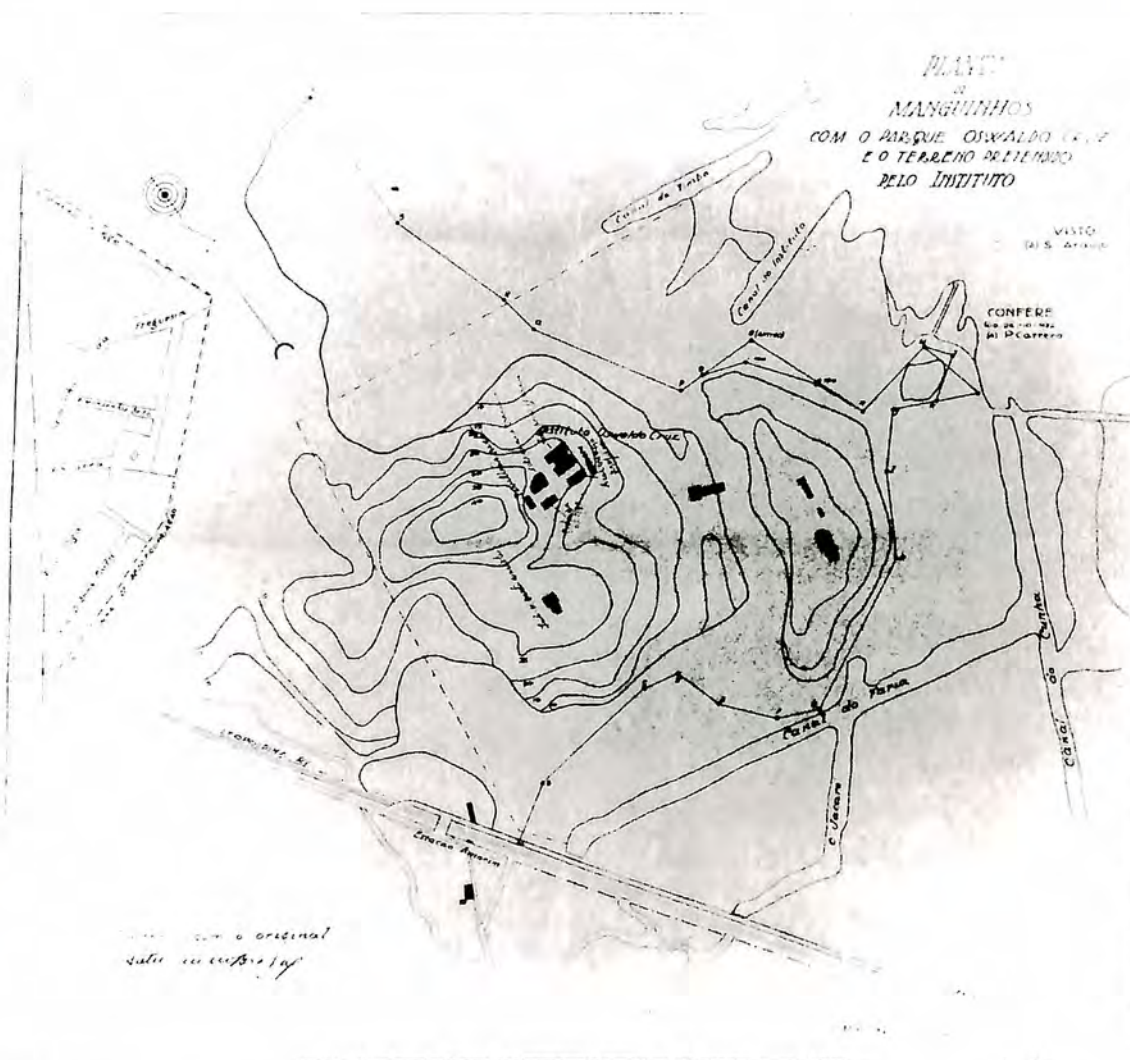
> Pegava um trem na Leopoldina, saltava na segunda estação, a primeira era Triagem, a segunda era Amorim, hoje chama-se Carlos Chagas. Dali, na hora de chegar o trem havia o ônibus do Instituto, que nós chamávamos de Viúva e que tinha bancos laterais. Era curioso, era Viúva, o nome dela, não sei por que. Realmente ninguém nunca se preocupou em saber. A gente ia a pé quando não tinha a Viúva, o que acontecia às vezes. A gente descia naquela praça em frente ao Castelo.[53]

Em 1936, no início da gestão de Cardoso Fontes, já existia grande carência de espaços nos edifícios do *campus* de Manguinhos (aliás,

[52] O automóvel era da marca Buick. Havia ainda um caminhão Ford e um ônibus, da Grahan Brothers, apelidado carinhosamente pelos funcionários do Instituto de 'Viúva'. Os dados referentes às marcas constam do relatório da Superintendência de Obras e Transportes do Ministério da Educação e Saúde de 9 de outubro de 1934. Acervo do Fundo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro.

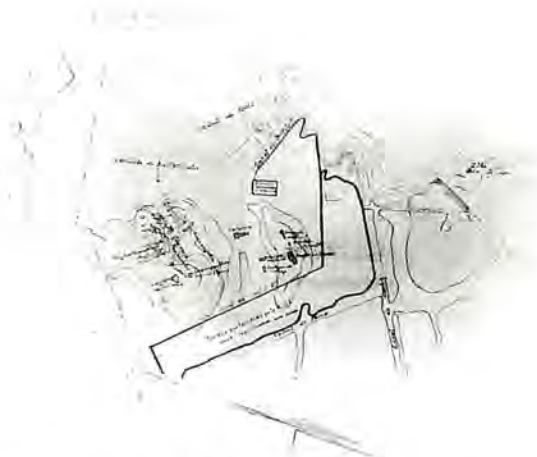
[53] Herman Lent - Trecho de depoimento, de 15 de junho de 2000, registrado na fita 1, lado A.

Vistas aéreas do *campus* de Manguinhos em 1938, a partir de vôo realizado pela Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. (Musal)
Vê-se, abaixo à esquerda, o Pavilhão Vacínico e à direita o pombal, um hangar e pista de pouso do antigo Aero-Clube do Brasil, em frente ao Instituto. Ao fundo o conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos.

problema crônico até os dias de hoje), para o desenvolvimento das atividades do Instituto. Nessa época, os edifícios encontravam-se em mau estado de conservação, e os equipamentos adquiridos nas primeiras décadas do século XX

Época de grandes alterações nos limites do terreno do Instituto Oswaldo Cruz. As terras foram demarcadas apenas em 1935 em função dos avanços das áreas de aterro para a construção do Aero-Clube de Manguinhos, e posteriormente da Avenida Brasil. (Reserva Técnica do Museu da Vida/Fiocruz)

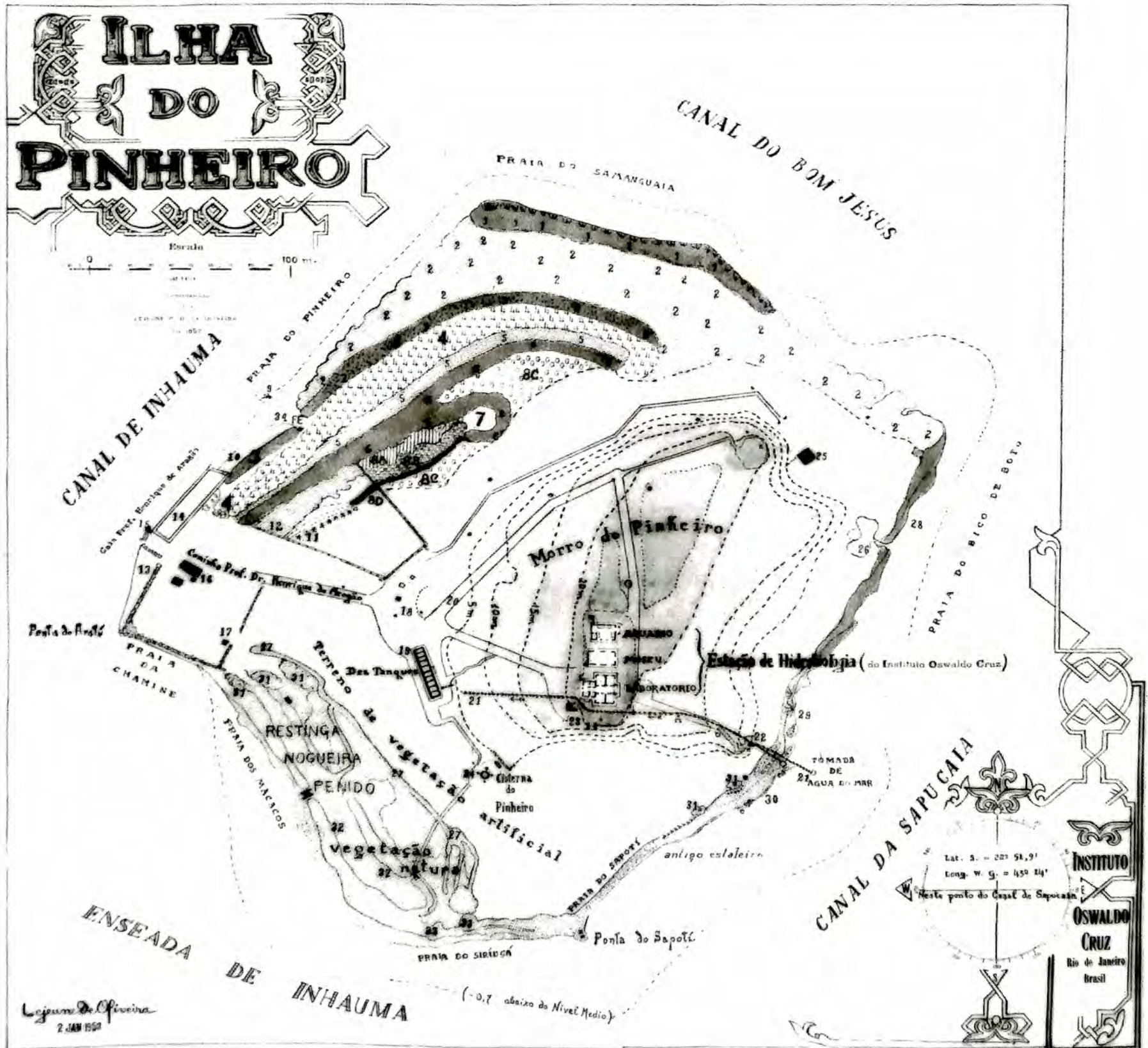
estavam obsoletos.[54] Atesta esses fatos o inventário dos edifícios do IOC encaminhado por Cardoso Fontes ao ministro da Educação e Saúde Pública à época, Gustavo Capanema.[55]

Nessa década foram construídas algumas edificações de apoio às atividades do Instituto, como os pavilhões denominados anexos, o pavilhão da marcenaria, a cocheira, a estrebaria, o depósito, o forno crematório e a coelheira. Segundo Henrique Aragão,[56] a chaminé dos antigos fornos de incineração de lixo da Prefeitura do Rio de Janeiro foi demolida entre os anos 1939 e 1940, devido aos embaraços que causava à descida dos aviões, no campo de aviação do Aero-Clube do Brasil, que se localizava próximo ao Instituto. A década de 30 caracterizou-se, portanto, por grandes alterações na área do Instituto, que em 1932 perdeu os terrenos mais próximos ao mar para o Aero-Clube do Brasil e, em 1935, incorporou ao seu patrimônio a Ilha do Pinheiro.

Planta das subprefeituras da zona da Leopoldina, escala 1:20000, décadas de 30 e 40. (AGCRJ)

Planta dos terrenos do Instituto Oswaldo Cruz. C. 1935. (Reserva Técnica do Museu da Vida/Fiocruz)

[54] Relatório da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense de 14/3/1922. (Acervo DAD/COC/Fiocruz, p.109)

[55] Segundo documentação do Fundo do Serviço Especial de Saúde Pública do DAD/COC/Fiocruz (n.3, p.109).

[56] Aragão (1950).

Ilha do Pinheiro

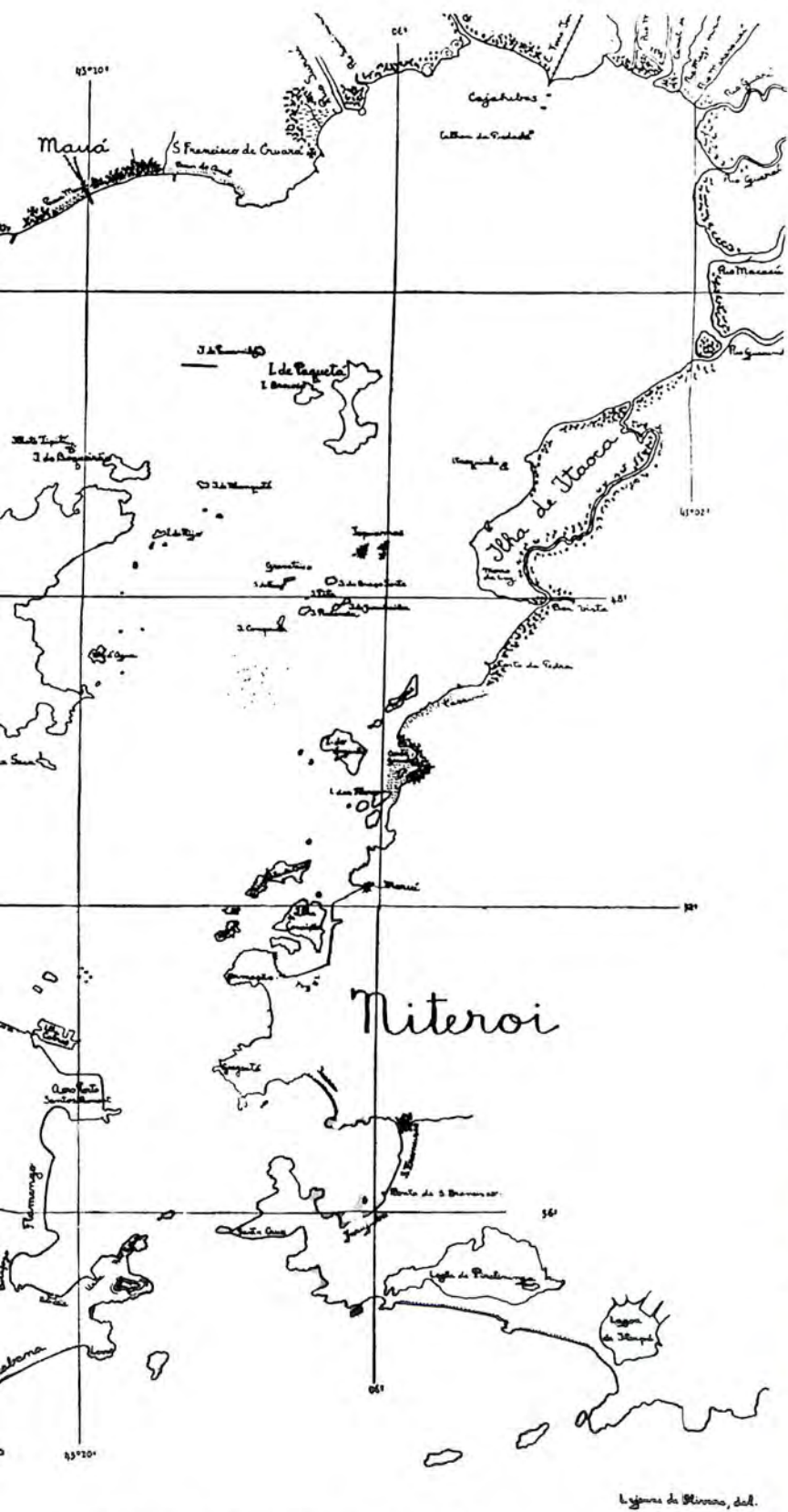
Planta de situação da Ilha do Pinheiro. Levantamento realizado por Lejeune de Oliveira. (DAD/Fiocruz)

Paralelamente aos episódios sobre a demarcação dos terrenos do Instituto, Carlos Chagas conseguiu criar, na Ilha do Pinheiro, um laboratório de Hidrobiologia. A ilha, que já tinha sido desapropriada, em 1921, pela Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, em virtude dos planos de urbanização para aquela área, apresentava-se nessa época "em forma de polígono muito irregular, plana no litoral e um pouco elevada para o centro, com área de 12 hectares, dos quais parte eram um terreno de marinhas, plantações de horta e algumas árvores frutíferas, pequeno cais de desembarque em mau estado, viveiros de peixes, um barracão e um prédio em ruínas"(...).[57]

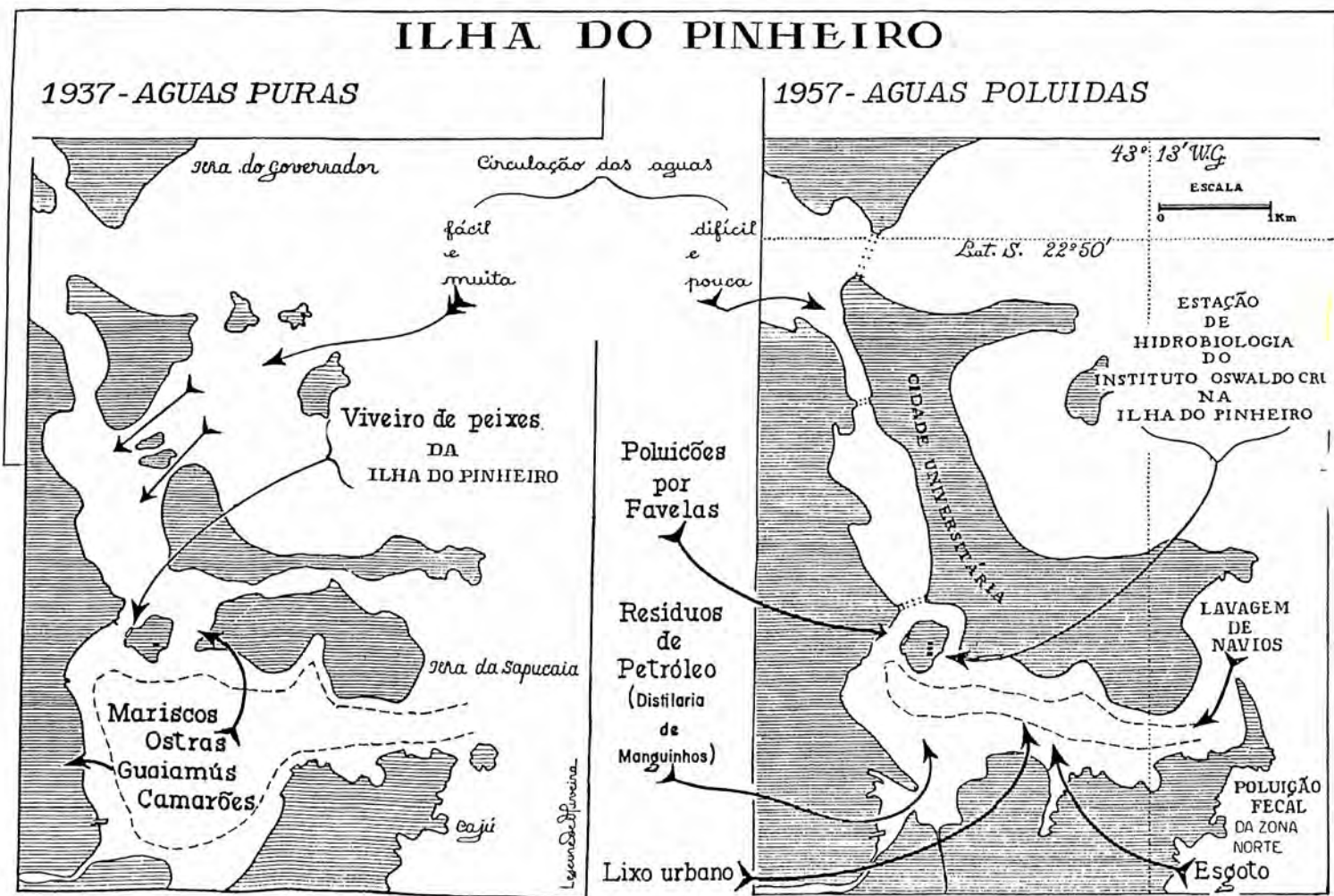
Segundo Carlos Chagas, o Instituto tinha necessidade de manter um local isolado para a observação, em liberdade, de animais inoculados e, ainda, onde se pudessem criar macacos *Rhesus*, tão necessários às pesquisas desenvolvidas pelos cientistas de Manguinhos, mas de difícil aquisição devido a seu elevado custo.

A ilha só foi entregue ao Instituto Oswaldo Cruz em 17 de julho de 1935, após a morte de Carlos Chagas. As novas construções foram iniciadas em 1936, com as obras do laboratório de Hidrobiologia. Na ilha havia também cais, estaleiro, oficina mecânica, museu de hidrobiologia, aquário marinho, tanques de piscicultura e residências do mecânico

[57] Relatório da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense de 14/3/1922. (Acervo DAD/COC/Fiocruz)

'Mapa mudo' desenhado pelo cientista Lejeune de Oliveira para estudos. (Relatório de 05/04/1976 sobre a Ilha do Pinheiro - DAD/Fiocruz)

Chegada do cais. (DAD/Fiocruz)

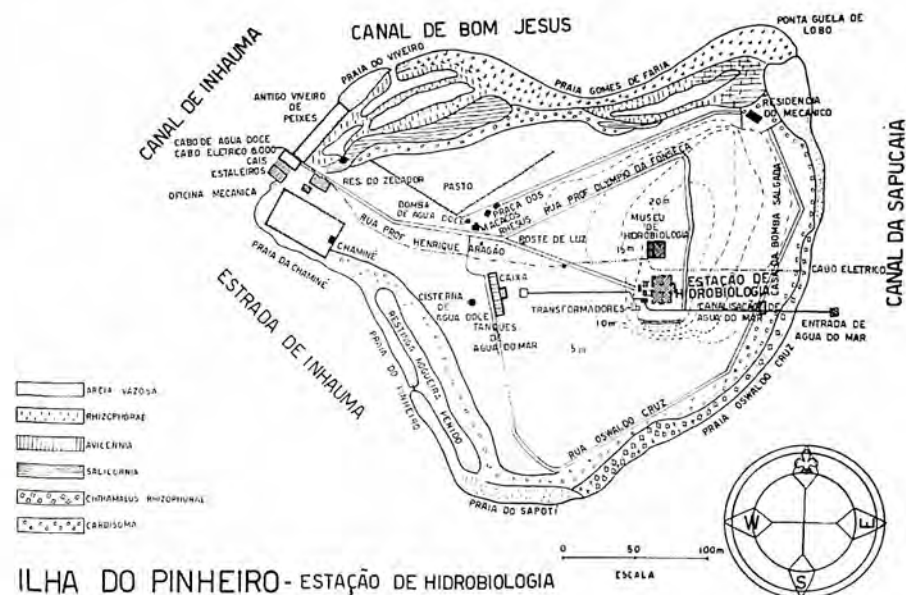
Tanques de piscicultura. (DAD/Fiocruz)

Museu de Hidrobiologia. (DAD/Fiocruz)

Estudo sobre poluição das águas da Ilha do Pinheiro e da Baía de Guanabara, feito pelo cientista Lejeune de Oliveira em 1957. Desenho original de Léjeune de Oliveira. (*Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 56, 1958)

Laboratório de Hidrobiologia. (DAD/Fiocruz)

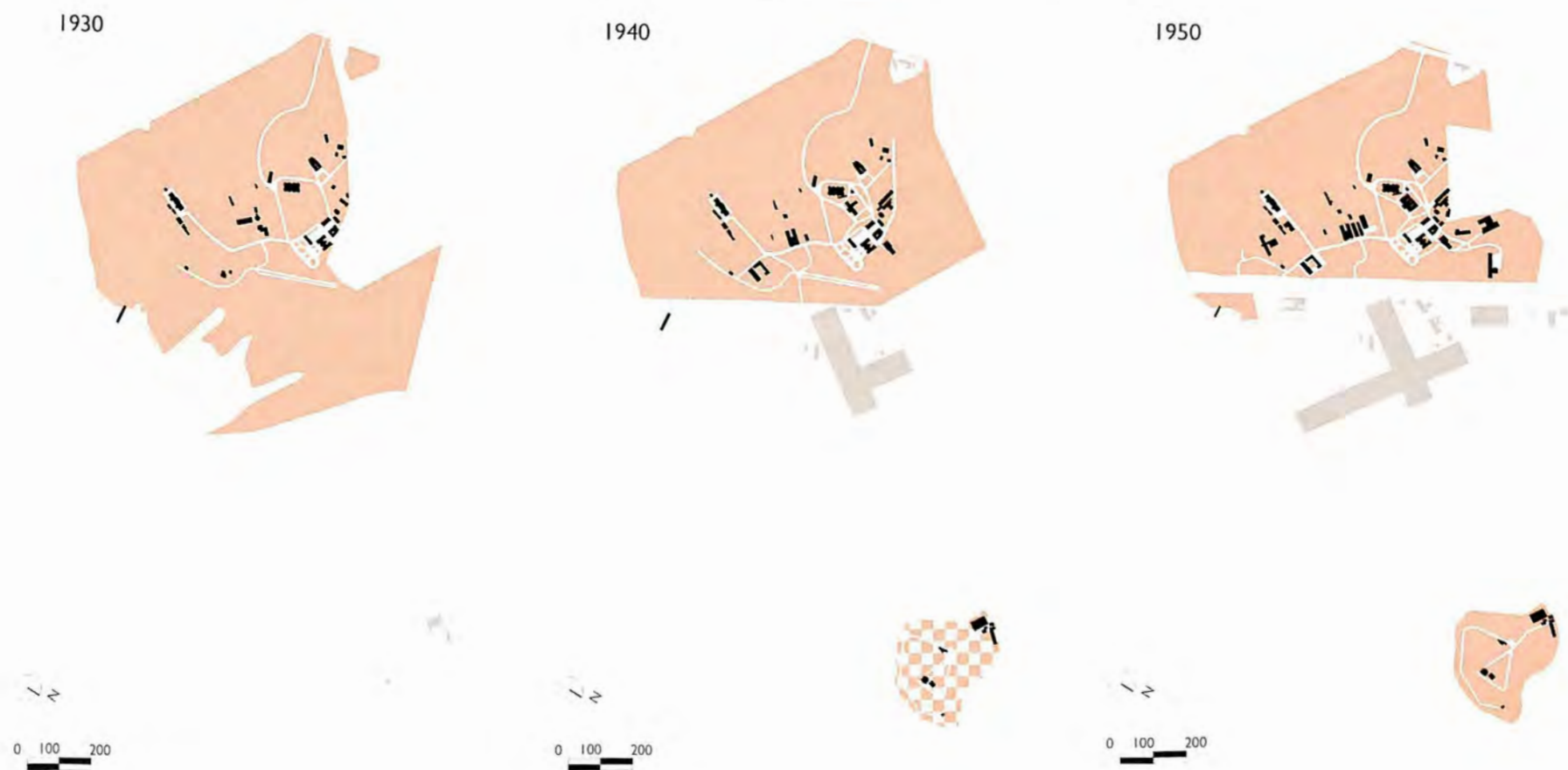
Tanques de piscicultura. (DAD/Fiocruz)

e do zelador. Entre os anos de 1953 e 1958, Lejeune Pacheco de Oliveira escreveu alguns artigos para as *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, descrevendo, com detalhes, o processo de aterramento e poluição daquele trecho da Baía de Guanabara e a impossibilidade de se continuar a realizar os estudos de hidrobiologia sob aquelas condições. Mapas e ilustrações feitos pelo próprio pesquisador acompanham os artigos.

O acesso à ilha se dava a partir do porto de Inhaúma, com o auxílio de um pequeno barco a remo, conduzido por um funcionário do Instituto que morava na ilha com sua família. A ilha funcionou muito bem até fins da década de 50, contando com o entusiasmo de Aragão, quando chegou a triplicar o número inicial de cem macacos. A partir de 1949, segundo Lejeune, o processo de favelização, a conseqüente poluição da região e a maré baixa foram tornando a ilha cada vez mais insalubre e menos isolada do continente, prejudicando a continuação dos trabalhos e facilitando a fuga dos animais. Em 1980, os macacos foram definitivamente transferidos para as gaiolas da Primatologia, dentro dos limites da Fiocruz.

Arquivo. (DAD/Fiocruz)

Residência do zelador. (DAD/Fiocruz)

Aquário marinho. (DAD/Fiocruz)

Situação do *campus* de Manguinhos nas décadas de 30 a 50

1930

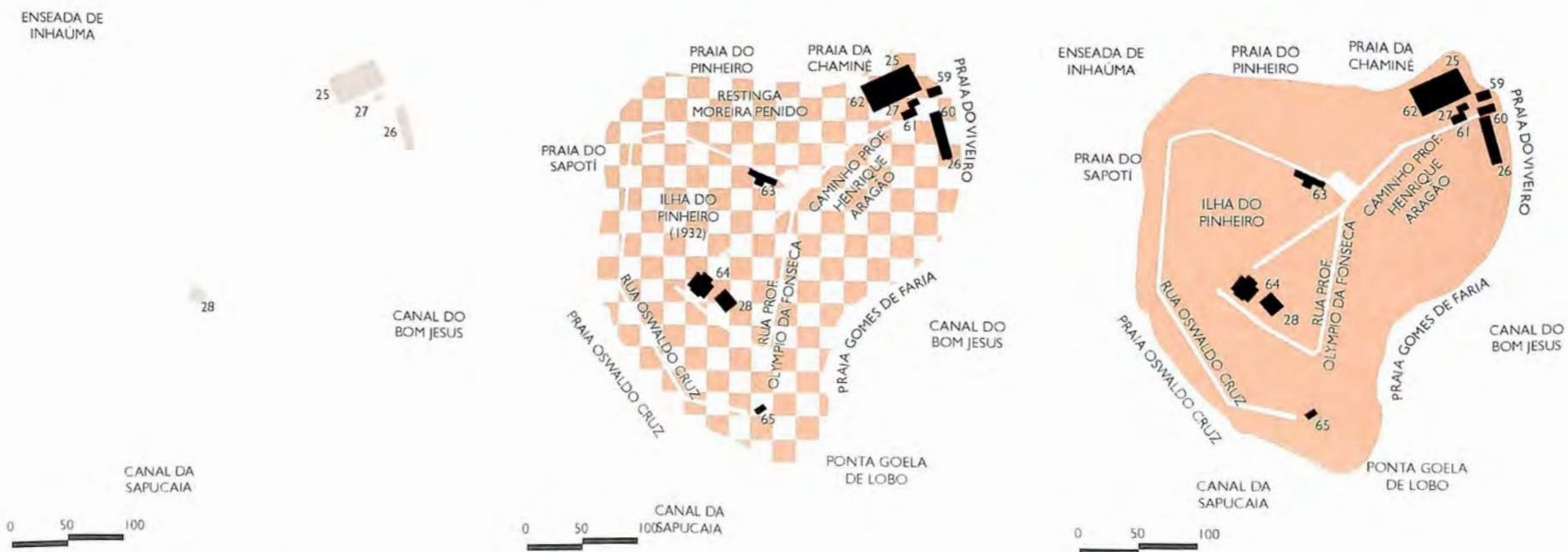
1940

1950

0 100 200

0 100 200

0 100 200

Situação da Ilha do Pinheiro nas décadas de 30 a 50

Situação do *campus* de Manguinhos nas décadas de 60 a 80

1960

1970

1980

N

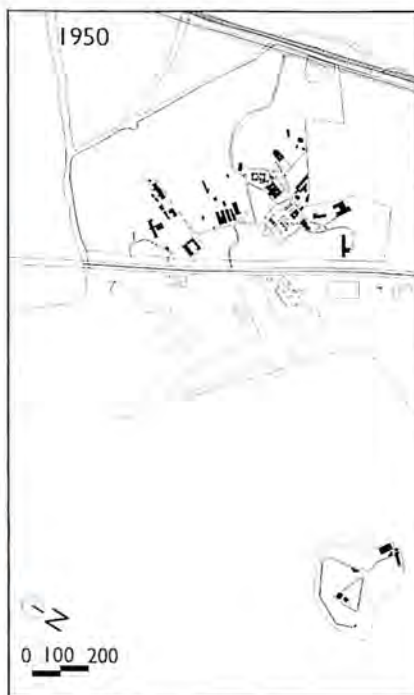
0 100 200

N

0 100 200

N

0 100 200

Situação da Ilha do Pinheiro nas décadas de 60 a 80

1941
1950

De 1941 a 1950

11 Cocheira - Instituto Soroterápico
18 Cais
20 Pombal
21 Cavalariça
22 Pavilhão do Relógio
23 Caramanchão
24 Pavilhão Mourisco
25 Horta Ilha do Pinheiro
26 Viveiro de peixes - Ilha do Pinheiro
27 Residência do zelador - Ilha do Pinheiro
28 Residência Museu de Hidrobiologia, - Ilha do Pinheiro
29 Hospital Evandro Chagas
30 Cantina
31 Residência
32 Ambulatório HEC
33 Biotério HEC
34 Depósito
35 Aquário de água salgada
36 Pavilhão Figueiredo Vasconcellos
37 Anexo Casa de Chá
38 Bichário
39 Casa Amarela
40 Residência
41 Estufas
42 Depósito para inflamáveis
43 Necrotério HEC
44 Cocheira velha
45 Residência para funcionário - Horto
46 Residência para funcionário - Horto
47 Residência para funcionário - Horto
48 Residência para funcionário - Horto
49 Companhia Melhoramentos da Baixada - demolido na década de 40
50 Pavilhão Rockefeller
51 Pavilhão Lauro Travassos
52 Coelheira
53 Cocheira
54 Pavilhão da Marcenaria
55 Pavilhão de Vírus
56 Estrebaria
57 Depósito
58 Forno crematório
59 Estaleiro - Ilha do Pinheiro
60 Cais - Ilha do Pinheiro
61 Oficina mecânica - Ilha do Pinheiro
62 Chaminé - Ilha do Pinheiro
63 Tanques de água do mar - Ilha do Pinheiro
64 Estação de Hidrobiologia - Ilha do Pinheiro
65 Residência do mecânico - Ilha do Pinheiro
66 Pavilhão Torres Homem
67 Almoxarifado - Atual Reserva técnica do Museu da Vida
68 Pavilhão Carlos Chagas
69 Pavilhão Arthur Neiva
70 Pavilhão da Biologia
71 Oficina
72 Garagem
73 Depósito
74 Pavilhão Carlos Augusto Da Silva
75 Lavanderia HEC
76 Pavilhão Adolfo Lutz
77 Caixa d'água
78 Depósito

0 50 100 200
BASE CARTOGRÁFICA: LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO IPP/PCRJ
PLANTA DE ATUALIZAÇÃO COLÔNIA DE MANGUINHOS - SITUAÇÃO - D.O./M.S. - 1956
PLANTA DE SITUAÇÃO DA ILHA DO PINHEIRO - LEJEUNE DE OLIVEIRA - 02/01/1952
N
EST. CARLOS CHAGAS
LEOPOLDINA RAILWAY
ESTRADA RIO-PETRÓPOLIS
R. LEOPOLDO BULHÕES
CANAL FARIA-TIMBÓ
RIO JACARÉ
RIO DO CUNHA
RIO JACARÉ
CANAL DO CUNHA
FAIXA DE 60m OCUPADA PELA AV. BRASIL ENTRE 1939/46
FAIXAS ORIGINAIS DA AV. BRASIL
OFICINA DA DIVISÃO DE OBRAS DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
BAR E RESTAURANTE
OFICINA DE CARPINTARIA
REFEITÓRIO E GARAGEM N.A.B.
HANGAR CAPITÃO RICARDO KIRK
ALOJAMENTO
CAMPO DE FUTEBOL
BANCO DE PROVAS DE MOTORES
NAVEGAÇÃO AERO-BRASILEIRA
DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL
HANGAR TENENTE EUGÊNIO PESSOLO
PISTA DE TAXIAMENTO
ESCOLA HUGO CANTEGIAHI
AERO-CLUB
TORRE
AERO-CLUB DO BRASIL/ NAVEGAÇÃO AERO BRASILEIRA
PISTA DE POUSO E DECOLAGEM
PRAIA DE INHAÚMA
BAIA DE GUANABARA
Terreno da Fiocruz
Área perdida
Área ganha
Edificações preexistentes
Edificações construídas na década de 40
Edificações não pertencentes ao Instituto
Terrenos com seção solicitada pelo Instituto em 1948
Terrenos ocupados pelo Aero-Clube do Brasil em 1948
Terreno cedido ao Instituto pelo termo lavrado no livro 03, folhas 53 a 62, em 1948

Antonio Cardoso Fontes
Diretor do Instituto Oswaldo Cruz de 31 de dezembro de 1934 a 2 de julho de 1942.

Henrique de Beaurepaire Aragão
Diretor interino do Instituto Oswaldo Cruz no período de 18 de fevereiro de 1942 a 15 de fevereiro de 1944, quando foi efetivado e permaneceu até 10 de fevereiro de 1949.

Olympio Oliveira Ribeiro da Fonseca
Diretor do Instituto Oswaldo Cruz de 10 de fevereiro de 1949 a 14 de julho de 1953.

Em 1942, o Instituto Oswaldo Cruz passou a ser administrado por Henrique Aragão. Segundo o depoimento do cientista Lobato Paraense,[58] Henrique Aragão era um diretor que gostava de andar pelo *campus*, ao contrário de seu antecessor, Cardoso Fontes, que, por problemas de saúde, se limitava a ficar dentro de sua sala no último pavimento do Pavilhão Mourisco. Esse interesse de Aragão pelo *campus* de Manguinhos foi fundamental para a expansão e a consolidação da área do Instituto, que no início de sua gestão não tinha ainda seus limites demarcados. Segundo Herman Lent,[59] não se pode dizer que Aragão fosse um mau diretor, mas ele era visto como uma pessoa que se dedicava mais ao exterior, ao *campus*, a sua arborização e a sua delimitação.

Quando Henrique Aragão assumiu a direção do IOC, a arrecadação do Instituto havia aumentado, pois se tornara peça importante na produção de soros, vacinas, plasma sanguíneo, penicilina etc., depois que o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial. Pelo Regulamento de 1942, as antigas seções científicas passaram a se chamar divisões, mais completas e mais complexas, em decorrência da própria diversificação, em pleno crescimento, do conhecimento científico e técnico na época.

Preocupado com a delimitação física do *campus*, Aragão tratou de construir os novos pavilhões distantes do núcleo arquitetônico original do IOC, numa clara vontade de expandir e marcar os domínios do Instituto pela área,

[58] Lobato Paraense – Trecho de depoimento, de 4 de novembro de 1998, registrado na fita 2, lado A.

[59] Herman Lent – Trecho de depoimento, de 15 de junho de 2000, registrado na fita 1, lado B.

Pavilhão de Cursos. Destaque para o painel de Burle Marx produzido pela Osirarte. (Foto Marcel Gautherot. Acervo Burle Marx & Cia Ltda)

utilizando-se, inclusive, da arquitetura da época, o modernismo carioca.

Esse terreno não tinha nenhuma planta de situação, (...) os edifícios eram plantados indiscriminadamente (...), não se tinha uma idéia de urbanização. (...) Então o meu marido, que trabalhava nesse setor (ele foi o planejador de Nilópolis, Corrêas), trabalhava muito em levantamentos e me ajudou. Nós colocamos uma pessoa lá e confeccionamos uma planta de situação muito bem feita, com orientação, com curvas de nível, tudo como manda o figurino. E foi graças a isso que pudemos definir o ponto que deveria ser escolhido pelo Dr. Aragão para a construção do Pavilhão da Patologia. (...) Ele vinha para cá comigo e com meu marido para colocar os

Vista aérea do *campus* de Manguinhos. Da esquerda para a direita: a fachada posterior do Pavilhão da Patologia, o Aquário em ruínas, o Quinino sobrelevado, o Pavilhão Mourisco, o Pavilhão da Cavalariça e o Pavilhão Lauro Travassos com seus quatro blocos acrescidos e com o bloco principal sobrelevado de mais um pavimento e o campo de aviação e hangar do Aero-Clube do Brasil. Ao fundo, detrás do Pavilhão Mourisco, a Ilha do Pinheiro. (DAD/Fiocruz)

O Pavilhão Lauro Travassos com a sobrelevação do bloco da frente. Nessa década se intensificam os trabalhos de arborização do *campus*. (DAD/Fiocruz)

piquetes na posição em que iam ficar as extremidades das fundações. (...) Foi o Henrique Aragão que escolheu o terreno, fez o programa, fez tudo.[60]

Participante ativo da elaboração dos programas dos edifícios e no acompanhamento das obras, Aragão deixava a concepção arquitetônica e a expressão plástica dos edifícios sob a responsabilidade da capacidade e da imaginação de cada arquiteto. A nova arquitetura, apresentada nos novos pavilhões construídos, vinha da equipe da Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde (DO/MES), composta de profissionais formados pela Escola Nacional de Belas-Artes, na década de 30. A contribuição para essa arquitetura contava, ainda, com o apoio importante do ministro Gustavo Capanema, um legítimo e reconhecido defensor dos ideais modernistas.

[60] Olenka Freire Greve – Trecho de depoimento, de 30 de maio de 2000, registrado na fita 1, lado B. A planta em questão está nos arquivos DAD/COC, Fiocruz. Olenka se refere ao engenheiro civil Henrique Ernesto Greve, com quem se casou em 1940.

O Pavilhão da Patologia (atual Carlos Chagas), em construção.
Em primeiro plano cobertura do antigo Almoxarifado.(DAD/Fiocruz)

O Pavilhão da Patologia, em construção.
Em primeiro plano cobertura do Quinino.(DAD/Fiocruz)

À direita, no centro, o Pavilhão da Patologia, recém-inaugurado. Projeto da arquiteta Olenka Freire Greve, da equipe da Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde. (DAD/Fiocruz)

Aragão era tão presente nesta fase de projetos que ia praticamente todos os dias à Divisão de Obras, no edifício do MES, para saber do andamento dos trabalhos. Ganhou dos funcionários do ministério o apelido de "dez-pras-cinco",[61] pois era pontualmente neste horário, no fim do expediente para desespero dos arquitetos, que ele chegava.

Sobre a pontualidade de Aragão comenta Lent:

> Bom, então eu vou dizer outra coisa: havia um livro de ponto que nós tínhamos que assinar. Esse livro ficava embaixo, no primeiro andar do Castelo, até as nove horas.(...) Às nove horas o Aragão mandava (...) levar o livro de ponto para o laboratório dele. Então quem chegasse depois das nove horas o Aragão via. Ele assinava, não dizia nada. Quando chegava três da tarde o livro descia para o andar debaixo, de onde tinha saído de manhã. E aí, de três horas em diante, a gente podia assinar. (...) De modo que esse 'dez-paras-cinco' procede... O horário era uma maneira dele.[62]

Na gestão de Henrique Aragão foram construídos ou iniciados o Pavilhão de Patologia, atual Carlos Chagas, o Pavilhão da Biologia, o Pavilhão de Cursos e o Pavilhão do Restaurante Central. Com exceção do Pavilhão Carlos Chagas, os edifícios foram implantados em áreas extremas do *campus* de Manguinhos.

Em todos esses edifícios utilizaram-se materiais de construção, sistema construtivo e estrutural característicos do movimento moderno, composto de estrutura independente de concreto armado, vedações de tijolos cerâmicos, panos de vidro e cobertura de telhas de amianto.

O Pavilhão Carlos Chagas foi projetado em 1944[63] pela arquiteta Olenka Freire Greve (Anexo I) e inaugurado no fim do Governo Dutra.[64] Esse edifício foi concebido como um prisma, retangular e vertical, com tratamento sóbrio, possuindo fachadas laterais cegas e

[61] Floroaldo Albano – Trecho de depoimento, de 26 de abril de 2000, registrado na fita 1, lado A. Acervo DPH/COC, Fiocruz. "E até o pessoal brincava: (...) dez para as cinco. Por que dez para as cinco ele estava lá na Divisão de Obras quase todo os dias cobrando. Saía daqui e ia para lá. Acompanhava."

[62] Herman Lent – Trecho de depoimento, de 15 de junho de 2000, registrado na fita 1, lado B.

[63] Olenka Freire Greve – Trecho de depoimento, de 30 de maio de 2000, registrado na fita 1, lado B.

[64] O General Eurico Gaspar Dutra governou entre 31 janeiro de 1946 e 31 de janeiro de 1951.

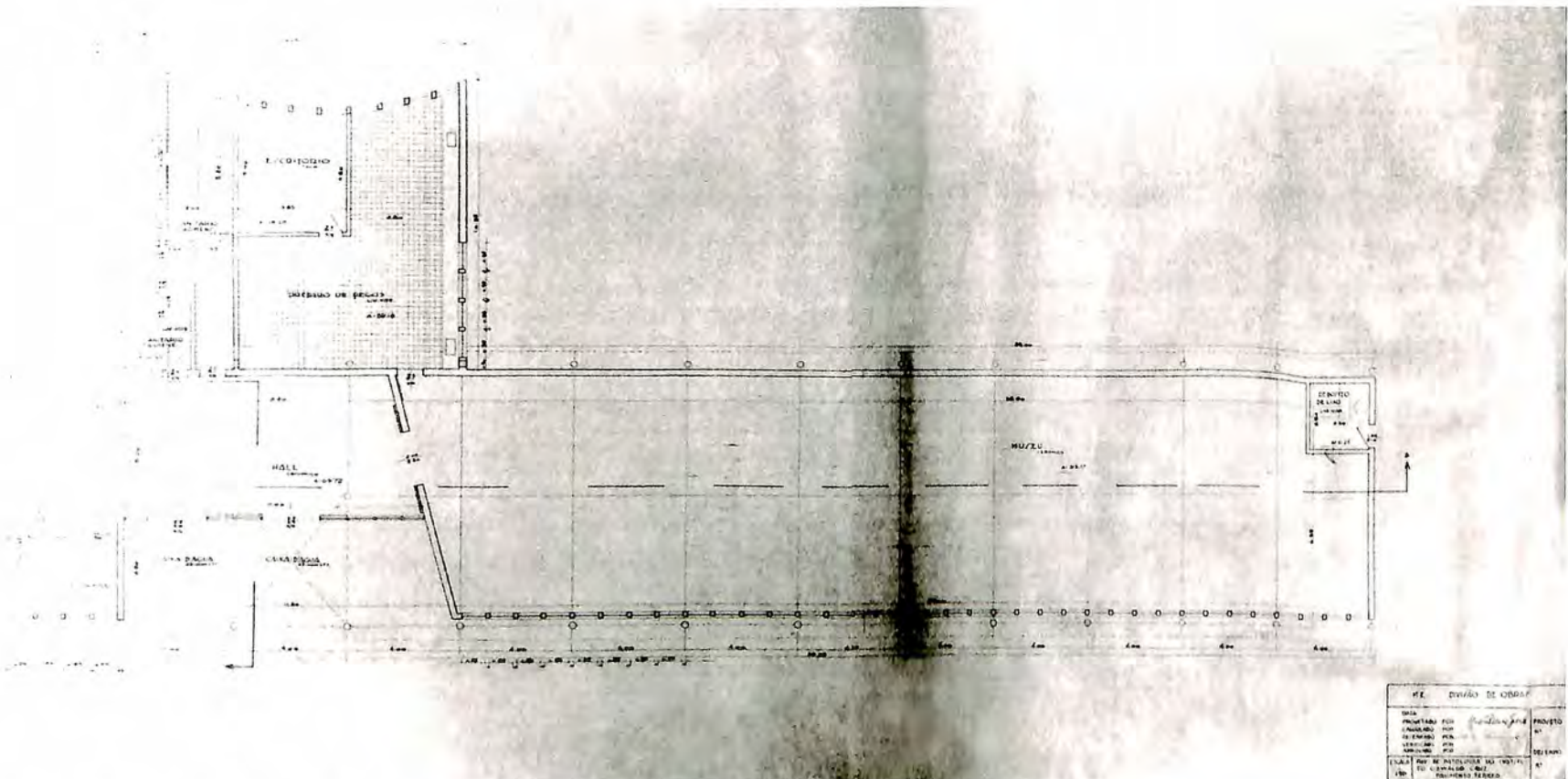
M.E.S. DIVISÃO DE OBRAS

DATA PROJETADO POR CALCULADO POR DESENHADO POR VERIFICADO POR APROVADO POR		PROJETO Nº DESENHO Nº
ESCALA 1:50	PAV. DE PATOLOGIA DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ PAVIMENTO TERREO	

Carimbo com a assinatura da arquiteta Olenka Freire Greve. (DAD/Fiocruz)

fachadas frontal e posterior rasgadas horizontalmente em cada pavimento. Foi adotada também estrutura constituída de pilares circulares aparentes no pavimento térreo e seguindo a tipologia funcional do hospital verticalizado, introduzida pelo movimento da arquitetura moderna.

Com participação intensa dos cientistas, em especial de Aragão, na elaboração do programa, o projeto teve como resultado um edifício extremamente funcional, sem arroubos estéticos. A tipologia de hospital verticalizado foi adotada posteriormente nos projetos dos edifícios de Bio-Manguinhos e da Expansão do *campus*.

Sobre ele nos conta Olenka, a autora do projeto:

Planta baixa do Pavilhão da Patologia (atual Carlos Chagas). (DAD/Fiocruz)

A concepção do edifício não pôde ser com muita fantasia, visto que era um programa muito rígido, você vê que eram todos os laboratórios iguais, todos tinham aquelas áreas iguais e tinha que haver coordenação e comunicação entre os cientistas, então a idéia foi de fazer aquela porção de salas com uma circulação... não tinha fantasia.

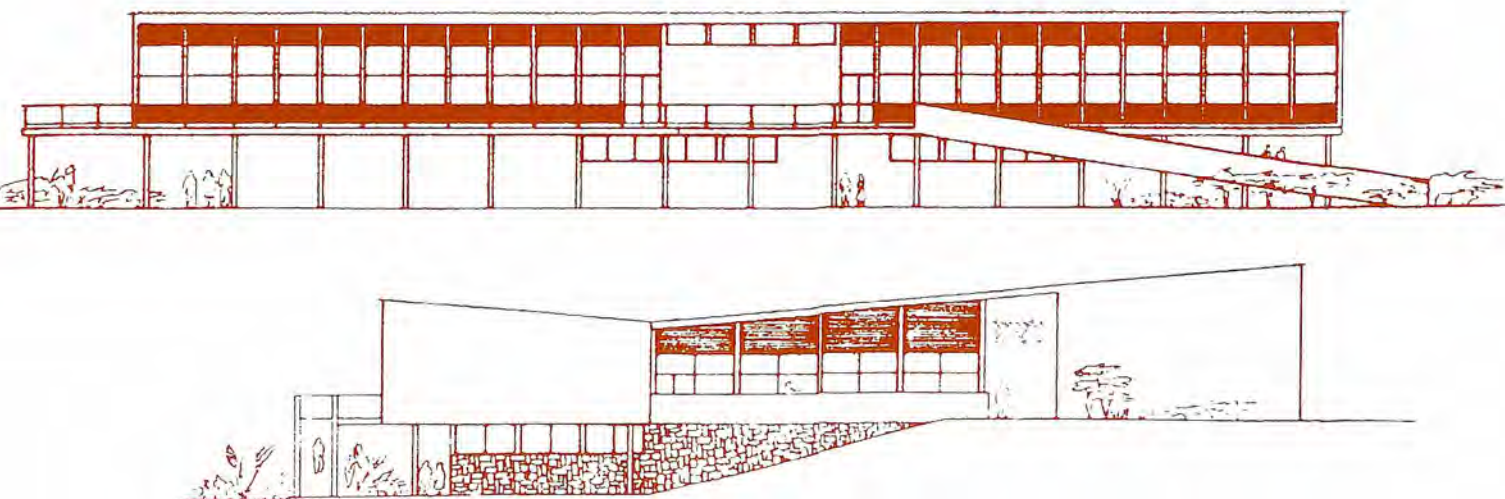
(...) A questão do terreno foi determinante para a verticalidade. Hoje quando a gente olha lá de fora é uma das primeiras coisas que a gente vê... [65]

O projeto do Pavilhão Carlos Augusto da Silva, ou Refeitório Central, que teve sua construção iniciada em 1947, tinha como meta atender independentemente o pessoal administrativo, técnicos e auxiliares. Para isso foram criados no andar superior dois salões de refeições e uma cantina, servidos por uma cozinha central. Os dois refeitórios foram protegidos por *brise-soleils*, uma vez que, para usufruírem a melhor vista, ficaram com orientação solar desfavorável. Foi aproveitado o desnível do terreno e os depósitos, vestiários e a casa de máquinas ficaram no pavimento inferior, que era em grande parte ocupado por pilotis. O Refeitório Central é uma obra notável, onde existe uma associação harmoniosa entre o rigor do desenvolvimento dos detalhes, o estudo dos aspectos funcionais e as soluções técnicas, espaciais e estéticas. Nesse projeto, Jorge Ferreira (Anexo I) adota uma concepção volumétrica constituída pela interligação de dois corpos com coberturas inclinadas formando um perfil em V, que tem a sua movimentação acentuada pela declividade do terreno. O corpo anterior, construído com pavimento térreo liberado por pilotis, tinha uma rampa de acesso a um terraço delimitado pela fachada principal, que recebeu tratamento diferenciado: um extenso quadriculado de concreto, interrompido apenas pelas aberturas de ingresso ao interior, e por um pequeno painel de azulejos. O corpo posterior tem suas fachadas cuidadosamente trabalhadas por meio da utilização de grandes esquadrias de madeira, pequenas aberturas quadrangulares e *brises-soleils*, rigorosamente projetados de acordo com a incidência solar e a necessidade de iluminação dos ambientes internos. Com esse projeto, Jorge Ferreira ganhou Menção do júri da 1ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo de 1951. Esse edifício sofreu grandes

[65] Olenka Freire Greve - Trecho de depoimento, de 30 de maio de 2000, registrado na fita 1, lado B.

Vista externa do Restaurante Central. (DAD/Fiocruz)

descaracterizações, como a demolição e a substituição da rampa original, a ocupação e o fechamento dos pilotis, além da inserção, sem nenhum cuidado, de volumes inadequados na fachada posterior e na cobertura. Foi desenvolvido recentemente um projeto de restauração desse edifício, que deverá ser executado por etapas.

O painel de azulejos do Pavilhão do Restaurante central é de Paulo Rossi Osir,[66] artista de origem italiana que trabalhava para, entre outros, Portinari. Osir e Portinari são os autores dos painéis de azulejos do Palácio Gustavo Capanema, sede do Ministério da Educação e Saúde, construídos entre 1937 e 1953.

Restaurante Central projeto do arquiteto Jorge Ferreira, da equipe da Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde. (DAD/Fiocruz)

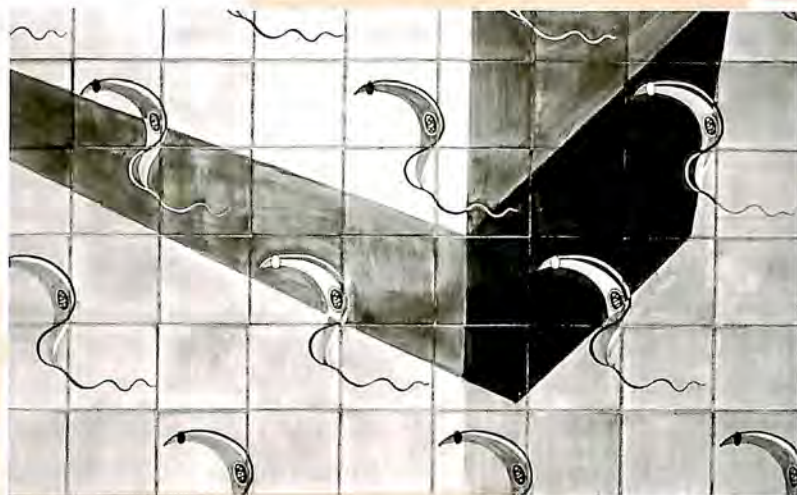
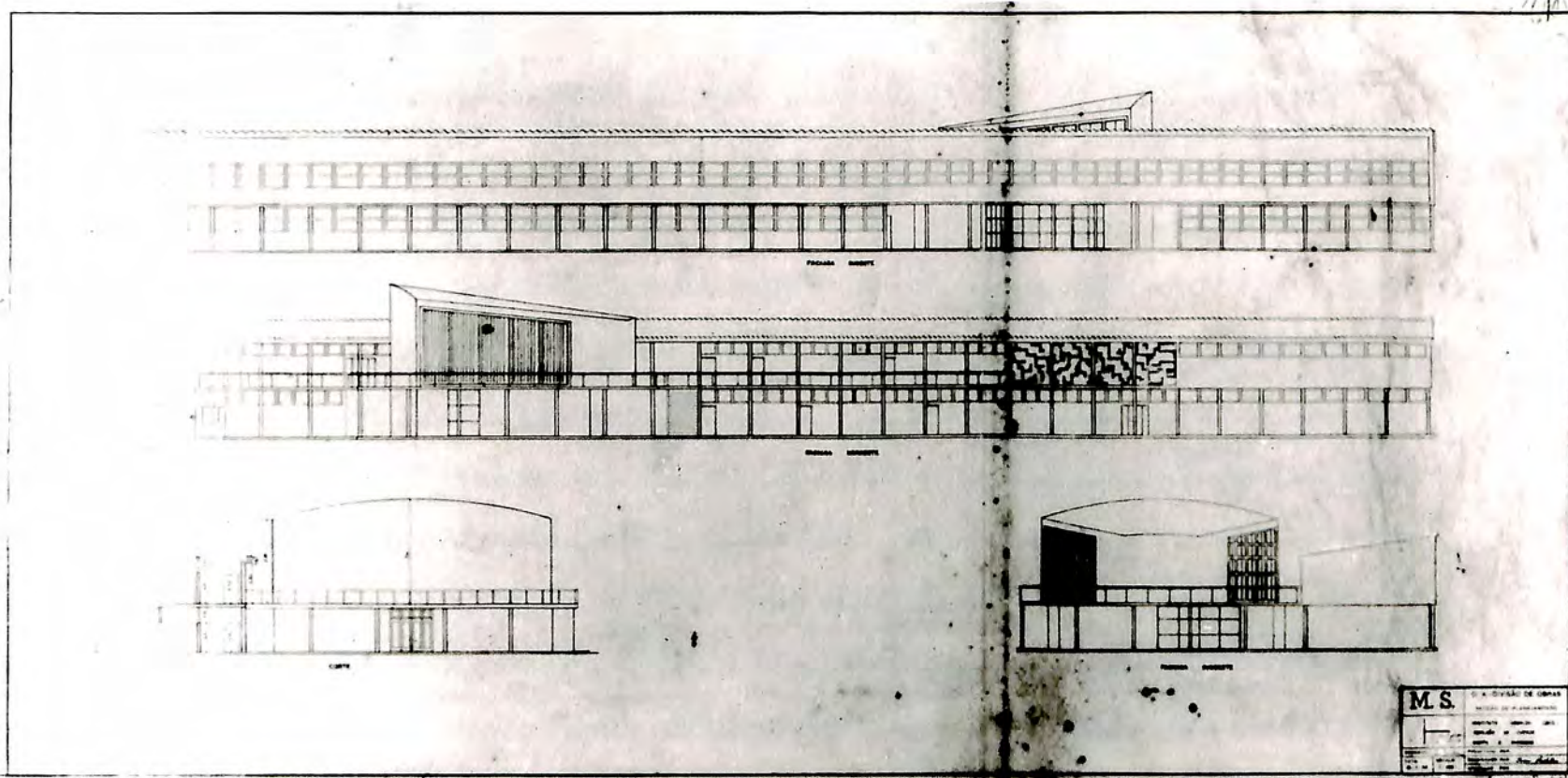
[66] A empresa do pintor e empreendedor Paulo Rossi Osir, a Osirarte, foi fundada em 1940 para executar os azulejos desenhados por Portinari para os painéis do edifício do MEC, mas depois, em quase duas décadas de existência, transcendeu a mera execução para voltar-se à criação e à produção de azulejos especialmente desenhados por nomes como Volpi, Mario Zanini, Gerda Brentani e Hilde Weber. Eles faziam não só painéis fixos ou móveis, como também superfícies para bandejas, mesas, lareiras e detalhes para fontes e piscinas.

Interior do salão principal do Pavilhão do Restaurante Central em 1957.
(Fundo *Correio da Manhã*. Arquivo Nacional)

Sobre os painéis, comenta Ferreira:

> O Paulo Osir Rossi foi quem fez aqueles azulejos todos do Ministério da Educação (...) com desenhos do Portinari. O Rossi era um sujeito formidável, de uma cultura muito grande e muita coisa ele ensinou ao Portinari sobre técnicas de pintura.(...) Ele era italiano, e italianos como ceramistas são fabulosos, aliás Itália e Portugal o são. Então chamaram-no pra fazer o painel do prédio do MES, eu o conheci e ficamos muito amigos. (...) O painel do refeitório é dele. O painel do Pavilhão de Cursos é do Burle Marx, nós já éramos muito amigos nessa época. Eu que pedi pro Burle fazer o painel do Pavilhão de Cursos. Esse painel vinha até o chão. O painel do Refeitório foi presente do Rossi, ele ofereceu inclusive o material (...).[67]

Ainda mais criativo, o projeto do Pavilhão de Cursos, também de Ferreira, recebeu, a colaboração de Roberto Burle Marx – grande amigo do arquiteto, que fez o paisagismo e desenhou o painel de azulejos, com motivos em microrganismos aquáticos. O painel cerâmico do Pavilhão de Cursos foi danificado em obra de reforma executada sem critérios, e sua parte inferior foi retirada. Por sorte, alguém se preocupou em armazenar algumas das cerâmicas e elas servirão de base para a futura restauração do painel.

O edifício tem concepção volumétrica e espacial, constituída da articulação harmoniosa conseguida por intermédio da utilização de estrutura modulada e independente de dois blocos distintos e contrastantes em suas formas: um retilíneo, abrigando as salas de aula, e o outro em forma de uma cunha abaulada, abrigando o auditório, ambos interligados por uma laje suspensa por pilotis que se cruzam ortogonalmente. O bloco longitudinal de dois pavimentos foi concebido com clareza geométrica e volumetria dominantemente horizontal. Esse bloco tem fachada anterior movimentada pela alternância de varandas e vedações, com cobogó

[67] Jorge Ferreira – Trecho de depoimento, de 12 de março de 1999, registrado na fita 1, lado B.

Projeto das fachadas do Pavilhão de Cursos, de Jorge Ferreira. (DAD/Fiocruz)

Conjunto de edificações modernistas construídas durante a gestão de Henrique Aragão, utilizando a linguagem da nova arquitetura como uma afirmação de sua gestão consolidadora. Em primeiro plano o Pavilhão de Cursos e à direita o Pavilhão da Patologia (atual Carlos Chagas). Ao fundo à esquerda o Pavilhão Mourisco e à direita o Quinino. (DAD/Fiocruz)

no pavimento superior e pilotis no *hall* do pavimento térreo. A sua fachada posterior é mais simplificada, marcada pelo ritmo da estrutura independente e pelos contínuos rasgos horizontais em cada pavimento. O bloco do auditório foi tratado de forma escultórica, através da criação de um volume de perfil inclinado com planta trapezoidal, sendo a face principal curva. Tal volume rompe uma extensa laje plana sustentada por pilotis, a qual, por sua vez, cria um terraço que circunda o auditório situado no pavimento superior. As fachadas laterais são protegidas por *brises-soleils* verticais, ao passo que a fachada principal, cega e curvilínea na sua base e no seu perfil superior, possui um painel de azulejos. No entorno do Pavilhão de Cursos foram implantados jardins de autoria de Roberto Burle Marx. As descaracterizações sofridas por esse edifício, além da demolição da parte inferior do painel de azulejos e dos jardins de Burle Marx, incluem ainda as alterações das fachadas laterais do auditório e da ocupação de parte dos pilotis do bloco longitudinal.

A respeito dos projetos, Ferreira comenta:

> O programa do refeitório, praticamente só eu e o Henrique Aragão fizemos, era um programa muito simples. O programa do Pavilhão de Cursos foi feito por várias pessoas. No projeto do Pavilhão de Cursos, o auditório era mais separado do prédio, ficava bem mais bonito, mais solto. Em 1947, durante as obras, quando eu fui para a Europa, eles resolveram não sei por que enxugar um vão ali, e ficou muito próximo. Ficaria outra coisa, mais solto.[68]

Sobre os terrenos:

> Eu participei da escolha dos terrenos. Na época, o Pavilhão de Cursos foi escolhido ali porque era perto da Avenida Brasil, que já era uma coisa projetada durante essa escolha. Mas depois fecharam aquilo ali e agora tem-se que dar a volta. O terreno do refeitório foi escolhido, pois era o local mais ou menos central, relativamente perto do Castelo.[69]

A arquitetura de Jorge Ferreira integra o conjunto das obras marcantes produzidas no Brasil a partir da segunda metade da década de 30, que teve repercussão internacional por reelaborar, de maneira criativa, os princípios da arquitetura moderna. A característica

[68] Jorge Ferreira - Trecho de depoimento, de 12 de março de 1999, registrado na fita 1, lado B.

[69] Ver nota 68

principal das obras produzidas nesse período é a utilização de soluções e elementos arquitetônicos da tradicional arquitetura brasileira, reinterpretada a partir de uma ótica moderna: tratamento plástico das fachadas com painéis de azulejos, telhados inclinados e esquadrias de madeira em contraste com amplos panos brancos, utilização de cobogó, treliças e varandas para proporcionar melhor conforto térmico.

A linguagem arquitetônica das obras projetadas por Jorge Ferreira, que conjuga sobriedade e despojamento com refinado tratamento dos detalhes, tem parentesco direto com as obras dos pioneiros da arquitetura moderna brasileira: Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, irmãos Marcelo, Milton e Maurício Roberto, entre outros.

Adotando tipologias e linguagem arquitetônicas semelhantes, contudo sem a qualidade arquitetônica dos projetos de Ferreira, o Pavilhão da Biologia foi construído provavelmente entre os anos de 1947 e 1950, na outra extremidade do *campus*, ajudando a ocupar aquela área vizinha ao Rio Faria, atual Canal do Cunha.[70] Existe uma perspectiva do Pavilhão da Biologia, datada de 1947, assinada por J. O. Bonard, porém a autoria do projeto continua desconhecida. Em fins da década de 80, o bloco posterior desse pavilhão foi demolido para dar lugar ao edifício do novo almoxarifado.

Aragão foi, ainda, o responsável direto pela arborização do *campus* de Manguinhos e pela construção do muro que separa a área do Instituto da área da favela, que na época crescia, ao longo da antiga estrada de Manguinhos. Essa favela foi iniciada a partir da construção de pequenas residências dos próprios funcionários do Instituto.

Sobre Aragão, comenta Jorge Ferreira:

> Era um sujeito formidável, muito empreendedor. (...) A gente sentia que era um homem que tinha entusiasmo por aquilo, queria realmente criar alguma coisa que funcionasse, que fosse eficiente. (...) Tinha uma visão bastante ampla do Instituto como *campus*. Foi quando ele pensou no Pavilhão de Cursos, depois no Refeitório Central. (...) O Instituto Oswaldo Cruz na época já

[70] O Canal do Cunha é o deságüe atual do Rio Faria-Timbó, junção dos rios Faria e Timbó, na Baía de Guanabara. Na década de 50, pelo fato de a região ser ainda pouco aterrada, não havia o canal.

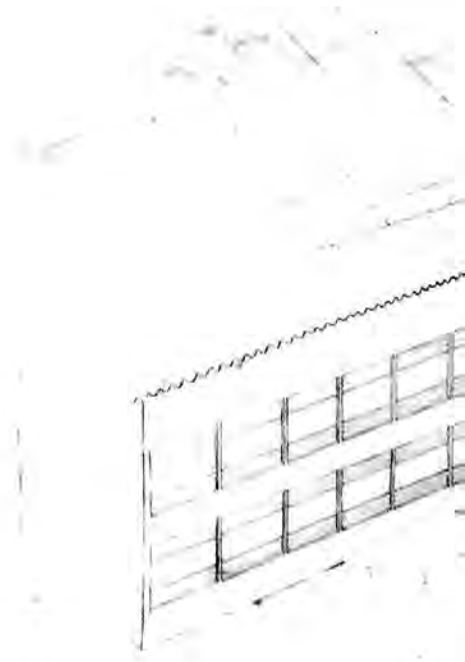
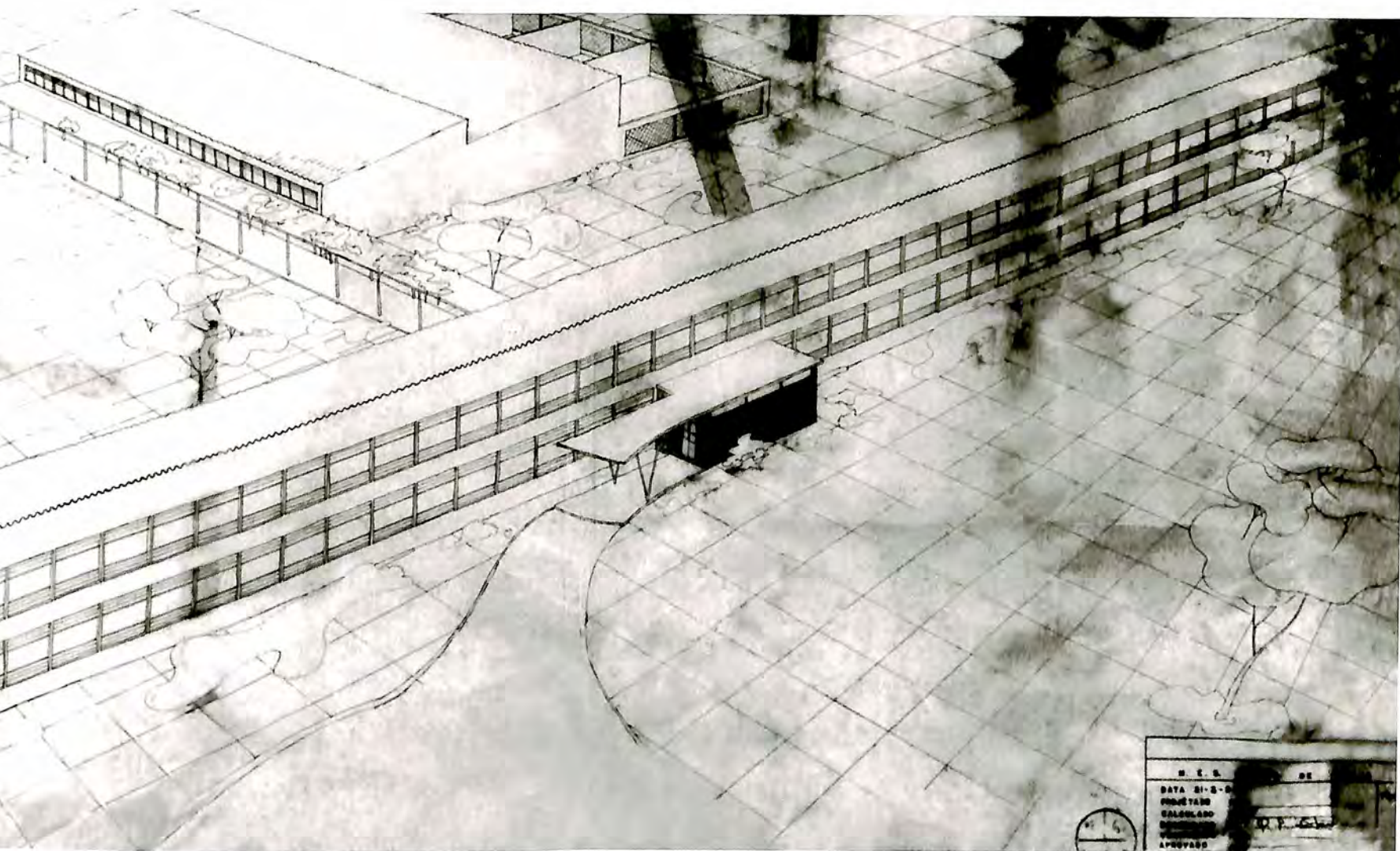
era um Instituto muito importante, mas Aragão o revitalizou muito.[71]

A regularização definitiva dos limites do Instituto só foi resolvida em 1948, após anos de empenho pessoal de Aragão, particularmente em 1946. Com ela, foram incorporados ao *campus* de Manguinhos dois terrenos, num total de cerca de 238.000 m² situados entre o mar e a Avenida Brasil.[72]

O cercamento definitivo dos limites do Instituto com a favela na década de 40 confinou a estrada de Manguinhos dentro do *campus*, o que fez com que ela perdesse seu caráter de via pública, passando a atender somente ao fluxo interno da Fiocruz. O acesso ao *campus* nas áreas próximas ao litoral começou a se dar pela Avenida Brasil, construída no terreno do Instituto e inaugurada em 1946. A construção da Avenida Brasil limitou definitivamente a área do *campus*, cortando sua comunicação com o mar.

Aragão foi então o responsável direto pela arborização, a legalização, a consolidação e a ocupação efetiva do terreno do *campus* de Manguinhos. Foi ainda o mentor dos pavilhões Carlos Chagas, de Cursos, da Biologia e do Restaurante Central, além de ter participado também da elaboração da concepção, do programa e da implantação desses edifícios. O pavilhão que recebeu seu nome não foi concebido por ele, nem foi construído em sua administração, e foi projetado para abrigar laboratórios que trabalham diretamente com febre amarela. A maioria do pessoal que trabalha lá refere-se ao edifício como 'Lafa', alusivo a Laboratório de Febre Amarela.

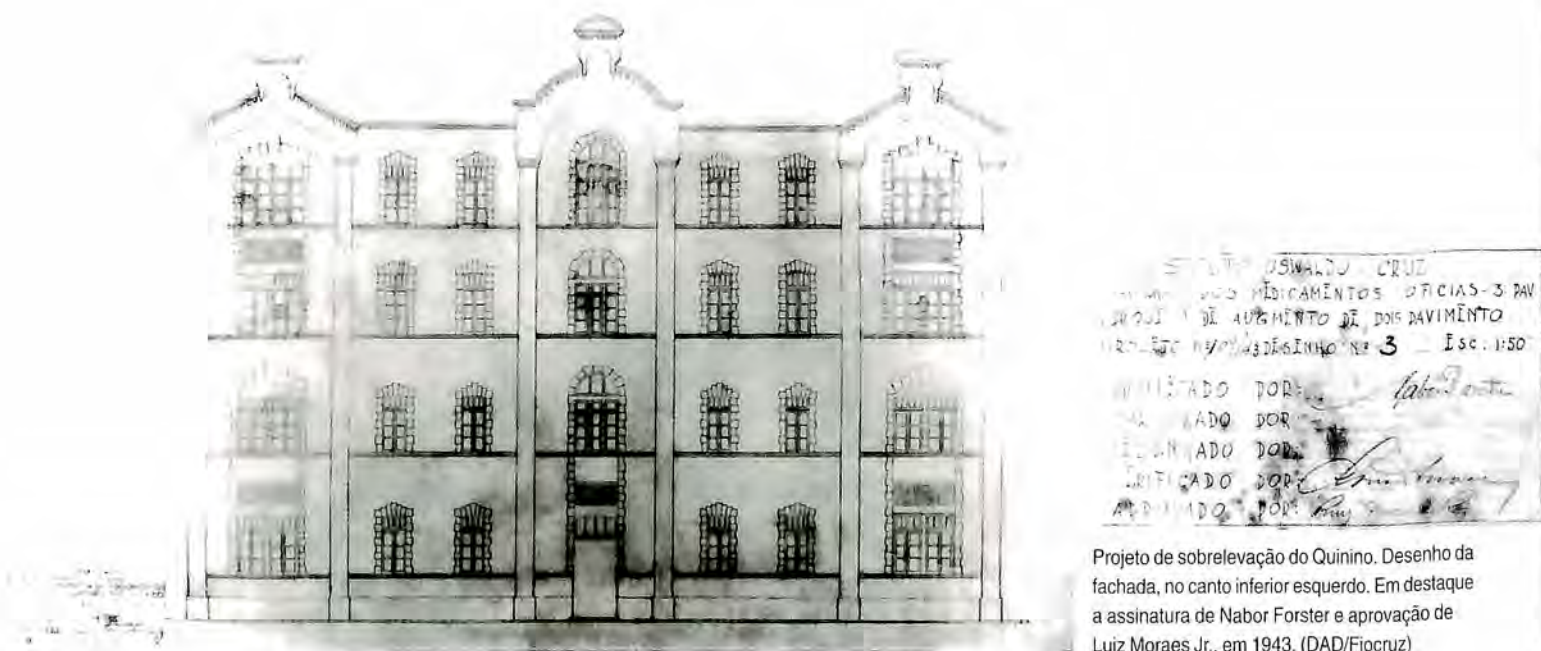
[71] Jorge Ferreira. Trecho de depoimento, de 12 de março de 1999, registrado na fita 2, lado A.

[72] Benchimol (1990-98).

Perspectiva do Pavilhão de Biologia, de J. O. Bonard, 1947. (DAD/Fiocruz)

Foi na década de 40, marcada pela consolidação dos limites do *campus* de Manguinhos, pela gestão de Henrique Aragão e pela introdução da arquitetura moderna na Fiocruz, que aconteceram as primeiras descaracterizações do conjunto arquitetônico concebido por Oswaldo Cruz e Luiz Moraes Júnior. Em 1936, já se constatava a carência de espaços para o funcionamento dos laboratórios abrigados no Quinino e já se estudava a possibilidade de instalação de um elevador e de construção de mais um pavimento. Em 1943, com o projeto assinado por Nabor Forster e aprovado por Luiz Moraes, foi iniciada a sobrelevação do Quinino. O acréscimo de mais dois pavimentos nesse pavilhão alterou a relação harmoniosa que existia entre os edifícios da Praça Pasteur. Como o projeto foi supervisionado pelo próprio Moraes, a construção final ainda ficou bem-composta em seu conjunto, perdendo, porém, suas relações de escala e de volume anteriores. Uma

observação atenta das fachadas atuais e de alguns detalhes construtivos internos revela a diferença entre os pavimentos originais e os acrescidos. Essa obra provocou também mudanças na coluna das escadas e na localização dos banheiros. Essa seria uma das últimas participações de Moraes[73] no Instituto. Na década de 40, foi iniciada também a sobrelevação do Pavilhão Lauro Travassos.

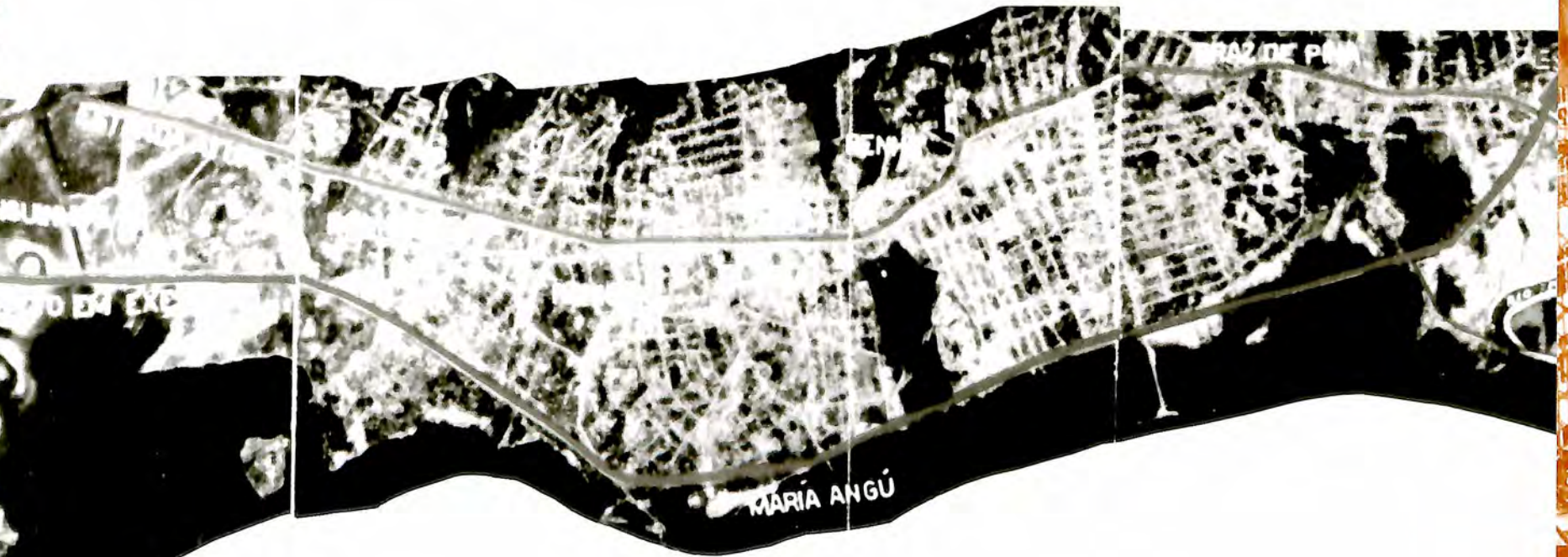
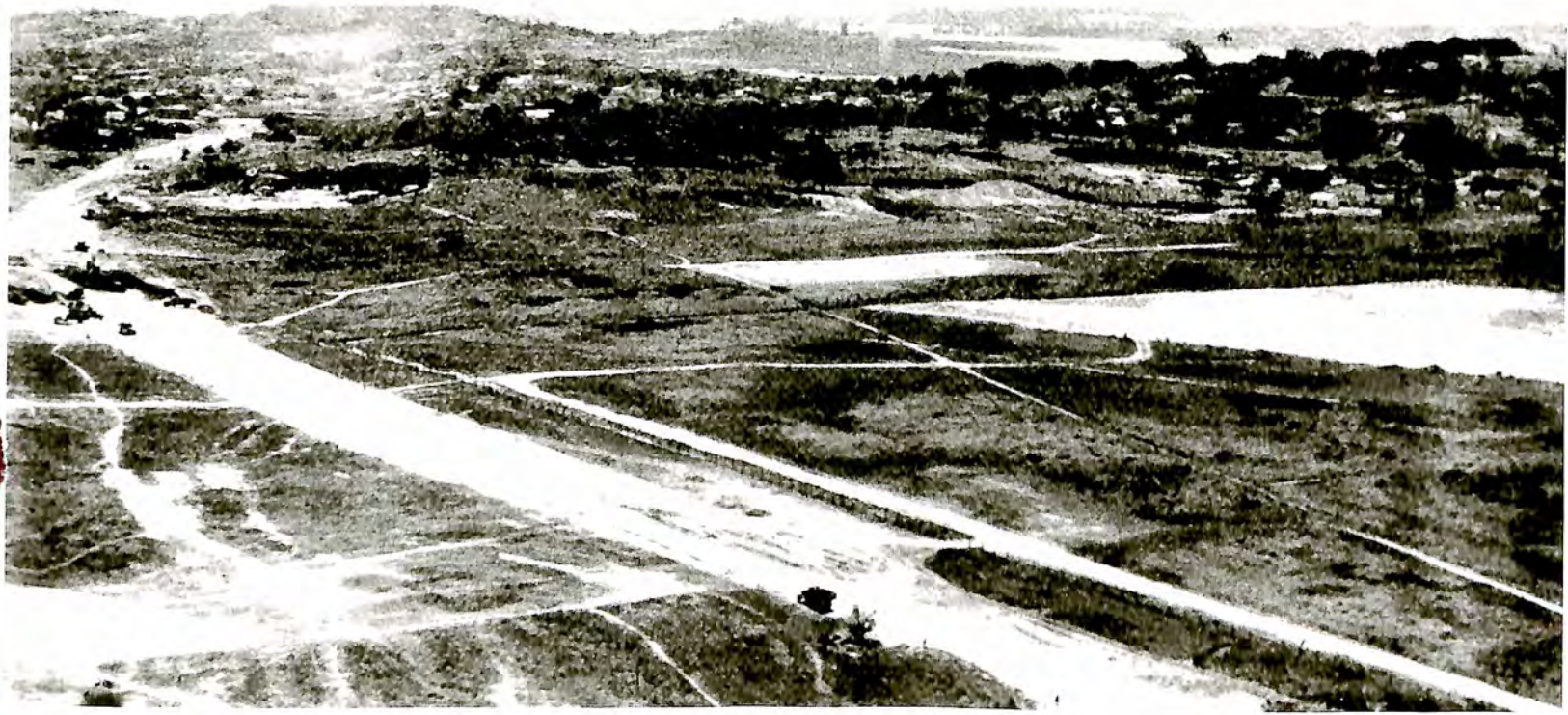
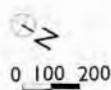
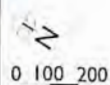
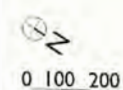
A construção do antigo refeitório, hoje conhecido como Edifício do Almoxarifado, na gestão de Cardoso Fontes, e a construção do Pavilhão Adolfo Lutz, na gestão de Olympio da Fonseca, também alteraram a ambiência do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos, devido aos materiais de construção, sistemas construtivos e aos estilos utilizados.

A edificação do Pavilhão Carlos Chagas, apesar de não ser uma intervenção direta no conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos, mudou a relação desse conjunto com seu entorno. Essa construção disputa a silhueta e passou a bloquear parcialmente algumas das principais linhas de visada do conjunto: a dos que trafegam na Avenida Brasil no sentido sul e a dos que vêm da Ilha do Fundão na direção de Manguinhos.

Projeto de sobrelevação do Quinino. Desenho da fachada, no canto inferior esquerdo. Em destaque a assinatura de Nabor Forster e aprovação de Luiz Moraes Jr., em 1943. (DAD/Fiocruz)

[73] A outra seria a de um projeto para a portaria da Avenida Brasil, como veremos adiante.

Aspecto final do Quinino, após a sobrelevação (s/d). (DAD/Fiocruz)

Imagens da abertura da variante da Rio-Petrópolis (atual Avenida Brasil) no terreno do Instituto Oswaldo Cruz. A foto à direita foi tirada do terraço do quinto pavimento do Pavilhão Mourisco. (*Revista Municipal de Engenharia*, março de 1941. Biblioteca Noronha Santos, Iphan)

Existem semelhanças entre as atuações de Oswaldo Cruz e de Henrique Aragão na direção do IOC, pois ambos executaram e participaram ativamente de grandes empreendimentos que provocaram significativas alterações físicas no *campus* de Manguinhos. A diferença talvez esteja no fato de Aragão permitir aos arquitetos contratados uma maior liberdade de criação durante a elaboração dos projetos.

Projeto da Avenida Brasil, planejada como uma variante da Rio-Petrópolis. (*Revista Municipal de Engenharia*, março de 1941. Biblioteca Noronha Santos. Iphan)

1951
1960

De 1951 a 1960

11 Cocheira Instituto Soroterápico
18 Cais
20 Pombal
21 Cavalariça
22 Pavilhão do Relógio
23 Caramanchão
24 Pavilhão Mourisco
25 Horta Ilha do Pinheiro
26 Viveiro de peixes - Ilha do Pinheiro
27 Residência do zelador - Ilha do Pinheiro
28 Residência Museu de Hidrobiologia, - Ilha do Pinheiro
29 Hospital Evandro Chagas
30 Cantina
31 Residência
32 Ambulatório HEC
33 Biotério HEC
34 Depósito
35 Aquário de água salgada - Demolido na década de 60
36 Pavilhão Figueiredo Vasconcellos
37 Anexo Casa de Chá
38 Bichário
39 Casa Amarela
40 Residência
41 Estufas
42 Depósito para inflamáveis
43 Necrotério HEC
44 Cocheira velha
45 Residência para funcionário - Horto
46 Residência para funcionário - Horto
47 Residência para funcionário - Horto
48 Residência para funcionário - Horto
50 Pavilhão Rockefeller
51 Pavilhão Lauro Travassos
52 Coelheira
53 Cocheira
54 Pavilhão da Marcenaria
55 Pavilhão de Vírus
56 Estrebaria
57 Depósito
58 Forno crematório
59 Estaleiro - Ilha do Pinheiro
60 Cais - Ilha do Pinheiro
61 Oficina mecânica - Ilha do Pinheiro
62 Chaminé - Ilha do Pinheiro
63 Tanques de água do mar - Ilha do Pinheiro
64 Estação de Hidrobiologia - Ilha do Pinheiro
65 Residência do mecânico - Ilha do Pinheiro
66 Pavilhão Torres Homem
67 Almoxarifado - Atual Reserva técnica do Museu da Vida
68 Pavilhão Carlos Chagas
69 Pavilhão Arthur Neiva
70 Pavilhão da Biologia
71 Oficina
72 Garagem
73 Depósito
74 Pavilhão Carlos Augusto Da Silva
75 Lavanderia HEC
76 Pavilhão Adolfo Lutz
77 Caixa d'água
78 Depósito
79 Cisterna
80 Canil
81 Galinheiro
82 Portaria Avenida Brasil
83 Pavilhão Henrique Aragão
84 Pavilhão Leonidas Deane
85 Estação de Tratamento de Esgoto
86 Cocheira
87 Potreiro/cocheira
88 Brete
89 Depósito de Rações
90 Casa de Força
91 Bio-Manguinhos
92 Caixa D'água
93 Casa de Força

0 50 100 200
BASE CARTOGRÁFICA: LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO IPP/PCRJ
PLANTA GERAL DO I.O.C. - D.O./M.S. - 22/05/1961
LEVANTAMENTO AEROFOTOGAMÉTRICO - GOV. DO ESTADO DA GUANABARA - 1961
N
EST. CARLOS CHAGAS
LEOPOLDINA RAILWAY
ESTRADA RIO-PETRÓPOLIS
R. LEOPOLDO BULHÕES
RUA SIZENANDO NABUCO
CANAL FARIA-TIMBÓ
RIO JACARÉ
RIO JACARÉ
RIO DO CUNHA
CANAL DO CUNHA
AV. BRASIL
OFICINA DA DIVISÃO DE OBRAS DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
BAR E RESTAURANTE
OFICINA DE CARPINTARIA
REFEITÓRIO E GARAGEM N.A.B.
HANGAR CAPITÃO RICARDO KIRK
ALOJAMENTO
CAMPO DE FUTEBOL
BANCO DE PROVAS DE MOTORES
NAVEGAÇÃO AERO-BRASILEIRA
DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL
HANGAR TENENTE EUGÊNIO PESSOLO
TORRE
ESCOLA HUGO CANTEGIAHI (AERO-CLUB)
PISTA DE TAXIAMENTO
AERO-CLUB DO BRASIL/ NAVEGAÇÃO AERO BRASILEIRA
PISTA DE POUSO E DECOLAGEM
ENSEADA DE INHAÚMA
BAÍA DE GUANABARA
Terreno da Fiocruz
Edificações preexistentes
Edificações construídas na década de 50
Edificações em ruínas
Edificações não pertencentes ao Instituto

Olympio Oliveira Ribeiro da Fonseca Diretor do Instituto Oswaldo Cruz de 10 de fevereiro de 1949 a 14 de julho de 1953.

Cássio Miranda Substituto de Olympio da Fonseca no período de julho de 1953 a janeiro de 1954.

Francisco da Silva Laranja Filho Diretor do Instituto Oswaldo Cruz de 25 de janeiro de 1954 a 15 de fevereiro de 1955.

Depois da direção de Henrique Aragão, a última gestão vitalícia, o IOC passou por gestões curtas e descontínuas, incapazes de elaborar e de concretizar projetos de longo prazo. Em 1953, o IOC vinculou-se diretamente ao Ministério da Saúde, recém-separado do Ministério da Educação. O Instituto Oswaldo Cruz voltou a ser mais dependente politicamente do governo, reduzindo sua autonomia à produção de soros e vacinas, e as outras atividades passaram ao controle do Ministério. O anseio, por parte dos cientistas, era a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Em 1952 foi assinado um convênio entre o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp) e o Serviço Nacional de Febre Amarela (SNFA) para a construção de um laboratório para a preparação de vacinas contra febre amarela e varíola.

O primeiro terreno escolhido para o novo laboratório era situado na Rua Visconde de Santa Isabel, no bairro de Vila Isabel, junto ao número 222. As obras já tinham sido iniciadas quando o diretor do Instituto na época, o Dr. Francisco da Silva Laranja Filho, opôs-se à idéia, e assim o laboratório passou a ser construído no terreno do IOC, dando origem a um termo aditivo ao contrato original.

O projeto foi desenvolvido na Seção de Arquitetura da Divisão de Engenharia do próprio Sesp[75] pelo arquiteto Roberto Nadalutti (Anexo I), funcionário do órgão naquela época.

A Avenida Brasil, recém-inaugurada. Em primeiro plano, à esquerda, o Pavilhão da Biologia ainda em construção. Ao fundo, o Pavilhão Rockefeller e atrás o Pavilhão Mourisco. (c. 1950. DAD/Fiocruz)

[75] Nadalutti acompanharia a fiscalização posteriormente mesmo depois de deixar o Sesp em 1953, recebendo honorários no valor de Cr$ 40.000,00, segundo documento *Termo de Encerramento e Sumário Final do Projeto nº SU = RJA = 6C* (Fundo Serviço Especial de Saúde Pública - Acervo DAD/Fiocruz).

A Avenida Brasil, recém-inaugurada, limita definitivamente a área do *campus* de Manguinhos, cortando sua comunicação com o mar. Ao mesmo tempo possibilita novos acessos ao Instituto. Já se nota o grande contraste das construções de estilo modernista com o conjunto arquitetônico histórico. (DAD/Fiocruz)

O projeto inicial, elaborado por Nadalutti para o terreno de Vila Isabel e implantado parcialmente no *campus* de Manguinhos, previa um edifício em dois blocos, interligados por uma passarela. No bloco principal, composto de um pavimento térreo e um superior, funcionariam as salas de laboratório propriamente ditas, enquanto o bloco secundário, com apenas um pavimento, abrigaria a garagem, as oficinas de mecânica e carpintaria, bem como um depósito, uma cozinha e um refeitório. A mudança de terreno causou atrasos das novas obras, que só foram iniciadas em 1954, e a empreiteira contratada para a execução do projeto não aceitou manter o valor inicial destinado em contrato, desistindo da construção do bloco secundário e entregando as instalações incompletas. As obras foram parcialmente concluídas em 1956, já a cargo da Divisão de Obras do Ministério da Saúde.[76] O laboratório só começou a ser usado plenamente em 1960.[77] O bloco principal foi pensado como um volume de predominância horizontal,

Oficinas e Garagem recém-concluídas e, ao fundo, o edifício destinado a substituir o antigo Hospital Oswaldo Cruz, em obras. (DAD/Fiocruz)

Antonio Augusto Xavier
Diretor do Instituto Oswaldo Cruz
de 15 de fevereiro de 1955
a 14 de novembro de 1958.

Amilcar Vianna Martins
Diretor do Instituto Oswaldo Cruz
de 14 de novembro de 1958
a 25 de setembro de 1960.

Tito Arcoverde Cavalcanti
Diretor do Instituto Oswaldo Cruz
de 26 de setembro de 1960
a 16 de fevereiro de 1961.

[76] Segundo documentação encontrada no Fundo do Serviço Especial de Saúde Pública do DAD/COC, Fiocruz.

[77] Benchimol (2001).

com fachadas laterais cegas, ao passo que as fachadas principal e posterior foram resolvidas de acordo com a incidência solar. A solução estrutural, que garante forte expressão plástica, é formada por um pórtico, tendo como elemento arquitetônico característico o pilar vazado com a base em forma de V. Esses pilares modulados, além de diminuir o número de apoios, imprimem grande movimentação ao volume estático.

Sobre o projeto comenta Nadalutti:

> Foi feito com uma programação muito bem-feita por esse cientista, e isso ajudou muito para que eu fizesse o projeto razoavelmente bem. A intenção naquele tempo era mostrar a estrutura do edifício, então foi feito com aquela estrutura saliente, tem aquele pilar com uma forma vazada no meio, e a intenção foi liberar o espaço interno, porque uma obra dessas tem sempre que sofrer modificações, é como um hospital, é uma função que muda muito, os equipamentos, ainda mais num laboratório daquele tipo, eu imaginava isso; bom, isso aqui vai ser mudado, evidentemente naquele tempo ainda não tinha divisórias, a gente pensava mesmo em alvenaria, mas, enfim, a alvenaria você quebra e muda. Mas a intenção era essa, você poder arrasar tudo aquilo e refazer sem criar problema para o conjunto.[78]

A impressão que Nadalutti teve do IOC na época da construção do Pavilhão de Febre Amarela foi a de configuração do espaço como um *campus*:

> Já se estava querendo fazer ali um projeto urbanístico, esta idéia estava começando (...). O terreno já ficava numa parte plana, o local já era predeterminado, o pessoal disse que aquela era a área que seria possível fazer. Os prédios do lado direito do Castelo (no dente do terreno, em frente à favela) já estavam sendo feitos, mas em volta do Pavilhão de Febre Amarela não havia nada.
>
> O diretor de Saúde naquele tempo apoiou muito a construção, inclusive o médico cientista que fez o programa era da direção do Instituto. Eu não conhecia a matéria, ele então foi me informando sobre tudo aquilo.[79]

Nadalutti montou o programa do Pavilhão de Febre Amarela fazendo perguntas para um cientista – cuja especialidade era a produção de vacinas contra a febre amarela (provavelmente Henrique de Azevedo Penna) –, e ele lhe forneceu informações essenciais

[78] Roberto Nadalutti – Trecho de depoimento, de 17 de dezembro de 1998, registrado na fita 1, lado A.

[79] Ver nota 78.

Fachadas do Pavilhão da Febre Amarela, projeto do arquiteto Roberto Nadalutti. O projeto inicial previa um bloco posterior de serviços, garagem e refeitório, não realizado. (DAD/Fiocruz)

Perspectiva do projeto original do Pavilhão de Febre Amarela (LaFA), onde se vê, ao fundo à direita, o bloco não construído. (DAD/Fiocruz)

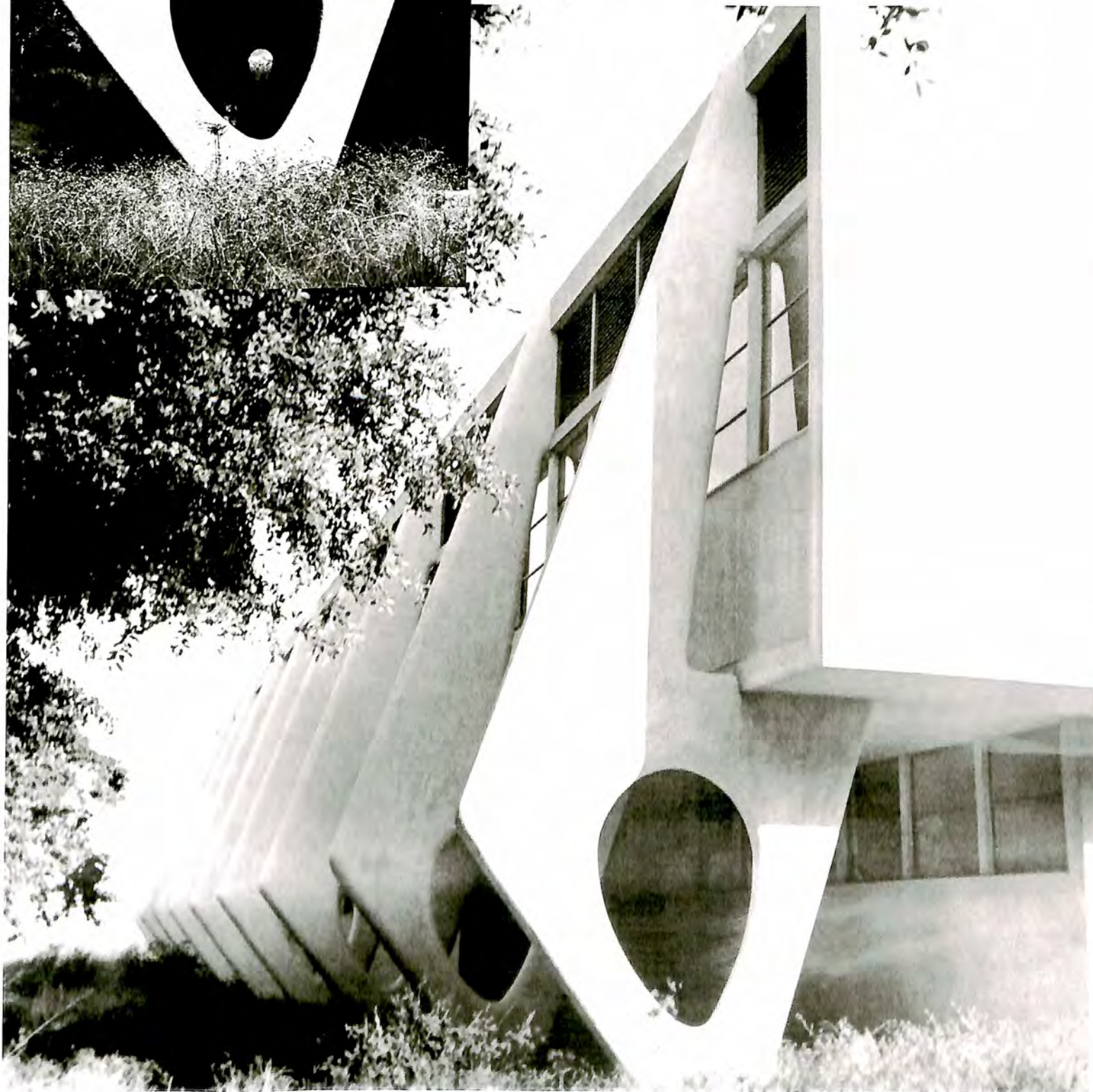
para a organização interna do edifício. A estrutura que funciona como um pórtico foi calculada no Sesp.

Uma das últimas grandes realizações arquitetônicas na década de 50, dentro do *campus* de Manguinhos, ainda é reflexo da administração de Gustavo Capanema, como ministro da Saúde e Educação, e de Henrique Aragão, como diretor do IOC. Trata-se do Pavilhão Leônidas Deane, projetado para substituir o antigo Hospital Oswaldo Cruz – atual Evandro Chagas – e que teve sua construção iniciada em 1956. A intenção era que o Hospital Evandro Chagas (chamado de Hospital Oswaldo Cruz até 1941), que desde a década de 30[80] já se revelava um hospital de reduzidas dimensões para as atividades de pesquisas científicas na área da medicina experimental, desse lugar ao novo hospital, com instalações mais modernas e espaços mais amplos. O Pavilhão Leônidas Deane, além de ser concebido com volumes de proporções pouco elaboradas, desarmônicas, foi implantado incorretamente. As suas grandes dimensões são incompatíveis com a sua localização no alto da colina, bem como a excessiva proximidade com o Hospital Evandro Chagas, uma vez que parte de seu pavimento térreo avança sobre o edifício antigo.

O Pavilhão Leônidas Deane, de autoria do arquiteto Ramiro Pereira, foi projetado também na Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde e teve sua primeira inauguração durante a década de 70, inserido no plano de recuperação do Instituto. Ao longo dos anos sofreu diversas intervenções para receber usos variados e foi reinaugurado oficialmente em 2000, com a função de abrigar laboratórios do antigo Instituto Oswaldo Cruz, hoje uma unidade da Fiocruz.

Nessa década, na gestão de Antônio Augusto Xavier (1955-1958), também foram feitos investimentos em urbanização, através da pavimentação até hoje existente em blocos de concreto das vias do *campus* de Manguinhos.

[80] No relatório de 1936, constata-se ainda que os equipamentos que deveriam garantir "luz artificial, temperatura e ventilação condicionadas" ao Hospital Oswaldo Cruz nunca funcionaram.

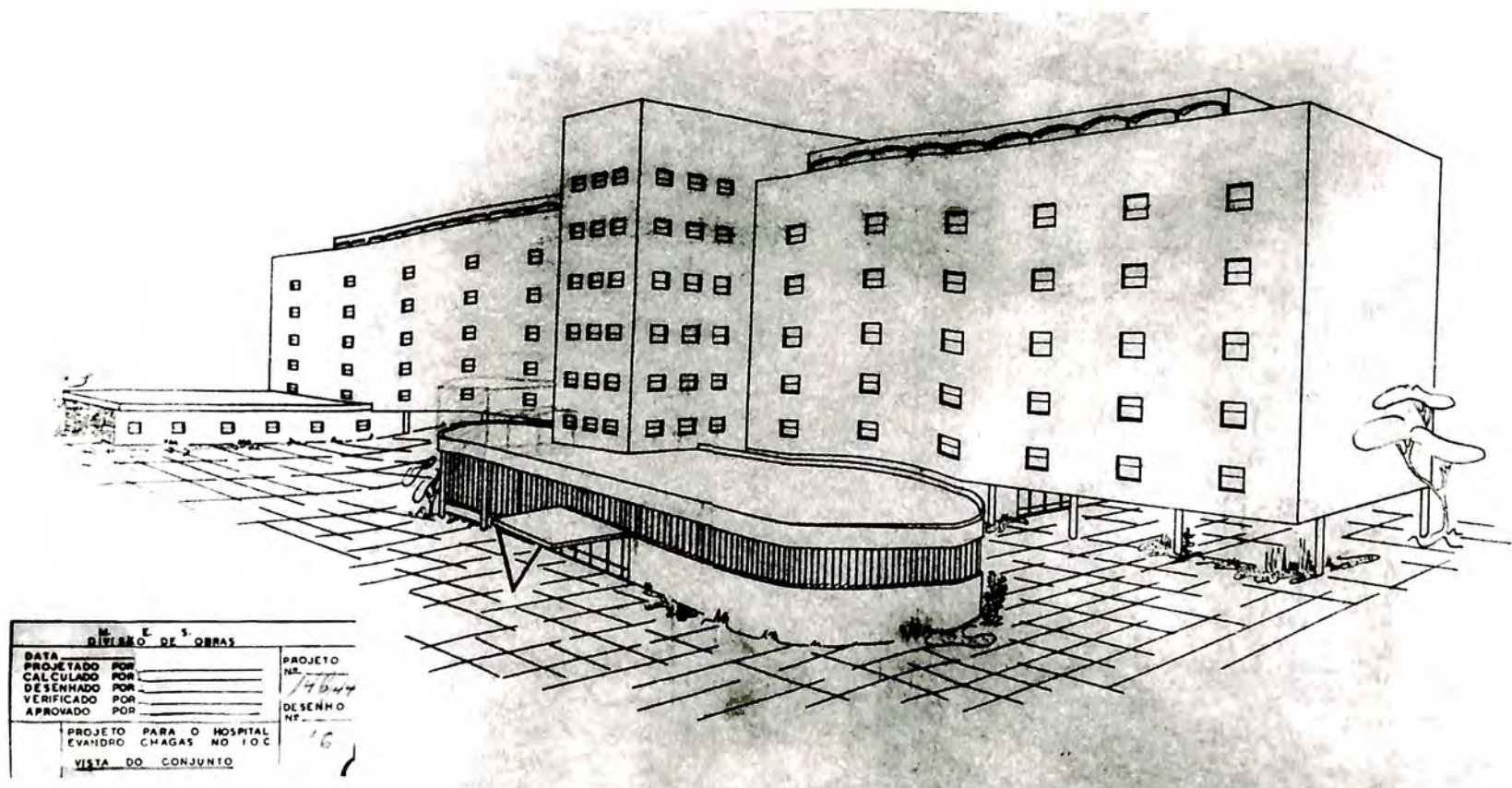
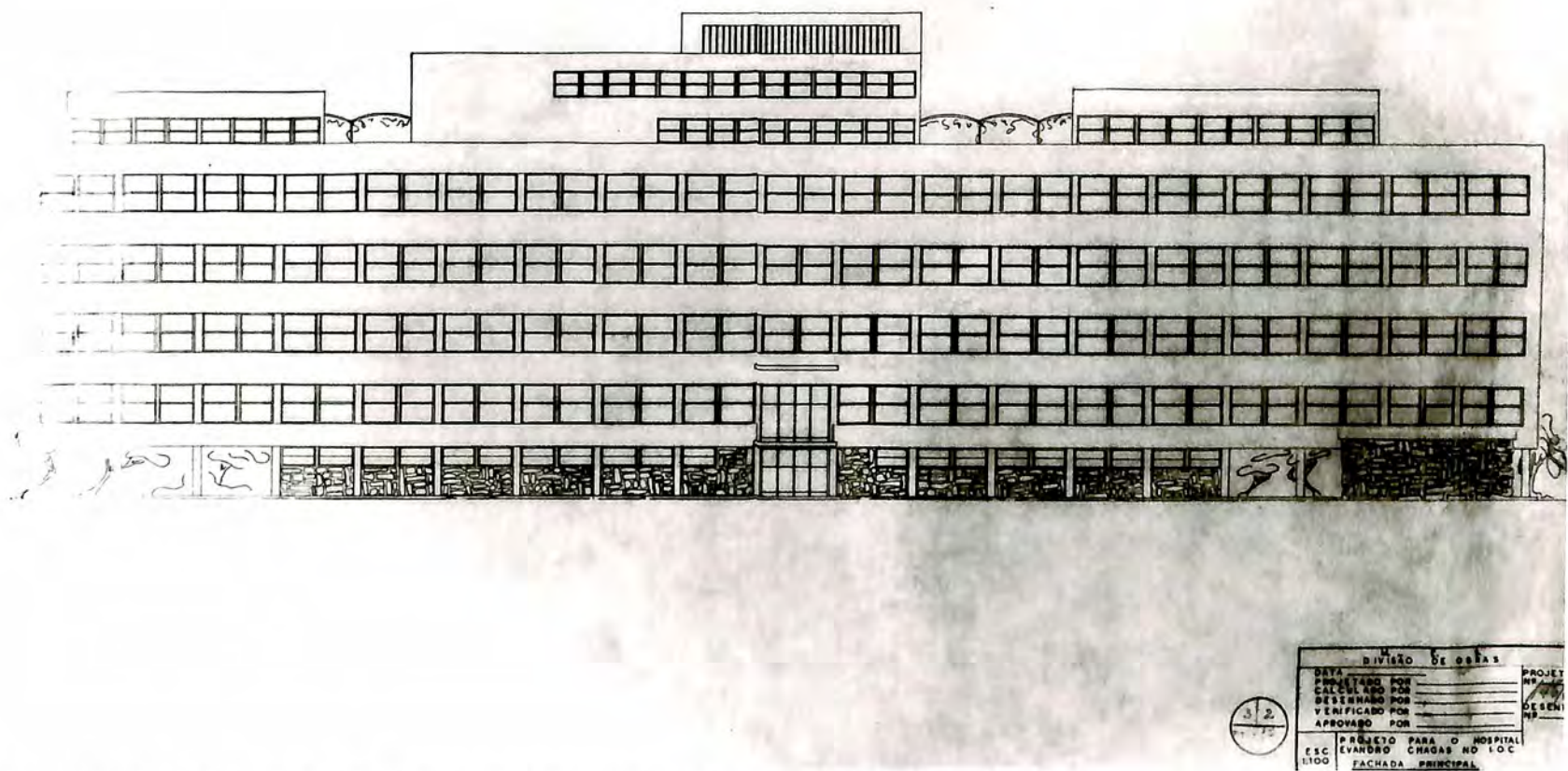
Vista externa lateral do Pavilhão
da Febre Amarela. No detalhe o pilar vazado.
(DAD/Fiocruz)

Comenta Albano:

> A única pavimentação existente era a que vinha da portaria da Leopoldo Bulhões até a colina principal do Instituto, em paralelepípedo. Apesar das reclamações de quem freqüentava o Instituto, sobre as precárias condições de tráfego pelo terreno, a pavimentação não era considerada prioridade pelo diretor Augusto Xavier, que preferia investimentos na construção e reforma dos laboratórios. Com a verba separada para as obras de pavimentação, o então diretor da Divisão, o arquiteto Thomaz Estrella, profundo conhecedor do *campus* do IOC, convidou o ministro da época, após um período de forte chuva, a visitar o Instituto. Dito e feito, o carro atolou bem em frente ao Pavilhão da Marcenaria, e o ministro, tido como uma pessoa progressista, se convenceu da pavimentação.[81]

Entre os anos 1954 e 1955, foi construída a portaria da Avenida Brasil, projeto do arquiteto Nabor Forster, também oriundo da Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde. Trata-se de um volume constituído por paredes laterais cegas encimado por uma laje plana em concreto, sustentada por pilares cilíndricos, vazado na sua face lateral esquerda para o ingresso de veículos e que abriga à direita um corpo menor autônomo revestido de pedra, destinado à recepção ao público. A portaria da Fiocruz, como outros edifícios da mesma época, constitui um singelo marco da arquitetura moderna na Avenida Brasil.

O atual edifício de Bio-Manguinhos, projetado pelo arquiteto Waldyr Ramos, foi construído entre os anos 1956 e 1965, com planimetria retangular, e concebido como um prisma ligeiramente vertical. O edifício tem tratamento sóbrio, com fachadas laterais cegas e fachadas frontal e posterior rasgadas horizontalmente em cada pavimento. A estrutura independente é constituída de pilares circulares aparentes no pavimento térreo, ressaltada pelo uso de pilotis na entrada, que era anteriormente marcada também por uma marquise.

Nesta época propôs-se para o *campus* de Manguinhos um plano de urbanização de autoria desconhecida. Este plano previa não só a construção de grandes edifícios, à semelhança dos projetados para os *campi* das universidades brasileiras, dentro de uma linguagem racionalista moderna, de dois biotérios de forma semelhante ao pombal, como

81 Floroaldo Albano - Trecho de depoimento, de 26 de abril de 2000, registrado na fita 1, lado A.

Perspectiva do novo Hospital Oswaldo Cruz, de autoria do arquiteto Ramiro Pereira (atual Pavilhão Leônidas Deane). (DAD/Fiocruz)

Fachada do novo Hospital Oswaldo Cruz (atual Pavilhão Leônidas Deane), projeto do arquiteto Ramiro Pereira. (DAD/Fiocruz)

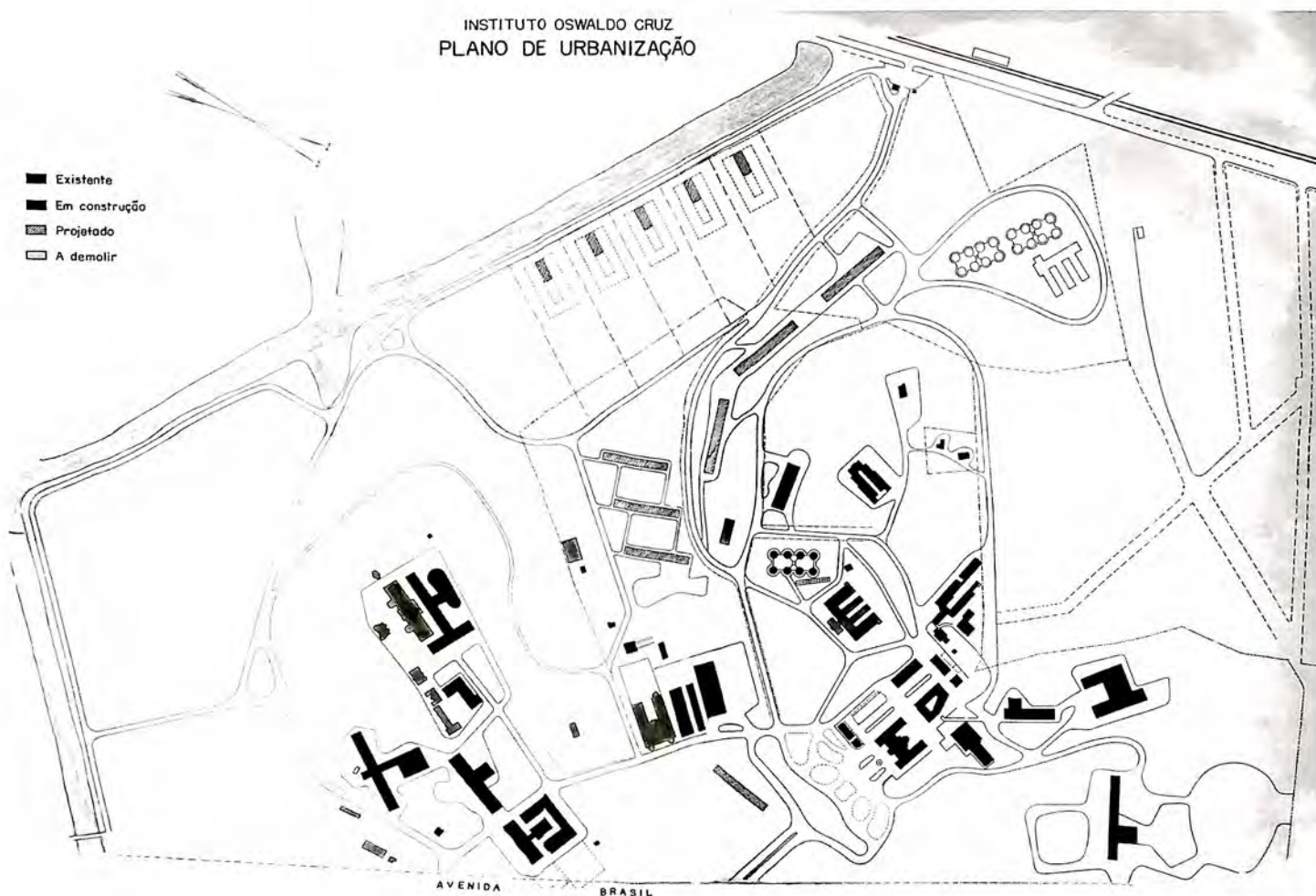
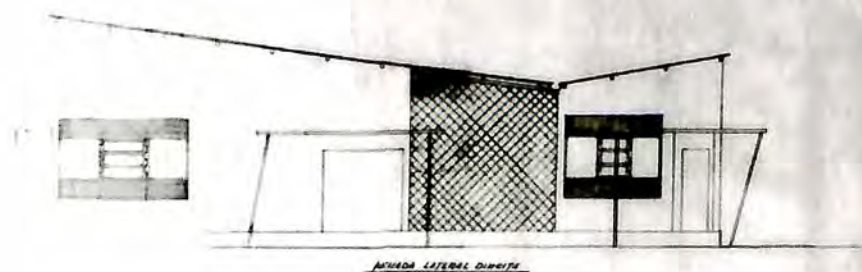
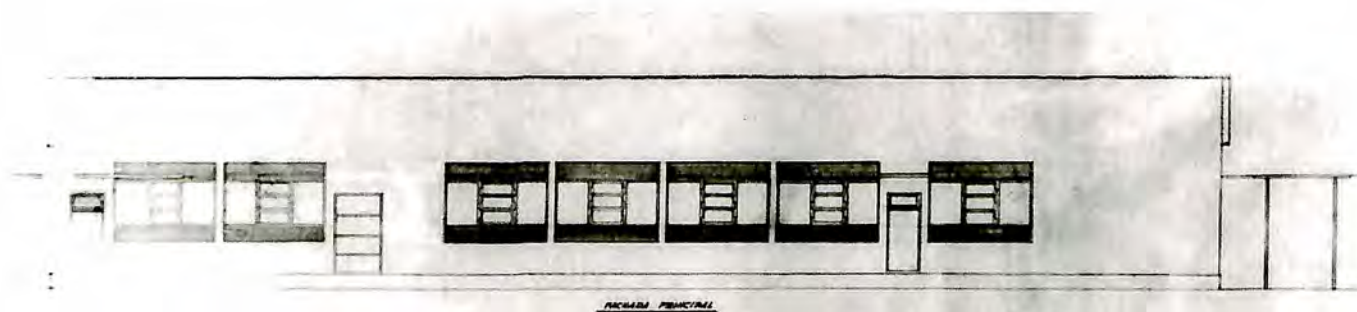
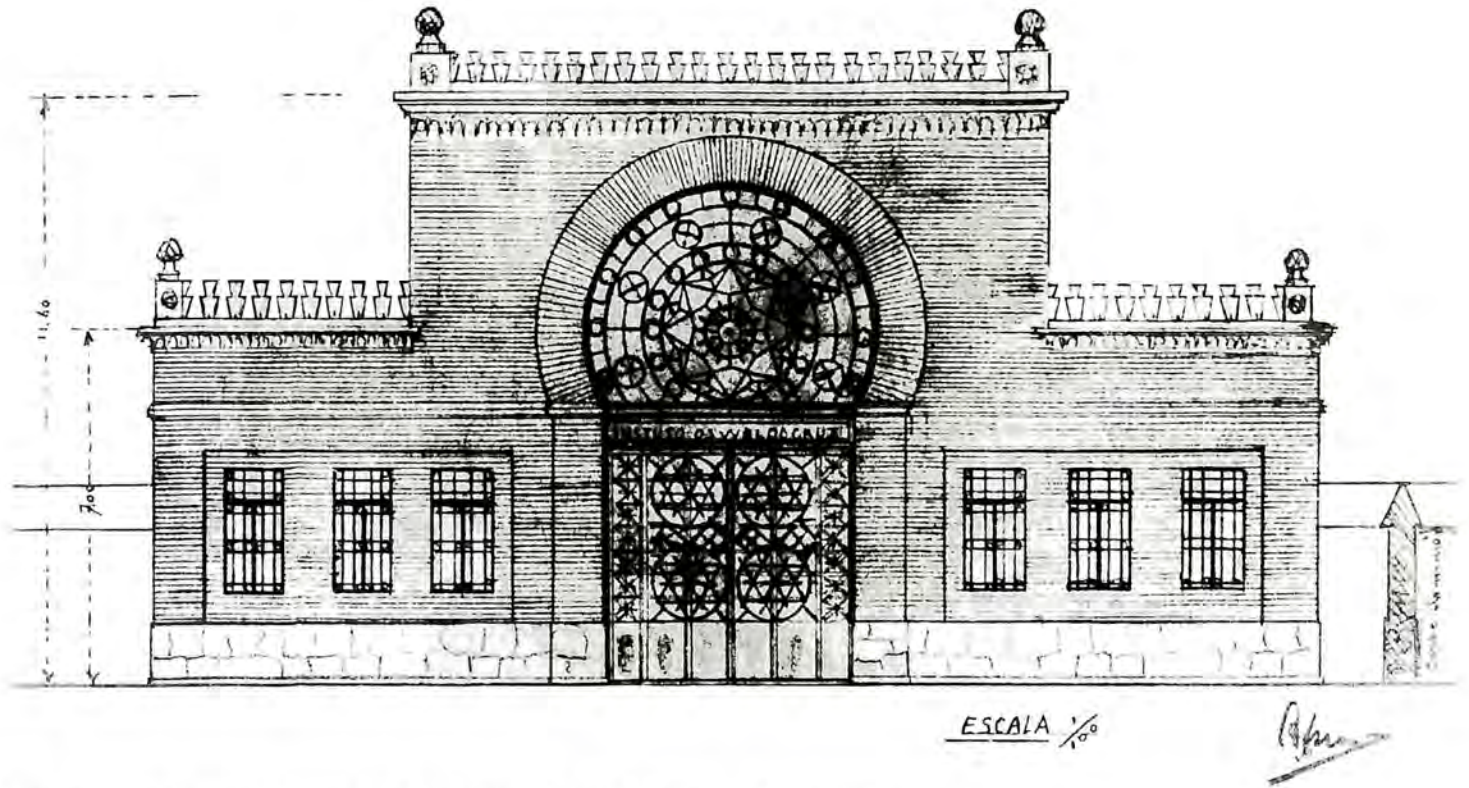
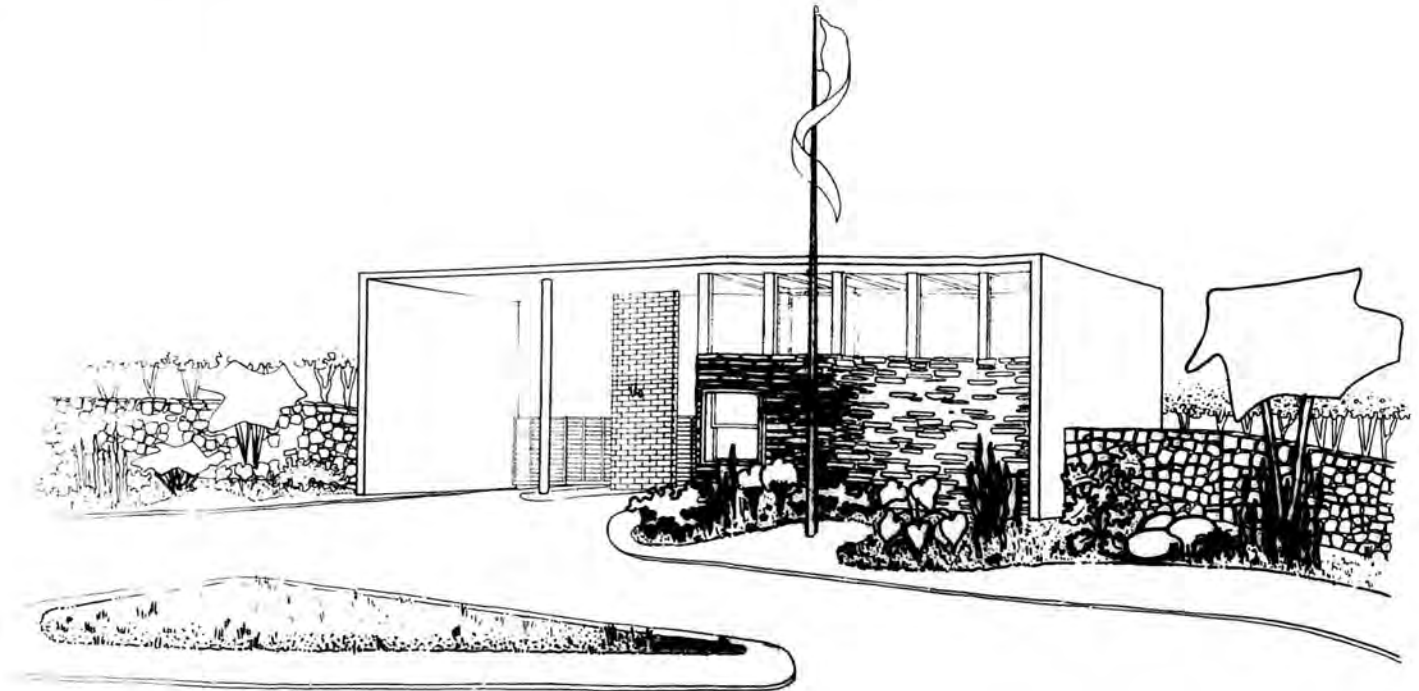
também a demolição de alguns edifícios antigos, como o Hospital Evandro Chagas e as construções antigas ao seu redor, ou seja, o Pombal, o Novo Biotério – hoje Pavilhão Lauro Travassos –, a cocheira velha e o edifício das oficinas/estrebaria, além de pequenas residências dos primeiros tempos do Instituto. Desses, apenas as pequenas residências e o edifício das oficinas/estrebaria foram demolidos. Por sorte, esse plano, que causaria grandes danos ao patrimônio da Fiocruz, não foi executado na íntegra.[82]

A construção dos pavilhões de Bio-Manguinhos e Leônidas Deane também passou a interferir na leitura do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos, disputando com a sua silhueta e bloqueando parcialmente algumas das suas principais linhas de visada: aquela dos que trafegam na Avenida Brasil no sentido norte e a dos que vêm pela Rua Leopoldo Bulhões na direção de Bonsucesso. Com a construção da portaria da Avenida Brasil foi consolidada, a partir de então, essa entrada como a principal do *campus*. Para a construção da portaria, Luiz Moraes Júnior elaborou um projeto nos moldes daqueles desenvolvidos no início do século XX, o qual não foi realizado. Esse seria seu último contato[83] com o Instituto, pouco antes da sua morte, em 1955.

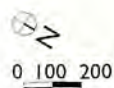
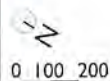
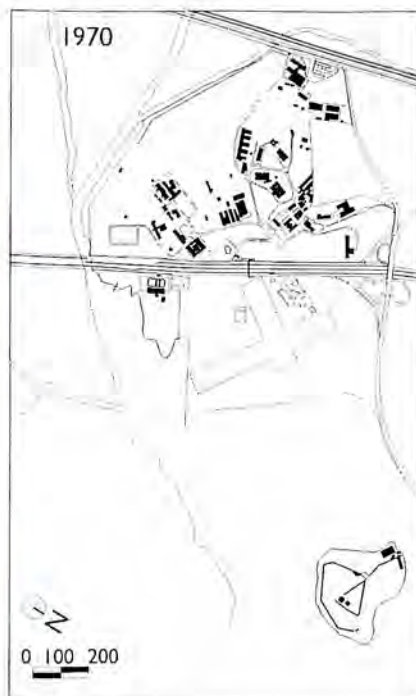
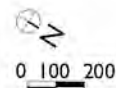
Na Divisão de Obras, em meados da década de 50, também foi desenvolvido o projeto das oficinas e da garagem, ampliado posteriormente com projeto de autoria de Waldyr Ramos.

Na década de 50, algumas construções de apoio, tais como estufa, depósito de inflamáveis, canil, galinheiro, cocheira, potreiro, brete e lavanderia do Hospital Evandro Chagas, foram realizadas. Aconteceram também alguns investimentos em infra-estrutura, com a construção de um reservatório de água e da casa-de-força de eletricidade.

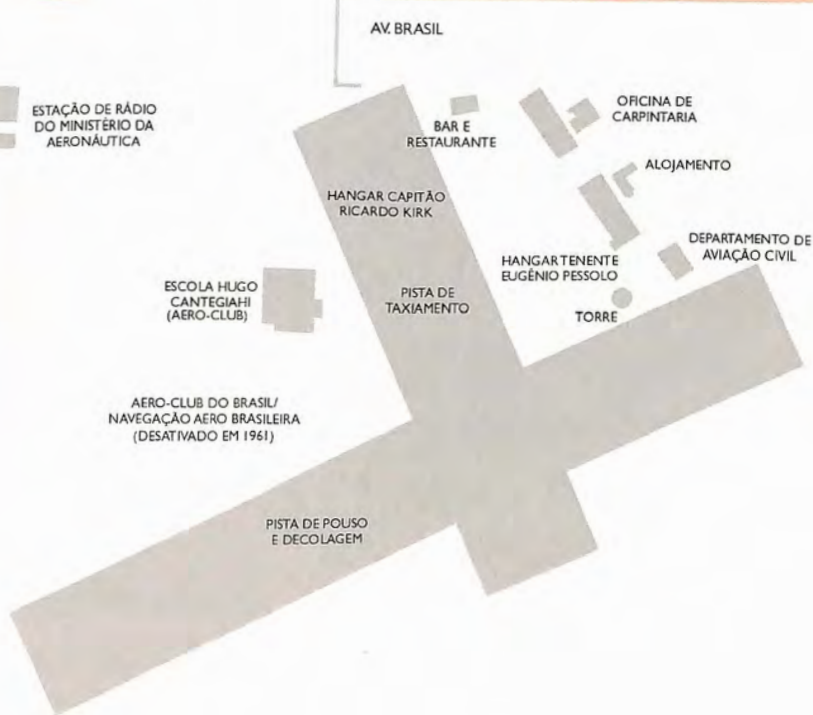
[82] Segundo mapa encontrado junto ao fundo IOC, Seção de Serviços Gerais, Série Administração Geral, Caixa 9, Maço 2, Mapoteca 3, Gaveta 4. (DAD/COC, Fiocruz)

[83] O outro seria o da sobrelevação do Quinino, já citado.

Primeiro planejamento urbano desenvolvido para o *campus* de Manguinhos. Interessante notar a proposta de demolição do Hospital Evandro Chagas, do Pavilhão Lauro Travassos e do Pombal. Planejava-se também a construção de dois biotérios de forma semelhante ao Pombal (canto superior direito) e de pavilhões prismáticos sem qualquer orientação solar. (DAD/Fiocruz)

Fachada e planta baixa da Lavanderia, construída como apoio ao Hospital Evandro Chagas. (DAD/Fiocruz)

Proposta inicial para a portaria da Avenida Brasil, de autoria de Luiz Moraes Jr., não realizada. (DAD/Fiocruz)

Projeto construído da portaria da Avenida Brasil, de autoria do arquiteto Nabor Forster, da Divisão de Obras (DAD/Fiocruz)

Oficinas e Garagem. Projeto desenvolvido pela Divisão de Obras. (c. 1954). (DAD/Fiocruz)

Ampliação projetada pelo arquiteto Waldyr Ramos da Divisão de Obras. (DAD/Fiocruz)

1961
1970

De 1961 a 1970

11 Cocheira - Instituto Soroterápico
18 Cais
20 Pombal
21 Cavalariça
22 Pavilhão do Relógio
23 Caramanchão
24 Pavilhão Mourisco
25 Horta - Ilha do Pinheiro
26 Viveiro de peixes - Ilha do Pinheiro
27 Residência do zelador - Ilha do Pinheiro
28 Residência Museu de Hidrobiologia - Ilha do Pinheiro
29 Hospital Evandro Chagas
30 Cantina
31 Residência
32 Ambulatório HEC
33 Biotério HEC
34 Depósito
35 Aquário de água salgada
36 Pavilhão Figueiredo Vasconcellos
37 Anexo Casa de Chá
38 Bichário
39 Casa Amarela
40 Residência
41 Estufas
42 Depósito para inflamáveis
43 Necrotério HEC
44 Cocheira velha
45 Residência para funcionário - Horto
46 Residência para funcionário - Horto
47 Residência para funcionário - Horto
48 Residência para funcionário - Horto
50 Pavilhão Rockefeller
51 Pavilhão Lauro Travassos
52 Coelheira
53 Cocheira
54 Pavilhão da Marcenaria
55 Pavilhão de Vírus
56 Estrebaria
57 Depósito
58 Forno crematório
59 Estaleiro - Ilha do Pinheiro
60 Cais - Ilha do Pinheiro
61 Oficina mecânica - Ilha do Pinheiro
62 Chaminé - Ilha do Pinheiro
63 Tanques de água do mar - Ilha do Pinheiro
64 Estação de Hidrobiologia - Ilha do Pinheiro
65 Residência do mecânico - Ilha do Pinheiro
66 Pavilhão Torres Homem
67 Almoxarifado - Atual Reserva técnica do Museu da Vida
68 Pavilhão Carlos Chagas
69 Pavilhão Arthur Neiva
70 Pavilhão da Biologia
71 Oficina
72 Garagem
73 Depósito
74 Pavilhão Carlos Augusto Da Silva
75 Lavanderia HEC
76 Pavilhão Adolfo Lutz
77 Caixa d'água
78 Depósito
79 Cisterna
80 Canil - demolido na década de 60
81 Galinheiro - demolido na década de 60
82 Portaria Avenida Brasil
83 Pavilhão Henrique Aragão
84 Pavilhão Leonidas Deane
85 Estação de Tratamento de Esgoto
86 Cocheira
87 Potreiro/cocheira
88 Brete
89 Depósito de Rações
90 Casa de Força
91 Bio-Manguinhos 1957/65
92 Caixa D'água
93 Casa de Força
94 Vestiários
95 Portaria 02
96 Residência Oficial
97 Subestação Pavilhão do Relógio
98 Pavilhão Gomes de Faria
99 Almoxarifado de Farmanguinhos
100 Pavilhão de Produção/ Administração de Far-Manguinhos
101 Pavilhão de Supervisão de Far-Manguinhos
102 Escola Nacional de Saúde Pública
103 CECAL e anexos
104 Pavilhão Jorge Careli
105 Manutenção civil da ENSP
106 Expansão do *campus*
107 Portaria Leopoldo Bulhões

0 50 100 200
BASE CARTOGRÁFICA: LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO IPP/PCRJ
PLANTA DE SITUAÇÃO DO I.O.C. - D.O./M.S. - 05/01/1972
LEVANTAMENTO AEROFOTOGAMÉTRICO - PCRJ - DEC. 1960
N
EST. CARLOS CHAGAS
LEOPOLDINA RAILWAY
R. LEOPOLDO BULHÕES
CANAL FARIA-TIMBÓ
RIO JACARÉ
RIO DO CUNHA
RUA SIZENANDO NABUCO
RIO JACARÉ
CANAL DO CUNHA
AV. BRASIL
ESTAÇÃO DE RÁDIO DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
BAR E RESTAURANTE
OFICINA DE CARPINTARIA
ALOJAMENTO
HANGAR CAPITÃO RICARDO KIRK
DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL
HANGAR TENENTE EUGÊNIO PESSOLO
ESCOLA HUGO CANTEGIAHI (AERO-CLUB)
PISTA DE TAXIAMENTO
TORRE
AERO-CLUB DO BRASIL/ NAVEGAÇÃO AERO BRASILEIRA (DESATIVADO EM 1961)
PISTA DE POUSO E DECOLAGEM
BAÍA DE GUANABARA
Terreno da Fiocruz
Área perdida
Edificações preexistentes
Edificações construídas na década de 60
Edificações em ruínas
Edificações não pertencentes ao Instituto

Tito Arcoverde Cavalcanti
Diretor do Instituto Oswaldo Cruz
de 26 de setembro de 1960
a 16 de fevereiro de 1961.

Joaquim Travassos da Rosa
Diretor do Instituto Oswaldo Cruz
de 16 de fevereiro de 1961
a 15 de julho de 1964.

Francisco de Paula da Rocha Lagôa
Diretor do Instituto Oswaldo Cruz
de 15 de junho de 1964 a
5 de dezembro de 1969.

A maior parte dos edifícios desse período foi construída por órgãos do Ministério da Saúde ocupando terrenos dentro da área do Instituto, todavia alheios a sua organização administrativa. A única exceção ficou por conta do edifício do Biotério Central (1966-1967). Os pavilhões de Far-Manguinhos – produção, supervisão e almoxarifado –, de autoria do arquiteto Cláudio Viana, por exemplo, foram construídos em 1965 para abrigar o Serviço de Produtos Profiláticos do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu) e o Pavilhão Rocha Lima, para abrigar primeiramente um hospital de pneumologia e depois o Departamento de Soros e Vacinas do Ministério da Saúde. Apenas anos mais tarde passariam a fazer parte da mesma estrutura administrativa, quando da criação da Fundação Instituto Oswaldo Cruz, em 1970.

Esse fato acarretou modalidades diversas de implantação dos edifícios, com perda de unidades formal, de concepção e de execução dos projetos. A preocupação com a funcionalidade passou a predominar sobre a estética, revelando a falta de uma condução centralizadora e de uma linha de pensamento organizada, a exemplo de Oswaldo Cruz e de Henrique Aragão.

A construção da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) dentro do *campus*, que funcionava, até então, precariamente nas dependências do Departamento Nacional da Criança – hoje ocupadas pelo Instituto Fernandes Figueira,[84] na Avenida Rui Barbosa, Flamengo, Zona Sul do Rio –, ocorreu em curto espaço de tempo, de 1965 a 1966. O projeto, de autoria de Floroaldo Albano (Anexo I) e de Josélio Médici, aproveitou uma estrutura em concreto, provavelmente iniciada para a construção de um anexo ao Hospital Torres Homem, que ficou abandonada durante muitos anos e depois foi vendida pelo governo de Carlos Lacerda ao Ministério da Saúde.

[84] Inaugurado em 1924, com o nome de Abrigo Hospital Arthur Bernardes, foi criado por iniciativa de Carlos Chagas – então chefe da Diretoria de Saúde Pública (DGSP) do Ministério da Justiça e Negócios Interiores –, e de Antônio Fernandes Figueira, chefe da Inspetoria de Higiene Infantil, da mesma Diretoria. Só em 1946, passou a chamar-se Instituto Fernandes Figueira, em homenagem ao seu patrono.

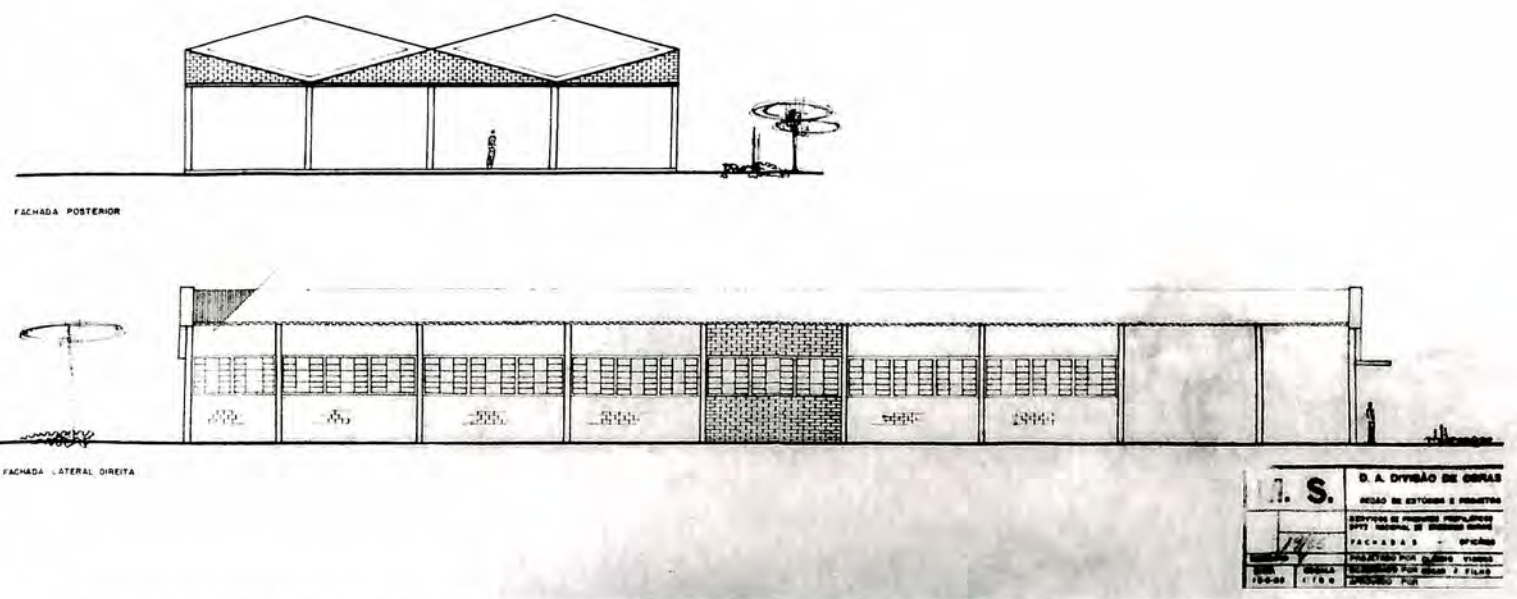
Aerofoto de Manguinhos. (DAD/Fiocruz)

A Escola Nacional de Saúde Pública era uma estrutura velha que existia. Era da Prefeitura, se não me engano, ao lado de um hospital, Hospital Torres Homem. Acho que seria um novo prédio para o Torres Homem, se não me engano. Bom, essa estrutura ficou abandonada *ad perpetum*. A estrutura era de concreto armado, todinha, de cima a baixo.[85]

Perguntado sobre a época dessa estrutura, Albano pensava tratar-se da década de 40:

E essa estrutura estava abandonada (...) era governador do Estado da Guanabara o Carlos Lacerda, que era muito ligado ao ministro Raimundo de Britto. Ele conseguiu empurrar para o Ministério esta estrutura velha, porque a Escola de Saúde Pública estava pleiteando uma nova unidade, pois ela funcionava precariamente na Avenida Rui Barbosa, em dependências do Departamento Nacional da Criança. [atual Instituto Fernandes Figueira – IFF]

José Guilherme Lacorte Presidente da Fundação Oswaldo Cruz de 6 de dezembro de 1969 a 16 de outubro de 1970.

Oswaldo Cruz Filho Presidente da Fundação Oswaldo Cruz de 17 de outubro de 1970 a 31 de março de 1972.

Desenho das fachadas de Far-Manguinhos, construído para o DNERu. Projeto do arquiteto Cláudio Viana. (DAD/Fiocruz)

[85] Floroaldo Albano – Trecho de depoimento, de 26 de abril de 2000, registrado na fita 1, lado B.

Foi quando apareceu esta oportunidade, e o então diretor da Escola, que era muito operoso, o professor (...) [Edmar Terra] Blois conseguiu junto ao Raimundo que aquilo fosse transformado em Escola de Saúde Pública. Então veio a ordem de serviço para eu fazer a adaptação daquela estrutura. A primeira providência foi contratar uma firma especializada para medir a resistência daquela estrutura. E foi contratada a Franki,[86] que fez um trabalho primoroso, com dois engenheiros que passaram aí um mês com esclerômetro medindo os pilares e as vigas. Fez-se um relatório segundo o qual havia algumas vigas e alguns pilares que precisavam ser reforçados. Bom, veio o projeto para mim, peguei aquela planta, comecei a estudar junto com a direção da Escola de Saúde Pública. Vieram as solicitações: quem estava instalado numa coisinha deste tamanho não se contentava mais com aquela estrutura, e começou a coisa a crescer. O programa foi crescendo, crescendo, crescendo, obrigou a acréscimos. Aquela parte do auditório é um acréscimo. E há um acréscimo (...) onde foi construído o ambulatório [que funciona até hoje].[87]

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA

RIO — GB

Emprêsa Metropolitana de Construções Metrocon S/A
Av. Rio Branco N.º 18 - 20.º andar - Tel. 23-3030 - Rio de Janeiro

Anúncio da Metrecon sobre as obras de construção da Ensp (*Revista Arquitetura*, nº 35, de maio de 1965).

O contrato para recuperar a estrutura foi feito em 1965, e a obra executada em um ano, pela Metrocon,[88] com financiamento do Ministério da Saúde. Albano considerou não muito positivo o aspecto final da arquitetura do edifício, em virtude do crescimento do programa e da necessidade de se aproveitar uma estrutura existente.

(...) A construção foi rápida. Foi também barata. Não há materiais nobres na construção do edifício. Foi uma recomendação do ministro, não queria luxo. Fez bem. (...)

(...) a escola foi feita rapidamente. Existiam, acho que já não existem mais, dois andares de hotel. (...) Alojamento? Era hotel, porque tinha lavanderia e tinha refeitório. Tinha cozinha, aliás uma belíssima cozinha, projetada por uma firma chamada Hospitec, muito boa. (...) essa cozinha até mereceu elogios dos nutricionistas que vinham visitá-la, dada a sua área generosa e a distribuição dos equipamentos. Mas a Escola funcionou independente e depois passou para vocês.[89]

[86] Estacas Franki, importante empresa de estaqueamento de construções, que atua no Rio de Janeiro desde 1937.

[87] Floroaldo Albano – Trecho de depoimento, de 26 de abril de 2000, registrado na fita 1, lado B.

[88] Empresa Metropolitana de Construção.

[89] Ver nota 87.

Desenho da fachada da Escola Nacional de Saúde Pública. A antiga estrutura abandonada foi vendida pelo Governo de Carlos Lacerda ao Ministério da Saúde, recuperada e adaptada de acordo com o projeto do arquiteto Floroaldo Albano, da Equipe da Divisão de Obras. (DAD/Fiocruz)

Com a inauguração do novo edifício, a Ensp passaria a oferecer cursos de pós-graduação, além de realizar pesquisas e estudos em saúde pública. Essas atividades na área de ensino culminariam no cancelamento dos tradicionais cursos do Instituto Oswaldo Cruz, a partir de 1970. Mas esta não seria a maior provação pela qual passaria o Instituto.

Na época do golpe militar de 1964, o cientista Joaquim Travassos, que dirigia o IOC, foi substituído pelo médico Francisco de Paula Rocha Lagoa, nomeado pelo Marechal Humberto Castello Branco como novo diretor do Instituto. Segundo Herman Lent,[90] logo após sua nomeação, Rocha Lagoa apresentou-se aos diversos laboratórios do Instituto e no de

[90] Estavam presentes, além de H. Lent, os entomologistas Hugo de Souza Lopes e Renato Araújo e Costa Lima; este, chefe do laboratório de entomologia. Depoimento pessoal de Herman Lent ao arquiteto Benedito Tadeu de Oliveira.

Entomologia, após receber as felicitações, disse: "Naturalmente que vou fazer uma boa gestão, porque sou diplomado pela Escola Superior de Guerra e seguirei as orientações do Pentágono". Na época houve várias investigações, inclusive a intimação, em janeiro de 1966, de 16 cientistas acusados por Rocha Lagoa de conspirarem em seus laboratórios. O Instituto foi sendo privado de suas importantes atividades de pesquisa científica, transformando-se em mera fábrica de vacinas do governo, e muitos cientistas foram considerados subversivos.

Por volta de 1964, teve início a construção da Delegacia de Saúde, hoje conhecida como edifício da expansão do *campus*. O projeto para a construção deste edifício surgiu durante o Governo Castello Branco nas gestões de Raimundo de Brito, no Ministério da

Em primeiro plano, o Pavilhão da Biologia. Atrás, o Pavilhão Rocha Lima em construção. (DAD/Fiocruz)

Saúde, e de Joaquim Travassos da Rosa, no Instituto Oswaldo Cruz. A falta de uma definição clara quanto ao programa arquitetônico – a idéia, mesmo que não explicitada, era abrigar um hospital ou uma sede para o ministro da Saúde no Rio de Janeiro, que se recusava a ser transferido para Brasília – obrigou o arquiteto Albano Franco, autor do projeto, a conceber um edifício que pudesse ser interligado a mais blocos, para uma futura expansão, e a adotar salas sem divisões internas. Albano contou com a orientação de Oscar Niemeyer, autor dos edifícios da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, que possuem programa semelhante. Conta Albano:

> A Divisão de Obras recebeu o pedido para fazer um projeto. E essa ordem de serviço veio para a minha mão. (...) Comecei a delinear o bosquejo (...) e a lidar com as autoridades. Alguém disse assim: faça um projeto que possa depois crescer. Alguém tinha idéia até de, talvez, transformar em um hospital. (...) O programa inicial foi um horror para se conseguir definir. (...) Então, me baseei numa experiência anterior, da construção de Brasília. Eu fui a uma comissão, eu como arquiteto, mais um funcionário administrativo e um médico. Fomos ao escritório do Oscar Niemeyer para ver o projeto do Ministério da Saúde, em Brasília. Então, Oscar Niemeyer, um cidadão inteligente, clarividente, não ia ficar se chateando com sala para isso, sala para aquilo, ninguém sabia, então ele fez aquilo: circulação e salões. Salões que depois podem ser divididos. Eu me baseei nisso e repeti a mesma coisa: circulações definidas, bem definidas, e o tal apêndice, porque se mais tarde fossem construir, fazia-se uma outra lâmina atrás. Você vê que o projeto é um T de perna curta. Fachadas de vidro, marcação das circulações, perfeitamente definidas. O projeto foi pensado para que depois pudesse ser transformado num hospital. Ali são lajes duplas, (...) pode passar tubulações tranqüilamente. (...) No piso é laje de concreto convencional. Apenas as fachadas foram protegidas aqui, no caso da Avenida Brasil, porque o índice de corrosão era terrível, a sulfetação do ar foi medida, era uma coisa terrível. (...) E continua, de lá para cá só aumentou: você tem três fatores aqui, que são o gás metano aqui do pântano, do canal do Faria, você tem o gás expelido pela Refinaria [de Manguinhos] e o CO_2 dos carros e dos ônibus.[91]

O projeto desenvolvido por Floroaldo Albano para o edifício da Delegacia de Saúde tem ainda as seguintes semelhanças com os edifícios da Esplanada dos Ministérios em Brasília: marcação da entrada com a utilização de uma marquise de concreto, tratamento, dimensões e proporções das fachadas e da volumetria adotada.

[91] Floroaldo Albano - Trecho de depoimento, de 26 de abril de 2000, registrado na fita 1, lado B.

Durante os anos de 1967 e 1968, enquanto se construía o edifício da Delegacia de Saúde, o arquiteto Floroaldo Albano envolveu-se também com o projeto e a construção de um novo biotério, atualmente denominado Centro de Criação de Animais de Laboratório (Cecal). Segundo ele, o biotério antigo era muito precário, com gaiolas de macaco ao ar livre e com índice de mortandade dos animais muito grande. Albano conta ainda que recebeu o programa e a indicação do local escolhido para a construção e projetou um edifício linear, porque na época se acreditava que biotérios compactos pudessem transmitir doenças com mais facilidade. Esse edifício foi construído pela Metrocon e sofreu diversas alterações nos anos seguintes.

Em 1969, com a ascensão do general Médici à presidência da República, Rocha Lagoa foi nomeado para o Ministério de Saúde. Nessa época já se esboçavam os acontecimentos de 1º e 2 de abril de 1970, data da cassação de dez cientistas de Manguinhos.

As obras de construção do edifício da Delegacia de Saúde já se arrastavam por quase uma década, quando Rocha Lagoa decidiu concluí-lo e se empenhou para que o edifício fosse inaugurado, em 1972, por ocasião do centenário de nascimento de Oswaldo Cruz. Continua Albano:

> O Professor Rocha Lagoa me botou lá [na Divisão de Obras] como diretor, queria acabar o prédio, porque tinha o dinheiro e era uma vergonha. Ele estava achando que estava demorando muito, então, eu e o Josélio [Josélio Médici] nos debruçamos sobre a execução da obra. Começamos a acelerar a obra e marcou-se uma data. A firma que estava executando, empresa Metrocon, era firma muito boa, gente muito séria.[92]

E sobre a dificuldade de terminar a obra depois do pedido de solvência da Metrocon, comenta Albano:

> Eu não sei como é hoje, mas naquela época, era época ainda da ditadura, o dinheiro era posto à disposição do Ministério no Banco do Brasil. Então, eu e o Josélio tivemos que elaborar um esquema exaustivo de pagamentos. Vinham as faturas, a gente conferia os serviços, a fatura saía, saíamos nós com o homem da construtora para apanhar o dinheiro. O dinheiro era então

[92] Floroaldo Albano - Trecho de depoimento, de 26 de abril de 2000, registrado na fita 1, lado B.

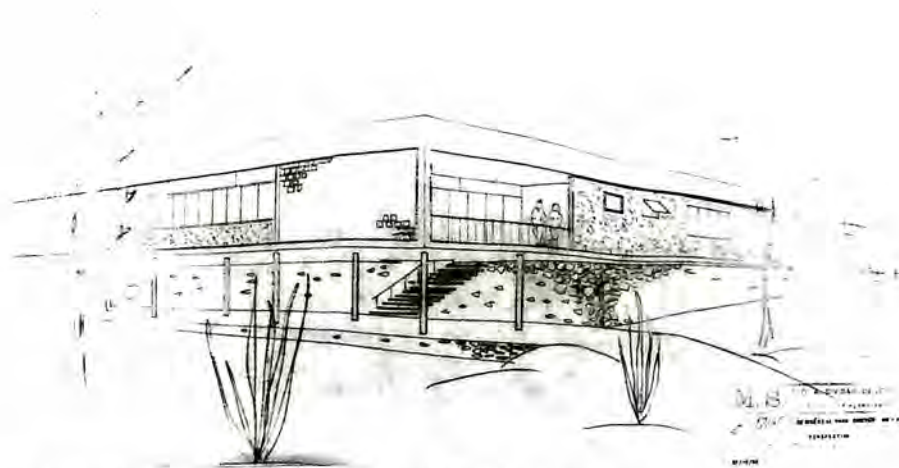
depositado numa conta dele, nosso nome não figurava, evidentemente, nem nós queríamos, e fazíamos um plano de pagamentos. (...) Não sei se os deuses nos ajudaram, conseguimos, com esse processo, terminar a obra, que foi inaugurada na marca, na data aprazada. O que nos deu um desgaste terrível. Ganhando pouco e trabalhando muito. Nessa altura o Rocha Lagoa já tinha saído, mas eu telefonei para a casa dele e disse: olha professor, os seus temores podem ser afastados, o prédio foi inaugurado hoje. E ele disse: 'Olha, muito obrigado. Eu sabia que você ia conseguir. Muito obrigado. Eu não queria que aquilo ficasse como uma obra inacabada minha'.[93]

Até essa época, o cais reconstruído por Luiz Moraes ainda podia ser avistado. Rocha Lagoa quis por bem recuperá-lo para a inauguração do edifício da expansão. O cais recebeu injeção e pavimentação em concreto, mas nenhum barco conseguia chegar até ele, devido ao avançado estado de assoreamento daquela região. A recuperação era simbólica. Para Rocha Lagoa era importante associar essa recuperação a sua imagem, muito desgastada com os acontecimentos das cassações. Mas, tempos depois, o cais foi definitivamente aterrado pelas obras de ocupação daquela área para habitações populares.

Em 1962, foi construída a Residência Oficial do diretor do Instituto Oswaldo Cruz e, no mesmo ano, foi edificado sobre as ruínas do Aquário de Água Salgada[94] o Pavilhão Gomes de Faria. Na construção desse pavilhão, que passou a funcionar como pano de fundo da Praça Pasteur, não houve preocupações de adequação com o entorno construído. O Pavilhão Gomes de Faria, pelas suas características e forma de implantação arquitetônica, alterou sensivelmente a ambiência do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos. Outra intervenção incorreta executada na década de 60 foi a construção da subestação ao lado do Pavilhão do Relógio.

[93] Floroaldo Albano – Trecho de depoimento, de 26 de abril de 2000, registrado na fita 1, lado B.

[94] Segundo Oliveira (1958), o Aquário tomava água do mar por meio de encanamento de louça e em 1958 encontrava-se em ruínas. Tudo indica a existência de uma tubulação que ligava o Aquário à Baía e que nunca funcionou direito, tanto que depois foram construídas instalações de hidrobiologia na Ilha do Pinheiro. Na própria ilha, a partir da década de 50, já era impossível se utilizar das águas da baía para as experiências, face ao avançado estado de poluição e assoreamento, o que tornava o aquário inútil.

Fora dos limites do Instituto, a construção em 1965/1966 do viaduto de Bonsucesso e a duplicação da Avenida Brasil a partir de 1951 causaram aumento do trânsito na região e grande impacto no *campus* de Manguinhos. O viaduto e a passarela foram ainda responsáveis pela perda de área do Instituto. No caso do viaduto uma grande área próxima ao Pavilhão de Cursos e a Rua Sizenando Nabuco foi perdida para que se construísse a alça de acesso do viaduto à Avenida Brasil. A passarela retirou uma pequena fatia do terreno, na margem da Avenida Brasil.

Projeto da Residência Oficial do diretor do Instituto Oswaldo Cruz. Este edifício passou por uma obra de reforma que o descaracterizou completamente. (DAD/Fiocruz)

DECRETO N.º 66.624 – DE 22 DE MAIO DE 1970

Dispõe sobre a Fundação Instituto Oswaldo Cruz.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transformada a Fundação de Recursos Humanos para a Saúde em Fundação Instituto Oswaldo Cruz, e a ela incorporados o Instituto Oswaldo Cruz e o Serviço de Produtos Profiláticos do Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde.

Art. 2.º A Fundação Instituto Oswaldo Cruz entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita ao regime administrativo e financeiro estabelecido em seu Estatuto tem por finalidade realizar pesquisas científicas no campo da medicina experimental, da biologia e da patologia; promover a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores em ciências biomédicas, de sanitaristas e demais profissionais de saúde; elaborar e fabricar produtos biológicos, profiláticos e medicamentos necessários às atividades do Ministério da Saúde, às necessidades do País, e às exigências da Segurança Nacional.

§ 1.º Passam a integrar a Fundação Instituto Oswaldo Cruz, o Instituto Fernandes Figueira do Departamento Nacional da Criança, o Instituto Nacional de Endemias Rurais, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, o Instituto Evandro Chagas, da Fundação Serviços de Saúde Pública e o Instituto de Leprologia do Serviço Nacional de Lepra.

§ 2.º Os Institutos a que se refere o § 1.º terão autonomia, na forma estabelecida no Estatuto.

§ 3.º Revogado. [44]

[44] Revogado pelo Decreto n.º 74.891, de

Art. 3.º Até que a lei venha a dispor a respeito, os bens imóveis, móveis e semoventes, integrantes do patrimônio da União e ora à disposição dos mencionados Instituto Oswaldo Cruz e Serviço de Produtos Profiláticos, serão utilizados pela Fundação, à qual caberá a sua guarda, conservação e administração.

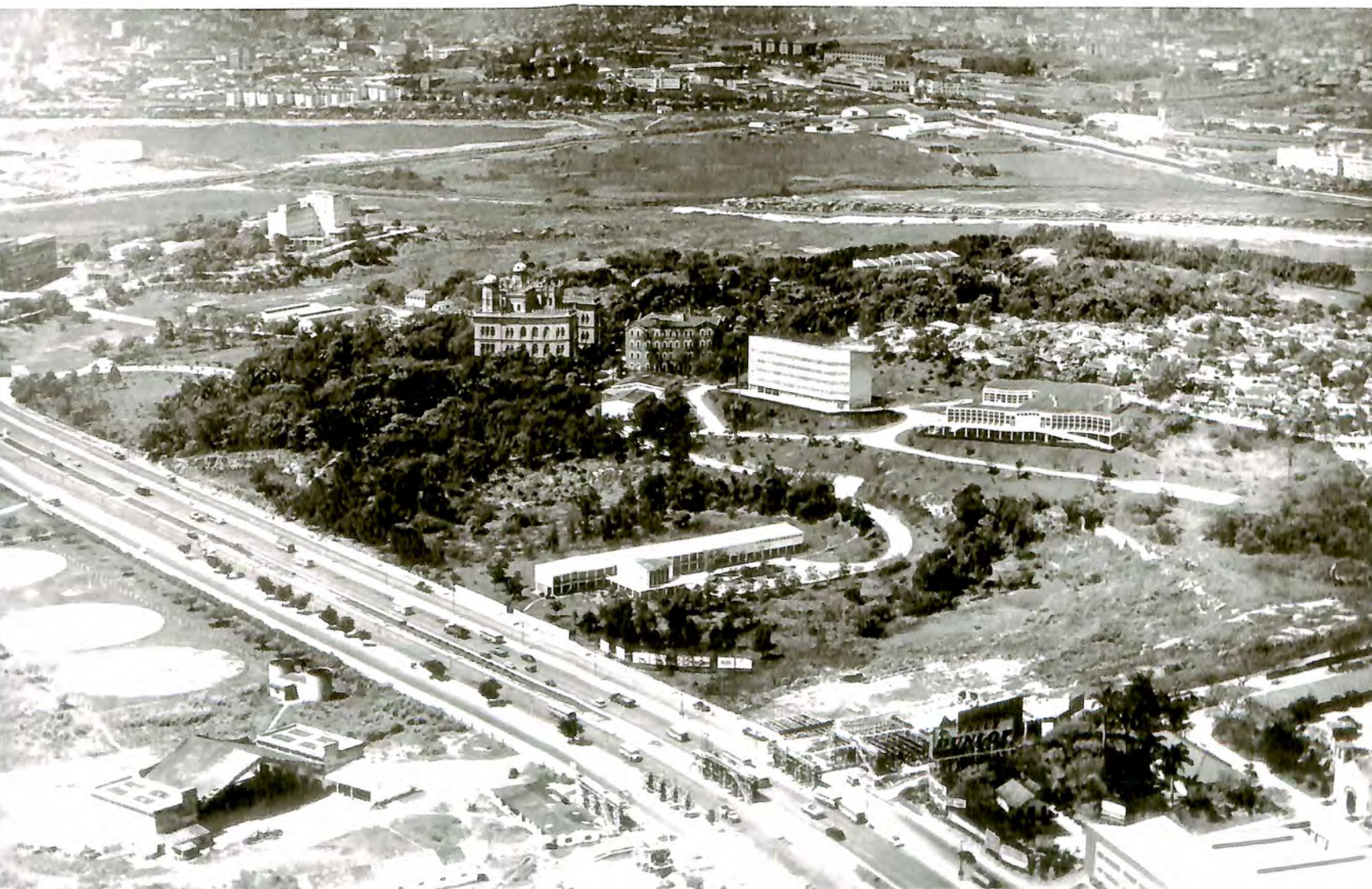
Art. 4.º Fica o Ministério da Saúde autorizado a firmar convênios com a Fundação Instituto Oswaldo Cruz para a execução dos programas de Coordenação e Execução de Estudos e Pesquisas e de Produção de Medicamentos, correndo as despesas à conta das dotações próprias consignadas no orçamento da União.

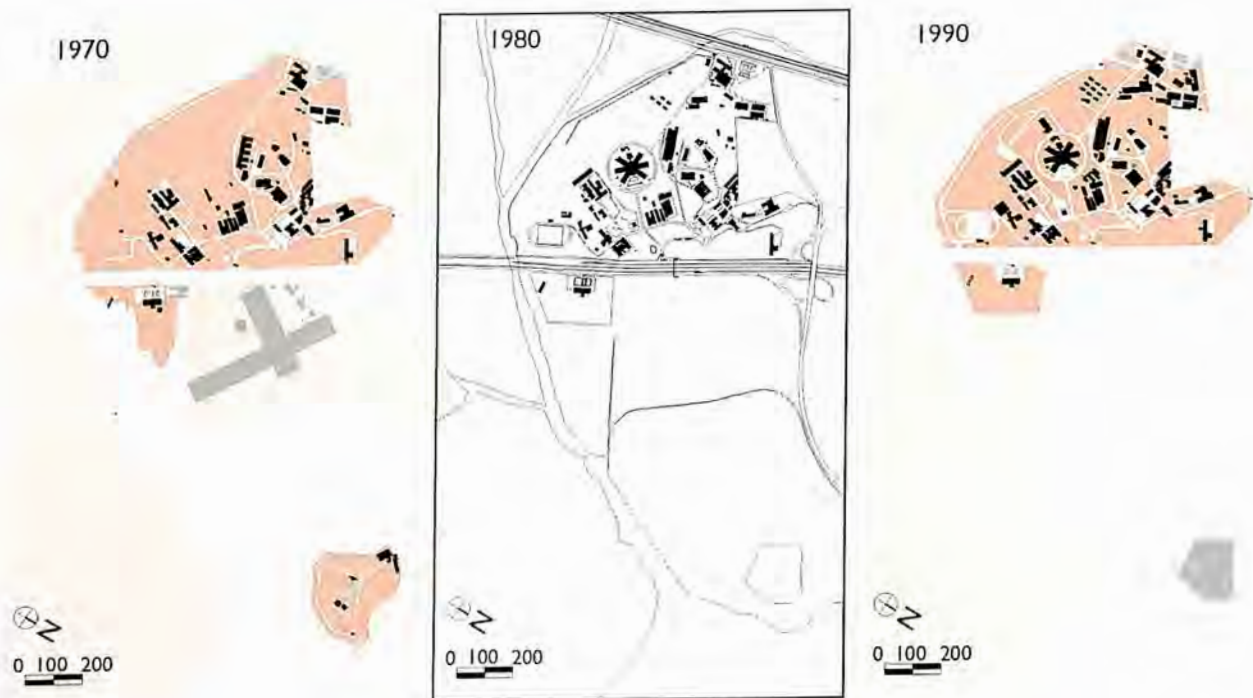
Art. 5.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de maio de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Ruy Vieira da Cunha
Marcos Pereira Vianna

Fotomontagem do fac-símile do *Diário Oficial* de 02 de abril de 1970 com o ato de criação da Fundação Instituto Oswaldo Cruz

À esquerda o Pavilhão de Vírus (atual Cardoso Fontes). Ao seu lado direito o Pavilhão Gomes de Faria, construído sobre as ruínas do Aquário. (DAD/Fiocruz)

Construção do Viaduto de Bonsucesso em 1966. Vê-se, à esquerda, hangar do Aero-Clube, já em desuso. (DAD/Fiocruz)

1971
1980

De 1971 a 1980

11 Cocheira Instituto Soroterápico
18 Cais - Soterrado a partir da década de 70
20 Pombal
21 Cavalariça
22 Pavilhão do Relógio
23 Caramanchão
24 Pavilhão Mourisco
25 Horta Ilha do Pinheiro
26 Viveiro de peixes - Ilha do Pinheiro
27 Residência do zelador - Ilha do Pinheiro
28 Residência Museu de Hidrobiologia - Iha do Pinheiro
29 Hospital Evandro Chagas
30 Cantina
31 Residência
32 Ambulatório HEC
33 Biotério HEC
34 Depósito
36 Pavilhão Figueiredo Vasconcellos
37 Anexo Casa de Chá
38 Bichário
39 Casa Amarela
40 Residência
41 Estufas
42 Depósito para inflamáveis - demolido na década de 70
43 Necrotério HEC - demolido na década de 70
44 Cocheira velha
45 Residência para funcionário - Horto
46 Residência para funcionário - Horto
47 Residência para funcionário - Horto
48 Residência para funcionário - Horto
50 Pavilhão Rockefeller
51 Pavilhão Lauro Travassos
52 Coelheira
53 Cocheira
54 Pavilhão da Marcenaria
55 Pavilhão de Vírus
56 Estrebaria
57 Depósito
58 Forno crematório - em ruínas a partir da década de 1970
59 Estaleiro - Ilha do Pinheiro
60 Cais - Ilha do Pinheiro
61 Oficina mecânica - Ilha do Pinheiro
62 Chaminé - Ilha do Pinheiro
63 Tanques de água do mar - Ilha do Pinheiro
64 Estação de Hidrobiologia - Ilha do Pinheiro
65 Residência do mecânico - Ilha do Pinheiro
66 Pavilhão Torres Homem
67 Almoxarifado - Atual Reserva técnica do Museu da Vida
68 Pavilhão Carlos Chagas
69 Pavilhão Arthur Neiva
70 Pavilhão da Biologia
71 Oficina
72 Garagem
73 Depósito
74 Pavilhão Carlos Augusto Da Silva
75 Lavanderia HEC
76 Pavilhão Adolfo Lutz
77 Caixa d'água
78 Depósito - demolido na década de 70
79 Cisterna
82 Portaria Avenida Brasil
83 Pavilhão Henrique Aragão
84 Pavilhão Leonidas Deane
85 Estação de Tratamento de Esgoto
86 Cocheira - demolido na década de 70
87 Potreiro/cocheira - demolido na década de 70
88 Brete
89 Depósito de Rações
90 Casa de Força
91 Bio-Manguinhos
92 Caixa D'água
93 Casa de Força - demolido na década de 70
94 Vestiários - demolido na década de 70
95 Portaria 02
96 Residência Oficial
97 Subestação Pavilhão do Relógio
98 Pavilhão Gomes de Faria
99 Almoxarifado de Far-Manguinhos
100 Pavilhão de Produção/Administração de Far-Manguinhos
101 Pavilhão de Supervisão de Far-Manguinhos
102 Escola Nacional de Saúde Pública
103 CECAL e anexos
104 Pavilhão Jorge Careli
105 Manutenção civil da ENSP
106 Expansão do *campus*
107 Portaria Leopoldo Bulhões
108 Depósito de resíduos químicos e radioativos
109 Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde
110 Pavilhão Maria Deane
111 Gaiolas da Primatologia de Bio-Manguinhos
112 Vestiários
113 Estação de Tratamento de Esgoto
114 Agência dos Correios
115 *Stand*/igreja
116 Subestação principal de Bio-Manguinhos

Terreno da Fiocruz

Área perdida

Edificações preexistentes

Edificações construídas na década de 70

Edificações em ruínas

Edificações não pertencentes ao Instituto

Oswaldo Cruz Filho
Presidente da
Fundação
Oswaldo Cruz
de 17 de outubro
de 1970
a 31 de março
de 1972.

Em 2 de abril de 1970, foi publicado no *Diário Oficial* o decreto da cassação que suspendia por dez anos os direitos políticos de dez cientistas importantes, vinculados ao IOC há mais de 30 anos (Herman Lent, Tito Arcoverde Cavalcanti, Sebastião José de Oliveira, Hugo de Souza Lopes, Haity Mousstaché, Moacyr Vaz de Almeida, Fernando Ubatuba, Augusto Cid de Mello Perissé, Domingos Arthur Machado Filho e Masao Goto), de acordo com o artigo 4º do famoso AI-5. Em seguida, o *Diário Oficial* de 6 de abril publicou os decretos de aposentadoria compulsória desses cientistas, assinados por todo o ministério de Médici. Posteriormente Médici e Rocha Lagoa assinaram outro decreto, com base no AI-10, impedindo os cientistas cassados de trabalhar em qualquer instituição que recebesse ajuda financeira do Governo Federal. A reintegração desse grupo de cientistas só ocorreria na gestão de Sérgio Arouca, em 1986.

O afastamento dos dez cientistas, relatado em livro por Herman Lent como *O Massacre de Manguinhos*,[95] resultou na extinção de várias linhas de pesquisa, de política de formação de recursos humanos, demissão de estagiários e assistentes ligados aos cientistas, comprometendo materiais, laboratórios e a produção científica.

Segundo Vinícius da Fonseca, Manguinhos já tinha perdido a sua função social antes das cassações. A Instituição vinha passando por um período de decadência e tinha morrido há muito tempo. Vinícius acredita que a existência de grupos politicamente adversários, de esquerda e de direita, se digladiando o tempo todo, fez com que Manguinhos deixasse de produzir cientificamente e perdesse a sua legitimidade.[96]

Com a reforma administrativa, os cursos pararam de ser ministrados, os cientistas foram remanejados para outros locais e não puderam dar prosseguimento aos seus trabalhos.

Oswaldo Lopes
da Costa
Presidente da
Fundação
Oswaldo Cruz
de 1º de abril
de 1972
a 20 de agosto
de 1975.

[95] Lent (1968).

[96] Depoimento de Vinícius da Fonseca, presidente da Fiocruz entre 1975 e 1979, a Wanda Hamilton e Nara Azevedo entre junho e outubro de 1995. COC/Fiocruz. *História, Ciência e Saúde*, 8(1), 2001.

Cerimônia realizada em 1986 para reintegração dos cientistas cassados. Da esquerda para a direita: Augusto Cid de Mello Perissé, Tito Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, Haity Moustaché, Fernando Braga Ubatuba, Moacyr Vaz de Andrade, Hugo de Souza Lopes, Masao Goto, Herman Lent, Sebastião José Oliveira e Domingos Arthur Machado Filho. (DAD/Fiocruz)

Para se ter uma idéia da extensão da crise, na década de 60 o IOC tinha 140 pesquisadores e, em 1974, esse quadro havia sido reduzido pela metade. Até hoje essas questões, surgidas desde a época da última "gestão vitalícia" de Henrique Aragão, e que culminaram com o golpe militar, são discutidas: a integração pesquisa-ensino-produção-serviço como projeto institucional e a relação deste com o Estado.

Vinícius Fonseca
Presidente da Fundação Oswaldo Cruz
de 21 de agosto de 1975
a 15 de março de 1979.

Pelo decreto nº 66.624 de 22 de maio de 1970, a Fundação de Recursos Humanos para a Saúde[97] foi transformada em Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), tendo o Instituto Oswaldo Cruz como um de seus órgãos centrais, com o objetivo de realizar pesquisas científicas no campo da medicina experimental, da biologia e da patologia, formar e aperfeiçoar pesquisadores, além de elaborar e fabricar remédios e vacinas para atividades da Fiocruz e do Ministério da Saúde.

o massacre
de manguinhos

avenir editora

Capa do livro de autoria de Herman Lent, *O Massacre de Manguinhos*. Desenho de Oscar Niemeyer.

Guilardo Martins Alves
Presidente da Fundação Oswaldo Cruz
de 15 de março de 1979
a 2 de maio de 1985.

[97] Em outubro de 1969, a Fundação Ensino Especializado em Saúde Pública (Fensp), que abarcava, entre outros órgãos, a Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), se tornou a Fundação Recursos Humanos para a Saúde, "(...) tendo por finalidade a avaliação dos quantitativos e da qualificação do pessoal de que poderia dispor o Sistema Brasileiro de Proteção e Recuperação da Saúde, assim como a promoção de medidas para a formação e o aperfeiçoamento de pessoal" (*Guia do Acervo da Casa de Oswaldo Cruz*, 1995:37).

Em 1970 foi criado, ainda, o Instituto Nacional de Produção de Medicamentos (Ipromed), resultado da junção do Serviço de Produtos Profiláticos do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu) com o Departamento de Soros e Vacinas.

Em 1971, a posse do terreno na Ilha do Pinheiro, que a Fiocruz usava como criadouro do macaco *Rhesus* e como estação de hidrobiologia desde 1932, passou a ser de propriedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).[98] Em 1958, Léjeune de Oliveira[99] já relatava as dificuldades para o desenvolvimento das atividades na Ilha do Pinheiro, em função das terraplenagens ligando várias ilhas para a formação da Cidade Universitária, na década de 50, e do entulho de toneladas de lixo amontoadas pelos habitantes das favelas adjacentes.

Inaugurado apenas em 1972, o atual edifício da expansão do *campus* foi projetado para funcionar inicialmente como um hospital; acabou sendo a sede do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro. Projeto do arquiteto Floroaldo Albano, da equipe da Divisão de Obras do Ministério da Saúde. Foi incorporado ao *campus* na década de 80. (DAD/Fiocruz)

[98] Processo MS nº 20.870/70, fls. 58 a 60. (Código D.J. 1970.05.22 Fundo: Coleção Administrativa. DAD/Fiocruz)

[99] Oliveira (1958).

Com a criação da Fiocruz, a estrutura administrativa do antigo Instituto Oswaldo Cruz passou a contar com as atividades do Instituto de Endemias Rurais (INERu) – transferidas para dentro de Manguinhos, onde hoje funciona a Unidade de Far-Manguinhos; do Instituto de Leprologia, em São Cristóvão, Rio de Janeiro; do Instituto Fernandes Figueira (IFF), no Flamengo, também no Rio de Janeiro; do Evandro Chagas, em Belém do Pará, e do Centro de Pesquisas René Rachou (CPqRR), em Belo Horizonte, Minas Gerais, que passou a controlar, ainda, o Posto Avançado de Bambuí; Gonçalo Moniz (CPqGM), em Salvador, Bahia; e do Aggeu Magalhães (CpqAM), em Recife, Pernambuco (Anexo II).

Vinícius da Fonseca afirma que um dos motivos que impediram a saída do Instituto Fernandes Figueira da Fiocruz foi o fato de ter conseguido praticamente decuplicar o salário médio da Fundação, que passou de mil para oito mil unidades em dinheiro. Ele afirma também que não conseguiu criar um Centro Hospitalar no *campus* de Manguinhos, que seria constituído pelo Hospital Evandro Chagas para doenças parasitárias, pelo Núcleo Gaspar Vianna para doenças infecciosas e por um núcleo materno-infantil, o Instituto Fernandes Figueira.[100]

Pelo decreto nº 74.891, de 13 de novembro de 1974, a Fundação Instituto Oswaldo Cruz passou a chamar-se Fundação Oswaldo Cruz, mantendo, porém, a mesma sigla, Fiocruz.

Sobre a criação da Fundação Oswaldo Cruz, comenta Vinícius da Fonseca:

> O ministro Rocha Lagoa usou um artifício que estava em moda na época: as fundações. O próprio Ipea tinha aberto o caminho, era uma fundação. Virou uma panacéia: tudo ia dar certo se se transformasse numa fundação. O que fez Rocha Lagoa? Juntou várias instituições que existiam no ministério. (...) A idéia era fazer uma fundação provedora de recursos financeiros, e cada instituto tinha total autonomia. (...) Era algo totalmente sem sentido. Durante uns seis meses, eu tive que saber o que era cada um desses órgãos.[101]

[100] Depoimento de Vinícius da Fonseca, presidente da Fiocruz entre 1975 e 1979, a Wanda Hamilton e Nara Azevedo entre junho e outubro de 1995. COC/Fiocruz. *História, Ciência e Saúde*, 8(1):258, 2001.

[101] Depoimento de Vinícius da Fonseca, presidente da Fiocruz entre 1975 e 1979, a Wanda Hamilton e Nara Azevedo entre junho e outubro de 1995. COC/Fiocruz. *História, Ciência e Saúde*, 8(1):247-248, 2001.

Demolição do Necrotério próximo ao então Pavilhão Gaspar Vianna (atual Hospital Evandro Chagas), como parte do programa de recuperação de Manguinhos. (DAD/Fiocruz)

A crise institucional que culminou na cassação dos cientistas atingiu também grande parte dos edifícios do *campus* de Manguinhos, que se encontravam em total abandono, alguns em ruínas, restando, praticamente, só redes de serviços deterioradas e equipamentos obsoletos.

A partir da segunda metade da década de 70, graças ao empenho pessoal de Vinícius da Fonseca, iniciou-se um processo de modernização da infra-estrutura do *campus* da Fiocruz, visando adequar a produção ao processo internacional de desenvolvimento industrial.

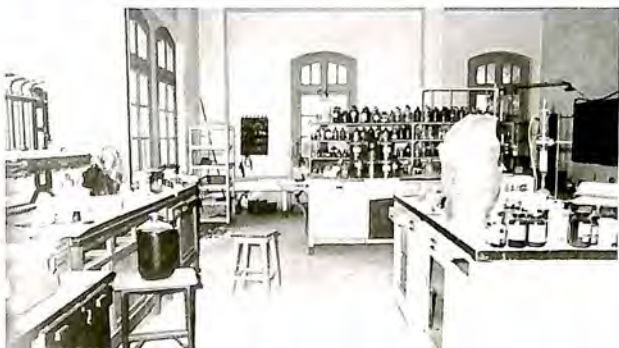
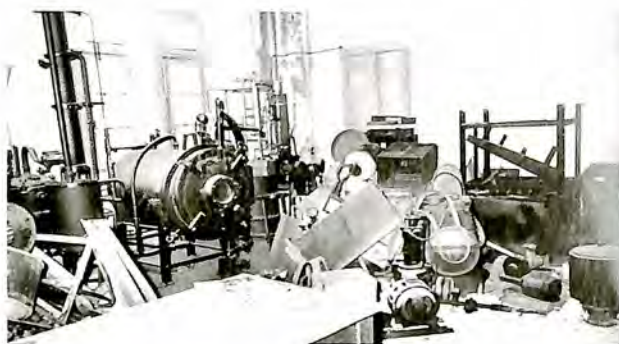
Comenta o Dr. Lobato: "O presidente Geisel investiu muito na infra-estrutura e nos salários dos funcionários de Manguinhos. Ele começou a governar em 1974 e esteve duas vezes no *campus*, a primeira na época da epidemia de meningite".[102]

Vinícius da Fonseca, economista egresso do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), foi indicado a ocupar a presidência da Fiocruz pelo ministro João Paulo dos Reis Velloso, da Secretaria de Planejamento da República do Governo Ernesto Geisel (1974-1980). A primeira ação de Fonseca foi elaborar, em parceria com o CNPq, o Plano de Reorientação Pragmática, aprovado pelo então ministro da Saúde, Paulo de Almeida Machado, em 1976.[103]

Segundo Vinícius, ele próprio foi o responsável pela recuperação de Manguinhos com o apoio do então ministro da Saúde. Ainda de acordo com o ex-presidente da Fiocruz, o nível de decadência da Instituição na época era de tal ordem que existia dentro de Manguinhos um esgoto sanitário *in natura* que vinha da favela e atravessava o *campus*.[104]

[102] Lobato Paraense – Trecho de depoimento, de 4 de novembro de 1998, registrado na fita 1, lado B.

[103] Azevedo et al. (2002:150).

[104] Depoimento de Vinícius da Fonseca, presidente da Fiocruz entre 1975 e 1979, a Wanda Hamilton e Nara Azevedo entre junho e outubro de 1995. COC/Fiocruz. *História, Ciência e Saúde*, 8(1):247, 2001.

Estado de abandono do Pavilhão do Quinino antes das intervenções para recuperação física do Instituto, durante o Governo Geisel. (Reserva Técnica EMV/Fiocruz)

Dentro do plano de recuperação física da Instituição, a firma Serviços e Projetos Ltda. (SPL) foi contratada, com acompanhamento da Assessoria de Planejamento Estratégico da Presidência da Fiocruz, para analisar o estado em que se encontravam as instalações dos laboratórios. O relatório final[105] lista vários pavilhões em ruínas e salas vazias. Dos edifícios levantados, foram recuperados e reinaugurados, em dezembro de 1977, os pavilhões Carlos Chagas, Adolfo Lutz, Gomes de Faria, Quinino e o Vacínico, este adaptado para a Vila Residencial e conhecido também como Casa Amarela. O Pavilhão Rockefeller também foi reformado naquele ano, para a instalação da unidade-piloto de produção de vacina antimeningocócica. Ainda em 1977, teve início a construção do novo edifício destinado a abrigar o então Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos (LCCDMA), atual Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde (INCQS).

Sobre o INCQS, comenta Vinícius:

> Existia no Ministério da Saúde um órgão da administração direta chamado Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos (LCCDMA). Funcionava no Rio de Janeiro e

[105] Relatório 1975/1978 do *Campus* da Fundação Oswaldo Cruz. Fundo: Arquivo Institucional/Presidência. Seção: Assessoria de Planejamento Estratégico. Acervo DAD/Fiocruz.

tinha a incumbência de fazer o controle de qualidade de medicamentos.(...) O Dr. Paulo de Almeida Machado, já no fim da minha gestão, em 1978, começou a me falar sobre isso e insistiu muito comigo. (...) Não quis aceitar, mas ele não concordou, e houve a transferência do laboratório para a fundação, através de um decreto do presidente da República de 30 de agosto de 1978. Essa foi a origem do INCQS (...). Não contratei ninguém. (...) A única coisa que eu fiz foi o projeto físico para a instalação do INCQS em Manguinhos.[106]

Ainda na administração de Vinícius da Fonseca foi criado o Museu Histórico Didático que ficava no primeiro pavimento do Pavilhão Mourisco. Esse museu foi substituído por outro em 1987, instalado no Pavilhão da Cavalariça e concebido de acordo com os critérios modernos da museologia e da museografia.

Nessa época foram construídas a estação de tratamento de água e a subestação principal de Bio-Manguinhos, bem como ampliou-se a rede de subestações de energia elétrica do *campus* da Fiocruz.

A partir de 1976, a Fiocruz, respaldada por um novo estatuto, passou a incluir entre as finalidades da Instituição as atividades de pesquisa, ensino e produção em saúde pública, dentro das diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde.[107]

No mesmo ano, foram extintos o Ipromed, o INERu e o Instituto de Leprologia, enquanto os centros regionais passaram a funcionar como unidades especiais da Fiocruz. Com a extinção do Ipromed, foram criados o Laboratório de Tecnologia em Produtos Biológicos

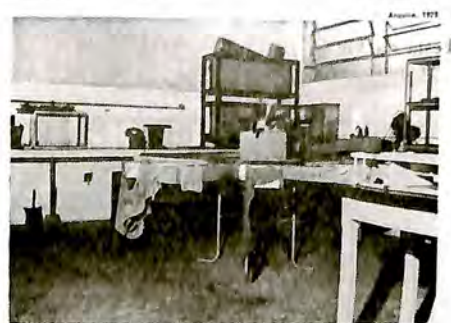
[106] Depoimento de Vinícius da Fonseca, presidente da Fiocruz entre 1975 e 1979, a Wanda Hamilton e Nara Azevedo entre junho e outubro de 1995. COC/Fiocruz. *História, Ciência e Saúde*, 8(1):257, 2001.

[107] *Guia do Acervo da Casa de Oswaldo Cruz* (1995:6).

Cerimônia de inauguração da reforma de alguns pavilhões e reequipamento da Fiocruz, marcando simbolicamente a recuperação física da Fiocruz.
Na placa lê-se o seguinte texto:

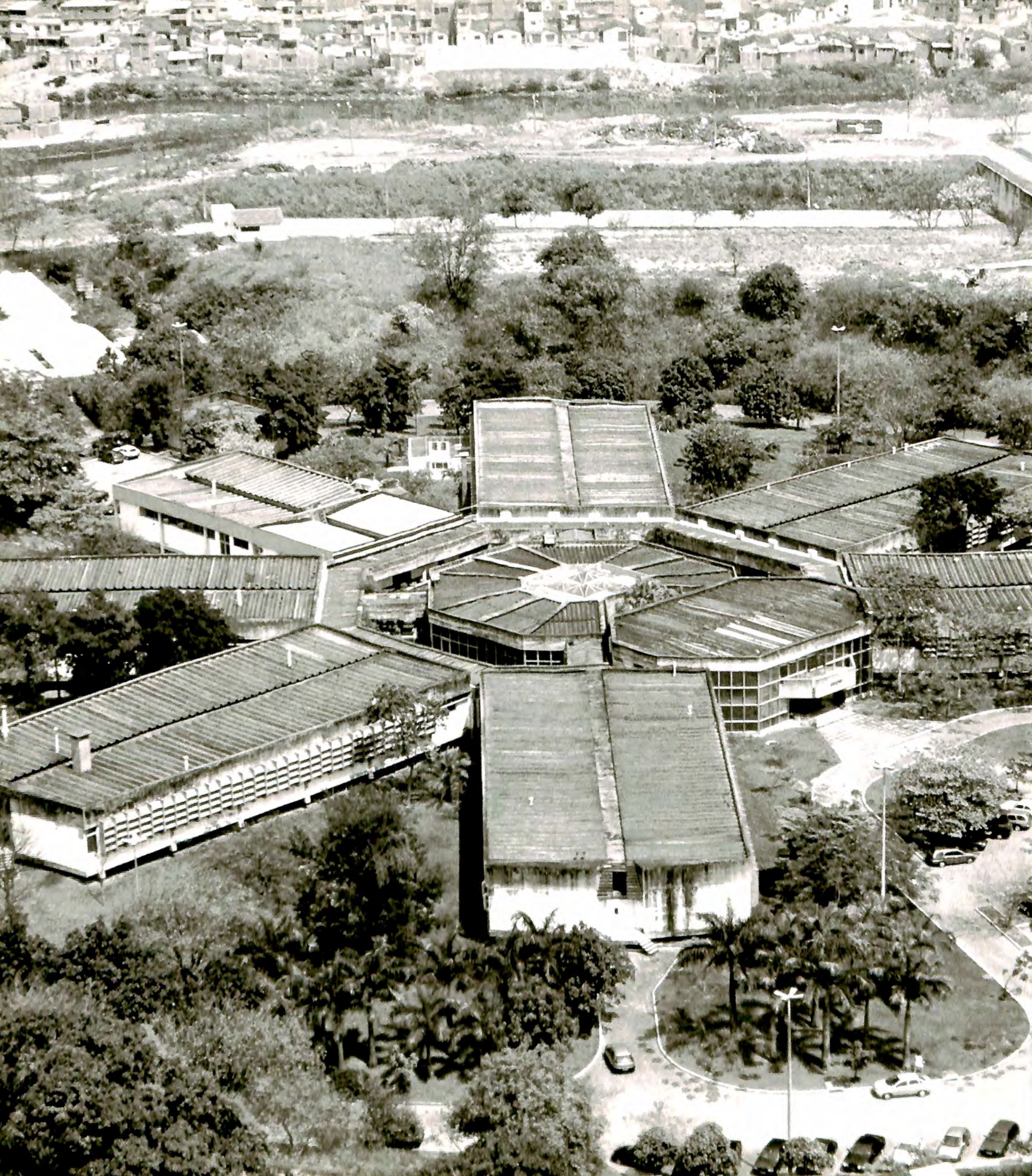
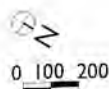
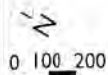
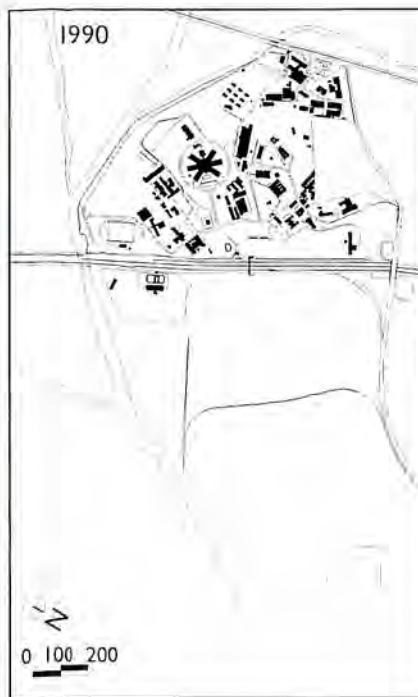
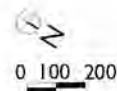
"Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz
Com a presença do excelentíssimo senhor Presidente da República, realizou-se no *Campus* de Manguinhos, a 2 de Dezembro de 1977, cerimônia comemorativa do programa de recuperação da Fiocruz, meta prioritária do Governo Ernesto Geisel.
Registraram-se os seguintes eventos:
– Reinauguração de pavilhões integralmente restaurados:
Pavilhão Carlos Chagas, Pavilhão Adolpho Lutz, Pavilhão Gomes de Faria, Pavilhão Figueiredo de Vasconcellos.
– Inauguração do centro de microscopia eletrônica em convênio com o Governo da República Federativa da Alemanha.
– Inauguração da sala Marquês de Barbacena – informação para saúde.
– Inauguração da "Casa Amarela" – Vila Residencial.
– Início de construção do Centro Hospitalar e do Laboratório Central de Controle de drogas, medicamentos e alimentos, com financiamento da Caixa Econômica Federal – Fundo de Apoio a projetos Sociais (FAS).
Ministro da Saúde: Paulo de Almeida Machado.
Presidente da Fiocruz: Vinicius Fonseca."
Vê-se, entre Geisel e Fonseca, Carlos Chagas Filho. A sala Marquês de Barbacena correspondia às instalações do Museu no segundo pavimento do Pavilhão Mourisco. (Agência Nacional. Arquivo Nacional)

de Manguinhos – hoje, Bio-Manguinhos – e o Laboratório de Tecnologia em Quimioterápicos de Manguinhos – hoje, Far-Manguinhos. As atividades do Instituto de Leprologia passaram a ser desenvolvidas dentro do *campus*, mais precisamente no Pavilhão Gomes de Faria, construído sobre as ruínas do antigo Aquário de Água Salgada.

JORNAL DO BRASIL — NACIONAL — 23

Em 1975, quando a Fundação passou a ser meta prioritária do Governo Geisel, seus laboratórios estavam em ruínas (em cima), sem equipamentos e sem cientistas. Hoje, Manguinhos já tem uma imagem bem diferente (ao lado)

Fundação Oswaldo Cruz já renasce das cinzas

Fritz Utzeri

Integrado no que foi considerado um dos melhores centros de pesquisa do mundo, o Hospital Evandro Chagas estava em ruínas (em cima). Hoje, está sendo recuperado e ampliado para o tratamento das doenças parasitárias (ao lado)

1981
1990

De 1981 a 1990

11 Cocheira - Instituto Soroterápico
18 Cais - Soterrado a partir da década de 70
20 Pombal
21 Cavalariça
22 Pavilhão do Relógio
23 Caramanchão
24 Pavilhão Mourisco
25 Horta Ilha do Pinheiro - demolido em 80
26 Viveiro de peixes - Ilha do Pinheiro - demolido em 1980
27 Residência do zelador - Ilha do Pinheiro - demolido em 80
28 Residência Museu de Hidrobiologia - Ilha do Pinheiro - demolido em 80
29 Hospital Evandro Chagas
30 Cantina
31 Residência
32 Ambulatório HEC
33 Biotério HEC
34 Depósito
36 Pavilhão Figueiredo Vasconcellos
37 Anexo Casa de Chá
38 Bichário
39 Casa Amarela
40 Residência
41 Estufas
44 Cocheira velha
45 Residência para funcionário - Horto
46 Residência para funcionário - Horto
47 Residência para funcionário Horto - demolido na década de 80
48 Residência para funcionário - Horto
50 Pavilhão Rockefeller
51 Pavilhão Lauro Travassos
52 Coelheira
53 Cocheira
54 Pavilhão da Marcenaria
55 Pavilhão de Vírus
56 Estrebaria - demolido na década de 80
57 Depósito
59 Estaleiro - Ilha do Pinheiro - demolido em 80
60 Cais - Ilha do Pinheiro - demolido em 80
61 Oficina mecânica - Ilha do Pinheiro - demolido em 80
62 Chaminé - Ilha do Pinheiro - demolido em 80
63 Tanques de água do mar - Ilha do Pinheiro - demolido em 80
64 Estação de Hidrobiologia - Ilha do Pinheiro - demolido em 80
65 Residência do mecânico - Ilha do Pinheiro - demolido em 80
66 Pavilhão Torres Homem
67 Almoxarifado - Atual Reserva técnica do Museu da Vida
68 Pavilhão Carlos Chagas
69 Pavilhão Arthur Neiva
70 Pavilhão da Biologia
71 Oficina
72 Garagem
73 Depósito - demolido na década de 80
74 Pavilhão Carlos Augusto Da Silva
75 Lavanderia HEC
76 Pavilhão Adolfo Lutz
77 Caixa d'água
79 Cisterna
82 Portaria Avenida Brasil
83 Pavilhão Henrique Aragão
84 Pavilhão Leonidas Deane
85 Estação de Tratamento de Esgoto
88 Brete
89 Depósito de Rações
90 Casa de Força
91 Bio-Manguinhos
92 Caixa D'água - demolido na década de 80
95 Portaria 02
96 Residência Oficial
97 Subestação Pavilhão do Relógio
98 Pavilhão Gomes de Faria
99 Almoxarifado de Far-Manguinhos
100 Pavilhão de Produção/Administração de Far-Manguinhos
101 Pavilhão de Supervisão de Far-Manguinhos
102 Escola Nacional de Saúde Pública
103 CECAL e anexos
104 Pavilhão Jorge Careli
105 Manutenção civil da ENSP
106 Expansão do *campus*
107 Portaria Leopoldo Bulhões
108 Depósito de resíduos químicos e radioativos
109 Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde
110 Pavilhão Maria Deane
111 Gaiolas da Primatologia de Bio-Manguinhos
112 Vestiários - demolido na década de 80
113 Estação de Tratamento de Esgoto
114 Agência dos Correios
115 *Stand*/igreja
116 Subestação principal de Bio-Manguinhos
117 Depósito de inflamáveis de Bio-Manguinhos
118 Subestação ETG 8
119 Subestação ETG 7
120 Infectório de Bio-Manguinhos
121 Microobras atual Cantina
122 Vestiário campo de futebol
123 Abrigo para churrasqueira e mesas
124 Creche Bertha Lutz
125 Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
126 Centro de Estudos da Saúde do trabalhador e Ecologia Humana
127 Depósito de material químico/inflamável Far-Manguinhos
128 Pavilhão Osório de Almeida
129 Pavilhão de Primatas Neo-tropicais
130 Almoxarifado de Bio-Manguinhos
131 Central de água gelada
132 Oficina de manutenção de equipamentos DIRAC
133 ETG
134 Produtos naturais de Far-Manguinhos

Terreno da Fiocruz

Massa Arbórea - Área em Processo de Tombamento

Antiga localização da Ilha do Pinheiro

Edificações preexistentes

Edificações construídas na década de 80

Edificações em ruínas

Edificações não pertencentes ao Instituto

Guilardo Martins Alves Presidente da Fundação Oswaldo Cruz de 15 de março de 1979 a 2 de maio de 1985.

Antonio Sergio da Silva Arouca Presidente da Fundação Oswaldo Cruz de 15 de março de 1985 a 1º de abril de 1989.

Akira Homma Presidente da Fundação Oswaldo Cruz de 1º de abril de 1989 a 23 de março de 1990.

No início da década de 80, o *campus* de Manguinhos tinha, aproximadamente, 80 edificações, contabilizando desde casas de bombas até edifícios de grande porte e de vários pavimentos. Segundo levantamento da época, parte dos edifícios, das vias internas e das redes de infra-estrutura se encontrava deteriorada, aguardando obras de recuperação. Além de inúmeras adaptações, quase sempre improvisadas, as edificações não se agrupavam adequadamente em um zoneamento de acordo com as suas funções específicas. A rede de água era incapaz de atender à demanda, e a rede de gás apresentava rupturas e vazamentos perigosos. A rede elétrica já havia sido revista, mas ainda necessitava de reformas, assim como a rede de esgotos. A rede telefônica ainda utilizava um dos equipamentos mais antigos do País. O lixo infectado era há dezenas de anos jogado diretamente no canal do Rio Faria.

Como parte das comemorações pelos 80 anos da Instituição, foram inaugurados o Pavilhão Gaspar Vianna, construído para substituir o Hospital Evandro Chagas, e, em 4 de setembro de 1981, o Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos (LCCDMA) – atual INCQS –, transferido da estrutura da administração direta do Ministério da Saúde em 1978 para o *campus* de Manguinhos. Sucateado e desprovido de recursos humanos e materiais, o LCCDMA ocupou, provisoriamente, instalações de Bio-Manguinhos e Far-Manguinhos até que as novas instalações estivessem concluídas.

O projeto do INCQS foi desenvolvido pelos arquitetos Ary Celso France e Salomão Tandeta da empresa Icoplan,[108] que realizou também alguns estudos para o *campus*, após a extinção da Divisão de Obras do MES, em 1977. Basicamente foram dois escritórios – Icoplan e SPL – que desenvolveram projetos arquitetônicos para a Fiocruz até a década de 80, quando se começou a contratar diretamente profissionais para fazer parte do

[108] Internacional de Consultoria Planejamento (Icoplan). Fundada em 1954, especialista em projeto, construção e reforma de prédios residenciais, escolares, comerciais e industriais. Nessa empresa, que se encontra hoje em atividade, alguns funcionários eram ligados ao PCB.

Edifício do Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde – INCQS – marca a retomada de construções de vulto na Fiocruz; projeto dos arquitetos Ary Celso France e Salomão Tandeta da Icoplan. (CCS/Fiocruz)

corpo técnico da prefeitura do *campus* de Manguinhos – hoje, Diretoria de Administração do *Campus* (Dirac) –, ao longo das duas últimas décadas do século XX. Um dos primeiros projetos desenvolvidos pela nova equipe que se formava foi o das gaiolas da primatologia, construídas para abrigar os macacos *Rhesus*, provenientes das instalações desativadas da Ilha do Pinheiro.

Em janeiro de 1981, foi homologado pelo ministro da Cultura o processo de tombamento do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos,[109] por meio da então Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atual Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Fazem parte desse conjunto os Pavilhões Mourisco, da Peste, da Cavalariça, do Pombal e o Hospital Evandro Chagas. Foi demarcada, também, em 1986, uma área de preservação ambiental do entorno desse conjunto, cujo processo de tombamento ainda não foi concluído.

Em 1985, com a redemocratização do País, assumiu a presidência da Fiocruz o médico-sanitarista Antonio Sergio da Silva Arouca, que deu início a um amplo processo de revitalização e de democratização da Instituição, mediante a criação de novas unidades técnico-científicas, a contratação de pessoal para atender às unidades criadas e a introdução de um novo modelo de gestão institucional, desde então caracterizado como democrático e participativo. Um novo estatuto, aprovado só recentemente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi implantado a partir de 1988. Este instrumento define o Congresso Interno e o Conselho Deliberativo como instâncias de decisão colegiada, tendo o primeiro a atribuição de formulação das principais políticas e diretrizes do projeto institucional da Fiocruz. O estatuto define também as formas para a escolha participativa do presidente e

[109] Processo nº 1.037-T/80, de 17 de novembro de 1980, aberto por solicitação do então presidente da Fiocruz, Guilhardo Martins Alves. Departamento de Proteção do Iphan.

Luiz Fernando Rocha Ferreira da Silva
Presidente da Fundação Oswaldo Cruz de 28 de março a 18 de julho de 1990.

Hermann Gonçalves Schatzmayr
Presidente da Fundação Oswaldo Cruz de 18 de junho de 1990 a 22 de dezembro de 1992.

dos diretores das unidades, mediante processos eleitorais diretos e composição de listas tríplices, e confere à Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz (Asfoc) assento pleno no Conselho Deliberativo. Neste processo, as unidades técnico-científicas que compõem a Fiocruz também foram dotadas de instâncias democráticas de decisão, tais como os conselhos deliberativos e as assembléias gerais. Como celebração desta ampla remodelação institucional, os cientistas que no período militar foram demitidos e cassados em seus diretos políticos – no episódio que ficou conhecido como O Massacre de Manguinhos – foram, em 1986, reintegrados à Fundação Oswaldo Cruz.

Em virtude das novas unidades surgidas, o Politécnico de Saúde Joaquim Venâncio (PSJV), a Casa de Oswaldo Cruz (COC) e a Superintendência de Informação Científica (SIC), atual Centro de Informação Científica e Tecnológica (CICT), houve a necessidade de se expandirem as instalações do *campus*. O Politécnico foi criado em julho de 1985, e suas atribuições incluem a formação de pessoal de nível médio e elementar e o desenvolvimento de um programa de ensino profissionalizante para a área da saúde, entre outras. Já a COC foi constituída em novembro do mesmo ano, tendo como finalidade a recuperação e a preservação da memória da ciência biomédica e da saúde no Brasil, o

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV. (DPH/Fiocruz)

Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana – Cesteh (DPH/Fiocruz)

Creche Bertha Lutz. (DPH/Fiocruz)

desenvolvimento de pesquisas históricas e de atividades museológicas, bem como a restauração e a conservação do patrimônio arquitetônico histórico da Fiocruz. A SIC foi instituída em abril de 1986, com o objetivo de coordenar as atividades relacionadas com a preservação, o processamento e a divulgação da informação científica. Para atender às novas demandas da Fiocruz, o escritório técnico da Dirac passou a utilizar em alguns edifícios o sistema construtivo de pré-moldados e de argamassa armada, criado pelo arquiteto João Filgueiras Lima, devido a seu baixo custo e rapidez de montagem. Este sistema construtivo foi adotado nos seguintes edifícios: Creche Bertha Lutz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, vestiário do campo de futebol, Pavilhão Osório de Almeida e Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana.

A opção por esse sistema acabou inaugurando uma tendência construtiva que perdurou até fins da década de 90. Tal fato acarretou perdas de qualidade na construção dos edifícios – os sistemas da argamassa armada[110] foram concebidos para ter vida curta e exigem constante manutenção, em virtude da oxidação da armadura devido à pequena espessura do recobrimento em argamassa, agravada pela extrema agressividade das condições ambientais.

[110] O sistema de pré-moldados de argamassa armada começou a ser utilizado com maior desenvoltura a partir da criação da Fábrica da Companhia Urbana de Salvador (Renurb) em 1979, para suprir a demanda de mobiliário urbano e facilitar a execução de projetos de macro e microdrenagem e de contenção de encostas naquela cidade. (...) No período de 1982/1984 houve a necessidade de se construir, com parcos recursos em Abadiânia (GO), uma pequena escola rural. Embora tenha apresentado poucos avanços em relação aos tempos da Renurb, a pesquisa básica aí aplicada tornou possível a aplicação, logo em seguida, da tecnologia em grande escala na Fábrica de Escolas no Rio de Janeiro, criada no governo de Leonel Brizola (1982-1986). (...) Com esse sistema foram construídas mais de 200 escolas, auditórios, creches e casas comunitárias em favelas no Rio de Janeiro, além do aproveitamento da Fábrica para a construção de pré-moldados para drenagem, pontes, passarelas e dos abrigos de ônibus que dominaram a paisagem carioca durantes as décadas de 80 e 90 (Latorraca, 1999:98-123 e 137-153).

A Casa de Oswaldo Cruz, por sua vez, resolveu recuperar os pavilhões do início do século XX para abrigar no Pavilhão do Relógio, primeiramente, a sede da unidade e a sede do museu didático, deslocado das instalações do primeiro pavimento do Pavilhão Mourisco para a Cavalariça. Os projetos foram desenvolvidos pela Gerência de Projetos Especiais, vinculada à presidência da Fiocruz. Com o crescimento dos serviços de restauração, devido ao tombamento federal,[111] a gerência foi transformada, em 1989, em um departamento da COC, e passou a concentrar seus esforços no edifício principal do conjunto histórico.

Atualmente, o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) é responsável pela conservação, a restauração e a valorização do patrimônio arquitetônico histórico da Fiocruz, segundo os princípios modernos de salvaguarda de bens culturais. A partir de um planejamento global, as etapas referentes a esse trabalho vêm sendo realizadas conforme os recursos financeiros obtidos e as prioridades estabelecidas segundo critérios de segurança e integridade dos materiais.

Ao DPH compete a execução dos projetos referentes à área de preservação, com base em pesquisa histórica, estilística, de técnicas e materiais, mapeamento de danos, diagnósticos e metodologia de intervenção, assim como fiscalização das obras, coordenação da sistemática de manutenção preventiva e corretiva, adaptação dos espaços para novos usos, além do desenvolvimento de um programa de formação e capacitação de mão-de-obra especializada, referente às artes e aos ofícios tradicionais da área de conservação do patrimônio cultural.

Em linhas gerais, as intervenções de restauração já realizadas nos edifícios componentes do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos foram as seguintes: impermeabilização dos terraços; tratamento e reforço de estruturas metálicas; recuperação de azulejos; pintura murária; recuperação e preenchimento das lacunas dos ornamentos originais; restauração

[111] Iphan (1981).

das esquadrias metálicas e de madeira; substituição das instalações hidrossanitárias e elétricas e instalação de sistemas de ar-condicionado centrais, adaptados a edifícios tombados.

O próprio crescimento da Casa de Oswaldo Cruz, com atividades nas áreas de pesquisa, arquivo e museu científico, levou a equipe de arquitetos do DPH a desenvolver projetos de novas construções, ao longo de toda a década seguinte, sempre com a preocupação de manter uma linguagem arquitetônica em harmonia com as edificações históricas.

O crescimento repentino da Instituição, após anos de ausência de investimentos, levou a Fundação Oswaldo Cruz, através da Dirac, a solicitar ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) um plano diretor para a área, com o objetivo de estabelecer diretrizes para uma expansão física harmoniosa, evitando crescimentos indevidos que pudessem prejudicar outros setores da Instituição.

O levantamento realizado pelo Ibam levou em consideração a topografia, a vegetação e o solo diversificados, a área de tombamento proposta pelo Iphan e a qualidade arquitetônica dos edifícios históricos. A intenção era criar um plano diretor flexível o bastante para lidar com essas diversidades e particularidades, além das intervenções não completamente previsíveis.

O desenvolvimento do Plano Diretor ocorreu em três etapas, entre dezembro de 1986 e dezembro de 1988. O primeiro módulo consistiu no levantamento físico e institucional da Fiocruz, com a preocupação de entender a funcionalidade das diversas unidades, seus servidores e usuários, com seus planos de expansão em edifícios projetados ou apenas planejados. O módulo previa a elaboração de mapas de sistema viário, uso do solo, vinculação administrativa e vegetação existente. Serviu de diretriz para os demais, ou seja, para a elaboração de diagnósticos sobre a situação de abastecimento de água, esgoto, energia e sobre a natureza dos solos, e para a sua execução propriamente dita. O Plano Diretor previa, ainda, um estudo para a nova estrutura viária e uma proposta de zoneamento. O levantamento realizado pelo primeiro módulo chegou a algumas conclusões interessantes, um pouco discutíveis hoje em dia, em face dos avanços alcançados com essa pesquisa.

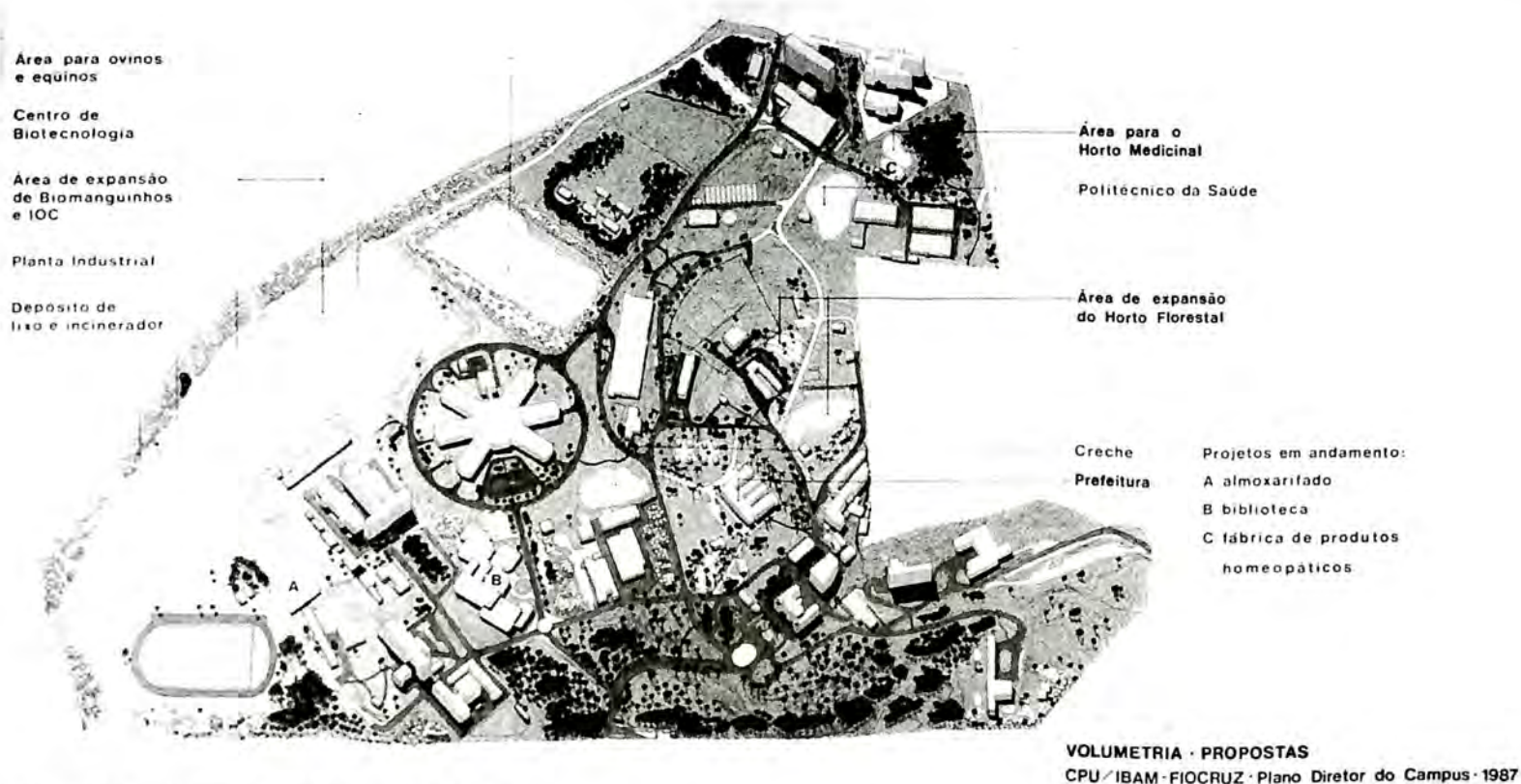
Não é de todo incorreto que a Instituição tenha crescido sem planejamento. Mas nem sempre foi assim. Na direção de Oswaldo Cruz, a intenção foi ocupar as colinas mais altas do terreno, por sua posição em relação ao litoral, aos acessos existentes e às condições insalubres do restante da área. Isso é percebido claramente na construção do Hospital Evandro Chagas e dos pequenos edifícios ao redor, que seguem a mesma orientação geográfica das construções do núcleo central.

Alguns edifícios que foram construídos depois, como o Novo Biotério, seguiram a mesma orientação do conjunto principal. Até mesmo o edifício da Fundação Rockefeller seguiria essa implantação, tendo ainda a preocupação de voltar a fachada principal para a melhor insolação. Na gestão de Henrique Aragão, sabe-se, houve uma clara proposta de se ocuparem áreas distantes do *campus*, sem, agora sim, intencionalmente, seguir o posicionamento das construções mais antigas. O Pavilhão de Cursos já teria nova orientação em virtude da inauguração da Avenida Brasil, inclusive com a idéia de permitir acesso mais direto por ela.

A conclusão quanto à falta de crescimento planejado procede em relação aos edifícios erguidos no terreno do Instituto, mas que a princípio não faziam parte de sua estrutura administrativa, como no caso do Hospital-Abrigo Torres Homem, do Pavilhão de Febre Amarela, dos edifícios de Far-Manguinhos, da Escola Nacional de Saúde Pública e do INCQS. As edificações que surgiram posicionaram-se de acordo com a topografia e os arruamentos existentes, sem preocupação com a implantação e orientação.

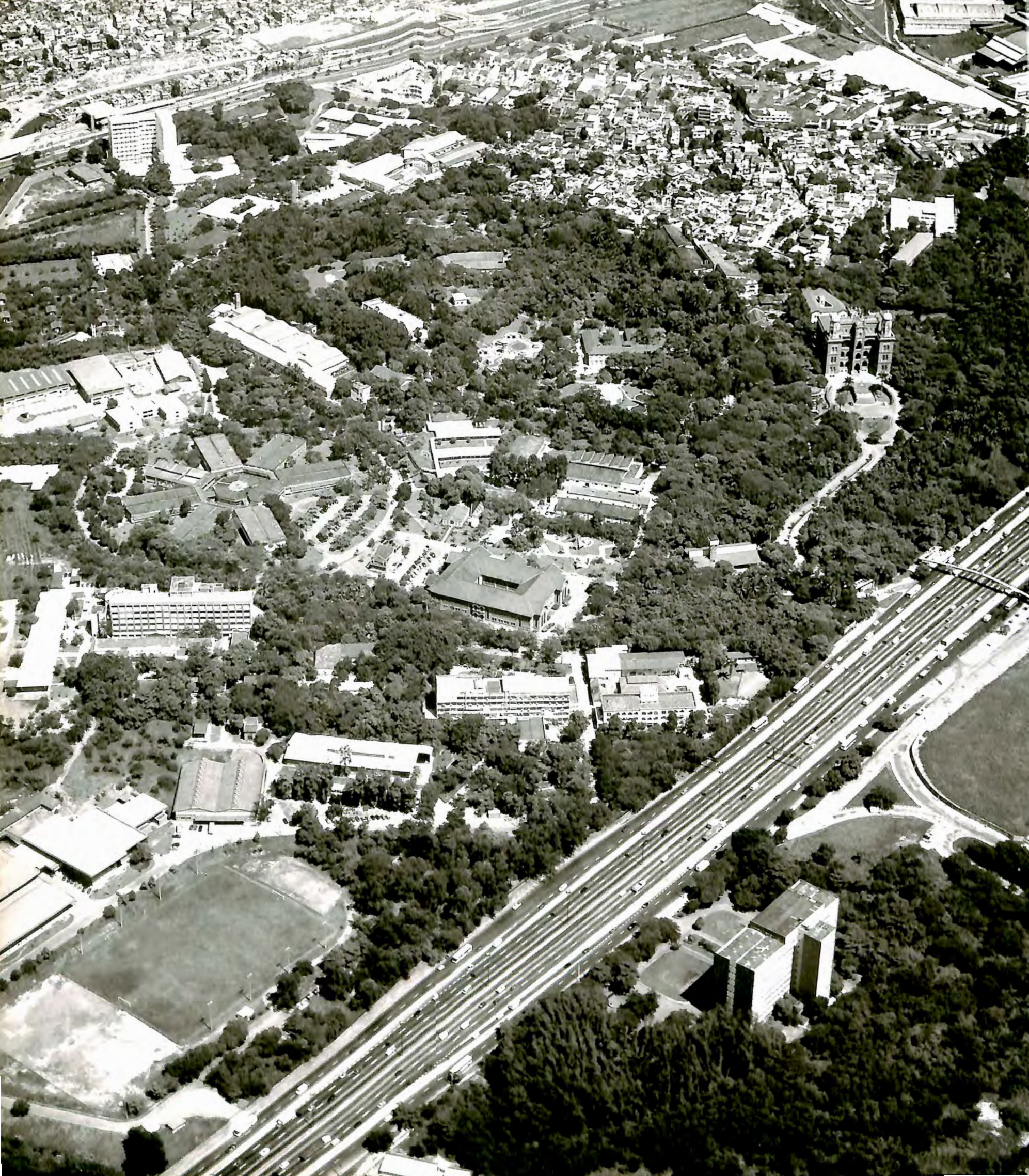
O relatório do Ibam é correto ao afirmar que a falta de planejamento provoca a eterna construção de galpões e outros pequenos equipamentos de apoio, resultando em novas edículas soltas que brotam nas imediações dos edifícios principais.[112]

De fato, a partir da década de 80 houve uma grande proliferação de pequenas construções feitas de maneira improvisada para atender às demandas imediatas de diversos setores da

[112] Avaliação do Plano Diretor do Campus da Fiocruz. Relatório final. Diretrizes para reestruturação do Plano Diretor do *Campus* da Fiocruz. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1996. (Mimeo.)

Plano Diretor do IBAM para a Fiocruz, 1988. (Dirac/FIOCRUZ)

Fiocruz e que contribuíram significativamente para a deterioração de diversos espaços do *campus* de Manguinhos. Um exemplo desse tipo de intervenção é o anexo do Pavilhão do Relógio – antigo Pavilhão da Peste – de 1986, que esconde parte do muro de arrimo construído para a implantação do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos.

A falta de entrosamento das diferentes unidades e a opção por projetos isolados, também registrados pelo relatório do Ibam, acarretaram o mau uso do solo e a baixa qualidade dos espaços construídos. O pior caso, segundo o relatório, é o da implantação do INCQS que, devido a sua forma, espalha-se por uma imensa área vazia. A vantagem desse tipo de implantação, no entanto, é a pouca altura final da edificação, que não interfere na visibilidade e na leitura do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos.

Infelizmente, o Plano Diretor encomendado ao Ibam não foi respeitado na sua integridade, e a Fiocruz, no seu período de maior expansão física, não utilizou plenamente os instrumentos do planejamento urbano.

1991
2000

De 1991 a 2000

11 Cocheira - Instituto Soroterápico
18 Cais - Soterrado a partir da década de 70
20 Pombal
21 Cavalariça
22 Pavilhão do Relógio
23 Caramanchão
24 Pavilhão Mourisco
29 Hospital Evandro Chagas
30 Cantina - demolido na década de 90
31 Residência
32 Ambulatório HEC
33 Biotério HEC
34 Depósito
36 Pavilhão Figueiredo Vasconcellos
37 Anexo Casa de Chá
38 Bichário
39 Casa Amarela
40 Residência
41 Estufas
44 Cocheira velha
45 Residência para funcionário - Horto
46 Residência para funcionário - Horto
48 Residência para funcionário - Horto
50 Pavilhão Rockefeller
51 Pavilhão Lauro Travassos
52 Coelheira
53 Cocheira
54 Pavilhão da Marcenaria
55 Pavilhão de Vírus
57 Depósito
58 Forno crematório - demolido na década de 90
66 Pavilhão Torres Homem - demolido, em partes, na década de 90
67 Almoxarifado - Atual Reserva técnica do Museu da Vida
68 Pavilhão Carlos Chagas
69 Pavilhão Arthur Neiva
70 Pavilhão da Biologia
71 Oficina
72 Garagem
74 Pavilhão Carlos Augusto Da Silva
75 Lavanderia HEC
76 Pavilhão Adolfo Lutz
77 Caixa d'água
79 Cisterna
82 Portaria Avenida Brasil
83 Pavilhão Henrique Aragão
84 Pavilhão Leonidas Deane
85 Estação de Tratamento de Esgoto
88 Brete
89 Depósito de Rações
90 Casa de Força
91 Bio-Manguinhos
95 Portaria 02
96 Residência Oficial
97 Subestação Pavilhão do Relógio
98 Pavilhão Gomes de Faria
99 Almoxarifado de Far-Manguinhos
100 Pavilhão de Produção/Administração de Far-Manguinhos
101 Pavilhão de Supervisão de Far-Manguinhos
102 Escola Nacional de Saúde Pública
103 CECAL e anexos
104 Pavilhão Jorge Careli
105 Manutenção civil da ENSP
106 Expansão do *campus*
107 Portaria Leopoldo Bulhões
108 Depósito de resíduos químicos e radioativos
109 Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde
110 Pavilhão Maria Deane
111 Gaiolas da Primatologia de Bio-Manguinhos
113 Estação de Tratamento de Esgoto
114 Agência dos Correios
115 *Stand*/igreja - demolido na década de 90
116 Subestação principal de Bio-Manguinhos
117 Depósito de inflamáveis de Bio-Manguinhos
118 Subestação ETG 8
119 Subestação ETG 7
120 Infectório de Bio-Manguinhos
121 Microobras - atual Cantina
122 Vestiário campo de futebol
123 Abrigo para churrasqueira e mesas
124 Creche Bertha Lutz
125 Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
126 Centro de Estudos da Saúde do trabalhador e Ecologia Humana
127 Depósito de material químico/inflamável Far-Manguinhos
128 Pavilhão Osório de Almeida
129 Pavilhão de Primatas Neo-tropicais
130 Almoxarifado de Bio-Manguinhos
131 Central de água gelada
132 Oficina de manutenção de equipamentos DIRAC
133 ETG
134 Produtos naturais de Far-Manguinhos
135 Almoxarifado Central
136 Administração de Far-Manguinhos
137 Biblioteca de Manguinhos
138 Castelo d'água de Far-Manguinhos II
139 Planta Industrial de Bio-Manguinhos
140 Tenda do Ciência em Cena
141 Oficinas DIRAC
142 Diretoria de Apoio ao *Campus* -DIRAC
143 Anexo Cavalariça
144 Centro de Recepção
145 Anexo Pombal
146 *Containers* Museu da Vida
147 Parque do Ciência em Cena
148 Epidaurinho
149 Parque da Ciência
150 Ovinos e Eqüinos
151 *Containers* COOTRAM
152 Cisterna
153 Flexografia
154 Depósito anexo Pa. Gomes de Faria
155 Portaria R. Sizenando Nabuco
156 Caixa d'água
157 Pirâmide Museu da Vida

Terreno da Fiocruz

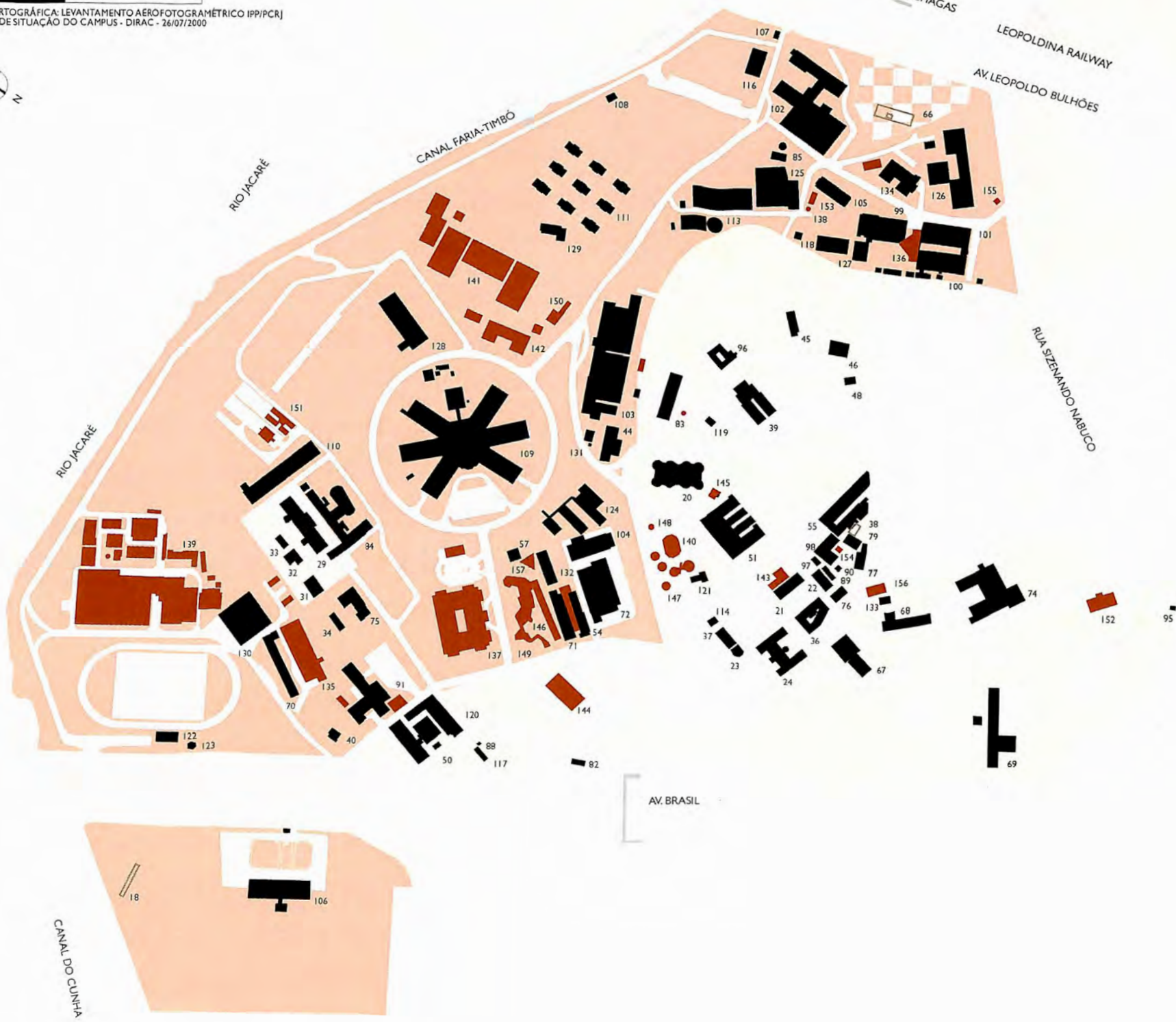
Massa Arbórea - Área em Processo de Tombamento

Área ganha

Antiga localização da Ilha do Pinheiro

Edificações preexistentes

Edificações construídas na década de 90

Edificações em ruínas

Edificações não pertencentes ao Instituto

Hermann Gonçalves Schatzmayr Presidente da Fundação Oswaldo Cruz de 18 de junho de 1990 a 22 de dezembro de 1992.

Euclides Ayres de Castilho Presidente da Fundação Oswaldo Cruz de 8 de dezembro de 1992 a 22 de dezembro de 1992.

Carlos Médicis Morel Presidente da Fundação Oswaldo Cruz de 23 de dezembro de 1992 a 6 de janeiro de 1997.

Como parte das comemorações dos 90 anos da Fiocruz, a Casa de Oswaldo Cruz realizou diversas atividades no início da década de 90, entre elas uma exposição conjunta com o Palais de la Découverte e o Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale (Inserm), em Paris, em 1992, e no Rio de Janeiro, em 1993, fazendo uma importante comparação entre o quadro de doenças e o desenvolvimento científico e tecnológico nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento.

Em 1990, a prefeitura do *campus*, atual Dirac, órgão responsável pelo investimento na infra-estrutura física da Fiocruz, realizou um rigoroso processo de análise para definição de nova estrutura organizacional, a fim de desenvolver com maior eficiência suas atividades. Estruturou-se em quatro departamentos: manutenção de equipamentos, manutenção civil e de operações, apoio ao *campus* e ao departamento de projetos e obras. Cinco serviços ficaram ligados diretamente ao prefeito: Planejamento, Apoio, Parques e Jardins, Segurança e Normalização Técnica.

Além da prestação de seus serviços habituais de manutenção civil, telefonia e transportes, manutenção de equipamentos, de parques e jardins, limpeza das instalações e serviços de segurança rotineiros, a Dirac intensificou sua atuação na área de normatização técnica com organismos nacionais (Instituto Nacional de Metrologia – Inmetro – e Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT) e passou a investir nas seguintes obras e projetos:

- início da construção do complexo industrial para produção de vacina tríplice (DTP), dentro do programa nacional de auto-suficiência em imunobiológicos;
- retomada do projeto estrutural para a construção do Centro de Biotecnologia;
- criação de laboratório nível P3 no Pavilhão Cardoso Fontes – Laboratório de Cultura Celular;
- projeto de recuperação da estrutura do Pavilhão Gaspar Vianna para a adequação da infra-estrutura de Ciência e Tecnologia (C&T) ao nível requerido para a eficiência e a eficácia das atividades em desenvolvimento;
- instalação da rede de telefonia e recuperação da infra-estrutura física geral do *campus*, através da realização de obras nas diversas unidades da Fiocruz.

Vista aérea mostrando a atual conformação do *campus* da Fiocruz. (CCS/Fiocruz)

Eloi de Souza Garcia
Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, de 6 de fevereiro de 1997 a 22 de dezembro de 2000.

A preocupação com o crescimento da Instituição a partir de 1986 procedia e aconteceu principalmente nos anos 90, quando houve uma intensificação no processo construtivo e de ocupação do *campus* de Manguinhos.

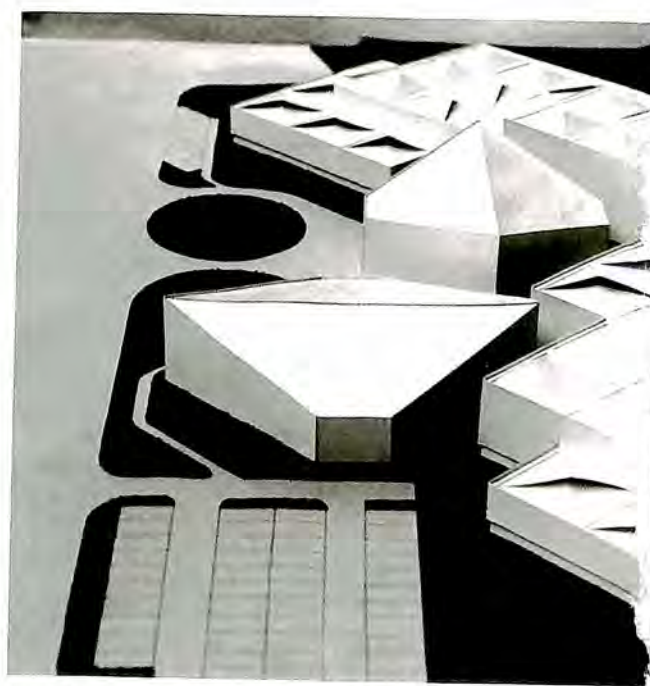
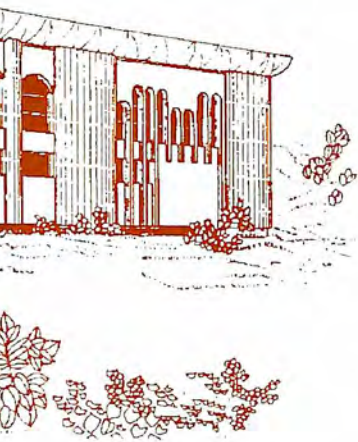
Na última década do século XX, foram inaugurados os edifícios do Almoxarifado Central, a Biblioteca de Manguinhos, a Fábrica de Vacinas, o Centro de Recepção e os Pavilhões do Museu da Vida, além da sede da Dirac e das suas oficinas. Sem dúvida, foi o maior número de realizações em toda a história da Instituição.

Paulo Marchiori Buss
Presidente da Fundação Oswaldo Cruz de 22 de dezembro de 2000 aos dias atuais.

Na construção do primeiro grupo de edificações, embora fossem adotadas técnicas construtivas diversas, teve-se, em maior ou menor escala, a preocupação de adequar melhor as edificações ao universo arquitetônico de Manguinhos, seja no uso do tijolo cerâmico como revestimento, do ferro como estrutura, das telhas cerâmicas nos telhados em duas ou mais águas, seja na opção por construções semi-enterradas para não interferir na visibilidade dos edifícios tombados. O outro grupo de construções, constituído na sede da Dirac e das suas oficinas, seguiu a tendência de construir com argamassa armada e pré-moldados, tendência esta iniciada com os edifícios das novas unidades surgidas depois de 1986.

A biblioteca veio suprir um antigo anseio da comunidade de Manguinhos: um espaço adequado, dinâmico, moderno e principalmente confortável para abrigar o acervo de livros e periódicos e para consultas e pesquisa. Trata-se de edifício constituído de um grande bloco com pátio interno, revestido de tijolos aparentes e vidros azuis coroados por um frontão estilizado que é sustentado por duas enormes colunas duplas, bem de acordo com o ideal Palladiano de simetria e indo ao encontro do imaginário popular de bibliotecas, notadamente as dos *campi* norte-americanos.

Primeira proposta para a nova Biblioteca de Manguinhos. Projeto de 1972 de Renato Ferreira de Sá e Ivo Penna. (CICT/Biblioteca de Manguinhos)

O edifício foi concebido utilizando-se a linguagem do movimento pós-moderno, que procura reinserir elementos ornamentais retirados do repertório histórico da arquitetura, anteriormente abandonados pelo Modernismo, de forma a resgatar simbolismos, referências e atitudes. De fato, o repertório utilizado na composição da fachada da Biblioteca de Manguinhos reflete um pouco a aleatoriedade de propostas desse movimento, da paginação e da ornamentação das esquadrias à escala monumental e desarmoniosa e à escolha dos materiais de revestimento, gerando um simulacro, cujo modelo seria o Pavilhão Mourisco. Esse simbolismo não levou em consideração que a inspiração arquitetônica para o pavilhão centenário veio do Oriente, ao passo que a linguagem da nova biblioteca reflete o Ocidente.

Segunda proposta para a nova Biblioteca de Manguinhos. Projeto dos arquitetos Cristina Simas e Jorge Azevedo Castro. (CICT/Biblioteca de Manguinhos)

Vista interior do *hall* de entrada da Biblioteca de Manguinhos. (DAD/Fiocruz)

Vista externa da Biblioteca de Manguinhos. Projeto das arquitetas Cristina Simas e Ana Lúcia Alvahydo. (CCS/Fiocruz)

O Almoxarifado Central e a Fábrica de Vacinas, um pouco mais recentes, expressam exatamente o que são: edifícios de serviços e industriais. Logo, são práticos e despretensiosos em termos de linguagem, porém com qualidades arquitetônicas. A Fábrica, por ser um edifício industrial e, portanto, extremamente dinâmico, utiliza materiais facilmente substituíveis, além de sistema construtivo que permite fácil ampliação.

Almoxarifado de Bio-Manguinhos.
Projeto da Paal - Projetos Arquitetos Associados Ltda. (DPH/COC)

Fábrica de Vacinas de Bio-Manguinhos. Projeto da Cobrapi - Companhia Brasileira de Projetos Industriais. Foto: José Daniel Tardioli/Aerocolor Fotografias Aéreas

Vista externa do Centro de Recepção do Museu da Vida. Projeto dos arquitetos Benedito Tadeu de Oliveira e Renato da Gama-Rosa Costa. DPH/COC. No detalhe, inauguração do painel de Glauco Rodrigues. (DAD/Fiocruz)

No Centro de Recepção do Museu da Vida procurou-se referenciar a arquitetura de Luiz Moraes Júnior, utilizando em uma linguagem arquitetônica atual materiais de construção, elementos arquitetônicos, soluções e sistemas construtivos semelhantes àqueles empregados nos edifícios do início do século XX. Seu produto final tem uma boa inserção no meio ambiente circundante e dialoga com o conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos. O edifício, inspirado na arquitetura ferroviária do século XIX, tem predominância do vazio sobre o cheio, e a força de seu projeto repousa sobre a estrutura em aço, de desenho simples e funcional. Outra intervenção realizada com preocupação de integrar-se ao núcleo arquitetônico histórico de Manguinhos é a do Anexo ao Espaço da Biodescoberta do Museu da Vida. Esta construção utiliza na sua fachada formas de abertura, tratamento de superfícies e materiais de construção semelhantes aos do Pavilhão da Cavalariça. A nova edificação foi implantada abaixo do nível do Pavilhão da Cavalariça, para não interferir na sua leitura, e na sua laje de cobertura foram plantadas vegetações que facilitam sua integração ao meio ambiente onde está inserida.

Tenda Ciência em Cena, projeto de adaptação dos arquitetos Benedito Tadeu de Oliveira e Renato da Gama-Rosa Costa, da estrutura fabricada pela Toldos Dias Construções Têxteis. (DAD/Fiocruz)

Anexo do Espaço da Biodescoberta, projeto dos arquitetos Benedito Tadeu de Oliveira e Bettina Collaro Goerlich. (DAD/Fiocruz)

Paralelamente à construção das edificações necessárias ao atendimento das novas demandas de espaço da Fiocruz, deu-se prosseguimento ao programa de restauração e de conservação do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos,[113] apoiado a partir de 1987 por todas as presidências da Fiocruz. Foram restauradas as varandas do Hospital Evandro Chagas, as fachadas do Quinino e integralmente o Pombal, a Cavalariça e o Pavilhão do Relógio.[114] Em 1995, no centenário da morte do cientista francês Louis Pasteur, foram inauguradas as instalações de iluminação monumental do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos bem como as obras de restauração da Praça Pasteur.

Praça Pasteur, após as obras de restauração. (DAD/COC)

Iluminação monumental do Pavilhão Mourisco. (DAD/COC)

[113] O programa de restauração e de conservação do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos recebeu menção honrosa na categoria Restauração Histórica na II Bienal Internacional de Arquitetura do Brasil – BIAB '94, realizada em Olinda e Recife, e menção especial no âmbito do prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), de 1996.

[114] A obra de restauração do Pavilhão do Relógio recebeu menção honrosa na XXX premiação anual de 1992 do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/RJ) na categoria Valorização, Conservação, Restauração do Acervo Arquitetônico, Histórico ou Paisagístico do prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade. Recebeu também a distinção 'Destaque' no Prêmio Jovens Arquitetos, promovido pelo IAB/SP em 1993.

O Pavilhão Mourisco,[115] por suas dimensões e características arquitetônicas, exige intervenções complexas. Atualmente está com aproximadamente 80% dos serviços concluídos. Faltam, ainda, a execução da restauração do segundo pavimento e a conclusão das seguintes etapas de obras interrompidas: primeiro e terceiro pavimentos fachadas e *hall* central. A previsão é que até 2004, no centenário do início da construção do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos, todo o trabalho de restauração esteja completo.[116]

Em 1998, as ações de preservação do patrimônio cultural da Fundação Oswaldo Cruz se estenderam aos pavilhões modernistas. Naquele ano, o Refeitório Central e o Pavilhão de Cursos, edifícios projetados pelo arquiteto Jorge Ferreira, foram tombados[117] pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (Inepac). Apesar do acelerado processo de construção na década de 90, a área delimitada em 1986 ficou praticamente preservada. As poucas intervenções executadas ali tiveram o cuidado de respeitar o meio ambiente e o patrimônio histórico circundante.

Com o objetivo de ampliar a educação em ciência e saúde para a população, através de incentivos à compreensão e à participação em questões científicas e sanitárias, a Casa de Oswaldo Cruz decidiu criar, em 1993, o Museu da Vida, um museu por si só

[115] A obra de restauração da torre norte do Pavilhão Mourisco recebeu o prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade na XXIX premiação anual de 1991 do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/RJ) na categoria Valorização, Conservação, Restauração do Acervo Arquitetônico, Histórico ou Paisagístico. A obra de restauração do sétimo pavimento do Pavilhão Mourisco recebeu menção honrosa na XXXI premiação anual de 1993 do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/RJ) na categoria Valorização, Conservação, Restauração do Acervo Arquitetônico, Histórico ou Paisagístico do prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade.

[116] O programa de restauração e de conservação do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos será objeto de publicação específica.

[117] Processo E-18/001-538/98, aberto por solicitação do então presidente da Fiocruz, Dr. Eloi de Souza Garcia.
O tombamento provisório é de 09/12/1998 e o definitivo foi publicado em 22/10/2001.

peculiar, pois está situado dentro do *campus* da Fiocruz, uma estrutura científica por excelência. Tal inserção permite a reflexão sobre referências históricas, territoriais e culturais da comunidade de cientistas e técnicos da Instituição, contando com o vasto conhecimento adquirido por seus laboratórios e acervos científicos.

Inaugurado em sua primeira fase de implantação, em maio de 1999, dando início às comemorações do Centenário da Fiocruz, o Museu da Vida vem atraindo centenas de visitantes todo mês. Este primeiro circuito conta com os espaços do Centro de Recepção[118] aos visitantes, o Trenzinho da Ciência, o Parque da Ciência, a tenda do Ciência em Cena, o Espaço da Biodescoberta e o Pavilhão Mourisco.

A segunda fase de implantação prevê a construção de um Complexo de Difusão Científica, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, em área de pouco trânsito

[118] O Centro de Recepção do Museu da Vida recebeu o prêmio ABCEM '99 – Melhores Obras com Aço do Ano – na categoria arquitetos, da Associação Brasileira de Construção Metálica.

Interior do 'Ciência em Cena' do Museu da Vida. (DAD/COC)

Interior do Espaço da Biodescoberta do Museu da Vida. (DAD/COC)

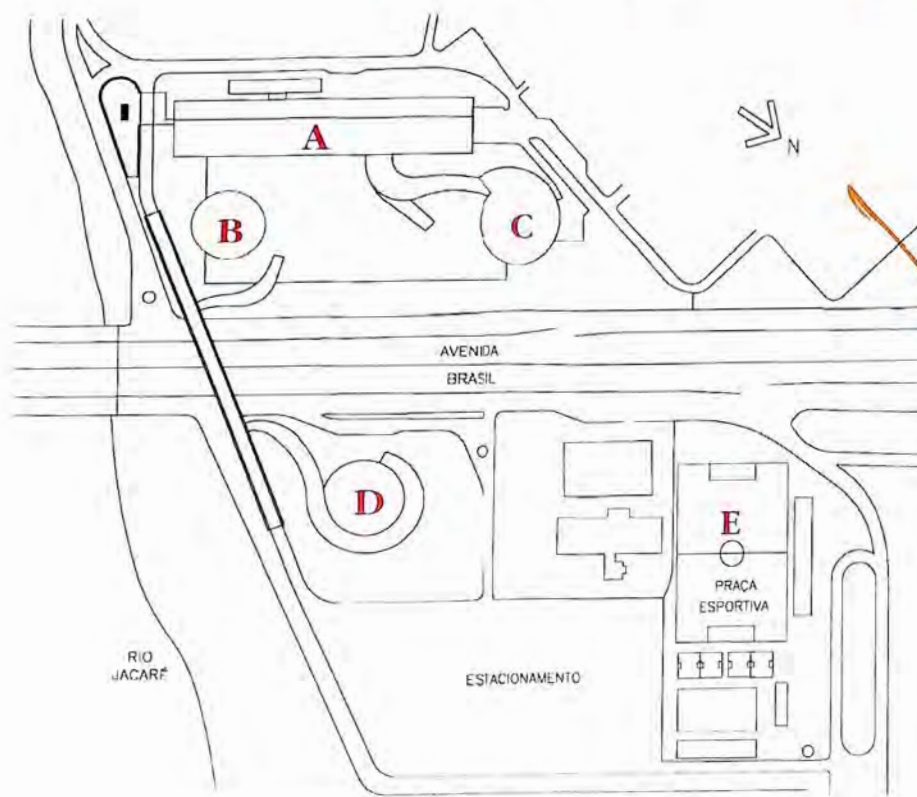
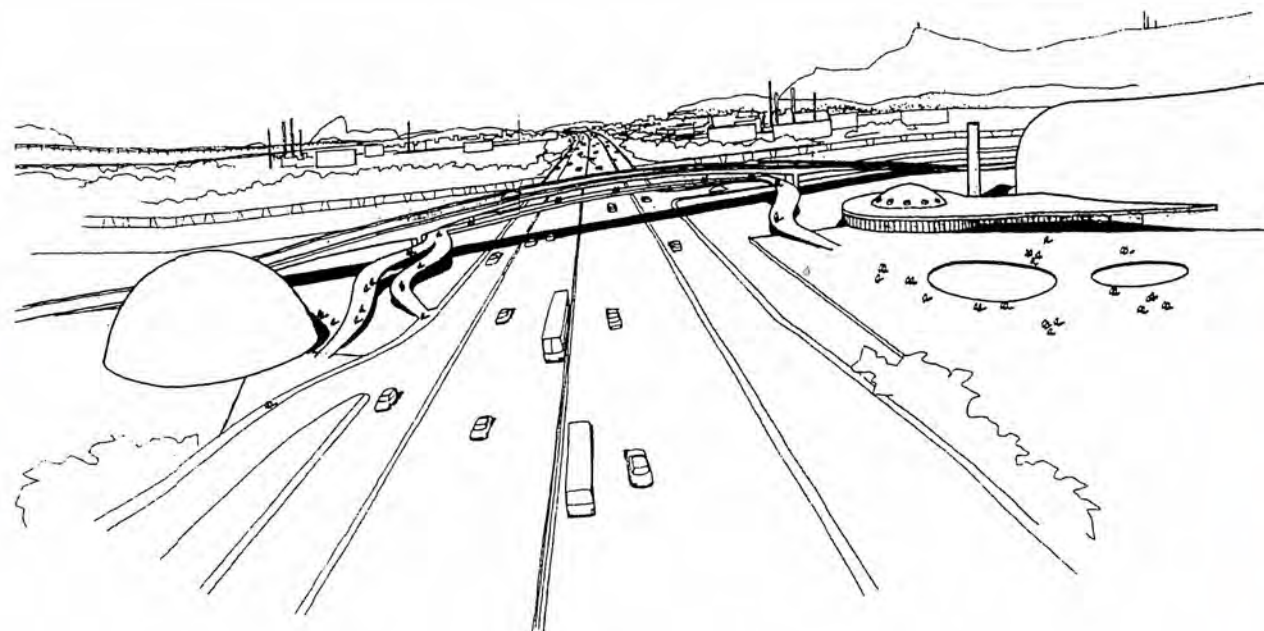
Visita ao Pavilhão Mourisco. (DAD/COC)

Parque da Ciência do Museu da Vida. (DAD/COC)

'Trenzinho da Ciência' do Museu da Vida. (DAD/COC)

dentro do *campus*, e que já possui entrada própria, no local onde hoje está localizada a área de lazer dos servidores. O projeto prevê a construção de cinco pavilhões: o Museu de Microscopia, o Pavilhão de Exposições, um Centro de Convenções, um Pavilhão de Serviços e o Observatório da Vida, este último no lado par da Avenida Brasil. Esse projeto prevê o deslocamento da área de lazer para a área de expansão do *campus*, localizada no lado par da Avenida Brasil, assim como a construção de um viaduto de ligação das duas áreas do *campus* de Manguinhos.

Esse complexo arquitetônico, projetado pelo maior arquiteto brasileiro do século XX, Oscar Niemeyer, segundo o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), se for construído, enriquecerá o acervo arquitetônico da Fiocruz e da cidade do Rio de Janeiro, podendo até sobrepujar a imagem-símbolo da Instituição, delegada até hoje ao Pavilhão Mourisco.

Planta de Situação

A • Pavilhão de Exposições B • Pavilhão de Serviços C • Centro de Convenções
D • Observatório da Vida E • Centro Poliesportivo

"O primeiro problema que deparamos ao projetar este conjunto foi encontrar uma solução que integrasse a arquitetura nos dois terrenos escolhidos.

Isto é, que permitisse aos visitantes andar por todo conjunto como se a Avenida Brasil não existisse.

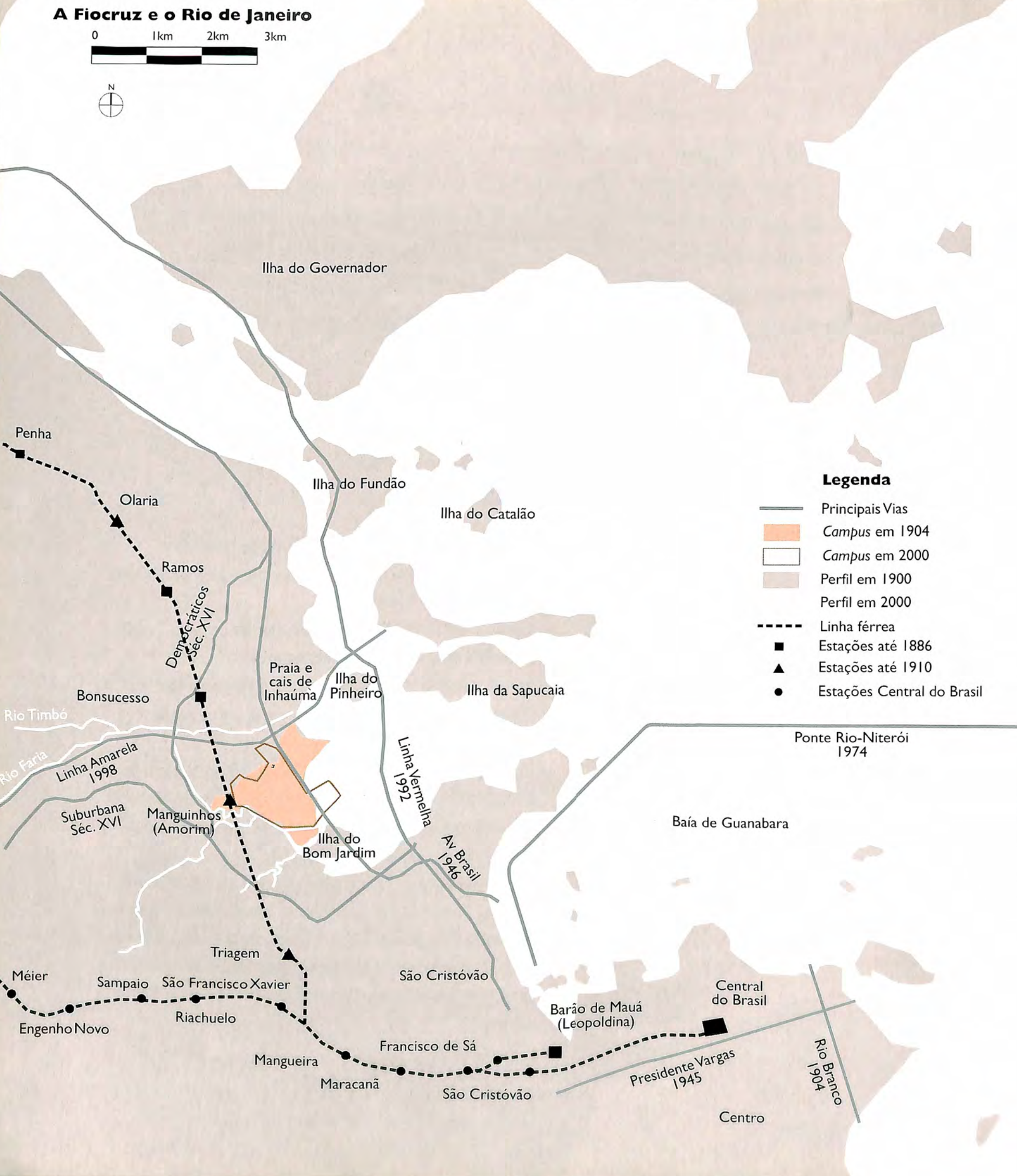
Para isso localizamos na área maior o Museu, o Teatro, o Restaurante e a rampa de acesso à ponte que os levaria diretamente à grande cúpula.

O segundo problema – de Arquitetura, é claro, foi dotar os diversos edifícios de um denominador comum, de um elemento arquitetônico, que os ligasse visualmente. Era o problema da unidade tão esquecida entre nós.

E foi na curva que caracteriza o sistema zenital do Museu, das fachadas do Teatro, da cobertura, dos acessos à ponte, o restaurante e a grande cúpula que nos deu a solução desejada.

E aí, ao lado, está a perspectiva que mostra tudo isso. Uma arquitetura baseada na técnica mais avançada, livre e leve como preferimos."

Oscar Niemeyer

A Fiocruz e o Rio de Janeiro
0
1km
2km
3km
N
Ilha do Governador
Penha
Olaria
Ramos
Democráticos Séc. XVI
Bonsucesso
Rio Timbó
Rio Faria
Linha Amarela 1998
Suburbana Séc. XVI
Manguinhos (Amorim)
Praia e cais de Inhaúma
Ilha do Pinheiro
Ilha do Fundão
Ilha do Catalão
Ilha da Sapucaia
Linha Vermelha 1992
Ilha do Bom Jardim
Av Brasil 1946
Legenda
Principais Vias
Campus em 1904
Campus em 2000
Perfil em 1900
Perfil em 2000
Linha férrea
Estações até 1886
Estações até 1910
Estações Central do Brasil
Ponte Rio-Niterói 1974
Baía de Guanabara
Triagem
Méier
Sampaio
São Francisco Xavier
São Cristóvão
Engenho Novo
Riachuelo
Mangueira
Francisco de Sá
Maracanã
São Cristóvão
Barão de Mauá (Leopoldina)
Central do Brasil
Presidente Vargas 1945
Rio Branco 1904
Centro

Conclusão

A Fundação Oswaldo Cruz inicia o século XXI como um complexo organizacional abrangente e diversificado, que tem por missão gerar, absorver e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos em saúde, através do desenvolvimento integrado das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, ensino, produção de bens, prestação de serviços de referência, controle da qualidade e informação. Para chegar a esse modelo organizacional, a Fiocruz percorreu no século XX uma trajetória institucional constituída de ciclos históricos que alternaram períodos de crescimento e de declínio. Os períodos históricos da arquitetura e da ocupação do *campus* de Manguinhos estão diretamente relacionados e praticamente coincidem com a evolução institucional da Fundação Oswaldo Cruz, constituída, em linhas gerais, também por três ciclos históricos distintos.

O primeiro ciclo compreende a origem, em 1889, do Instituto Soroterápico Federal, com suas modestas instalações, a substituição dessas instalações, entre os anos 1904 e 1922, pelo monumental conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos e termina no fim da década de 30, com o processo de inadequação dos espaços e das instalações desse conjunto às exigências da pesquisa e da produção da época. Nesse período prevalece como arquiteto a figura de Luiz Moraes Júnior, e a imagem dominante no *campus* é a do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos, construído no contexto do ecletismo, estilo dominante no início do século XX. O período tem seu momento maior com Oswaldo Cruz na direção do Instituto, época em que a Instituição adquiriu grande autonomia política e financeira, atravessa as décadas de 20 e 30, quando aconteceram grandes alterações no *campus* de Manguinhos sem que os dirigentes conseguissem delimitar os terrenos do IOC, e termina na gestão de Cardoso Fontes, em pleno Estado Novo, momento de perda da autonomia institucional e de decadência física da Instituição.

No momento mítico da história institucional do Instituto, na gestão de Oswaldo Cruz, o estatuto de 1907 garantiu grande autonomia administrativa e financeira em relação ao

Estado. O regulamento de 1908 atrelava o IOC diretamente ao Ministério da Justiça e permitia a venda da sua produção biológica, garantindo ao Instituto recursos suplementares. Essa conjuntura favorável, aliada ao prestígio e à capacidade empreendedora de Oswaldo Cruz e à formação do arquiteto Luiz Moraes Júnior, pode explicar a forma de construção do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos.

Carlos Chagas manteve a autonomia administrativa e financeira do IOC até a década de 20 quando, devido a uma conjuntura de recessão econômica, aconteceu o estrangulamento financeiro do Instituto. As poucas construções não têm as características de monumentalidade das anteriores e, a partir dessa época, os espaços existentes passaram a não atender às demandas do Instituto.

Em 1930, o IOC passou para a jurisdição do Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, ganhou novo regulamento. A crise financeira atingiu o IOC a partir daquele ano, até que, em 1937, o ministro Capanema revogou a autonomia financeira e administrativa do Instituto. Esses fatos podem explicar, em parte, a decadência física e os poucos investimentos em infra-estrutura feitos no Instituto Oswaldo Cruz na década de 30. As negociações para a demarcação definitiva dos terrenos do Instituto na gestão de Carlos Chagas foram atropeladas pelo empreendimento da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, em 1927, bem como pela construção do Aero-Clube de Manguinhos, a partir de 1932. A administração de Cardoso Fontes também não conseguiu formalizar a delimitação dos terrenos do Instituto.

O segundo ciclo histórico pode ser entendido como aquele que se inicia na gestão de Henrique Aragão, durante o Estado Novo, e termina na gestão de Oswaldo Lopes da Costa, no fim do Governo Médici. Henrique Aragão deu início a um processo de recuperação institucional com a consolidação definitiva dos limites do *campus* de Manguinhos e com a modernização de suas instalações, através da construção da série de pavilhões modernistas. Ele utilizou a arquitetura de vanguarda da época e teve o apoio do ministro Gustavo Capanema, defensor e admirador dos ideais modernistas. A maioria dos projetos dessa época foi desenvolvida por arquitetos da Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde.

A partir da década de 60, edifícios de outros órgãos do Ministério da Saúde foram construídos nos terrenos do IOC, demonstrando a fragilidade da Instituição, sobretudo ante o regime militar. Esses órgãos do Ministério da Saúde e outros institutos de pesquisa dos estados foram incorporados a uma estrutura maior com a criação da Fundação Instituto Oswaldo Cruz, em 1970.

Após o golpe militar de 1964, o IOC foi atingido por diversas crises institucionais, culminando, em 1970, no episódio conhecido como O Massacre de Manguinhos. Nesse ciclo, o conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos passou a conviver, em um primeiro momento, com os pavilhões modernistas e depois com uma variedade de edificações contemporâneas.

A construção dos pavilhões modernistas e a modernização das instalações do Instituto foram executadas por Henrique Aragão, graças aos recursos financeiros recebidos pelo IOC após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Todavia, é graças também ao empenho pessoal e à capacidade administrativa de Aragão que o *campus* de Manguinhos foi arborizado e teve a demarcação de seus limites físicos formalizada em 1948.

Nas décadas de 50 e 60, o Ministério da Saúde investiu em instalações para a produção de vacinas, bem como na construção de novas edificações, algumas sem vínculo administrativo com o Instituto, dando início à diversificação da arquitetura do *campus* de Manguinhos. Nessa época, as dissidências internas, sobretudo dos cientistas ligados às atividades de pesquisa, contribuíram para o enfraquecimento do Instituto Oswaldo Cruz. Durante o regime militar, nas gestões de Rocha Lagoa, primeiro como diretor do Instituto e depois como ministro de Médici, o IOC viveu seu maior momento de crise, consumado com o expurgo de dez dos seus mais importantes cientistas. A crise institucional refletiu diretamente no estado de conservação do *campus* e levou à deterioração dos edifícios, ao abandono de suas instalações e à decadência de sua infra-estrutura física.

No final do Governo Médici, o *campus* da Fundação Oswaldo Cruz encontrava-se mais uma vez em acelerado processo de decadência física.

O terceiro ciclo histórico, que ainda prossegue, pode ter tido seu início estabelecido na gestão de Vinícius Fonseca quando, por empenho do Governo Ernesto Geisel, começou

o processo de recuperação da infra-estrutura física do *campus* de Manguinhos. Com a redemocratização do País em 1985, na gestão de Antônio Sergio da Silva Arouca, novas unidades foram criadas, elaborou-se o projeto de um novo estatuto e deu-se início ao processo de revitalização e de democratização da Instituição. Na administração Sergio Arouca foi implantado o programa de restauração e de conservação do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos, e a partir da década de 90 houve grande expansão física da Fiocruz, através da intensificação das construções e do adensamento do *campus* de Manguinhos. A arquitetura produzida nas últimas décadas em Manguinhos é bastante diversificada nas suas concepções e utiliza uma grande variedade de formas, materiais de construção e sistemas construtivos. Os projetos dos edifícios construídos nesse período foram desenvolvidos por empresas privadas contratadas pela Fiocruz, como a Serviços e Projetos Ltda. (SPL), a Internacional de Consultoria Planejamento (Icoplan), Companhia Brasileira de Projetos Industriais (Cobrapi),[119] Projetos Arquitetos Associados Ltda. (Paal), assim como pelos arquitetos da antiga prefeitura do *campus*, hoje Dirac, e pelos arquitetos do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz. Isso também contribuiu para a formação da grande diversidade de expressões arquitetônicas observada nas construções contemporâneas da Fiocruz. No entanto, no seu primeiro centenário, é possível identificar os seguintes grupos de construções: os edifícios do início do século XX em estilo eclético; os pavilhões modernistas construídos entre os anos de 1944 e 1955; os edifícios modernos construídos entre os anos de 1956 e 1972; os edifícios em concreto aparente pré-fabricados ou construídos em argamassa armada e, por fim, os edifícios que usaram como referência nas suas concepções a arquitetura do início do século XX. Um grande número de construções do *campus* de Manguinhos não se enquadra em nenhum desses grupos.

O tombamento do conjunto arquitetônico histórico em 1981, a delimitação da sua área de entorno para preservação ambiental em 1986 e o desenvolvimento do Plano Diretor em 1988 trouxeram novos elementos para a discussão da forma de ocupação do

[119] Empresa ligada à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), ainda em atividade.

campus de Manguinhos, numa tentativa de coordenar os esforços de preservação do patrimônio cultural e de expansão espacial da Fiocruz.

O tombamento de 1981 revelou-se instrumento eficaz na normatização das intervenções de restauração e de conservação do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos. A partir de 1987, todos os projetos de intervenção foram aprovados pelo Iphan e elaborados criteriosamente, obedecendo aos princípios modernos da restauração. A delimitação da área de entorno do conjunto arquitetônico tombado para preservação ambiental também revelou-se eficaz, e as poucas intervenções ocorridas nessa área, a partir de 1986, respeitaram também os princípios modernos da preservação de bens culturais. A área arborizada, que representa aproximadamente um terço da área total do *campus* de Manguinhos, constitui hoje um dos poucos 'pulmões verdes' ainda existentes na região onde está instalada a Fiocruz. O tombamento do Inepac, em 1998, garantiu maior proteção dos principais edifícios modernistas da Fiocruz.

O Plano Diretor, elaborado em 1988 para ordenar a ocupação espacial e a expansão das redes de infra-estrutura do *campus* de Manguinhos, não foi plenamente assumido como instrumento de planejamento nem chegou a ser aprovado pelo conselho deliberativo da Fiocruz. A câmara técnica de infra-estrutura criada para discutir as metas físicas da Fiocruz funcionou durante pouco tempo, e parte de suas orientações não foi colocada em prática.

Nos últimos anos, a ocupação do *campus* se deu, em grande parte, por meio de iniciativas isoladas das unidades, discutidas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz, e a implantação dos programas de expansão das unidades gerou projetos técnicos que não foram desenvolvidos em total consonância com o Plano Diretor.

Os principais problemas do *campus* de Manguinhos, atualmente objeto de maior atenção dos dirigentes da Fiocruz e que estão sendo tecnicamente solucionados, são:

- grande demanda de estacionamentos não atendida, principalmente para os usuários da Ensp, de Far-Manguinhos e dos edifícios que compõem o conjunto arquitetônico histórico;
- envelhecimento da infra-estrutura – redes de água e esgoto – e necessidade de readequação da rede elétrica e de implantação de sistema de aterramento, em virtude do crescimento das atividades da Fiocruz;

- expansão comprometida do IOC, do INCQS, de Far-Manguinhos e de Bio-Manguinhos, devido à carência de espaços;
- carência de vias apropriadas para pedestres; falta de padronização dos calçamentos das vias públicas, bem como dos sistemas de fechamento dos limites da Instituição;
- necessidade de um maior alinhamento entre o projeto institucional e o projeto de expansão física da Fiocruz.

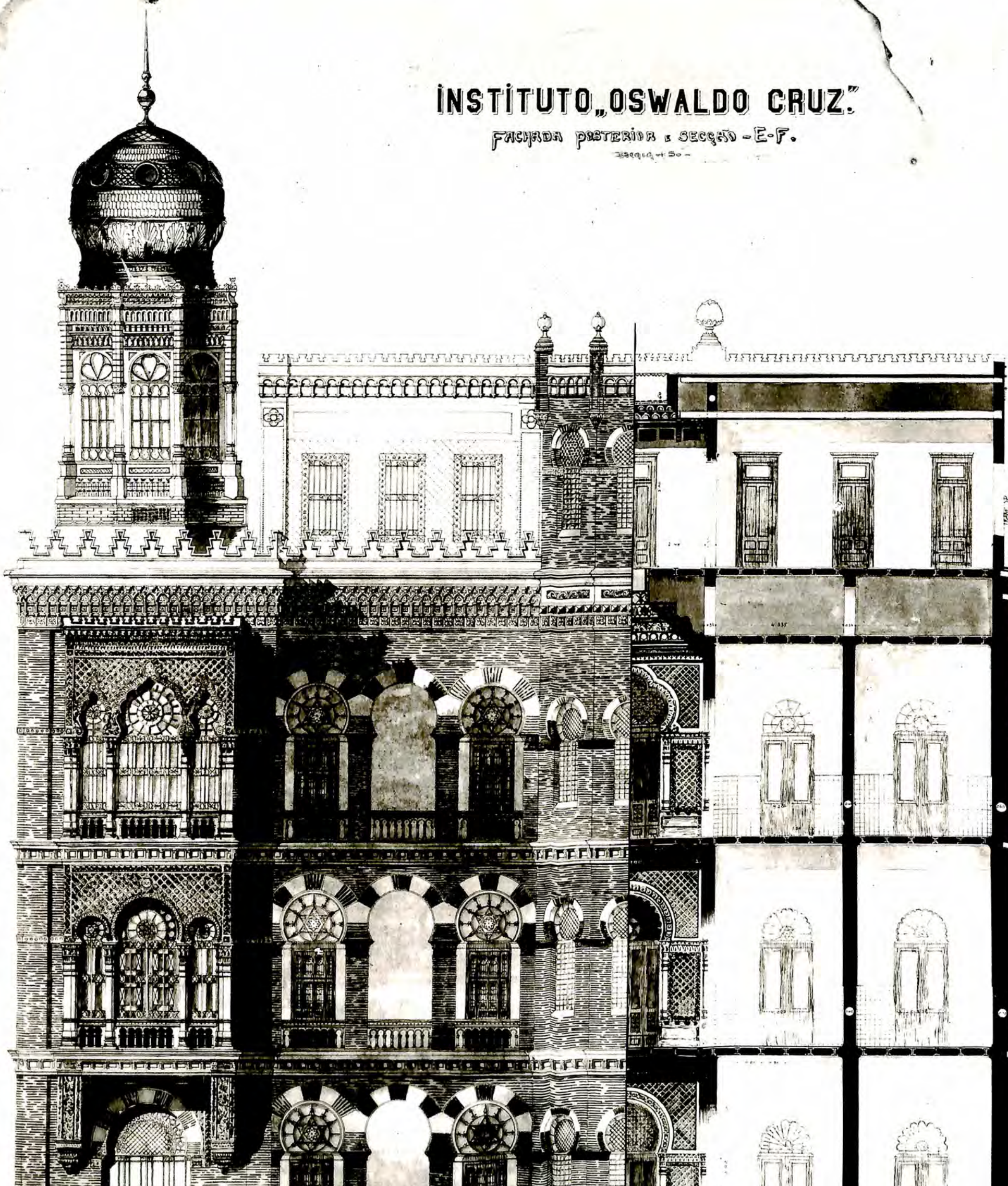
Atualmente a Fiocruz encontra-se em fase de expansão institucional, e o *campus* de Manguinhos está em processo de saturação física. Além da carência de espaços, existe a impossibilidade de construção na área verde e as limitações de altura das novas edificações para não interferir na visibilidade do conjunto arquitetônico tombado. Hoje, a tendência para resolver o problema da necessidade de expansão física da Fiocruz é a do crescimento vertical. O primeiro edifício a inaugurar essa tendência deverá ser o do INCQS, com projeto em andamento para a sobrelevação de dois de seus blocos. Por outro lado, a discussão para a ocupação do terreno onde hoje está implantado o campo de futebol, originalmente destinado à construção do complexo de Difusão Científica do Museu da Vida, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, ainda não conta com a ampla participação dos técnicos e da comunidade da Fiocruz. A outra alternativa é a proposta de destinação da área para os projetos de expansão de Bio-Manguinhos. Uma abertura maior acerca dessa discussão pode levar a soluções técnicas que atendam tanto às necessidades de expansão física da Fiocruz quanto à preservação da área destinada à construção do complexo de Difusão Científica do Museu da Vida. A implantação desse projeto no início do século XXI pode ter um impacto no *campus* da Fiocruz semelhante àquele originado no início do século XX, com a construção do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos. Pelas suas características espaciais e pela qualidade do programa adotado, permitiria ainda uma grande integração entre o *campus* de Manguinhos e a cidade do Rio de Janeiro.

Além das questões técnicas que estão sendo solucionadas no *campus* de Manguinhos, existem ainda aquelas relacionadas aos outros *campi* da Fiocruz, (Anexo II) como: expansão física do Instituto Fernandes Figueira (IFF), necessidade de restauração do

Palácio Itaboraí em Petrópolis e destinação de uso para a parte da colônia Juliano Moreira, cedida pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro à Fiocruz.

A solução dessas questões poderá ser facilitada pela reativação da câmara técnica de infra-estrutura ou pela criação de uma outra instância de decisão que garanta a participação efetiva do corpo técnico e de representantes da comunidade da Fiocruz. O Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 –, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, estabelece a gestão democrática, com a participação de todos os cidadãos em todas as políticas de desenvolvimento urbano. Também é essencial que a revisão e a atualização do antigo Plano Diretor, que estão sendo iniciadas, sejam assumidas pela Fiocruz, após a sua conclusão, como importante componente do sistema de planejamento da Instituição. No novo Plano Diretor é importante a elaboração de diretrizes para os projetos de reforma, visando salvaguardar o patrimônio arquitetônico da Fiocruz e, desse modo, evitar alterações de estilo das edificações existentes. Além disso, são necessárias diretrizes para os projetos de novas construções, de modo a inseri-las harmoniosamente no ambiente circundante.

Um alinhamento preciso do projeto de expansão institucional com o programa de expansão espacial do *campus* de Manguinhos é um dos muitos desafios que a Fiocruz terá de enfrentar no início do século XXI.

INSTITUTO „OSWALDO CRUZ."
FACHADA POSTERIOR E SECÇÃO - E-F.

Arquitetos de Manguinhos

A participação dos arquitetos e dos engenheiros no processo de formação e ocupação do *campus* de Manguinhos compreende, em linhas gerais, três períodos distintos: de 1903 a 1922, de 1937 a 1977 e de 1977 até os dias de hoje.

A história da ocupação do *campus* de Manguinhos teve início não em 1900, mas em 1892, quando foram feitas as primeiras edificações no local. Não existem notícias da participação de arquitetos e de engenheiros nessas edificações. A partir de 1899 até o ano de 1903, foram realizadas as primeiras adaptações nas antigas instalações da Fazenda de Manguinhos, pelo próprio Barão de Pedro Affonso. Portanto, num esforço historiográfico, Pedro Affonso pode ser considerado o primeiro arquiteto da Instituição.

Entre os anos de 1922 e 1937, ocorreu o primeiro grande período de crise pelo qual passou o Instituto Oswaldo Cruz, que não realizou durante esses anos nenhuma construção importante em Manguinhos. A única construção significativa desse período, o edifício destinado a abrigar o Laboratório de Febre Amarela, construído entre 1935 e 1937, teve projeto e obra patrocinados pela Fundação Rockefeller. Não foram encontradas informações sobre a autoria do projeto desenvolvido pela instituição norte-americana.

O primeiro período da cronologia, de 1903 a 1922, abrange a participação do engenheiro e arquiteto de origem portuguesa, Luiz Moraes Júnior. Esse arquiteto foi o responsável pelo projeto e pela construção dos primeiros edifícios do Instituto, os quais são considerados os de maior importância histórica e arquitetônica. O seu último projeto executado em Manguinhos, datado de 1922, foi o do Pavilhão Vacínico ou Vacinogênico, construído na gestão de Carlos Chagas. Moraes executou posteriormente um projeto para a nova portaria, que não foi edificada, e supervisionou a sobrelevação do Pavilhão de Medicamentos Oficiais, o Quinino, em 1943.

Os projetos desenvolvidos para Manguinhos, a partir da reforma ministerial de janeiro de 1937,[120] vieram da Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde. Criada pelo primeiro governo de Getúlio Vargas, essa divisão alteraria, nas cinco décadas seguintes, a relação entre os arquitetos e a Instituição. Os projetos passaram a ser desenvolvidos por uma equipe, e não por um único profissional como até então, bem como através de um órgão da administração do Ministério, e não mais diretamente pela direção do Instituto.

A Divisão de Obras foi criada pelos decretos nº 24.438, de 21 de junho de 1934, e nº 24.814, de 14 de julho do mesmo ano, como Superintendência de Obras e Transportes, fazendo parte da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública.[121]

As instituições atendidas por essa Superintendência incluíam[122] o Instituto Benjamin Constant, o Instituto Nacional de Educação de Surdos, o Serviço de Proteção à Infância, o Museu de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional, a Biblioteca Nacional, a própria sede do Ministério,[123] o Colégio Pedro II, além de hospitais, preventórios,

[120] Essa reforma cortou a autonomia financeira do Instituto Oswaldo Cruz, que vendia produtos biológicos e serviços. O ministério passou a incorporar tal verba ao orçamento da União. Consciente da importância do Instituto, entretanto, o ministro Gustavo Capanema empreende grandes obras, buscando a sua remodelação (Benchimol, 2001:86).

[121] Para todas as referências à Divisão de Obras foram usados como fonte os documentos encontrados no Fundo Gustavo Capanema do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

[122] Tomamos como base relatórios do ano de 1937 e 1938, do Fundo Gustavo Capanema do CPDOC/FGV.

[123] Construída entre 1937 e 1945, seu projeto foi desenvolvido por uma equipe de jovens arquitetos modernistas liderados por Lúcio Costa. Fizeram parte dessa equipe Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Jorge Moreira, Oscar Niemeyer e Ernani Vasconcelos. Le Corbusier deu orientações no desenvolvimento da concepção adotada e participou das discussões após a elaboração do anteprojeto. Essa equipe de arquitetos não fazia parte da Divisão de Obras e foi chamada para desenvolver o projeto após polêmico concurso nacional de anteprojetos que foi anulado. O acompanhamento jurídico e administrativo e a fiscalização da obra, porém, ficou a cargo da Divisão de Obras.

sanatórios, leprosários, colônias de psicopatas, faculdades, educandários, entre outras instituições.

Os serviços da Superintendência distribuíam-se em três seções: a Seção de Arquitetura e Construções, dirigida por um engenheiro, a de Mecânica e a de Transportes. O Escritório Central possuía ainda a Seção Técnica e a de Expediente, além do Almoxarifado.

À Seção de Arquitetura e Construções competia, exclusivamente:

- elaborar os programas para a confecção dos projetos;
- confeccionar os projetos de todas as obras do Ministério, fosse por administração direta ou por concorrência pública;
- organizar as especificações e os orçamentos para as obras de construção, reconstrução, acréscimo, modificações ou instalações do Ministério;
- executar e fiscalizar as obras de construção civil, fornecendo os detalhes arquitetônicos e construtivos;
- atualizar os cronogramas de andamento das obras;
- manter em cadastro os preços atualizados pelo mercado;
- executar serviços de reparos de caráter de emergência, como de vidraceiro, bombeiro, carpinteiro, pedreiro, eletricista etc., visando a boa conservação dos edifícios.

A Seção de Arquitetura e Construções possuía em seus quadros engenheiros,[124] mestres, desenhistas, escriturários, almoxarifes e serventes.

Faziam parte dessa divisão profissionais como Jorge Ferreira, Nabor Forster, Olenka Freire Greve, Floroaldo Albano, Waldyr Ramos, Evaristo de Sá, Humberto Cavalcanti e Audomaro Costa, irmão de Lúcio Costa, entre outros.

No período de existência da Divisão de Obras, de 1934 a 1977,[125] foram desenvolvidos, para o Instituto Oswaldo Cruz, cerca de vinte projetos para novas edificações, com a

[124] Esse cargo foi criado pelo decreto nº 21.072, de 22 de fevereiro de 1932.

[125] A partir de 1953, com a separação dos ministérios, alguns profissionais optaram por integrar instituições ligadas ao Ministério da Educação, como Olenka Greve, que pediu transferência para o Colégio Pedro II. A maioria, porém, permaneceu vinculada à D.O., que por sua vez, permaneceu na estrutura administrativa do Ministério da Saúde.

efetiva construção, além de inúmeros serviços de reforma e acréscimos, inclusive a sobrelevação do Pavilhão dos Medicamentos Oficiais, ou Quinino.

Após a transferência da capital para Brasília, em 1960, teve início o desmembramento e a escassez de verbas para a Divisão de Obras, e seus arquitetos, aos poucos, foram transferidos para diversas unidades pelo Brasil. A Divisão de Obras já havia sido dividida pelos dois ministérios, o da Saúde e o da Educação, separados em 1953.

Com a extinção definitiva da Divisão de Obras, os projetos para o Instituto, já transformado em Fundação Oswaldo Cruz, passaram a ser fruto de concorrência pública, a cargo da Assessoria Estratégica da Presidência da Fiocruz (Asplan). A própria Fiocruz passa a regular e executar as obras de reforma e de construção, bem como os serviços de manutenção das edificações, das instalações e dos maquinários. Nesse quadro é que se deu a construção do edifício do Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde (INCQS). Com a finalização desse prédio, em 1981, pela Icoplan Engenharia, parte da equipe de profissionais foi absorvida pela presidência da Fiocruz, passando então a integrar o corpo de técnicos da Divisão de Obras e Projetos (DPO) da prefeitura do *campus*, hoje Diretoria de Administração do *Campus* (Dirac).

O outro corpo de arquitetos foi criado a partir de 1987 e em 1989 deu origem ao Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da Casa de Oswaldo Cruz (COC), que tem como principais atividades a pesquisa sobre a história da arquitetura e do urbanismo, a pesquisa tecnológica na área de preservação de bens culturais, a conservação e a restauração do patrimônio arquitetônico histórico da Fiocruz, a formação de recursos humanos para a conservação do patrimônio tombado da Fundação e ainda novos projetos para o *campus* de Manguinhos, dentro dos critérios de inserção de novas construções no entorno do patrimônio tombado.

Dentre os diversos profissionais das áreas de Arquitetura, Urbanismo, Engenharia e Paisagismo que contribuíram para a formação e a ocupação do *campus* de Manguinhos, foram escolhidos para a publicação de uma biografia sucinta aqueles que deram as contribuições mais significativas ao longo de mais de um século de construção dessa Instituição.

LUIZ MORAES JÚNIOR

Luiz Moraes Júnior nasceu em Faro, na região de Algarve, Portugal, em 28 de janeiro de 1868, e graduou-se em engenharia em Lisboa, tendo iniciado sua carreira profissional como engenheiro ferroviário.[126]

Imigrou para o Brasil em 1900, a convite do Padre Ricardo, vigário-geral da Igreja da Penha, para executar obras de reestruturação e embelezamento das fachadas da Igreja, que foram concluídas em 1902. Suas principais realizações como arquiteto e construtor ocorreram sob os auspícios e durante a curta trajetória de Oswaldo Cruz, a quem conheceu nos percursos diários de trem que faziam juntos até a estação do Amorim;[127] na ocasião Oswaldo Cruz se dirigia para Manguinhos, e Luiz Moraes para a Penha. Entre os anos de 1903 e 1922, ele projetou e coordenou a construção de sua obra mais significativa, o conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos.

Nessa época os edifícios mais importantes do Instituto, ou seja, os que não eram construídos para residências de funcionários, ou para depósitos ou pequenas estrebarias, eram encomendados diretamente ao engenheiro e arquiteto Luiz Moraes Júnior.

Os primeiros projetos desse arquiteto para o Instituto Soroterápico em Manguinhos, em 1903, foram o cais de embarque e um pequeno biotério ao lado das primitivas instalações da fazenda. Tal biotério fazia parte do projeto do arquiteto para as novas instalações do Instituto, contudo teve curta duração; com a construção do principal edifício do novo conjunto arquitetônico, a partir de 1905, ele foi demolido. Moraes repetiria esse projeto, em linhas gerais, ao construir o Biotério para Pequenos Animais, o Pombal, em 1904. Já o cais permaneceu, até onde se sabe, abandonado e sem função durante muitos anos, até que na década de 70, durante a construção do edifício da Delegacia de Saúde (atual Expansão do *Campus*), foi definitivamente aterrado.

Do projeto original do novo conjunto arquitetônico idealizado com Oswaldo Cruz, não foram construídos o mictório e o *W.C.*, o biotério para grandes animais, além do pavilhão para desinfecção e incineração que estavam previstos para o local onde foi construído o Pavilhão dos Medicamentos Oficiais, hoje edifício do Quinino. A partir da Cavalariça construída para as primeiras instalações do Instituto, demolida em 1935, Moraes projetou a implantação de todos os outros edifícios do núcleo principal na colina mais alta do terreno.

O primeiro grande pavilhão construído foi o da Peste, em 1904. Depois foram edificados o da Cavalariça, no mesmo ano, e o Pavilhão Mourisco, cuja construção iniciou-se, em 1905, quando os dois primeiros já estavam prontos. Foram construídos ainda o edifício do Aquário, concluído por volta de 1915 (demolido), e o edifício do Quinino, ou Pavilhão Figueiredo Vasconcellos, em 1919, edificado para alojar o Serviço de Medicamentos Oficiais.

Fora desse conjunto arquitetônico, ele construiu o Biotério para Pequenos Animais, o Pombal, em 1904, o Hospital Oswaldo Cruz, hoje Hospital Evandro Chagas, entre 1912 e 1917, na outra colina do terreno e o Pavilhão Vacínico ou Vacinogênico, em 1922, situado no caminho entres as duas colinas.

Luiz Moraes só voltaria a trabalhar para Manguinhos na supervisão do projeto de sobrelevação do Quinino, em 1943, desenvolvido pelo arquiteto Nabor Forster, da Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde e posteriormente no projeto não executado para a portaria da Avenida Brasil.

Também é de autoria desse arquiteto o projeto de reforma, ampliação e adaptação do edifício da Intendência da Força Pública do Estado de Minas Gerais para abrigar a filial do Instituto Oswaldo Cruz, em Belo Horizonte. Inaugurado em 1907, na Rua da Bahia, nº 8, a antiga sede da filial do Instituto foi demolida por volta da década de 50. Outro projeto seu em Belo Horizonte é o do edifício Parc Royal, também na Rua da Bahia, nº 894. O Parc Royal, projetado em 1920 para abrigar a filial de uma loja homônima do Rio de Janeiro, com características que prenunciam o protomodernismo, encontra-se hoje ocupado pela Caixa Econômica Federal (CEF) e protegido desde 1994 pela Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte.

[126] O mais completo estudo biográfico de Luiz Moraes Júnior e da sua obra (Benchimol, 1990).

[127] Aragão (1950:10).

No período de 1902 a 1917, Luiz Moraes Júnior acumulou notável experiência na elaboração de projetos e na coordenação de construções de edifícios destinados a abrigar instalações sanitárias, hospitalares e laboratoriais. Destacam-se nessa área o projeto e a obra da antiga sede da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) em estilo eclético, que ele acompanhou de 1905 a 1910, quando Oswaldo Cruz era diretor desse órgão, entre 1903 e 1909. Esse edifício foi tombado provisoriamente em 1989 e definitivamente em 1991, pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (Inepac). Outros edifícios de grande importância na área da saúde pública são a sede (demolida) da Policlínica Geral do Rio de Janeiro na Avenida Central, atual Rio Branco, de 1904, em estilo neo-renascentista alemão, e o edifício da Faculdade de Medicina da Praia Vermelha, de 1914, construído pela firma do arquiteto Antônio Januzzi e demolido pela Eletrobrás durante o Governo Geisel, em 1975. Esse edifício foi sobrelevado por volta de 1940, à revelia de Moraes, que só ficou sabendo do ocorrido depois da conclusão das obras.[128] Provavelmente foi por causa desse acréscimo que ele fez questão de acompanhar o projeto da Divisão de Obras para a sobrelevação do Quinino, desenvolvido em 1943. Tal intervenção, de certa forma, conseguiu manter as linhas originais da construção antiga, embora tenha alterado a relação harmoniosa que existia entre os edifícios que delimitam a Praça Pasteur.

São ainda de sua autoria o projeto do desinfectório de Botafogo, atual Hospital Rocha Maia, iniciado em 1904 e concluído no ano seguinte, bem como o projeto do sanatório para tuberculosos de Mendes, de 1914.

Moraes atuou também na área de construções residenciais, entre as quais destacam-se: a residência de Oswaldo Cruz, de 1913, em Botafogo (demolida), o Palacete Seabra em estilo parisiense na Praia do Flamengo, nº 340, e o Rio Hotel na Praça Tiradentes.

Esse arquiteto acompanhou Oswaldo Cruz quando de sua gestão como o primeiro prefeito de Petrópolis, de julho a setembro de 1916, e projetou o seu túmulo em 1917. Em Petrópolis projetou a sua própria residência, o prédio do Grande Hotel e o prédio do jornal *Tribuna de Petrópolis*.

Luiz Moraes faleceu no Rio de Janeiro em 1955, aos 87 anos de idade, deixando um legado de obras quase esquecidas pela historiografia da arquitetura brasileira.

Deixou também curiosa biografia, como o fato de ser cônsul honorário do Haiti no Rio e grande colecionador de selos. Há uma placa comemorativa dos 50 anos do Instituto Oswaldo Cruz no *hall* do elevador do Pavilhão Mourisco, que homenageia o arquiteto e reconhece a sua colaboração na composição da imagem dessa Instituição.

Mais recentemente, porém, o *Guia de Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro*, elaborado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e o Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, editado em 2001 pela Casa da Palavra, listou nada menos que quatro projetos seus: o Centro Municipal de Saúde (verbete 39), o Palacete Seabra (verbete 105), o Instituto Oswaldo Cruz (verbete 142) e a ornamentação da Igreja da Penha (verbete 143).

[128] Fernando Campello – Trecho de depoimento, de 15 de março de 2001, fita 1 lado A.

JORGE FERREIRA

Alfredo Jorge Guimarães Ferreira nasceu em Paris, França, em 26 de outubro de 1913. Formou-se pela Escola Nacional de Belas Artes em 1937, sendo, portanto, contemporâneo de Lúcio Costa e da primeira geração de arquitetos modernistas cariocas.

Trabalhou para o Ministério da Educação e Saúde de 1938 a 1970. Durante esse período, integrou e chefiou comissões designadas para elaborar, bem com discutir com órgãos centrais da Presidência da República os programas e planos de obras, visando à construção e implantação de diversas unidades de educação e saúde em todo o País. Trabalhou no Departamento Nacional de Saúde, no serviço de doenças mentais, lepra e malária, na Campanha Nacional contra a Tuberculose, no Departamento Nacional de Educação e em seus departamentos de ensino superior, secundário, industrial e primário.

Ainda pelo Ministério da Educação e Saúde, através da Divisão de Organização Hospitalar, atuou como professor de arquitetura hospitalar nos cursos de administração hospitalar, de 1947 a 1950. De 1951 a 1970, foi consultor na Universidade Federal do Paraná e na Federal do Rio Grande do Sul.

Participou da equipe de Atílio Corrêa Lima, junto com os arquitetos Thomaz Estrella, Renato Mesquita dos Santos e Renato Soeiro, na elaboração do projeto para a estação de passageiros destinada a hidroaviões dentro do conjunto do aeroporto Santos Dumont (1937-1938). Esse projeto obteve o primeiro lugar em concurso nacional. O edifício abriga a atual sede do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (Incaer), é tombado pelo Iphan e representa uma das primeiras obras da arquitetura moderna carioca.

O arquiteto, conjuntamente com Renato Soeiro, recebeu Menção Honrosa no concurso nacional de projetos para construção do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro e também o segundo prêmio no concurso nacional de projetos para a construção do Aeroporto Santos Dumont (1937).

Com a mesma equipe, embora sem a participação de Atílio, que teve morte prematura, Jorge Ferreira realizou diversas obras, dentre as quais destacam-se as escolas técnicas de Manaus, Teresina e Fortaleza, o Internato do Colégio Pedro II, em São Cristóvão, e a residência Stanislav Kozlowski no Leblon, ambos no Rio de Janeiro. Esta última obra é citada como um exemplo notável de arquitetura residencial, no livro *Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro.*[129]

Como chefe da Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde, de 1942 a 1950, recebeu a incumbência de projetar o Pavilhão de Cursos e o do Restaurante Central para o então Instituto Oswaldo Cruz. O primeiro foi construído entre os anos de 1947 e 1951 e recebeu, como doação, um painel de azulejos de autoria de Roberto Burle Marx. O segundo, construído entre 1948 e 1953, também recebeu como doação um painel de azulejos, desta vez de autoria de Paulo Rossi Osir, colaborador contumaz de Portinari. Com o projeto do restaurante, Ferreira recebeu Menção do Júri da 1ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, em 1951. Tais edifícios foram tombados provisoriamente em dezembro de 1998 e definitivamente em outubro de 2001, pelo Inepac.

O projeto do Restaurante Central está citado nos livros *Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro* (Xavier, Brito & Nobre, 1991), *Arquitetura Contemporânea no Brasil* (Bruant, 1991), *Arquitetura Moderna no Brasil* (Mindlim, 1991); também no livro *Quando o Brasil era Moderno: guia de arquitetura 1926-1960* (Cavalcanti, 2001); e ainda no *Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro* (Czajkowski, 2000).

[129] Xavier, Brito & Nobre (1991)

OLENKA FREIRE GREVE

Nascida no dia 31 de agosto de 1914 na cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul, filha do então tenente de cavalaria, reformado como coronel, Mario de Campos Freire e de Carlota Saint-Martin Ribeiro Freire. Olenka deve ao avô Adriano Nunes Ribeiro e aos tios-avós, Demétrio e Gaspar Nunes Ribeiro, engenheiros formados pela Escola Politécnica do Largo de São Francisco, Rio de Janeiro, sua influência para cursar arquitetura.

Segundo ela, o fato de conhecer o arquiteto Affonso Eduardo Reidy aos 12 anos, através da mãe dele, Italina Bezzi, que lhe mostrou a medalha de ouro recebida por Reidy ao terminar sua graduação, fez com que decidisse ser arquiteta. Mas sua escolha não foi tão fácil. À época, eram poucas as mulheres que faziam curso superior. Na sua turma, que entrou em 1934 e concluiu em 1939, havia, além de Olenka, apenas três mulheres entre os 48 estudantes.

Olenka se casou, em 1940, com o engenheiro civil Henrique Ernesto Greve. Para exercer a profissão teve de pedir sua permissão, registrada em cartório, conforme exigência legal da época. Começou a trabalhar em 15 de julho de 1942, na Divisão de Obras, em função destinada a engenheiro, sendo a única mulher da equipe. A criação do cargo de arquiteto no Ministério de Educação e Saúde teve o empenho de Olenka.

Na Divisão, Olenka projetou escolas, hospitais, maternidades, preventórios para o Serviço Nacional de Lepra, entre outros programas. Desses projetos, a arquiteta destaca o da maternidade do Instituto Fernandes Figueira e os Hospitais Gerais de Aracaju (SE) e Caravelas (BA).

A participação de Olenka no Instituto Oswaldo Cruz ocorreu mediante obras de reparos e acréscimos, até ser convidada a projetar o Pavilhão de Patologia. Henrique Aragão mais uma vez é lembrado na participação e acompanhamento do projeto e da obra. Segundo Olenka, Aragão era "Um insigne cientista e administrador, (...) dinâmico e (que) sabia transmitir seu idealismo".

Aragão a colocou em contato com os cientistas e, através de seus croquis, foi montando as salas dos laboratórios. Na concepção geral do projeto acabou prevalecendo a funcionalidade.

Com a separação dos ministérios da Educação e da Saúde, em 1953, Olenka ficou lotada no novo Ministério da Educação, cuja sede permaneceu no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro. Depois da mudança da Capital Federal do Rio para Brasília, em 1960, Olenka, tendo o direito de permanecer no Rio de Janeiro – por ser casada com um profissional residente nesta cidade – foi transferida para o Colégio Pedro II, tradicional escola subordinada diretamente ao Ministério da Educação. Ela trabalhou na unidade de São Cristóvão, sede do colégio, que conta ainda com outras nove unidades na cidade do Rio de Janeiro. A arquiteta implementou o Serviço de Engenharia e realizou projetos de reforma e de novas construções, como os pavilhões da Administração e Almirante Augusto Rademacker, tendo ainda participado da fiscalização das respectivas obras.

Fora do serviço público projetou ainda diversas construções, inclusive igrejas, na maior parte das vezes beneficentemente, sem qualquer remuneração.

Em 1984, foi aposentada pela compulsória, depois de quarenta e dois anos de dedicação ao serviço público.

FLOROALDO ALBANO

Floroaldo Albano nasceu no Rio de Janeiro em 3 de novembro de 1922. Em 1943 ingressou no Curso de Arquitetura da recém-criada Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil; formou-se em 1949.

Entrou na Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde em 1948, ainda como estudante, no cargo de desenhista. Depois de sua formatura, passou a ocupar o cargo de arquiteto, ali permanecendo até a sua aposentadoria e o fechamento desse órgão, em 1980.

Na Divisão de Obras, Albano foi Chefe da Seção de Projetos e da Seção de Execução de Obras, além de Diretor, participando de três importantes projetos de edificações para Manguinhos: a Escola Nacional de Saúde Pública (1966), o Biotério Central (1966-1967) e a Delegacia da Saúde, atual Expansão do *Campus* (1962-1972).

Seus cursos de engenheiro-arquiteto incluíram o de Administração de Obras de Edifícios Públicos ministrado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público-Dasp, em 1964, e o de Manutenção de Unidades Hospitalares, realizado pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho da Guanabara (Idort-GB), em 1973.

Albano manteve escritório particular até 1974 e de 1980 a 1984 assumiu a Seção Técnica da Construtora Oxford. Na década de 60 participou de alguns concursos públicos, obtendo em 1963 o primeiro lugar, junto com Arthur Coelho, para o projeto (não construído) do Centro Social Ypiranga, na Rua Ypiranga, bairro de Laranjeiras, Rio de Janeiro.

ROBERTO NADALUTTI

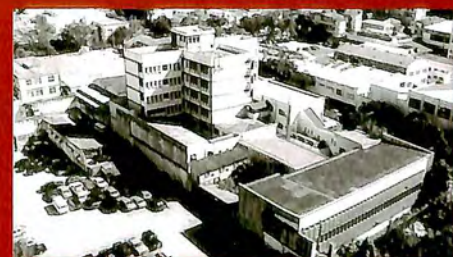
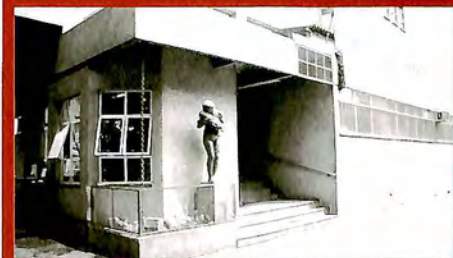
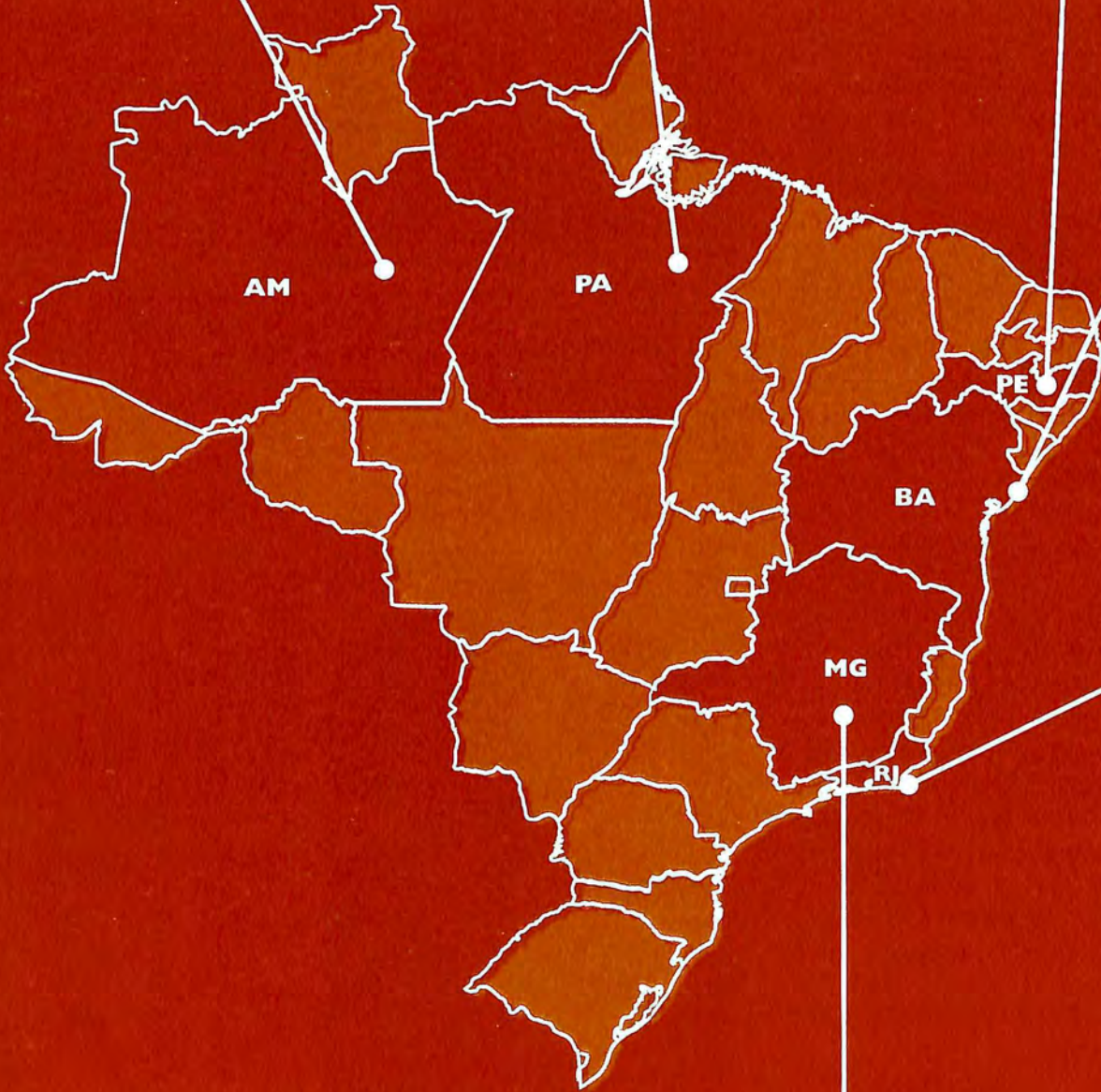
Roberto Nadalutti nasceu em Campinas, São Paulo, em 18 de novembro de 1922. Cursou a segunda turma da recém-criada Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, de 1942 a 1946, que funcionava ainda nas instalações da Escola Nacional de Belas Artes. De 1951 a 1952 fez o curso de especialização em Planejamento Hospitalar pelo Public Health Service, EUA, quando já trabalhava para o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp), como arquiteto da Seção de Arquitetura. No Sesp (de 1949 a 1953), Nadalutti desenvolveu o projeto do Laboratório de Febre Amarela, que foi implantado no *campus* de Manguinhos. A partir de 1954, quando as obras foram iniciadas pela empresa Engenharia Maurício Farhat Limitada (Emaf), Nadalutti passou a receber honorários para fiscalizar a obra, uma vez que já havia se desligado do Sesp.

Foi consultor em Planejamento Hospitalar da Organização Pan-Americana da Saúde. De 1953 a 1976, trabalhou com o arquiteto Oscar Valdetaro e, a partir de 1976, após a morte desse arquiteto, passou a ter escritório com seu irmão Carlos Nadalutti, que realizou alguns projetos de instalações para o Instituto Fernandes Figueira, unidade da Fiocruz, no Flamengo.

As atividades didáticas de Roberto Nadalutti incluíram aulas para a cadeira de Construção de Hospitais do Curso de Arquitetura de Unidades Médico-Sociais, da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp).

De extenso currículo, Nadalutti realizou projetos na área de educação e cultura, como planos diretores para cidades universitárias, edifícios para faculdades, universidades, colégios e institutos de pesquisa; na área da saúde projetou hospitais, maternidades, clínicas, ambulatórios etc.

Atualmente trabalha como consultor em arquitetura hospitalar para escritórios de Arquitetura, como o Mayerhofer & Toledo e Severiano Mário Porto & Mário Emílio Ribeiro.

FIOCRUZ
AM
PA
PE
BA
MG
RJ

Os *campi* avançados

Apesar de ter adotado o *campus* de Manguinhos, situado na Avenida Brasil, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, como objeto desta investigação, decidiu-se também incluir como informações complementares os demais *campi* avançados da Fiocruz localizados em outros bairros da cidade (Flamengo e Jacarepaguá), em Petrópolis, cidade serrana do estado do Rio de Janeiro, e em outros estados (Minas Gerais, Maranhão, Pará, Bahia, Pernambuco e Amazonas).

Parte desses centros regionais não mais pertencem à estrutura administrativa da Fiocruz, e as informações recolhidas tiveram como condicionantes a falta de um acervo histórico reunido, pelo pouco tempo de filiação de alguns centros regionais à Fiocruz, ou suas localizações, o que demandaria viagens de estudo não previstas no escopo inicial da pesquisa. Este trabalho poderá ser aprofundado no futuro.

Portanto, foram apresentadas, primeiramente, as instituições pioneiras e mais antigas e que hoje não fazem parte da estrutura administrativa da Fiocruz: filiais de Belo Horizonte (Instituto Ezequiel Dias) e Lassance, em Minas Gerais; São Luís, no Maranhão, e Evandro Chagas, no Pará. Em seguida, foi elaborada uma relação com um breve histórico e com descrições sucintas das instalações dos atuais *campi* avançados da Fiocruz. As leituras arquitetônicas foram elaboradas, em sua maioria, utilizando material iconográfico, ou seja, projetos arquitetônicos e fotografias, e não a partir de visitas *in loco*, o que impediu uma análise mais detalhada das edificações. Mesmo assim, procurou-se transmitir ao leitor o maior número de informações encontradas.

Filial de Belo Horizonte, Minas Gerais

Em obediência ao projeto acalentado por Oswaldo Cruz de estender as atividades do Instituto Soroterápico de Manguinhos a todo o território nacional, criando filiais nos

diversos estados, inaugurou-se no dia 3 de agosto de 1907 a filial do Instituto em Belo Horizonte.[129]

Concretizando demoradas negociações, iniciadas ainda nos primeiros anos do século XX, após uma visita de Oswaldo Cruz à nova capital, em março de 1901, para pesquisar a ocorrência de bócio na população do interior de Minas, a solenidade contou com a presença dos cientistas Carlos Chagas e Figueiredo de Vasconcellos, do governador do estado, João Pinheiro da Silva, e de políticos e médicos da cidade.

Sede da filial do Instituto Oswaldo Cruz em Belo Horizonte/MG. (Centro de Memória, Fundação Ezequiel Dias).

O diretor da filial designado por Oswaldo Cruz, seu concunhado e discípulo Ezequiel Caetano Dias, não pôde comparecer ao evento por estar acamado. Farmacêutico e médico, Ezequiel Dias ingressara ainda muito jovem no Instituto de Manguinhos. Por determinação do diretor, em 1905 seguiu para São Luís, onde criou e dirigiu por alguns meses a Higiene Pública e o Laboratório Bacteriológico do Maranhão. Com o agravamento de seu estado de saúde – sofria de tuberculose –, foi transferido em caráter definitivo para Belo Horizonte, cidade que oferecia melhores condições de salubridade, devido a sua altitude, ventilação e baixa umidade relativa do ar.

Após permanecer afastado do serviço por um ano reassume, tendo como primeira missão implantar a filial de Belo Horizonte, reformando e adaptando para tanto uma edificação cedida pelo governo estadual para sediar a Instituição, em conformidade ao convênio firmado entre Minas Gerais e a União.

[129] A data de inauguração do Instituto Filial de Manguinhos é noticiada pelo jornal *Bello Horizonte* como sendo 7/8/1907, no entanto Magalhães (1957:182, 189, 205 e 207) afirma que a inauguração se deu no dia 3/8/1907, citando notícias publicadas no jornal oficial *Minas Gerais*, nos dias 3 e 4 de agosto de 1907.

O edifício erigido pela Comissão Construtora da Nova Capital, para abrigar a Intendência da Força Pública de Minas Gerais, ocupava uma quadra trapezoidal, delimitada pelas Ruas da Bahia e Alvarenga Peixoto, pela Avenida Bias Fortes e a Praça da Liberdade.[130]

Implantado no centro do terreno, o edifício existente adotava os padrões construtivos e o vocabulário eclético das construções da época: volume prismático em pavimento ligeiramente elevado do solo, erguido com paredes portantes de tijolos cerâmicos, esquadrias, forros e estrutura do telhado de madeira, bem como cobertura em quatro águas de telhas cerâmicas francesas.

A fachada principal, voltada para a Rua da Bahia, tinha tratamento bastante movimentado e apurado, com detalhes e ornamentos em argamassa e platibanda escondendo o telhado. As demais fachadas possuíam acabamento simplificado, constituído por revestimento e pintura lisos, sendo a fachada posterior voltada para o Palácio do Governo. O muro circundante era baixo, com embasamento cego e porção superior vazada em balaustradas e colunetas.

As obras de ampliação e adaptação foram executadas sob projeto e orientação do engenheiro e arquiteto português Luiz Moraes Júnior, responsável também pelas construções de Manguinhos no Rio de Janeiro.

Foram criados três cômodos ao longo da fachada principal, destinados ao gabinete do diretor, à sala de espera e à sala de vacinação. Na parte posterior havia um grande salão central para a realização de experiências e a inoculação de animais, flanqueado por gabinetes de bacteriologia e um gerador a gasolina

Biblioteca da filial do Instituto Oswaldo Cruz em Belo Horizonte/MG. (Centro de Memória, Fundação Ezequiel Dias)

[130] A Comissão Construtora da Nova Capital, criada pelo governador Afonso Penna, por meio do decreto nº 680, de 14 de fevereiro de 1894, era constituída por engenheiros, topógrafos, desenhistas e técnicos em edificações, e foi chefiada até 1895 por Aarão Reis, quando passa a ser comandada pelo engenheiro Francisco Bicalho, até a sua extinção em 1898.

para fornecimento de iluminação fluorescente a gás.[131] No centro do edifício, aproveitando o espaço obtido com a elevação do telhado, foi montada uma biblioteca, cujo acesso era feito através de uma escada helicoidal em madeira torneada. Em um acréscimo construído nos fundos do terreno foram implantados o biotério para abrigar bezerros, coelhos e cobaias, e cocheiras para quatro animais.

Destinado inicialmente ao preparo e conservação do *serum* antidifitérico e anticarbunculoso, o Instituto vacinava ao mesmo tempo contra varíola – atendendo também à demanda do Rio de Janeiro – e contra hidrofobia. Posteriormente, concluindo tratativas iniciadas em 1917 com o diretor do Instituto Butantã de São Paulo, Vital Brazil, iniciou-se a produção também de soros antiofídicos, obedecendo ao convênio firmado com o governo do estado de Minas Gerais. Com essa finalidade, foi inaugurado em 1919 o Serpentário, construído conforme projeto de Luiz Moraes Júnior, cuja solução arquitetônica muito se assemelha à do Biotério para Pequenos Animais de Manguinhos, popularmente chamado de Pombal. A partir de então, todo o conjunto passou a ser conhecido como Serpentário, constituindo atração para a população da cidade.[132]

Serpentário da filial do Instituto Oswaldo Cruz em Belo Horizonte/MG. (Centro de Memória, Fundação Ezequiel Dias).

No dia 20 de outubro de 1922, vitimado pela tuberculose, morreu o diretor do Instituto, passando a Instituição a denominar-se, em sua homenagem, Instituto Ezequiel Dias, através de portaria ministerial datada de 18 de abril de 1923.[133] Durante esse período, a

[131] No dia 27 de julho de 1907, a iluminação foi inaugurada com a presença do governador João Pinheiro da Silva, do engenheiro e arquiteto Luiz Moraes Júnior e dos médicos Ezequiel Dias e Borges da Costa (Magalhães, 1957:182).

[132] Segundo relatos, foi o Serpentário que inspirou as célebres *performances* ofídicas da vedete Luz del Fuego.

[133] Antes de sua morte, Ezequiel Dias abre mão de uma vultosa quantia em gratificações a que tinha direito, por estar trabalhando fora da sede do Instituto (Magalhães, 1957:232).

filial do Instituto de Manguinhos, em particular seu diretor, que lecionava na faculdade de medicina, participou ativamente da vida científica e acadêmica da cidade, franqueando a biblioteca do Instituto – que contava com 18 mil volumes ao fim da vida de Ezequiel Dias –, promovendo encontros e discussões com os estudantes e a classe médica.

Octávio de Magalhães, antigo assistente de Ezequiel Dias e seu sucessor, deu continuidade às suas obras, produzindo também soros contra picada de escorpiões, mapeando a incidência dos ataques de serpentes no estado e ampliando as instalações do Instituto. A produção de soros e vacinas e o atendimento à população da capital e do interior prosseguiram sua rotina.

Com o passar dos anos, a região enobreceu com a implantação do Colégio Izabela Hendrix, na outra face da Rua da Bahia, no fim da década de 30, e da Sede Social do Minas Tênis Clube, em 1940, na esquina da Rua da Bahia com a Rua Antônio Aleixo, ambos projetados pelo arquiteto italiano Rafaello Berti. Tornaram-se, assim, incompatíveis as ações da Instituição com as construções e atividades que surgiam na área. A partir de 1935, levantaram-se vozes na imprensa contra a permanência do Instituto naquele local, pelo risco de intoxicar as meninas do colégio, em virtude do mau cheiro exalado pelos animais e pela proximidade com o Palácio do Governo.

Tiveram início então negociações entre o estado e a União, visando à absorção do antigo Instituto por parte do estado. Como contrapartida, o governo de Minas ofereceu uma grande área na antiga fazenda da Gameleira, em frente ao Instituto João Pinheiro (atual parque de exposições agropecuárias e da Expominas), para a construção do renomeado Instituto Biológico Ezequiel Dias. Em 1936 a transferência administrativa foi efetivada e tiveram início as obras do novo conjunto. No dia 13 de maio de 1940, visitaram as obras o presidente Getúlio Vargas, o interventor Benedito Valadares e o prefeito Juscelino Kubitschek. Em 24 de julho de 1941, foram entregues as chaves do velho Instituto ao governador Cristiano Machado por Octávio de Magalhães, sendo assim efetuada a mudança para o novo endereço.

Por volta da década de 50, o velho Serpentário foi demolido para dar lugar ao Centro de Educação Permanente Professor Luiz de Bessa, edifício projetado em 1954 pelo arquiteto

Oscar Niemeyer. Devido à insuficiência de verbas, as obras prolongaram-se até a sua inauguração, em 1961.

> Hoje, a Fundação Ezequiel Dias é uma das maiores instituições de saúde, ciência e tecnologia do País, e tem como prioridades: a produção de medicamentos e soros; o suporte laboratorial às atividades de Vigilância Epidemiológica e Sanitária, como Laboratório Central de Saúde Pública de Minas Gerais; o desenvolvimento, incentivo e participação em pesquisas científicas e tecnológicas no campo da elaboração e fabricação de produtos biológicos, profiláticos e terapêuticos; a formação e capacitação de recursos humanos para a área da saúde.[134]

Lassance, Minas Gerais

O distrito de São Gonçalo das Tabocas do município de Pirapora, situado no norte do estado de Minas Gerais, conservou esse nome até a construção da estrada de ferro Central do Brasil, em fevereiro de 1908, quando passou a denominar-se Lassance, nome do engenheiro-chefe da construção, Ernesto Antônio Lassance Cunha.

Em 1906, em virtude da ocorrência de malária na região do Rio Bicudo, chegou ao local, enviado pelo diretor do Instituto Soroterápico de Manguinhos, Oswaldo Cruz, o médico-sanitarista e malariologista Carlos Chagas. Após erradicar o surto de impaludismo e possibilitar o prosseguimento das obras da estrada de ferro, Carlos Chagas, que utilizava como laboratório um vagão da Central do Brasil, recebeu um novo 'laboratório', construído próximo à estação ferroviária pelo pessoal da rede: um comprido barracão de tijolos com estrutura executada com trilhos ferroviários, cobertura em telhas cerâmicas coloniais e um pequeno biotério. Assim tiveram início as importantes descobertas do pesquisador que culminaram com a descoberta do *Trypanossoma cruzi*, revelada ao mundo em abril de 1909.

Após essa descoberta, Lassance passa a ser o primeiro posto avançado do Instituto para o estudo de endemias rurais e, devido à grande repercussão da descoberta de Carlos Chagas, Oswaldo Cruz obteve recursos da ordem de 300 contos, liberados pelo decreto nº 9.346, de 24 de janeiro de 1912, para a construção do hospital. Esse edifício foi incorpo-

[134] Melo (2002:1-2).

rado ao patrimônio do IOC em 20 de agosto de 1918, por ato do Ministério da Viação, e devolvido à Diretoria do Domínio da União em 8 de julho de 1941.[135]

Antigo laboratório de Lassance, antes das obras de restauração (Iepha)

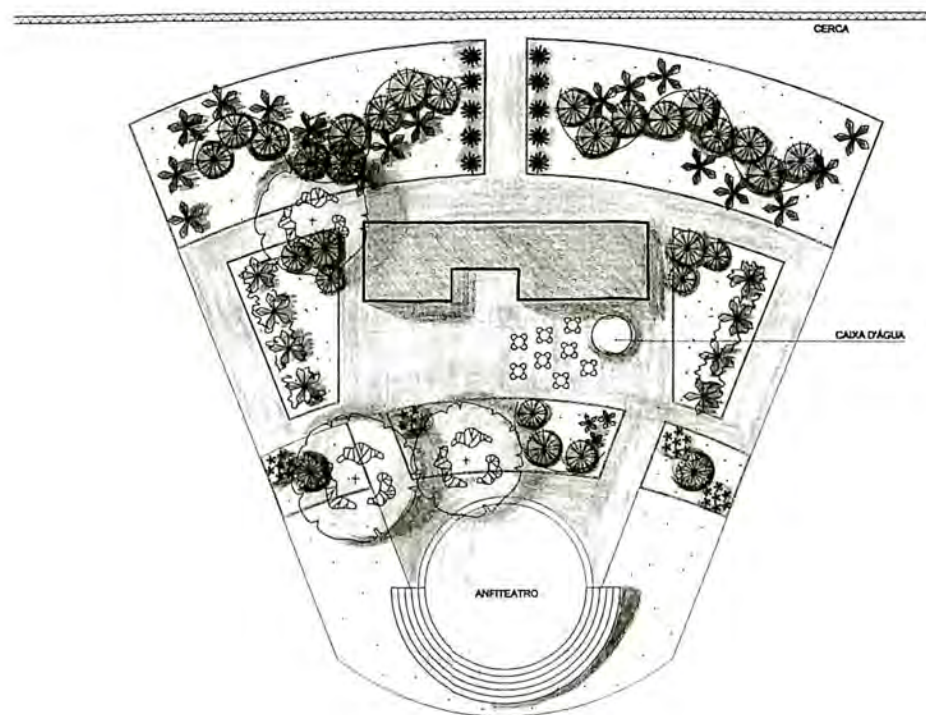
O Hospital Carlos Chagas, onde o pesquisador residiu por algum tempo e finalizou suas pesquisas, tem planta em U, com dois corpos ressaltantes encimados por empenas triangulares com profusa ornamentação; a parte central, recuada, possui uma varanda entalada e uma escada central de acesso, uma vez que todo o volume é elevado do solo. As esquadrias, os pisos, os forros e a estrutura do telhado são de madeira, enquanto a cobertura é em telhas cerâmicas francesas.

Hospital de Lassance, em Minas Gerais, criado durante a gestão de Carlos Chagas. (DAD/Fiocruz)

Recentemente, o antigo laboratório foi restaurado integralmente e transformado no Memorial Carlos Chagas, com uma grande área de exposições, onde estão exibidos instrumentos e painéis ilustrativos. Também há uma pequena cafeteria e sanitários para visitantes. A área externa recebeu tratamento paisagístico, onde foi implantado um anfiteatro. O material museográfico foi cedido pela Fiocruz e as obras executadas pela Prefeitura Municipal de Lassance e pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha) da Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais, na gestão de Angelo Oswaldo de Araújo Santos. O projeto museográfico é de autoria de Gisele Rocha Silva Catel e o projeto de implantação do Memorial Carlos

[135] Benchimol (1990:47) e (1990:81, nota 53).

Chagas é de autoria dos arquitetos Miguel Angel Ferman e Juliane Martins Garcia do Iepha/MG. O empreendimento foi patrocinado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e entregue à comunidade em agosto de 2002.

Memorial Carlos Chagas, estudo de implantação (Iepha)

Antigo laboratório de Lassance, depois das obras de restauração (Iepha)

Filiais do Nordeste

Em 1919, na gestão de Carlos Chagas, o Instituto Oswaldo Cruz enviou a São Luís do Maranhão Antônio Cardoso Fontes, com o objetivo de organizar o serviço de saúde pública no estado; nesse mesmo ano inaugurou-se naquela cidade a segunda filial do Instituto. Em 5 de dezembro de 1923, através do decreto nº 4.758, criou-se uma outra filial do IOC em Recife, Pernambuco. A filial instalada em São Luís foi extinta em 1931, pelo governo provisório de Vargas, por motivo de contenção de despesas, quando da reformulação do IOC, ao passo que a de Recife tudo indica que nem mesmo chegou a funcionar.[136] As novas filiais também tinham como objetivo dar apoio às expedições científicas

[136] Benchimol (1990:60 e 84).

que o Instituto realizava em diversas zonas do interior do País para o estudo e o conhecimento das endemias rurais.

Instituto Evandro Chagas (IEC), Belém, Pará

O Instituto Evandro Chagas (IEC),em Belém do Pará, surgiu a partir de uma descoberta científica. Na década de 30 foram revelados 41 casos de leishmaniose visceral, em fragmentos de fígado enviados do interior do Pará à Fundação Rockefeller, no Rio de Janeiro. Como a doença ainda não havia sido detectada no Brasil, o Instituto Oswaldo Cruz, na época dirigido pelo cientista Carlos Chagas, criou a Comissão de Estudos de Leishmaniose Visceral Americana.

A Comissão coordenada por Evandro Chagas chegou ao Pará em 1936, e instalou-se na localidade de Piratuba, município de Abaetetuba. Liderando uma equipe de médicos e farmacêuticos, Evandro Chagas constatou que a Amazônia era um campo vasto para a pesquisa nas áreas médica e científica. O cientista então sugeriu ao governador paraense, na época José da Gama Malcher, a criação de um instituto de pesquisa para ampliar os

Sede do Instituto Evandro Chagas em Belém do Pará. (DAD/Fiocruz)

estudos de doenças regionais como malária, leishmaniose, filariose etc. Nasce assim, em 11 de novembro de 1936, na gestão de Cardoso Fontes, o Instituto de Patologia Experimental do Norte (Ipen).

Em dezembro de 1940, o Ipen passa a se chamar Instituto Evandro Chagas (IEC), em homenagem ao cientista, morto prematuramente em um acidente aéreo. Dois anos mais tarde, o IEC é incorporado ao Serviço Especial de Saúde Pública, na qualidade de laboratório central e órgão de pesquisas.

Em 1970, o Instituto Evandro Chagas foi transferido para a recém-criada Fundação Instituto Oswaldo Cruz, que passou a reunir todos os centros de pesquisa do Ministério da Saúde. Em julho de 1975, por solicitação de seus pesquisadores, o Governo Federal reintegrou a Instituição à Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP), hoje, Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

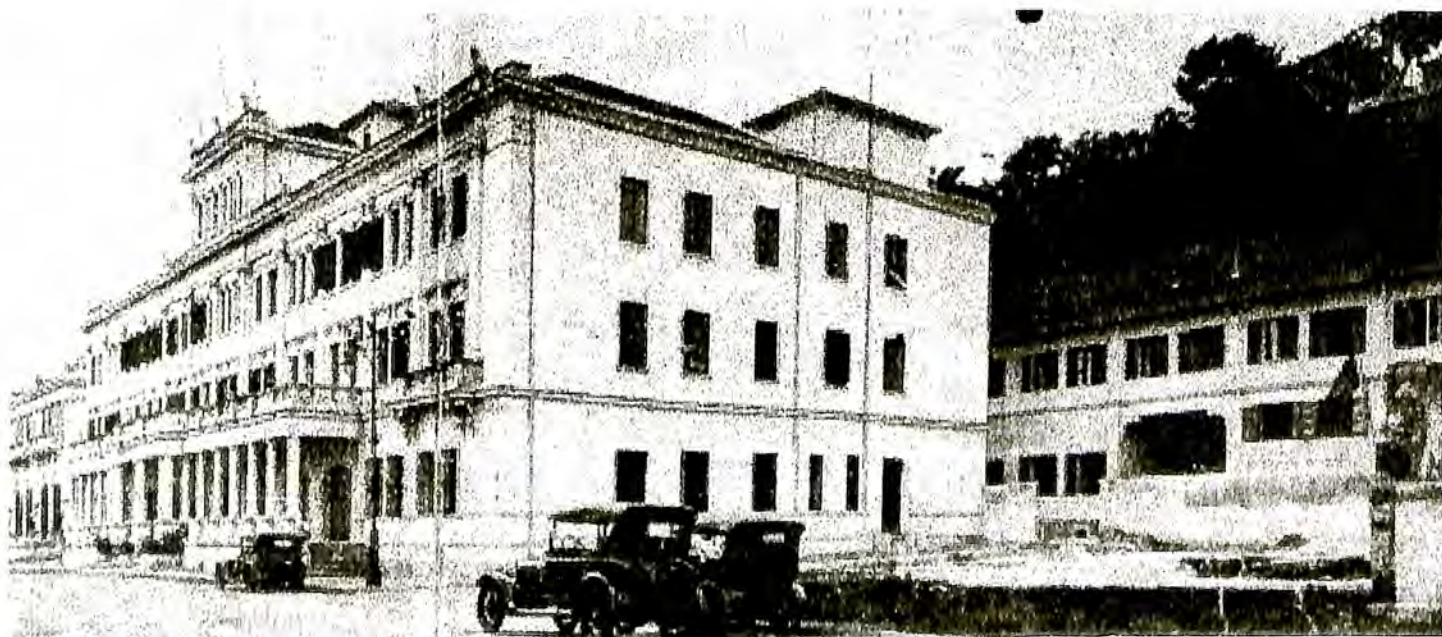
Atualmente a Fundação Oswaldo Cruz é formada pelas seguintes unidades: técnico-científicas: Instituto Oswaldo Cruz (IOC); Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz (CPqGM); Centro de Pesquisas René Rachou (CPqRR); Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CpqAM); Centro de Pesquisas Leônidas e Maria Deane (CPqLMD); Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp); Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV); Casa de Oswaldo Cruz (COC); Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos); Instituto de Tecnologia em Fármacos (Far-Manguinhos); Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde (INCQS); Instituto Fernandes Figueira (IFF); Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas (Ipec); Centro de Informação Científica e Tecnológica (Cict); Centro de Criação de Animais de Laboratório (Cecal); Diretoria de Administração (Dirad); Diretoria de Recursos Humanos (Direh) e Diretoria de Administração do *Campus* (Dirac).

Encontram-se em funcionamento, atualmente, os seguintes *campi* avançados da Fiocruz:

Instituto Fernandes Figueira (IFF), Flamengo, Rio de Janeiro

O atual IFF ocupa o que foi uma das alas do antigo Hotel Sete de Setembro, na Avenida Rui Barbosa, Zona Sul do Rio de Janeiro. O conjunto arquitetônico, projeto de

Antonio Januzzi, foi construído em 1922, no governo do prefeito Carlos Sampaio, para abrigar os convidados da Exposição do Centenário da Independência. O prédio, de 5.400 m^2, com vista para a Baía de Guanabara, funcionava como hotel-balneário e localizava-se na então novíssima avenida que contornava o Morro da Viúva, ligando a Zona Sul ao Centro. O conjunto em estilo eclético abrigou o hotel por quatro anos, e a partir de 1926, acolheu as alunas do internato da Escola de Enfermagem Anna Nery – fundada em 1923 por iniciativa de Carlos Chagas –, da então Universidade do Brasil – hoje UFRJ. Do início dos anos 70 até meados da década de 90, funcionou como Casa do Estudante Universitário (CEU). Em 1989, o antigo hotel foi tombado pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac). Neste local, em 1924, com o nome de Abrigo Hospital Arthur Bernardes, foi criado também por iniciativa de Carlos Chagas, então chefe da Diretoria Geral de Saúde Pública do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e de Antonio Fernandes Figueira, chefe da Inspetoria de Higiene Infantil da mesma Diretoria, o centro de excelência conhecido atualmente como Instituto Fernandes Figueira.

Feito para suprir a falta de um estabelecimento destinado ao atendimento específico das crianças, o hospital logo começou a constituir um grande centro de pediatria brasileira, colaborador nos estudos sobre essa área da medicina. Apenas em 1946

Em primeiro plano o antigo Hotel Sete de Setembro, na Avenida Rui Barbosa, e ao fundo o antigo Abrigo Hospital Arthur Bernardes, ocupado atualmente pelo Instituto Fernandes Figueira. (s.d)

passou a chamar-se Instituto Fernandes Figueira, em homenagem ao seu patrono, falecido em 1928. A partir daí, assumiu o papel de centro científico, destinado a promover pesquisas relativas à higiene e à medicina da criança, além de estudos e pesquisas biomédicas sobre maternidade, infância, adolescência e problemas sociais correlatos.

A ala pertencente ao então Hotel Sete de Setembro, hoje ocupada pelo IFF, teve sua composição original concebida em linguagem eclética, sendo, posteriormente, descaracterizada por diversas reformas, inclusive por uma sobrelevação, executada em meados da década de 70 pelo irmão de Roberto Nadalutti, o arquiteto Carlos Nadalutti. O edifício de frente para a Avenida Rui Barbosa, de severas linhas modernistas, foi construído para o IFF em 1957 e é projeto do arquiteto Ramiro Pereira, da equipe da Divisão de Obras do Ministério da Saúde.

Edifício do Instituto Fernandes Figueira, de frente para a Avenida Rui Barbosa. Projeto do arquiteto Ramiro Pereira, da Divisão de Obras do Ministério da Saúde. No detalhe alteração feita na década de 90. (DAD/COC)

Posto Avançado da Fiocruz (antiga sede do INERu), Jacarepaguá, Rio de Janeiro

O Núcleo Central de Pesquisas da Guanabara abrigava a sede do INERu, situado na Estrada do Covanca, 56, bairro de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. A edificação, construída em meados da década de 50 especialmente para a sede do INERu, não tem grandes qualidades arquitetônicas, sendo ignorada a autoria de seu projeto. A edificação fica nos fundos do terreno e atualmente encontra-se em precário estado de conservação. Há ainda um casarão arruinado na parte do terreno mais próxima à rua. A Fiocruz pouco usufruiu

este imóvel, provavelmente edificado na década de 40. Esta parte do terreno pertence à Secretaria de Educação do Estado, que pretendia instalar ali uma escola de segundo grau. O projeto não foi adiante e o casarão provavelmente será demolido. Com a fusão do INERu à então Fundação Instituto Oswaldo Cruz, em 1970, a unidade de Jacarepaguá se transformou então em um Setor do Departamento de Entomologia do IOC, compondo atualmente um *campus* avançado da Fiocruz em Jacarepaguá. Atualmente, além do Departamento de Entomologia, ocupam ainda a área o Departamento de Imunologia do IOC, a Ensp, a Dirac e a Funasa. A tendência é que, no futuro, os departamentos do IOC voltem a ficar concentrados no *campus* de Manguinhos ou sejam instalados no terreno da Colônia Juliano Moreira cedido à Fiocruz.

Posto Avançado da Fiocruz (antiga sede do INERu), Jacarepaguá, Rio de Janeiro.(DAD/Fiocruz)

Colônia Juliano Moreira, Jacarepaguá, Rio de Janeiro

A atual Colônia Juliano Moreira originou-se de um dos mais antigos engenhos de cana de Jacarepaguá, conhecido inicialmente como Engenho de Nossa Senhora dos Remédios e, depois, como Engenho Novo de Jacarepaguá. Em 1653, foram desmembradas as terras da Fazenda do Camorim e, a partir dessa época, iniciou-se a construção do engenho e da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios. A igreja atual, projeto do arquiteto alemão Theodoro Max, foi edificada no mesmo local da antiga capela do século XVII. Ela foi inaugurada em 19 de outubro de 1862 e é tombada, desde 27 de agosto de 1990, pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac). O aqueduto, semelhante ao da Lapa, foi construído na segunda metade do século XVIII para levar água do Maciço da Pedra Branca, local abundante de nascentes, aos engenhos que existiam na área. O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) tombou o aqueduto em 11 de maio de 1938.

Em 1912, o Governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) desapropriou o Engenho Novo para transferir a colônia de psicopatas da Ilha do Governador para aquele local. O Pavilhão I do Núcleo Rodrigues Caldas foi construído na década de 20, já durante o funcionamento da Colônia. Conhecido como Hospital Colônia de Jacarepaguá até a década de 30, o estabelecimento recebeu a denominação atual em homenagem ao Dr. Juliano Moreira (1873-1933), um dos autores da lei de assistência aos alienados de 1904 e um dos pioneiros na organização do serviço de saúde mental no Brasil.

Em 1998, na gestão de Eloi Garcia, a Fiocruz solicitou[137] e obteve por cessão provisória[138] da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro em 1999,[139] no Governo Luiz Paulo Conde, a posse do terreno, correspondente ao Setor 1 (cerca de 5.000.000 m²) da Colônia Juliano Moreira. O objetivo da solicitação foi requerer o espaço físico para implementar um novo *campus* para o desenvolvimento de projetos ligados às diversas unidades da Instituição e voltados para temas relativos ao manejo e defesa do meio ambiente e da saúde pública, nas áreas de preservação ambiental, controles de vetores e pragas, biotério, produção de vacinas, mapeamento da biodiversidade e prospecção vegetal, além do projeto de plantas medicinais que desenvolverá tecnologia na produção de fitoterápicos.

Atualmente, o empreendimento encontra-se em fase de conclusão no que diz respeito à cessão definitiva do terreno, com desmembramento cartorial do imóvel em nome da Fiocruz. Entretanto, para que a cessão seja definitiva, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU)

[137] Projeto de padronização de Plantas Medicinais de Far-Manguinhos através da carta 002/PR/98 de 01/06/1998.

[138] A Secretaria de Patrimônio da União (SPU), por intermédio do processo 10768006993/95-66 e do parecer 921/Geaes, emitiu preliminarmente à Fiocruz autorização da guarda, vigilância e conservação da área delimitada Setor 1 e das benfeitorias ali edificadas, com a liberação de formar convênios.

[139] O Ministério da Saúde propôs à PMRJ o repasse da área para a implementação de projetos através do ofício Gerest/RJ884 e comunicou à PMRJ que a Fiocruz estaria ocupando as instalações do Horto a partir de março de 1999 pelo ofício NERJ nº 132.

requer, entre outros encargos, a elaboração de um Plano Diretor para regulamentar o uso da área, que contemple sustentabilidade, segurança, benefício social e preservação ambiental.

Foi criado um Grupo de Trabalho,[140] coordenado pela Vice-Presidência de Desenvolvimento Institucional, Informação e Comunicação (VPDIIC) da Fiocruz, para o desenvolvimento do seu futuro *campus* rural e foi adotada a estratégia de implementação dos projetos a curto, médio e longo prazos, que serão desenvolvidos em parceria com os governos municipal e estadual e com a iniciativa privada. As possibilidades são muitas e o potencial de crescimento no *campus* rural da Fiocruz, que funcionará como um vetor de expansão das instalações do já saturado *campus* de Manguinhos, são amplas.

Entrada principal do Pavilhão Ministro Estácio Souto Maior, anexo agrícola do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, da Colônia Juliano Moreira. Inaugurado em 21 de junho de 1962 para o Serviço Nacional de Doenças Mentais do Ministério da Saúde. Projeto do arquiteto Ramiro Faustino Ferreira da Divisão de Obras. (Foto: Vinícius Pequeno)

Fórum Fiocruz, Petrópolis, Rio de Janeiro

A Fundação Oswaldo Cruz recebeu em cessão de uso, por dez anos, o Palácio Itaboraí, em termo assinado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, publicado no *Diário Oficial do Estado*, de 21 de dezembro de 1998. A implantação do Fórum Fiocruz de Ciência e Cultura no Palácio Itaboraí tem o objetivo de devolver à comunidade de Petrópolis, RJ, um espaço singular por sua privilegiada beleza e localização, destinado a eventos técnico-científicos e culturais, maximizando, pelo seu uso intensivo, os investimentos que ali serão realizados.

[140] Publicado no *Diário Oficial*, 221, a Portaria SE nº 878/99 que cria o GT.

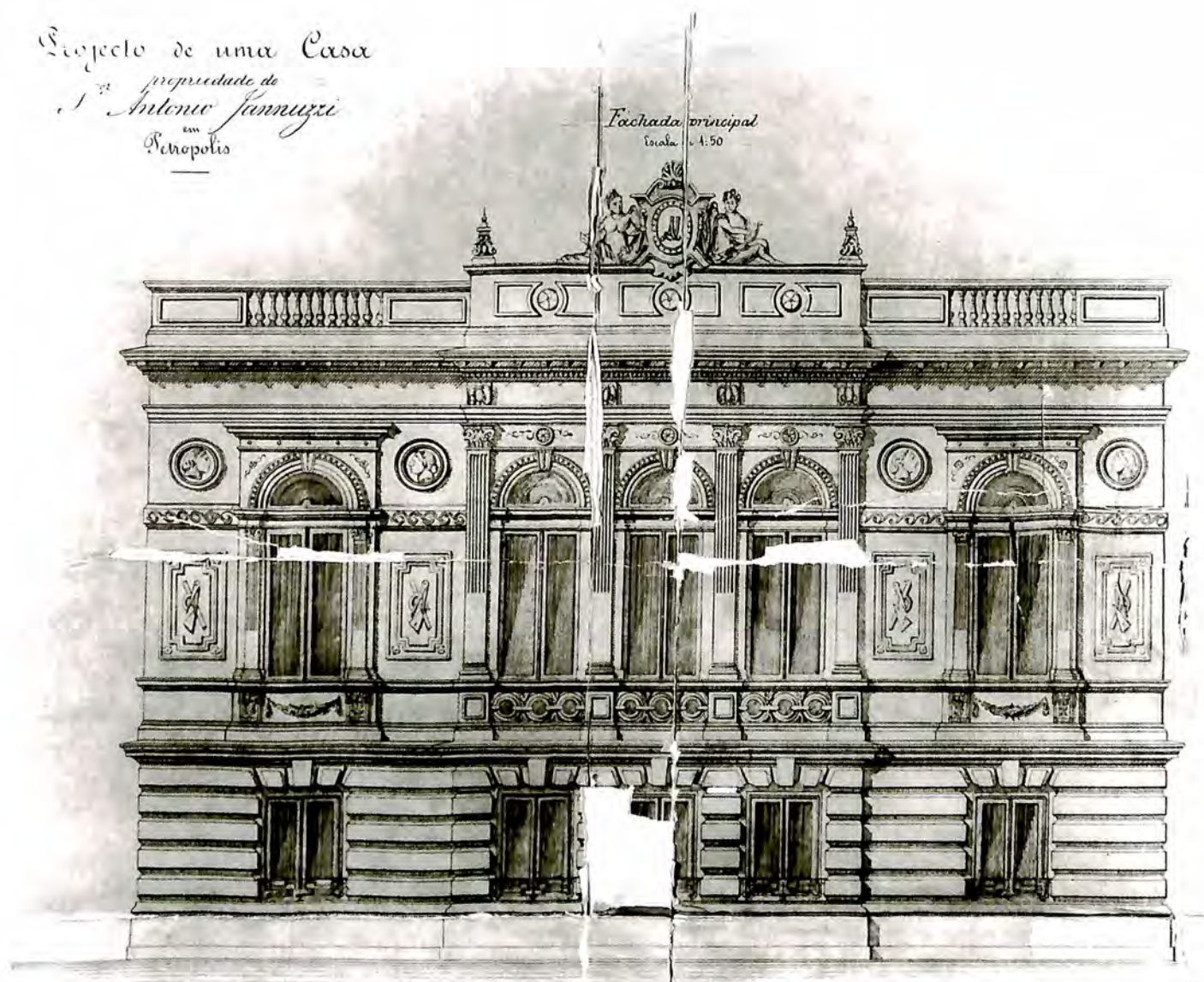
Imagens do então Colégio Americano. C. 1903. (Museu Imperial de Petrópolis)

Parte do atual terreno onde se localiza o Palácio Itaboraí foi adquirido nos anos de 1891 e 1892 pelo engenheiro e construtor italiano Antônio Jannuzzi, nas esquinas da Rua Elisa e Avenida Moura, atuais Ernesto Paixão e Visconde de Itaboraí.[141] Jannuzzi construiu o Palácio em 1892 para ser a sua residência de verão. Os terrenos laterais, com as construções existentes, foram incorporados em 1938 e em 1944 pelo governo do estado, quando da aquisição do Palácio para uso como residência de verão dos governadores.

O Palácio abrigou, de 1894 a 1920, o Colégio Americano, primeiro dono do terreno triangular da Avenida Moura, comprado em 1895[142] e, ainda, a primeira faculdade de direito de Petrópolis.[143] As fotos mais antigas (c. 1903), do acervo do Museu Imperial, são do tempo do colégio.

[141] Segundo os registros nº 850 e 860 da Fazenda de Petrópolis. Arquivo da Cia. Imobiliária de Petrópolis.

[142] Segundo o registro de nº 1.189 na Fazenda Petrópolis, de propriedade da Comunidade Methodista do Sul dos Estados Unidos do Brasil. Arquivo da Cia. Imobiliária de Petrópolis.

[143] *Guia de Petrópolis* (1998:48).

Desenho da fachada lateral do Palácio Itaboraí. Projeto do engenheiro Antônio Jannuzzi datado de 1892. (Câmara Municipal de Petrópolis)

Até 1998, funcionavam em suas dependências quatro órgãos estaduais: a Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente (Feema), a Coordenadoria Regional da Região Serrana II, o Centro de Estudos Supletivos de Petrópolis e a Fundação Leão XIII. A ocupação revelou-se inadequada tanto para a conservação e preservação da edificação quanto para as funções destinadas a ela. O palácio tem como vocação o uso residencial, de recepção e de atividades de estudos.

O Palácio Itaboraí é uma construção eclética que utiliza o repertório clássico em sua ornamentação, implantação e volumetria. A planta baixa do bloco, destinada aos salões e às varandas, de rigorosa simetria e acessos axiais, recorda as soluções da arquitetura

Palladiana. Possui dois pavimentos, sendo o pavimento superior de pé-direito alto, ao passo que o inferior funciona como um porão elevado. Após a década de 40, o Palácio recebeu um acréscimo que acentuou a assimetria da construção, tal como a conhecemos hoje. Ao longo dos anos foram feitos no seu interior diversos banheiros, paredes e decorações, não previstos anteriormente no projeto original.

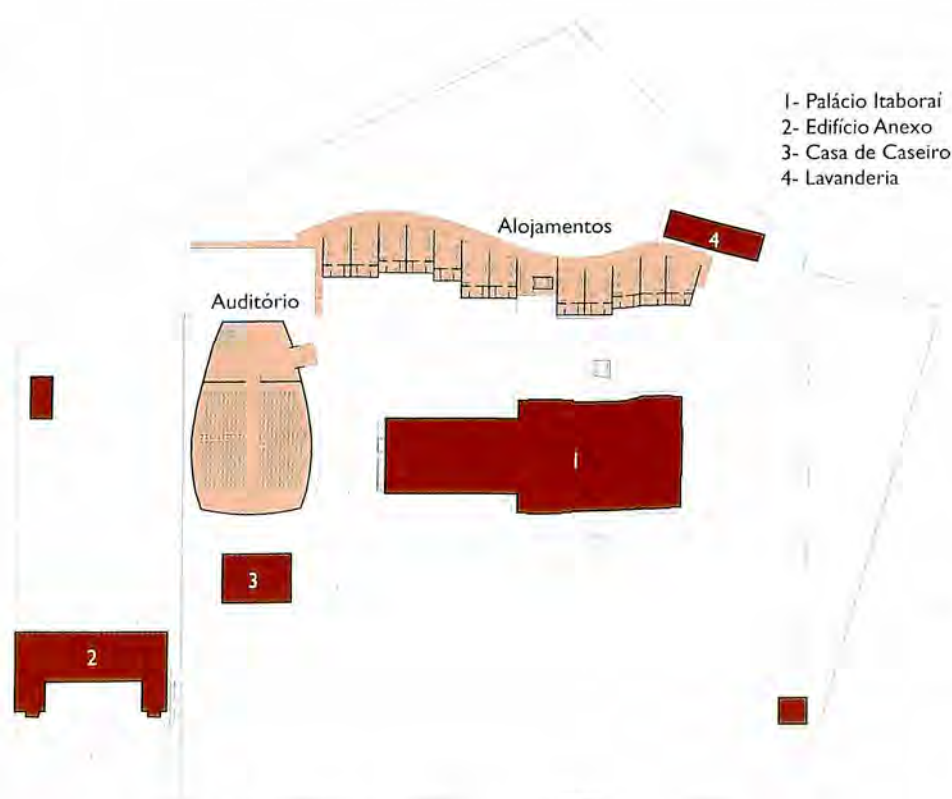
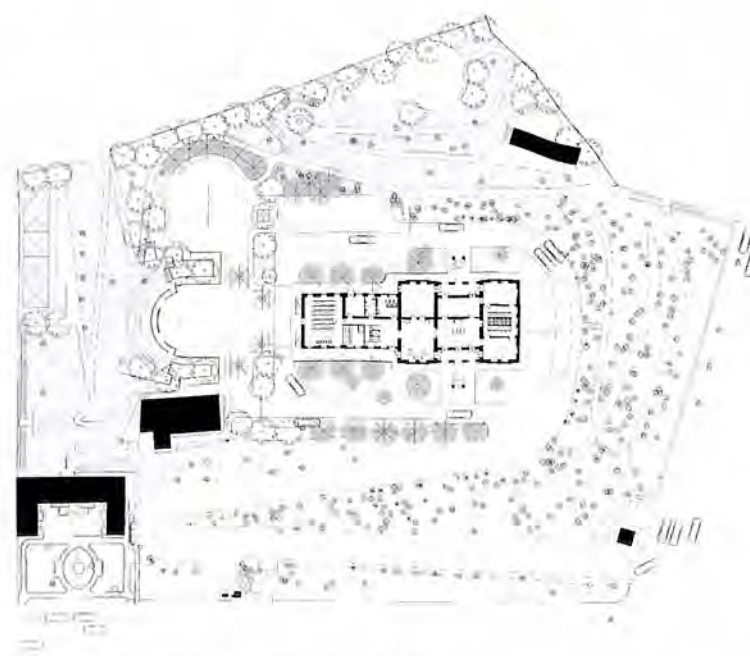
Planta baixa do Palácio Itaboraí. Projeto do engenheiro Antônio Jannuzzi datado de1892. (Câmara Municipal de Petrópolis)

Antônio Jannuzzi, engenheiro e construtor do Palácio Itaboraí, nasceu na cidade de Fuscaldo, na região da Calábria, Itália. Ele e o irmão mais moço, José, chegaram ao Brasil por volta de 1874. O primeiro trabalho realizado por eles foi em uma firma de Januário Cândido, na obra de construção do plano inclinado de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Os irmãos Jannuzzi cresceram em uma família de escultores habituada à atividade artística de cantaria. Após nove anos de trabalho como mestre-de-obras, já no Brasil, ele abriu a firma Antônio Jannuzzi & Irmão, iniciando então uma longa e próspera carreira de construtor e projetista de mais de mil obras que, em sua maioria, já foram demolidas.

Dentre essas obras, destacam-se as realizadas para a abertura da Avenida Central, atual Rio Branco, no Rio: o obelisco, a maioria de seus edifícios, inclusive o número 144, onde funcionava o escritório da sua firma, e o prédio das Docas de Santos. Antônio Jannuzzi foi responsável também pelas obras da residência Conde Modesto Leal, na Rua das Laranjeiras, 304; das igrejas metodistas da Praça José de Alencar, no Flamengo, Rio de Janeiro, e da Igreja de Petrópolis; além de diversos edifícios, palacetes, residências e hospitais nas cidades do Rio de Janeiro, Petrópolis e Nova Friburgo.

O projeto de intervenção, iniciado em 1999, a ser realizado no Palácio Itaboraí, tombado com bem cultural isolado pelo Iphan em 14 de janeiro de 1982, por meio do decreto 662-T-62, tem

como objetivo a recuperação da integridade física e estética da edificação e a adaptação de seus espaços para a realização das novas atividades. Com a proposta do novo uso, o projeto mantém as distribuições internas atuais das áreas nobres, situando as futuras adaptações nas áreas de circulação e sanitários, espaços já descaracterizados e que não são dotados de qualidade construtiva compatível com o valor estético da edificação. A ala destinada aos serviços, acrescida no fim da década de 60, será reestruturada para dar lugar ao espaço multiuso onde funcionará um pequeno auditório com respectivas salas de apoio.

Um anteprojeto de autoria dos arquitetos Benedito Tadeu de Oliveira e Thorsten Nolte, desenvolvido a partir de 1999, contemplou demolições integrais de algumas construções existentes no terreno, além de novas edificações, respeitando a ambiência e a visibilidade do Palácio como bem tombado federal. Estavam previstas também as recuperações do edifício Anexo, da casa do caseiro e da lavanderia, a demolição da garagem/heliporto

Anteprojeto de ampliação do Palácio Itaboraí, auditório e alojamentos.

Novo projeto de intervenção no entorno do Palácio Itaboraí.

para no local ser implantado um auditório subterrâneo, com capacidade para cerca de 300 pessoas e ainda na área atrás do Palácio, aproveitando a declividade do terreno, a construção de confortáveis acomodações para pesquisadores, congressistas e visitantes.

Vista externa do Palácio Itaboraí, Petrópolis/RJ. (DAD/Fiocruz)

No entanto, a Vice-Presidência de Desenvolvimento Institucional, Informação e Comunicação da Fiocruz definiu um novo programa de uso da edificação, diferente do anteriormente proposto. A mudança do grupo de trabalho responsável pela implantação do projeto e do programa de uso teve como conseqüência a necessidade de reelaboração do anteprojeto para atender às novas demandas, bem mais modestas.

Esse novo projeto de autoria das arquitetas Márcia Franqueira, Mônica Rosa Freitas e Ana Lúcia de Oliveira e do paisagista Leonardo de Almeida manteve a mesma filosofia do anteprojeto anterior e adotou soluções arquitetônicas que possam viabilizar economicamente o empreendimento.

O resultado final esperado é a integração harmoniosa de um conjunto arquitetônico histórico restaurado, com a implantação de uma moderna infra-estrutura de apoio em um sítio de privilegiada beleza natural.

Centro de Pesquisas René Rachou (CPqRR), em Belo Horizonte, e Posto Avançado Emmanuel Dias (Paped), em Bambuí, Minas Gerais

As origens do CPqRR remontam a 1950, quando da conclusão de entendimentos entre a direção da Divisão de Organização Sanitária (DOS) do Ministério da Educação e Saúde, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e o Professor Amilcar Vianna Martins, convidado anteriormente para criar um centro de pesquisas sobre esquistossomose, nos moldes daquele que estava sendo instalado pela DOS em Recife, Pernambuco. Por meio da Lei nº 141, de 30 de junho de 1950, foi doado um terreno de 2.500 m², situado na esquina da Avenida Augusto de Lima com a Rua Juiz de Fora, no Barro Preto, para a construção de um grupo de edifícios destinados a um centro de pesquisas sobre helmintoses, com

ambulatório e enfermaria, e um centro de tratamento rápido contra moléstias venéreas, com o respectivo dispensário e outra enfermaria.[144]

Vista externa do Centro de Pesquisas René Rachou (CPqRR), na esquina da Avenida Augusto de Lima com a Rua Juiz de Fora, em Belo Horizonte/MG. (DAD/Fiocruz)

Como condição, ficou estabelecido que as obras deveriam ser iniciadas dentro de seis meses e concluídas no prazo de dois anos. Antes de esgotado o prazo para o início das obras, o projeto elaborado pela DOS foi encaminhado à prefeitura municipal para aprovação. Com a liberação das verbas, provenientes do Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Educação) do Governo Federal, iniciou-se em 1951 a construção da sede do centro. O edifício, em dois pavimentos, deveria abrigar no térreo o Centro de Tratamento Rápido de Doenças Venéreas e no pavimento superior o Centro de Pesquisas sobre helmintoses. Implantado nos alinhamentos do terreno, junto à esquina o edifício é constituído de um volume prismático de planta retangular, com aberturas contínuas providas de *brises-soleils* verticais e horizontais, conforme as orientações das fachadas, o tratamento externo é sóbrio com o vocabulário clássico da arquitetura modernista, levando a crer que o projeto possa ter sido elaborado pela equipe de profissionais da Divisão de Obras do MES.

Quando da criação do Ministério da Saúde, em 1953, passou a integrar a sua estrutura o Instituto de Malariologia, subordinado ao Serviço Nacional de Malária (SNM), ambos funcionando precariamente em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. No fim de 1955, como resultado de uma política de regionalização das pesquisas sobre doenças endêmicas, o Instituto foi transferido para Belo Horizonte, ocupando as instalações em fase final de construção, originalmente destinadas ao Centro de Pesquisas concebido pelo Professor

[144] Amilcar Vianna Martins. Depoimento pessoal – A História do Centro de Pesquisas René Rachou. In: comemoração dos 25 anos de existência. Belo Horizonte, Centro de Pesquisas René Rachou, 1980.

Amilcar Martins. Com equipamento e pessoal transferidos do Rio, o Instituto foi entregue à direção do Dr. René Rachou, em 25 de abril de 1955. No ano seguinte, 1956, o instituto foi absorvido junto ao SNM pelo INERu.

Vista aérea do Centro de Pesquisas René Rachou (CPqRR), em Belo Horizonte/MG. (DAD/Fiocruz)

Pouco tempo depois, Dr. Rachou deixou a chefia do INERu, passando a trabalhar para a Organização Pan-Americana da Saúde na América Central, onde veio a falecer em um acidente. Em homenagem a ele, em 26 de agosto de 1966, através de decreto nº 59.149, o Centro de Pesquisas de Belo Horizonte passou a denominar-se Centro de Pesquisas René Rachou. Com a incorporação do Centro, por força do decreto nº 66.624, de 22 de maio de 1970, pela então Fundação Instituto Oswaldo Cruz, voltou-se assim a uma situação semelhante àquela existente nos primórdios do século XX, quando Manguinhos mantinha uma filial em Belo Horizonte. Ao longo dos anos, o Centro de Pesquisas René Rachou foi sendo ampliado e modificado, em razão do surgimento de novas demandas e atividades, dando origem a uma série de edificações destinadas a abrigar novos laboratórios, biotério, auditório, biblioteca, depósitos e demais áreas de apoio. A maior parte das novas construções é constituída por galpões fechados arquitetonicamente despretensiosos, com exceção do Pavilhão Amilcar Vianna Martins, erigido

Posto avançado de pesquisas Emmanuel Dias (Paped), em Bambuí/MG. (DAD/Fiocruz)

na década de 80 no fundo do terreno, com seis pavimentos destinados a laboratórios, e que possui solução geral corretamente equacionada e adequada ao uso.

Hoje a estrutura do CPqRR contempla ainda o Centro de Bambuí, que desde 1980 tem a denominação de Posto Avançado de Pesquisas Emmanuel Dias (Paped). As origens desse posto remontam ao ano de 1943, quando foi provisoriamente instalado em uma residência em Bambuí o Centro de Estudos e Profilaxia da Moléstia de Chagas (CEPMC), por determinação de Henrique Aragão, na época diretor do Instituto Oswaldo Cruz. Vinculado inicialmente à Divisão de Estudos de Endemias do Instituto, o Centro foi organizado e dirigido por Emmanuel Dias até sua morte, em 1962. Seu objetivo básico era o estudo da doença de Chagas do ponto de vista da profilaxia. Posteriormente, o Centro veio a desenvolver pesquisas sobre os demais aspectos da doença, especialmente o aspecto clínico, o epidemiológico e o terapêutico. As atuais instalações do Centro ocupam um edifício de um pavimento, construído em um terreno de esquina, anteriormente de propriedade da Prefeitura Municipal de Bambuí. Trata-se de uma edificação moderna com planta retangular e dois apêndices: um corpo semicircular em uma das fachadas laterais e uma marquise marcando a entrada. O volume implantado acima do nível da Rua Principal é caracterizado por uma cobertura de lajes inclinadas formando um perfil em V.

No início da década de 50, com a criação do Ministério da Saúde, o CEPMC, como posto avançado do IOC, integrou-se às suas diretrizes e, juntamente com o DNERu e a Comissão do Vale do São Francisco, participou da campanha contra a doença de Chagas no município de Bambuí, considerada de pleno êxito.

Em meados da década de 70, o CEPMC passou a vincular-se ao Centro de Pesquisas René Rachou, após sua integração à estrutura da recém-criada Fundação Instituto Oswaldo Cruz, tornando-se seu posto avançado.

Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz (CPqGM), Salvador, Bahia

A Fundação Gonçalo Moniz, batizada em homenagem ao proeminente professor de Patologia Geral da Faculdade de Medicina da Bahia na primeira metade do século XX,

foi criada pelo governo de Octavio Mangabeira (1947/1951) pela Lei nº 262, de 3 de abril de 1950. Essa Fundação recebeu fundos de várias ações do governo estadual, com o fim de possibilitar os meios necessários para o funcionamento do então recém-criado Instituto de Saúde Pública como laboratório central de saúde pública e centro de pesquisas biológicas.

Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz (CPqGM), Salvador/BA. (DAD/Fiocruz)

O Instituto teve grande importância para a pesquisa científica no estado da Bahia e manteve cursos de formação de pesquisadores com os melhores professores existentes no Brasil na época, à semelhança daqueles implantados anteriormente por Oswaldo Cruz e Carlos Chagas no Rio de Janeiro.

O primeiro diretor do Instituto foi Octavio Mangabeira Filho. Ele deixou a direção em 1957 para trabalhar no Núcleo de Pesquisa da Bahia, que pertencia ao Ineru e funcionava em uma casa no bairro da Graça. Este Núcleo foi posteriormente absorvido pela Fundação Oswaldo Cruz e passou a chamar Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas da Bahia.

Na gestão do Professor Aluízio Prata como diretor do Instituto de Saúde Pública da Fundação Gonçalo Moniz foi adquirido um terreno no bairro de Brotas, onde funcionou um laboratório farmacêutico que produzia quinino para a Alemanha durante a Segunda Guerra e que, por isso, veio a ser encampado pelo estado da Bahia. O Professor Prata utilizou o terreno para a implantação no local de um biotério. Aproveitando também as antigas instalações do ex-laboratório Sedar, ali trabalharam durante algum tempo grupos de pesquisas do Instituto de Saúde Pública, da faculdade de medicina e equipes internacionais de pesquisa do Instituto Pasteur de Lille e do London School of Tropical Medicine.

Com a desvalorização das ações e as mudanças de governo, a Fundação Gonçalo Moniz deixou de existir, e o Instituto deu origem ao novo Laboratório Central do Estado,

hoje Laboratório Central Gonçalo Moniz (Lacen), que funciona no bairro de Brotas, ao lado do atual Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz.

No fim da década de 70, o então presidente da Fiocruz Vinicius Fonseca tentou criar um Centro de Pesquisas da Fiocruz na Bahia e convidou para ser diretor Zilton Andrade. Havia um pequeno Núcleo de Pesquisas em Salvador, que seria incorporado ao futuro Centro, mas os entendimentos com o governador Roberto Santos não foram adiante.

Com a mudança do Governo do Estado da Bahia, na gestão de Guilardo Martins na presidência da Fiocruz, as negociações para a criação de um Centro de Pesquisas em Salvador, à semelhança dos já existentes em Belo Horizonte e Recife, foram retomadas com sucesso. Foi estabelecido um convênio que permitiu que todo o pessoal envolvido em pesquisa no Departamento de Anatomia Patológica e Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia passasse a trabalhar nas instalações do novo Centro em Brotas, trazendo todo o equipamento, inclusive um microscópio eletrônico que acabava de ser doado pela Finep.

Segundo informações de Zilton Andrade, durante os primeiros anos de atividades, as três instituições – Fiocruz, Secretaria de Saúde do Estado da Bahia e Reitoria da UFBA – funcionaram em boa sintonia. O Centro de Pesquisas tinha uma estruturação realmente tripartite e os trabalhos eram publicados com a indicação Fiocruz/UFBA.

Posteriormente, mudanças quase que simultâneas nas cúpulas dirigentes da Fiocruz, no governo estadual e na Reitoria da UFBA vieram a ter reflexos no funcionamento do Centro de Pesquisas, e a Fiocruz resolveu, em convênio com a Secretaria de Saúde do Estado, instalar um Laboratório Avançado de Saúde Pública – Lasp – no terreno vizinho, mas sem qualquer vinculação com o Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz.

Nas gestões do Dr. Herman Schatzmayr como presidente da Fiocruz e do Dr. Moysés Sadigursky como diretor do CPqGM, foi feita a vinculação entre o Lasp e o CPqGM, permitindo a construção de novas instalações e o reequipamento das instituições.

Atualmente, o Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz desenvolve pesquisas sobre patologia, imunopatologia, biologia molecular, ecologia e mecanismos de controle de

doenças infecto-parasitárias. O Lasp está credenciado como laboratório de referência para isolamento e caracterização do HIV-1 no Brasil. O CPqGM também sedia o curso de pós-graduação em patologia humana, em convênio com a Universidade Federal da Bahia.

O complexo arquitetônico de Salvador é formado por oito edifícios, totalizando uma área construída de aproximadamente 8.800 m². Os projetos de arquitetura desenvolvidos recentemente foram, em sua maioria, contratados junto a profissionais locais, a partir de licitação pública, pois não havia recursos humanos suficientes na Dirac para a elaboração dos projetos. Os pavilhões de Administração, de Laboratórios e Central, de maior área, com cerca de 7.300 m², foram projetados pelo arquiteto Aurélio Santos. O conjunto de pavilhões tem tratamento sóbrio, plasticamente despojado e é funcionalmente adequado a laboratórios científicos. A próxima intervenção prevista é a adaptação do antigo depósito para o Núcleo de Epidemiologia e Bioestatística, e o projeto está sendo desenvolvido pela MLAR Arquitetura e Consultoria, da arquiteta Maria de Lourdes de Andrade Ribeiro.

Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM), Recife, Pernambuco

O Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães tem suas origens no Serviço de Verificação de Óbitos (SVO), órgão subordinado em 1930 ao Departamento de Saúde Pública do Estado de Pernambuco. Este centro destina-se ainda hoje a realizar necropsias em pessoas que tenham falecido de doenças desconhecidas e que não tiveram assistência médica. No SVO um grupo de pesquisadores deu início ao desenvolvimento de pesquisas sobre helmintos articuladas à cadeira de anatomia patológica da Escola de Medicina. O desenvolvimento da descrição anatômico-patológica de casos de esquistossomose em Pernambuco se deve a Aggeu Magalhães e, sobretudo, à aproximação e íntima cooperação com a Escola de Medicina, quando ocupava o cargo de diretor do SVO e era catedrático da faculdade de medicina. O interesse de Evandro Chagas por investigações em doenças tropicais no Norte e Nordeste do País traduzia-se pelo incentivo à criação de institutos de pesquisa nessas regiões, tendo implantado, em 1936, em Belém, o Instituto de Patologia Experimental do Norte (Ipen). Começou assim a íntima relação do Instituto

Aggeu Magalhães (IAM) com o Instituto Oswaldo Cruz.

Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM), Recife/PE.

Os dois cientistas sonhavam com a implantação de um centro de helmintoses, que seria inicialmente vinculado ao SVO. O falecimento precoce de Evandro Chagas, em 1940, porém, não inviabilizou a continuidade do trabalho inicial. Em 1950 o Ministério da Educação e Saúde criou finalmente o Instituto Aggeu Magalhães (IAM). O Governo do Estado de Pernambuco cedeu um terreno na Rua do Espinheiro nº 106, vizinho ao Hospital Centenário de Recife, para a construção do novo centro de pesquisas. Entretanto, antes da conclusão das obras, em 1949, Aggeu Magalhães também faleceu e como Evandro Chagas não chegou a ver o Centro concretizado. O Instituto foi inaugurado durante o VIII congresso Brasileiro de Higiene, no Recife, em 1950.

Em 1956, com a criação do DNERu, o IAM passou a ser subordinado a ele, vinculado diretamente ao INERu, chamando-se, a partir de 1958, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, nome que manteve até 1996, quando foi novamente alterado para IAM. Em 1970,[145] o IAM foi incorporado à Fiocruz e, posteriormente, transferido para dentro do *campus* da UFPE. A Instituição, que se encontrava em grave crise, recuperou-se com esses dois fatos, responsáveis pelo crescimento do Instituto. A vinculação com a Fiocruz só passou a ser reforçada a partir da década de 80. Em 1982, foi estabelecido um acordo tríplice entre o CpqAM, a Fiocruz e a UFPE com o governo do Japão para a doação de modernos equipamentos, o que acabou inviabilizando a antiga sede, na Rua do Espinheiro. Foi então projetado um novo edifício, em 1985, pela arquiteta Cristina Pessoa da equipe técnica da Dirac, que durante dois anos acompanhou as obras de implantação do novo

[145] Processo MS nº 20.870/70 p.48-49. (Código D.J. 1970.05.22 Fundo: Coleção Administrativa Caixa 132. DAD/Fiocruz).

centro no *campus* da UFPE. O antigo edifício, cuja construção foi iniciada em 1949, se revelou uma construção austera e incompatível para receber os novos equipamentos e o conseqüente aumento da quantidade de técnicos. O novo edifício, projetado especificamente para abrigar o instituto, é adequado ao uso laboratorial e foi concebido como um grande bloco prismático longitudinal, de linhas simples encimado por uma platibanda em concreto aparente, semelhante à base, resultando em uma composição equilibrada no sentido horizontal. O pergolado, que marca a entrada do edifício, funciona como um elemento arquitetônico que quebra a homogeneidade da fachada principal.

O CPqAM é hoje referência em esquistossomose pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e em filariose, peste, controle de culicídeos vetores e saúde ambiental, pelo Ministério da Saúde. O Centro está dividido em seis departamentos: Imunologia, Parasitologia, Microbiologia, Entomologia, Patologia e Biologia Celular e Saúde Coletiva. Possui, ainda, duas estações de campo, uma em São Lourenço da Mata, na região metropolitana de Recife, e outra no município de Exu, no sertão pernambucano. O Aggeu Magalhães participa dos programas de Iniciação Científica e de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e da Universidade de Pernambuco (UPE).

Centro de Pesquisas Leônidas e Maria Deane (CPqLMD), Manaus, Amazonas

Sediado em Manaus (AM), o Centro de Pesquisas Leônidas e Maria Deane foi inaugurado em julho de 2002, a partir da consolidação da estrutura do Escritório Técnico da Amazônia, e concentra sua atuação no estudo da bio e da sociodiversidade amazônica. O Centro de Pesquisas Leônidas e Maria Deane desenvolverá estudos sobre a transmissão de Aids entre índios, populações ribeirinhas e grupos populacionais específicos. No setor da pesquisa básica da biodiversidade em saúde, destacam-se as investigações implantadas nas áreas de entomologia, bacteriologia e de micologia. O projeto de arquitetura da sede atual, com área de 1.650 m², ficou a cargo da arquiteta Martha de Jesus, da equipe técnica da Dirac. O projeto foi elaborado a partir do

aproveitamento de uma estrutura cedida pela Funasa e abriga diversos laboratórios, auditório, salas de aula, biblioteca, livraria e espaço destinado a teleconferências. No pátio interno, foi construída a Oca da Ciência, Cultura e Saúde, espaço genuinamente amazônico que possui todo o mobiliário confeccionado com aproveitamento de refugo de madeira regional. Devido à necessidade de aproveitamento de estrutura existente, não houve muita liberdade de criação, e a edificação acabou adotando um volume prismático e uma linguagem simples, sem grandes elementos decorativos, adequada ao severo clima de Manaus como, por exemplo, a utilização de *brises* horizontais em suas janelas. O edifício conta com uma estação de tratamento de esgoto inovadora, ecologicamente correta, que separa, no subsolo, os dejetos humanos daqueles produzidos em laboratórios – depois, eles são tratados numa estação e a água é devolvida à natureza com 90% de pureza. Faz parte ainda do CPqLMD o Pavilhão Casa Verde, projetado pelo arquiteto Marcos Moita, onde funcionava anteriormente o Escritório Técnico, que foi ampliado para acomodar almoxarifado, cantina e a subestação. Completa o conjunto a Casa da Farinha, localizada ao lado da Casa Verde, feita de palha e madeira, onde funciona o Espaço Asfoc.

Centro de Pesquisas Leônidas e Maria Deane (CPqLMD), Manaus/AM. (DAD/Fiocruz)

Espaço Asfoc, Centro de Pesquisas Leônidas e Maria Deane (CPqLMD), Manaus/AM. (DAD/Fiocruz)

Edifícios de Manguinhos

Este anexo apresenta um levantamento de todos os edifícios conhecidos e construídos no *campus* de Manguinhos, bem como a provável autoria dos projetos arquitetônicos correspondentes. Uma grande parte dos edifícios mencionados foi demolida e uma outra – construída sem a elaboração de projetos arquitetônicos – não teve participação de arquitetos ou engenheiros nesta primeira fase dos empreendimentos. Existem também casos de edifícios que foram construídos obedecendo a projetos arquitetônicos que a pesquisa não conseguiu revelar as autorias. É importante ressaltar ainda que este anexo não tem como objetivo identificar os autores dos inúmeros projetos de intervenções – reformas, acréscimos, reestruturações – das edificações da Fiocruz, mas apenas as autorias dos projetos arquitetônicos de construção dos edifícios do *campus* de Manguinhos.

Período	nº	Edifícios	m² original	m² atual
	1	Chaminé 1899 - Demolido entre 1939 e 1940	900	
	2	Forno de incineração de lixo 1899 - Demolido na década de 30	52	
	3	Depósito do incinerador - Demolido na década de 30	112	
	4	Barracão para animais - Demolido na década de 20	157	
	5	Depósito - Demolido na década de 30	267	
	6	Depósito - Demolido na década de 30	329	
	7	Gaiola para macacos 1903 - Demolido entre 1905 e 1910	12	
	8	Gaiola para cobras e cobaias 1903 - Demolido entre 1905 e 1910	20	
	9	Pequeno laboratório Instituto Soroterápico 1903 - Demolido entre 1905 e 1910	116	
Até 1904	10	Sede do Instituto Soroterápico 1903 - Demolido entre 1905 e 1910	662	
	11	Cocheira - Instituto Soroterápico 1903 - Demolido entre 1905 e 1910	671	
	12	Antiga Cavalariça 1903 - Demolido na década de 10	69	
	13	Barracão para operários - Demolido na década de 20	473	
	14	Cocheira - Demolido na década de 30	71	
	15	Residência para funcionários - Demolido na década de 30	312	
	16	Depósito - Demolido na década de 10	62	
	17	Pesqueira - Demolido na década de 10	531	
	18	Cais 1903 - Soterrado a partir da década de 70 Arquiteto: Luiz Moraes Júnior	110	

Período	nº	Edifícios	m² original	m² atual
	19	Biotério 1903 - Demolido entre 1905 e 1910 Arquiteto: Luiz Moraes Júnior	50	
	20	Pombal 1904 - Outros nomes: Biotério para pequenos animais Arquiteto: Luiz Moraes Júnior	270	
1904 1910	21	Cavalariça 1904 - Outros nomes: Museu da Biodescoberta Arquiteto: Luiz Moraes Júnior	400	
	22	Pavilhão do Relógio 1904 - Outros nomes: Pavilhão da Peste Arquiteto: Luiz Moraes Júnior	185	
	23	Caramanchão c. 1905 - Outros nomes: Casa de Chá	218	
	24	Pavilhão Mourisco 1905/1918 - Outros nomes: Castelo Mourisco Arquiteto: Luiz Moraes Júnior	4.885	
	25	Horta Ilha do Pinheiro - Demolido em 1980	1.445	
	26	Viveiro de peixes Ilha do Pinheiro - Demolido em 1980	466	
	27	Residência do Zelador Ilha do Pinheiro - Demolido em 1980	76	
	28	Residência Museu de Hidrobiologia, Ilha do Pinheiro - Demolido em 1980	243	
	29	Hospital Evandro Chagas 1912 - Outros nomes: Pavilhão Hospital para Moléstias Humanas/Hospital de Manguinhos 1912 a 1918, durante sua construção/Hospital Oswaldo Cruz de 1918 a 1941/HEC de 1941 a 1959/Pavilhão Gaspar Vianna de 1959 a 1978 HEC a partir de 1978 . Arquiteto: Luiz Moraes Júnior	3.162	
	30	Cantina - Demolido na década de 90	132	
	31	Residência - Atual Administração do HEC	187	
	32	Ambulatório HEC	189	
1910 1920	33	Biotério HEC	110	
	34	Depósito	107	
	35	Aquário de água salgada 1915 - Demolido na década de 60 Arquiteto: Luiz Moraes Júnior	250	
	36	Pavilhão Figueiredo Vasconcellos 1919 - Outros nomes: Pavilhão dos medicamentos oficiais, Quinino Arquiteto: Luiz Moraes Júnior. Sobrelevação: Nabor Foster, em 1943	450	900
	37	Anexo Casa de Chá c. 1920	218	
	38	Bichário - Em ruínas a partir da década de 70	86	
	39	Casa Amarela 1922 - Outros nomes: Pavilhão Vacinogênico ou Vacínico/ Vila Residencial Arquiteto: Luiz Moraes Júnior	540	670
	40	Residência - Outros nomes: Ambulatório Souza Araújo	90	
1920 1930	41	Estufas c.1930 - Demolido na década de 70	155	
	42	Depósito para inflamáveis c.1930 - Demolido na década de 70	72	
	43	Necrotério HEC - Demolido na década de 70	82	
	44	Cocheira velha - Outros nomes: Manutenção Civil da DIRAC	336	533
	45	Residência para funcionário Horto - Atual Estação de transmissão da ENSP	140	
	46	Residência para funcionário Horto - Atual vestiário para pessoal de limpeza	110	
	47	Residência para funcionário Horto - Demolido na década de 80	85	

Período	nº	Edifícios	m² original	m² atual
	48	Residência para funcionário Horto - Atual Controle de vetores da DIRAC	70	
	49	Companhia Melhoramentos da Baixada Fluminense - Demolido na década de 40	309	
	50	Pavilhão Rockefeller 1937	2.106	3.602
	51	Pavilhão Lauro Travassos 1937 - Outros nomes: Biotério Velho Arquiteto: Armando Mesquita	787	1.200
	52	Coelheira 1937 - Demolido na década de 70	120	
	53	Cocheira 1937 - Demolido na década de 70	6.045	
	54	Pavilhão da Marcenaria	176	739
	55	Pavilhão de Vírus 1939 - Outros nomes: Cardoso Fontes	2.758	3.455
1930	56	Estrebaria - Demolido na década de 80	1.414	
1940	57	Depósito - Atual Agência Bancária	146	
	58	Forno crematório - Em ruínas a partir da década de 70 e demolido na década de 90	58	
	59	Estaleiro - Ilha do Pinheiro - Demolido em 1980	126	
	60	Cais - Ilha do Pinheiro - Demolido em 1980	137	
	61	Oficina mecânica - Ilha do Pinheiro - Demolido em 1980	110	
	62	Chaminé - Ilha do Pinheiro - Demolido em 1980	21	
	63	Tanques de água do mar - Ilha do Pinheiro - Demolido em 1980	230	
	64	Estação de Hidrobiologia - Ilha do Pinheiro - Demolido em 1980	400	
	65	Residência do mecânico - Ilha do Pinheiro - Demolido em 1980	53	
	66	Pavilhão Torres Homem c.1940 - Demolido, em partes, na década de 90	3.172	
	67	Reserva técnica do Museu da Vida - Outros nomes: Antigo Almoxarifado Central, Refeitório (planta do *campus* de 1955 - c. 1940).	817	
	68	Pavilhão Carlos Chagas 1944 - Outros nomes: Pavilhão da Patologia Arquiteto: Olenka Freire Greve	3.165	
	69	Pavilhão Arthur Neiva 1947 - Outros nomes: Pavilhão de Cursos Arquiteto: Jorge Ferreira/Painel de azulejos e paisagismo de Roberto Burle Marx	2.238	
	70	Pavilhão da Biologia 1947 – Outros nomes: Hanseníase Arquiteto (provável): J. O. Bonard	2.407	
	71	Oficina 1948	1.122	
1940	72	Garagem 1948	735	1.796
1950	73	Depósito - Demolido na década de 80	167	
	74	Pavilhão Carlos Augusto da Silva 1948 - Outros nomes: Refeitório Central/Asfoc Arquiteto: Jorge Ferreira/Painel de azulejos Paulo Osir Rossi	4.607	
	75	Lavanderia HEC c.1950 - Outros nomes: Lavandaria/Multimeios	527	
	76	Pavilhão Adolfo Lutz c. 1950	322	
	77	Caixa d'água	236	
	78	Depósito - Demolido na década de 70	145	
	79	Cisterna	182	
	80	Canil - Demolido na década de 60	302	
	81	Galinheiro - Demolido na década de 60	143	

Período	nº	Edifícios	m² original	m² atual
	82	Portaria Avenida Brasil 1954 Arquiteto: Nabor Forster/Paisagismo Ramiro Pereira	110	
1950 1960	83	Pavilhão Henrique Aragão 1955 - Outros nomes: Pavilhão de Febre Amarela/Lafa Arquiteto: Roberto Nadalutti	1.260	
	84	Pavilhão Leonidas Deane 1956 -Outros nomes: Pavilhão 26/HEC de 1956 a 1980/Gaspar Vianna a partir de 1981 Arquiteto: Ramiro Pereira	7.615	
	85	Estação de Tratamento de Esgoto c. 1956 - Atual Sala de Música da ENSP Projeto: COSAN Construtora e Saneamento	243	211
	86	Cocheira - Demolido na década de 70	118	
	87	Potreiro/cocheira - Demolido na década de 70	224	
	88	Brete	80	
	89	Depósito de Rações - Atual anexo do Pavilhão do Relógio	120	
	90	Casa de Força - Anexo Pavilhão Adolpho Lutz	26	
	91	Bio-Manguinhos 1957/65 - Outros nomes: Pavilhão Rocha Lima Arquiteto: Waldyr Ramos	5.797	7.159
	92	Caixa D'água - Demolido na década de 80	126	
	93	Casa de Força - Demolido na década de 70	89	
	94	Vestiários - Demolido na década de 70	79	
	95	Portaria 02	28	
	96	Residência Oficial 1962	825	
	97	Subestação Pavilhão do Relógio	29	
	98	Pavilhão Gomes de Faria 1962	1.248	
	99	Almoxarifado de Far-Manguinhos 1965 Arquiteto: Claudio Vianna	1.618	
	100	Pavilhão de Produção/Administração de Far-Manguinhos 1965 Arquiteto: Claudio Vianna	1.433	
	101	Pavilhão de Supervisão de Far-Manguinhos 1965 Arquiteto: Claudio Vianna	1.050	
1960 1970	102	Escola Nacional de Saúde Pública 1966 - Outros nomes: Instituto Presidente Castelo Branco entre 1970 e 1976 Arquiteto: Floroaldo Albano e Josélio Médici, projeto de adaptação da estrutura preexistente	12.151	
	103	CECAL e anexos 1966/67 - Outros nomes: Biotério Novo/ Biotério de Criação Arquiteto: Floroaldo Albano	7.502	
	104	Pavilhão Jorge Careli. c. 1970 - Outros nomes: Ginásio ASFOC	710	885
	105	Manutenção Civil da ENSP	279	
	106	Expansão do *Campus* 1964/72 - Outros nomes: Delegacia Federal de Saúde Arquiteto: Floroaldo Albano e Josélio Medici	15.498	
1970 1980	107	Portaria Leopoldo Bulhões 1972 Arquiteto: Floroaldo Albano	32	

Período	nº	Edifícios	m² original	m² atual
	108	Depósito de resíduos químicos e radioativos	60	
	109	Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde – INCQS - 1977/81 - Outros nomes: LCCDMA Arquiteto: Ary Celso France e Salomão Tandeta	12.741	
	110	Pavilhão Maria Deane - Atuais laboratórios HEC. Outros Nomes: Biotério.	1.035	
	111	Gaiolas da Primatologia de Bio-Manguinhos 1979/80 Arquiteto: Eliane Sellos	719	1.438
	112	Vestiários - Demolido na década de 80	821	
	113	Estação de Tratamento de Esgoto	545	
	114	Agência dos Correios	47	
	115	*Stand*/igreja - Demolido na década de 90	250	
	116	Subestação principal de Bio-Manguinhos 80 Autores: Manuel Donas, Paulo Cirrota, Edson Sauer	351	
	117	Depósito de inflamáveis de Bio-Manguinhos	151	
	118	Subestação ETG 8	97	
	119	Subestação ETG 7	52	
	120	Infectório de Bio-Manguinhos 1981 Arquiteto: Eliane Sellos	1.738	
	121	Micro-obras - Atual Cantina	142	
1980	122	Vestiário campo de futebol	144	
1990	123	Abrigo para churrasqueira e mesas	72	
	124	Creche Bertha Lutz 1987/88 Projeto: Cristina Simas, Jorge Azevedo Castro, Vânia Dias e Martha de Jesus. Adaptação do sistema construtivo de João Filgueiras Lima.	861	
	125	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio 1987/88 Projeto: Jorge Azevedo Castro. Adaptação do sistema construtivo de João Filgueiras Lima	1.230	
	126	Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana 1987/88 Projeto: Cristina Simas. Adaptação do sistema construtivo de João Filgueiras Lima	1.935	
	127	Depósito de material químico/inflamável Far-Manguinhos	360	
	128	Pavilhão Osório de Almeida 1987/88 Projeto: Jorge Azevedo Castro. Adaptação do sistema construtivo de João Filgueiras Lima	1.029	
	129	Pavilhão de Primatas Neo-tropicais 1988 Arquiteto: José Mauro Hid	320	
	130	Almoxarifado de Bio-Manguinhos 1988/89 Projeto: PAAL – Projetos Arquitetos Associados Ltda.	2.185	
	131	Central de água gelada – Biotério Central	95	
	132	Oficina de manutenção de equipamentos DIRAC	365	
	133	ETG	93	
	134	Produtos Naturais de Far-Manguinhos c.1990 Arquiteto: José Mauro Hid	730	
	135	Almoxarifado Central 1991/92 Projeto: FEM Fábrica de Estruturas Metálicas – Companhia Siderúrgica Nacional - CSN	2.185	

Período	nº	Edifícios	m² original	m² atual
	136	Administração de Far-Manguinhos 1993 Arquiteto: José Mauro Hid	883	
	137	Biblioteca de Manguinhos 1995 - Outros nomes: Pavilhão Haity Moustachè Arquitetas: Ana Lúcia Alvahydo e Christina Simas. Anexo da Biblioteca: Fernanda Cebrian	5.515	
	138	Castelo d'água de Far-Manguinhos II 1995/96 Arquiteto: José Mauro Hid		
	139	Planta Industrial de Bio-Manguinhos 1995/96 Arquiteto: Vicente Prior, COBRAPI – Companhia Brasileira de Projetos Industriais	5.400	
	140	Tenda do 'Ciência em Cena' 1995/96 Arquiteto: Benedito Tadeu de Oliveira e Renato da Gama-Rosa Costa	160	
	141	Oficinas Dirac 1996 Projeto: Martha de Jesus. Adaptação do sistema construtivo da Premo Engenharia - Construções Pré-Fabricadas.	1.590	
	142	Diretoria de Apoio ao *Campus* - DIRAC 1996 Projeto: Jorge Azevedo Castro e Martha de Jesus. Adaptação do sistema construtivo de João Filgueiras Lima	1.683	
	143	Anexo da Cavalariça 1996/99 Arquiteto: Benedito Tadeu de Oliveira e Bettina Collaro Goerlich	36	
	144	Centro de Recepção 1996/99 Arquiteto: Benedito Tadeu de Oliveira e Renato da Gama-Rosa Costa/Paisagismo: Darcy Brouck e Ivete Farah	545	
	145	Anexo Pombal 1997 Arquitetura e paisagismo: Co Opera Ativa – Cooperativa dos Profissionais do Habitat do Rio de Janeiro/Rosinery Guimarães	18	
	146	*Containers* Museu da Vida 1998/9	470	
1990 2000	147	Parque do 'Ciência em Cena' 1999 Paisagismo: Co Opera Ativa – Cooperativa dos Profissionais do Habitat do Rio de Janeiro/Equipamento Urbano: Cláudio Antunes Archi 5	4.697	
	148	Epidaurinho 1999 Arquiteto: Eduardo Koatz/Rosinery Guimarães/Paisagismo: Archi 5	437	
	149	Parque da Ciência 1999 Paisagismo: Hugo Biagi Co Opera Ativa – Cooperativa dos Profissionais do Habitat do Rio de Janeiro/Equipamento Urbano: Archi 5	3.857	
	150	Ovinos e Eqüinos 2000 Arquiteto: José Mauro Hid	683	
	151	*Containers* COOTRAM	1.029	
	152	Cisterna	454	
	153	Flexografia	82	
	154	Depósito anexo ao Pavilhão Gomes de Faria	40	
	155	Portaria Rua Sizenando Nabuco	8	
	156	Caixa d'água	207	
	157	Pirâmide Museu da Vida 2000/2002 Arquiteto: Eduardo Koatz e Marcos Fonseca	140	

ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES CONSULTADAS

1. Acervo do Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) da Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz;

Arquivos institucionais

O *Campus* da Fundação Oswaldo Cruz. Fundo Presidência. Seção Secretaria da Presidência. Caixa 29. Maço 4.

Termo de entrega ao Instituto Oswaldo Cruz de duas áreas do terreno situado em Manguinhos. / Termo de entrega ao Ministério da Educação e Saúde Pública do Próprio Nacional pertencente ao acervo da extinta Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, situada na Estação Amorim./Termo de ajustes IOC – Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense. Fundo IOC./Memória justificativa do levantamento topográfico do IOC. Seção Administração. Caixa 13.

Projeto: Construção de um laboratório para preparação de vacinas contra febre amarela e varíola. Fundo Fundação Serviços de Saúde Pública.

Decreto nº 66.624 de 22 de maio de 1970. Fundo Coleção Administrativa.

Decreto nº 74.891 de 13 de novembro de 1974. Fundo Coleção Administrativa.

Relatório de 1975 a 1978 do *campus* da Fundação Oswaldo Cruz. Arquivo Institucional. Fundo Presidência. Seção Asplan.

Carta de Oswaldo Cruz ao Exmo. Sr. Dr. Diretor Geral de Saúde Pública. Carta do Barão de Pedro Affonso ao Prefeito. Fundo Oswaldo Cruz. Série Instituto Soroterápico Federal.

Construção do Instituto Vacinogênico. Fundo História Administrativa da Fiocruz. Caixa 13. Maço 7.

Relatório sobre a Ilha do Pinheiro de 05 de abril de 1976. Fundo SAG-D. Caixa 14. Maço 10.

Relatório de Atividades e Objetivos de 1972./Relatório de Atividades. 1990. Fundo Presidência.

Arquivos Pessoais

Arquivo da Fundação Rockefeller.

Arquivo Luiz Moraes Jr.

Artigos de jornais, volumes 3, 5, 6, 8, 9 e 10 de 1904 a 1918

Seção iconográfica

Plantas e projetos (pastas I e II)

Antigas instalações (pastas I e II)

Campus e arredores (pastas I e II)

IOC (pastas 14, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 28, 32, 33 e 34)

2. Acervo do Instituto Cultural da Aeronáutica (Incaer);

Breve Histórico sobre a filiação do Aeroclube do Brasil na FAI.

O Campo de Aviação em Manguinhos.

3. Arquivo da Cedae;

4. Arquivo da Light;

5. Arquivo da Cia. Imobiliária de Petrópolis;

6. Arquivo do Crea/RJ;

7. Arquivo do *Jornal do Commercio*;

Jornal do Commercio de 09 de fevereiro de 1915.

Jornal do Commercio de 26 de fevereiro de 1915.

Jornal do Commercio de 20 de fevereiro de 1915.

8. Arquivo do Setor de Edificações da 10ª Região Administrativa do Rio de Janeiro;

9. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro;

Manuscritos

Cód. 32-2-12, folhas 105, 106 e 109.

Cód. 32-2-15, folha 251.

Cód. 68-3-15, folhas 2, 3, 13, 31, 52, 53.

ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES CONSULTADAS

Cód. 48/4/19, folhas 84, 85, 94.
Cód. 55/3/30, folhas 3 e 10D.
Cód. 45/1/39, folha 2.
Cód. 45/1/39, folha 6.

Biblioteca

Periódicos

Revista O Cruzeiro
Revista Manchete
Almanaque Suburbano
O Rio Ilustrado

Publicações

A Cidade do Rio de Janeiro e o seu tempo
Consolidação das Leis e Posturas Municipais

Arquivo iconográfico

M2/G5/6
M2/G8/4
M2/G6/6
M4/G5/9
OR 0201 – 0207
NV0028/0032;

10. Arquivo Iconográfico do Serviço de Documentação do Departamento de Arquivo da Marinha do Brasil;

11. Arquivo Nacional;

Fundo Agência Nacional

Fundo Correio da Manhã

12. Arquivo Público Mineiro;

13. Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz;

14. Biblioteca da Centro Cultural Banco do Brasil;

15. Biblioteca da Comlurb;

16. Biblioteca de Manguinhos;

17. Biblioteca Euclides da Cunha/Biblioteca Nacional;

18. Biblioteca Noronha Santos/Iphan-RJ;

19. Centro de Memória da Fundação Ezequiel Dias do Governo do Estado de Minas Gerais;

20. Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais;

21. Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC;

Documentos relativos à Superintendência de Obras e Transportes do Ministério da Educação e Saúde Pública. Fundo Gustavo Capanema.

22. Museu Aeroespacial do Campo dos Afonsos;

Série Campo de Manguinhos/Instituto Oswaldo Cruz

23. Reserva Técnica do Museu da Vida da Casa de Oswaldo Cruz.

Identificação das construções existentes na área do terreno da Fundação Oswaldo Cruz.
Relatório Hospital Torres Homem. Cópia.

24. Reserva Técnica do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz.

Plano Diretor do *campus* – Fiocruz. Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam). Rio de Janeiro: dezembro de 1986. (Mimeo.)

Plano Diretor do *campus* – Fiocruz. 3º Módulo. Instituto de Administração Municipal (Ibam). Rio de Janeiro: dezembro de 1988. (Mimeo.)

ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES CONSULTADAS

Avaliação do Plano Diretor do *campus* – Fiocruz. Relatório final. Diretrizes para reestruturação do Plano Diretor do *Campus* da Fiocruz. Instituto de Administração Municipal (Ibam). Rio de Janeiro: agosto de 1996. (Mimeo.)

Processo de Tombamento dos Edifícios Históricos da Fiocruz, Iphan. Rio de Janeiro, 1980.

Sexto Serviço Registral de Imóveis. Matrícula nº 22.891-A de 15 de fevereiro de 2002.

DEPOIMENTOS ORAIS

Albano, Floroaldo. Projeto Processo de Formação e Ocupação do *campus* de Manguinhos. Depoimento, Rio de Janeiro, COC/Fiocruz, 2000.

Aor, Hamlet William. Projeto Memória de Manguinhos. Depoimento, Rio de Janeiro, COC/Fiocruz, 1986.

Campello, Fernando. Projeto Processo de Formação e Ocupação do *campus* de Manguinhos. Depoimento, Rio de Janeiro, COC/Fiocruz, 2001.

Ferreira, Jorge. Projeto Processo de Formação e Ocupação do *campus* de Manguinhos. Depoimento, Rio de Janeiro, COC/Fiocruz, 1999.

Fonseca, Vinícius da. Depoimento a Wanda Hamilton e Nara Azevedo entre junho e outubro de 1995. COC/Fiocruz. *História, Ciência e Saúde,* 8(1), Rio de Janeiro, mar/jun,2001.

Greve, Olenka Freire. Projeto Processo de Formação e Ocupação do *campus* de Manguinhos. Depoimento, Rio de Janeiro, COC/Fiocruz, 2000.

Lent, Herman. Projeto Processo de Formação e Ocupação do *campus* de Manguinhos. Depoimento, Rio de Janeiro, COC/Fiocruz, 2000.

Martins, Amilcar Vianna. A História do Centro de Pesquisas René Rachou. Depoimento pessoal. In: comemoração dos 25 anos de existência. Belo Horizonte, Centro de Pesquisas René Rachou, 1980.

Nadalutti, Roberto. Projeto Processo de Formação e Ocupação do campus de Manguinhos. Depoimento, Rio de Janeiro, COC/Fiocruz, 1998.

Oliveira, Sebastião José de. Projeto Processo de Formação e Ocupação do *campus* de Manguinhos. Depoimento, Rio de Janeiro, COC/Fiocruz, 1998.

Paraense, Wladimir Lobato. Projeto Processo de Formação e Ocupação do *campus* de Manguinhos. Depoimento, Rio de Janeiro, COC/Fiocruz, 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral, A. S. & Santos, E. dos. *Consolidação das Leis e Posturas Municipais. Segunda Parte – Legislação Distrital.* Rio de Janeiro: 1906. v.2.

Aragão, H. B. de. *Notícia Histórica sobre a Fundação do Instituto Oswaldo Cruz (Instituto de Manguinhos).* Separata das *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz.* Tomo 48, ano 1950. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

Arquitetura na Bienal de São Paulo. Edição Americana de Arte e Arquitetura. Ediam by Dante Paglia, São Paulo, 1952.

Arquitetura e Urbanismo, 19. 1951. Ano III. Fundo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV.

Azevedo, C. de. *Solares Portugueses.* Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

Azevedo et al. Pesquisa científica e inovação tecnológica: a via brasileira da biotecnologia. *Dados – Revista de Ciências Sociais.* 45(1), 2002.

Benchimol, J. L. Retratos do cotidiano em Manguinhos. *Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz.* 1(1), 1989.

Benchimol, J. L. (Coord.). *Manguinhos, do Sonho à Vida: a ciência na Belle Époque.* Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz Ed. Fiocruz, 1990.

Benchimol, J. L. (Coord.). *Febre Amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada.* Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

Brito, S. *Obras Completas.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. v.16.

Bruant, Y. *Arquitetura Contemporânea no Brasil.* São Paulo: Pini – Fundação Vilanova Artigas / Rio de Janeiro: Rioarte, 1991.

Castro, J. B. M. *O Campo de Aviação de Manguinhos. Encontros no Incaer.* Rio de Janeiro: Instituto Cultural da Aeronáutica, 1989. (Mimeo.)

Cavalcanti, Lauro (Org.) *Quando o Brasil era Moderno: guia de arquitetura 1926-1960.* Rio de Janeiro: Editora Aeroplano , 2001.

Czajkowski, J. (Coord.) *Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro/Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra/ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

Czajkowski, J. (Coord.) *Guia de Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro//Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra/ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

Dias, E. *O Instituto Oswaldo Cruz, resumo histórico (1899-1918).* Rio de Janeiro: Manguinhos, 1918.

Domingo, J. M. R. La Alhambra de oriente: la restauracion del patrimônio monumental hispanomusulmán y el medievalismo islámico. In: *La Abolicion del Arte. XXI Coloquio Internacional de Historia del Arte.* Unam, Instituto de Investigaciones Esteticas, Mexico. Ed. Dallal, 1998.

Fernandes, T. *Vacina Antivariólica*: ciência, técnica e o poder dos homens (1808-1920). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999.

Fonseca, V. *Um estranho no ninho: memórias de um ex-presidente da Fiocruz.* Entrevista de Vinícius da Fonseca a Nara Brito e Wanda Hamilton. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos,* 8(1), 2001.

Guia do Acervo. Rio de Janeiro: *Guia do Acervo.* Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação, Rio de Janeiro, 1995.

Guia de Petrópolis. Secretaria Municipal de Turismo de Petrópolis – Petrotur. Petrópolis: 1998

Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam/cpu). *Plano Diretor da Fiocruz.* Rio de Janeiro, 1986, 1988.

Latorraca, G. (Org.). *João Filgueiras Lima Lelé.* São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi/Lisboa: Editorial Blau, 1999.

Lent, H. *O Massacre de Manguinhos.* Rio de Janeiro: Avenir, 1968. (Coleção Depoimentos, 7)

Magalhães, O. de. *Ensaios.* Belo Horizonte: Edit. da Faculdade de Direito da UFMG, 1957.

Melo, F. *Memória da Fundação Ezequiel Dias.* Belo Horizonte: Funed, 2002.

Mindlin, H. E. *Arquitetura Moderna no Brasil.* Rio de Janeiro: Aeroplano, 1991.

Oliveira, P. H. L. de. Poluição das águas marítimas, estragos na flora e fauna do Rio de Janeiro. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz,* 56:55, 1958.

Oliveira, P. H. L. de.; Krau, L. & Nascimento, R. do. Observações hidrobiológicas na cisterna da Ilha do Pinheiro. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz,* 51, 1953.

Santos, F. A. N. *Meios de Transporte no Rio de Janeiro.* 2.ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1996.

Vasconcellos, L. M. de. Por uma alternativa urbana para a universidade. *Cadernos Brasileiros de Arquitetura,* 13, 1984.

Xavier, A.; Britto, A. & Nobre, A. L. *Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro.* São Paulo: Pini – Fundação Vilanova Artigas/Rio de Janeiro: Rioarte, 1991

BIBLIOGRAFIA

Abreu, M. de A. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Iplan-Rio, 1987.

Autores Diversos. *Lineamenti di storia dell' Architettura.* Roma: Carucci Editore, 1978.

Autores Diversos. *Conjunto Urbanístico da Praça da Liberdade e Avenida João Pinheiro: uma proposta de preservação.* Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, PMBH, 1990.

Autores Diversos. *Dicionário Biográfico de Construtores e Artistas de Belo Horizonte – 1894/1940.* Belo Horizonte: Lepha/MG, 1997.

Azevedo, M. N. S. de; Mello, E. N. de & Barros, D. *Projetos dos* campi *e a expressão do urbanismo modernista – O caso da UFF.* In: *Anais do IV Seminário Docomomo Brasil,* 2001, Viçosa/Cataguases, Minas Gerais.

Costa, R. da G.-R. *Luiz Moraes Júnior e a contribuição ao ecletismo na arquitetura brasileira.* In: *Anais do Colóquio Arquitetura Brasileira: redescobertas.* Coordenação Leonardo Barci Castriota, Jurema Marteleto Rugani. Belo Horizonte: IAB-MG, 2000.

Costa, R. da G.-R. *Arquitetura moderna em Manguinhos: memória e preservação.* In: IV Seminário Docomomo Brasil, 2001, Viçosa/Cataguases, Minas Gerais.

Enciclopedia Dell'Architettura Garzanti. Itália: Garzanti Editore, 1996.

Ferman, M. A. *Relatório e Documentação Fotográfica Laboratório Carlos Chagas – Lassance/MG.* Belo Horizonte: Iepha, 2002.

Guia do Patrimônio Cultural Carioca: bens tombados. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Patrimônio Cultural, 1992.

Guia Verde Michelin. Rio de Janeiro, Cidade e Estado. Rio de Janeiro: CBP Michelin, 1990.

Hamilton, W. Crônica de uma morte anunciada. *Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz,* 1,(1), 1989.

Minayo, M. C. de S. Fiocruz saudável, uma experiência institucional. *Ciência & Saúde Coletiva,* (3)2, 1998.

Oliveira, B. T. de. O processo de recuperação do Castelo de Manguinhos. *Revista Projeto,* 120:154-155, 1989.

Oliveira, B. T. de. A restauração do Castelo de Manguinhos. *Revista Projeto,* 136:122-124, 1990.

Oliveira, B. T. de. Restauração em Manguinhos – Pavilhão do Relógio. *Revista Projeto,* 160:55, 1993.

Oliveira, B. T. de. & Costa, R. da G.-R. Patrimônio – Manguinhos, Fiocruz. *Revista Arquitetura e Urbanismo,* 44:52-53, 1992.

Oliveira, B. T. de. & Costa, R. da G.-R. Centro de Recepção do Museu da Vida, Manguinhos, Rio de Janeiro. *Revista Projeto Design,* 243:61-63, 2000.

Pechman, R. M. *A gênese do mercado urbano de terras, a proteção de moradias e a formação dos subúrbios no Rio de Janeiro.* 1985. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Ippur-FAU, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ribeiro, L. *Medicina no Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

Silva, C. P. da. *Política e Legislação de Estradas de Ferro.* São Paulo: Editora e Typografia Laemet & Company, 1904.

Silva, F. N. (Org.). *Rio de Janeiro em seus Quatrocentos Anos.* Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. Record, 1965.

Stepan, N. *Gênese e Evolução da Ciência Brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica.* Rio de Janeiro: Artenova, 1976.